UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

PADRÃO-OURO: EXPERIÊNCIAS COMPARADAS BRASIL – PORTUGAL NO SÉCULO XIX

JOSÉ TADEU DE ALMEIDA

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

PADRÃO-OURO: EXPERIÊNCIAS COMPARADAS BRASIL – PORTUGAL NO SÉCULO XIX

JOSÉ TADEU DE ALMEIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda

VERSÃO CORRIGIDA

'De acordo':

Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda

São Paulo

2015

José Tadeu de Almeida

Padrão-ouro: Experiências comparadas Brasil-Portugal no século XIX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Aprovada em 22/06/2015.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda (orientador) – Universidade de São Paulo

_____

Prof. Dr. Guilherme Grandi – Universidade de São Paulo

_____

Prof. Dr. Hernani Maia Costa – Universidade Estadual de Campinas

_____

Prof. Dr. Roberto Pereira Silva – Universidade Federal de Alfenas

_____

Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros – Universidade Federal do Espírito Santo

À saudosa memória de meu pai, Gentil Ribeiro de Almeida (28/12/1930-22/05/2015),
que sempre sonhou em ter um ‘filho doutor’.

E para Natália Ferrarini Giopato, inspiração, força e Vida.

AGRADECIMENTOS

Esta tese sintetiza um ciclo de minha vida e uma caminhada que não teria sido possível sem o apoio de muitas pessoas cujo apoio, sempre decisivo, impeliram-me a continuar. Vital é afirmar, naturalmente, que todas as imprecisões deste texto devem única e exclusivamente à incúria de seu autor.

Em primeiro lugar, sempre, agradeço a Deus pelo dom da Vida.

Agradeço a meu orientador, Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda, que ofereceu-nos oportunidade única, confiança e liberdade absolutas para a execução deste trabalho na Universidade de São Paulo. Espelho-me nele como referencial de conhecimento e didática, tal como prendia a atenção de toda a nossa sala nos tempos de graduação. A ele, meu muito obrigado.

Agradeço também, pelas sugestões e apontamentos, gentis e seguros, na banca de defesa, aos professores Guilherme Grandi, Roberto Pereira Silva (amigo desde a época de mestrado), Rogério Naques Faleiros, e sobretudo, ao professor e amigo Hernani Maia Costa, meu antigo orientador de iniciação científica e que com esta, em um capricho do destino, permitiu que eu conhecesse minha futura esposa. Sou-lhe duplamente grato! Agradeço ainda aos professores Renato Colistete e Alexandre M. Saes pelas sugestões na banca de qualificação.

Na Universidade de São Paulo, encontrei na Secretaria de Pós-Graduação o apoio e presteza de Nelson Caetano, a quem também rendo meus agradecimentos, bem como aos coordenadores do Programa de História Econômica, profs. Rodrigo M. Ricupero e Sara Albieri. Agradeço ainda à CAPES pelo financiamento durante parte desta pesquisa.

Agradeço à equipe do Xerox do Chileno pela agilidade em salvar nossas encadernações e cópias quando a última hora havia passado há muito. E também a Patrícia Ishizu pelo apoio com a bibliografia.

Por fim, agradeço à minha família, porto seguro e paz em nossos momentos de dificuldade: à minha madrinha, Benedita, que apesar de não querer que eu fosse tanto a São Paulo, sempre soube compreender nossos objetivos. Faço ainda memória a meus pais, Maria Aparecida e Gentil, que mesmo não tendo podido ver o fim desta etapa, estão seguramente zelando por seu filho nos prados eternos.

Agradeço, embora agradecer seja praticamente nada perto do que ela representa, à minha noiva, Natália: aquela amiga, que se tornou namorada, e que hoje quase esposa e muitas vezes também mãe, me ensina a como amar. Sem seu apoio e carinho nos momentos de crise, quando tudo parecia não dar certo, este trabalho dificilmente teria sido realizado. Sem ela, não haveria graça, muito menos teria sentido. Hoje, ela inicia sua caminhada na Pós-Graduação, com seu mestrado sobre Jean-Jacques Rousseau. Ciclo que se completa, ciclo que se inicia.

Nada como o futuro.

Um dia, tudo será memória. As pessoas que andam naquela rua, as gentis, as sábias, as más, todas; todas serão memória, o mendigo que passa sem o cão, o ginasta, a mãe, o bobo, o cético, a turista, Deus... Deus, inclusive, regendo o fim das coisas memoráveis, também será memória. Deus e os pardais. Os grandes esqueletos do Museu Britânico e todo sofrimento serão memória.

Eu, sentado aqui, serei só esses versos que dizem haver um eu sentado aqui.

Antônio Brasileiro, Poemas Reunidos (2005).

Resumo

O trabalho tem por meta resgatar alguns aspectos relacionados à gestão da estrutura macroeconômica do Brasil e de Portugal entre 1850 e 1865, com especial enfoque às políticas monetária e cambial, intimamente relacionadas com a gestão do sistema de paridade internacional de moedas conhecido como o Padrão-ouro, que constitui o objeto principal desta análise.

Os objetivos gerais desta tese tencionam, portanto, fornecer substratos a uma reflexão mais sistemática no que concerne a uma presumida conexão entre a dinâmica cíclica dos fluxos de capitais – em escala global – e os períodos de crises econômicas e 'pânicos financeiros' observados no período, em íntima ligação com o mecanismo de 'integração financeira' que se corporifica no Padrão-ouro, ao qual Brasil e Portugal aderiram em 1846 e 1854, respectivamente.

O trabalho pretende, assim, avaliar as consequências da referida integração financeira, bem como das políticas monetárias empreendidas sobre o desenvolvimento do mercado financeiro de ambos os países ao longo do recorte temporal supracitado.

Palavras-chave: Padrão ouro-libra; Crises Financeiras; Império do Brasil.

Abstract

This research intends to examine some aspects related to Brazilian and Portuguese macroeconomic structures between 1850 and 1865, focusing monetary and trading policies, closely related to the management of Gold Standard, the main object of this research.

Therefore, the main objectives of this research intends to provide substrates for a reflection about a connection between the cyclic dynamics of capital on global scales, and economic crisis and panics on the same period, closely related with financial integration externalized in Gold Standard, adopted by Brazilian monetary authorities in 1846, and by Portuguese in 1854.

This research intends to evaluate the consequences of this financial integration and the consequences of monetary policies over the financial market from both countries along the same period.

Keywords: Gold Standard; Financial crisis; Brazilian Empire; Portuguese Empire.

SUMÁRIO

Introdução p. 14

Capítulo I - Padrão-ouro e ciclos econômicos no Século XIX: Teoria e prática p. 34

1. Ciclos de crescimento no século XIX: Alguns referenciais p. 36

1.1. Em busca de um conceito p. 37

1.2.Ciclos econômicos no século XIX p. 39

2.Ouro e Padrão-ouro no século XIX p. 43

2.1.Sistemas monetários metálicos p. 46

2.2.O advento do padrão-ouro no século XIX p. 51

2.2.1.Referenciais teóricos p. 52

2.2.2.Referenciais históricos p. 58

2.2.3. A adesão brasileira p. 62

2.2.4.A adesão portuguesa p. 65

3. Premissas e encaminhamentos p. 68

Capítulo II – A Conciliação como modelo: Política e Economia no Império do Brasil (1853-1862) p. 71

1. Política e partidos no Império: algumas apresentações p. 74

1.1. Preâmbulos da organização política (1822-1840) p. 76

1.2. Política e partidos no Segundo Reinado p. 83

1.2.1. O Partido Liberal p. 85

1.2.2. O Partido Conservador p. 92

1.2.3.Movimentos de contestação p. 98

1.3. O Executivo e o exercício do Poder p. 100

1.4. A ação política: Os gabinetes da Conciliação (1850-1864) p. 107

1.4.1. Ocaso liberal e ascensão conservadora (1848-1853) p. 108

1.4.2. A Conciliação em curso: Gabinetes 1853-1868 p. 114

1.4.3. Crise e retomada: Gabinetes 1858-1862 p. 124

2. Política e ação econômica nos Gabinetes da Conciliação p. 130

2.1. O cenário internacional na década de 1850 p. 141

2.2. A Crise de 1857 p. 149

2.2.1. Brasil: Crise e recuperação p. 154

3. Premissas e encaminhamentos p. 168

Capítulo III- Fontismo e regeneração: Estruturas da Monarquia Constitucional Portuguesa (1851-1868) p. 170

1.Considerações iniciais p. 170

2. Representação política no Reino de Portugal p. 173

2.1. A Monarquia Constitucional: Antecedentes e configurações p. 173

2.2.Conformações político-partidárias em Portugal: Algumas considerações p. 193

2.3. Cabralismo p. 197

3. A Regeneração: Reformas políticas, partidárias e econômicas em Portugal (1851-65) p. 207

3.1. A Regeneração em curso p. 207

3.2. Fontismo p. 214

3. Premissas e encaminhamentos p. 221

Considerações finais p. 225

Referências bibliográficas p. 238

Anexos

ÍNDICE DE GRÁFICOS, QUADROS E FIGURAS

GRÁFICOS

Gráfico 01: Saldos Orçamentários, 1832-1846 p.62

Gráfico 02: Balança comercial, Brasil, 1833-1846 p.63

Gráfico 03: Volume de papel-moeda emitido, 1833-1846 p.64

Gráfico 04: Distribuição das exportações portuguesas, 1840-1889 p.67

Gráfico 05: Participação dos principais produtos exportados: Brasil, 1847-1853 p.113

Gráfico 06: Resultados orçamentários, 1848-1853 p.132

Gráfico 07: Resultados orçamentários, 1853-1856 p.139

Gráfico 08: Balança comercial brasileira, 1851-1857 p.139

Gráfico 09: Meio circulante nos Estados Unidos, anos selecionados p.141

Gráfico 10: Reservas metálicas e depósitos na praça de Nova York, 1854-1857 p.150

Gráfico 11: Relação emissões/fundo disponível: Banco do Brasil, 1857-1858 p.155

Gráfico 12: Taxa de câmbio por ano (*pence*/mil-réis), 1850-1858 p.157

Gráfico 13: Saldos orçamentários, 1857-1862 p.167

Gráfico 14: Síntese das contas públicas portuguesas, 1833-1844 p.197

Gráfico 15: Síntese das contas públicas na Regeneração, 1851-1868 p.219

Gráfico 16: Composição das despesas públicas por ministérios, 1851-1868 p.221

FIGURAS

Figura 01: ciclos econômicos, uma estilização p.39
Figura 02: Ciclos de Kondratieff p.41
Figura 03: Estrutura partidária do Império do Brasil (1831-1889) p.85
Figura 04: Representação política no Império do Brasil (1847-1889) p.106
Figura 05: Estrutura do Conselho de Ministros do Império do Brasil p.106
Figura 06: Representação política no Reino de Portugal (1820-1865) p.194

QUADROS

Quadro 01: Evolução do sistema político brasileiro no período de 1822 a 1889 p.75

INTRODUÇÃO

Desde tempos imemoriais, a humanidade recorre a determinados elementos, naturais ou elaborados pela mão humana, e que são legitimados pela comunidade a partir de suas propriedades intrínsecas ou pelo interesse que despertam, para garantir formas alternativas de sobrevivência e para fixarem-se em outros territórios, ou para garantir a manutenção de um mínimo de liberdades individuais. Dentre todos estes elementos, um deles sempre desempenhou papel predominante: o ouro.

Sendo um elemento natural de intrínseca beleza, indivisível em sua composição, resistente à oxidação e aos efeitos das intempéries, e acima de tudo por possuir oferta significativamente limitada - sua disponibilidade é de cerca de 5 gramas para cada 1000 toneladas de materiais de outra natureza[1] - o ouro exerce um fascínio sobre os homens desde os primórdios da civilização.

A humanidade sempre conviveu com o ouro como referencial maior para o valor dos bens e para realçar a beleza da divindade. Será na região da Lídia (Ásia Menor), porém, que se procederá à sua cunhagem na forma de moedas. Mais fáceis de transportar e com pesos e medidas relativamente estáveis, as moedas - cunhadas em ouro, prata e outros metais - tornaram-se um referencial de troca utilizado até os dias atuais.

Através de seu uso maciço no comércio internacional, o ouro tornou-se referencial seguro para que se estabelecesse uma hierarquia de diferentes moedas entre países, suplantando outros metais de referência como a prata, em um modelo que será doravante denominado como *Padrão-Ouro*. Será, contudo, apenas a partir do Século XIX, especificamente a partir de 1816, com a publicação do *Coinage Act*, na Inglaterra, que

[1] Ver Thomas Chaize, 'A produção de ouro no mundo', disponível em http://www.dani2989.com/gold/goldprod0509pt.htm. Acesso atualizado em 24/04/2015.

grande parte das nações soberanas da Europa e da América adotará o ouro como instrumento de mensuração e avaliação de taxas de câmbio, regulando a atividade econômica através de títulos de dívida pública e, em especial, da impressão de papel-moeda.

Da mesma forma, o Padrão-Ouro, que estudaremos nesta tese, representava notoriamente um instrumento de controle da política econômica das nações que o adotaram: À medida que a riqueza dos países, expressa sob a quantidade de papel-moeda em circulação, era mensurada pelos seus estoques de ouro, impunha-se que a emissão deste mesmo papel-moeda estivesse diretamente correlacionada com a quantidade disponível do referido metal. Deste modo, como 'monitor' da política monetária dos distintos países, o Padrão-Ouro também viabilizava um ambiente seguro para o estabelecimento de contratos comerciais, cessão de créditos e investimentos em diferentes países. Cabe lembrar, ainda, que o sistema tem na Inglaterra o seu ponto-chave, à medida que esta nação, através da força de seu parque industrial e de suas forças armadas, consolida um modelo hegemônico, sob sua liderança, formalizando assim um sistema monetário internacional no Século XIX.

Observamos ainda, no mesmo período, um intenso movimento de capitais entre países; a riqueza, dentro do modelo vigente, poderia ser facilmente *transnacionalizada*, reduzindo ao limite as barreiras econômicas entre nações. Esta situação tornou possível o estabelecimento de ciclos de investimentos em escala global, através de migrações de capital de países desenvolvidos rumo a nações de *status* 'periférico', onde as condições de reprodução deste mesmo capital eram mais vantajosas dado o maior prêmio de risco, principalmente para os setores de infraestrutura urbana, comunicações e transportes públicos.

No mesmo período, ocorreram significativas transformações no sistema econômico em âmbito internacional, em diferentes dimensões, quais sejam, tanto pela esfera da produção (onde são lançadas as bases para a chamada Segunda Revolução Industrial), quanto pela esfera das finanças, com a intensificação dos movimentos de capital entre diferentes nações.

De forma sintética, estes movimentos correspondem à interação de diversos fatores, dos quais destacamos três: Primeiramente, o incremento da atividade especulativa (com o surgimento de diversas empresas de capital aberto em diferentes países). Em segundo lugar, a consolidação de um sistema bancário através de mecanismos modernos como câmaras de compensação de cheques, bem como janelas e taxas de redesconto, em diversos casos, administradas por autoridades monetárias, nos moldes dos atuais Bancos Centrais. E, em terceiro, o surgimento de oportunidades de investimento em diferentes áreas do mundo, em projetos de infraestrutura urbana ou mesmo em soluções de transporte de pessoas e de produção, corporificados nos caminhos de ferro.

Dentre as diversas nações que aderiram ao sistema do Padrão-Ouro, houvemos por bem destacar Brasil e Portugal. Anteriormente ligadas através da instituição do pacto colonial[2], os referidos reinos adotam trajetórias políticas distintas a partir da emancipação do Brasil em 1822, contudo mantêm relações econômicas significativas entre si após a independência; mais que isto, observam-se ainda diversas sinergias entre os mesmos no que toca às relações econômicas com os mercados de bens e financeiros, em escala internacional.

Para o caso brasileiro, a adoção do regime do Padrão-Ouro em 1846 se aloca em um momento significativo, dentro de um processo de formação do sistema monetário brasileiro, conforme a abordagem de Carlos Peláez e Wilson Suzigan: Para estes autores,

[2] NOVAIS (1995).

os anos subsequentes serão decisivos para a história econômica do país, uma vez que se observa no período o primeiro *boom* de exportação do café, consolidando uma política de Estado que visava manter estes fluxos de comércio internacional a partir de *commodities* como o item supracitado[3].

Por sua vez, em Portugal, o sistema entrou em operação no ano de 1854, na esteira das medidas de ordenamento do meio circulante que se sucederam a graves conflitos sociais da década de 1840, bem como após a crise monetária do biênio 1846-47. Mais que isto, porém, deve-se verificar que uma série de circunstâncias, ou 'acidentes da História', conforme aborda Jaime Reis, também são fatores condicionantes da emergência do Padrão-Ouro em Portugal[4]. Dentre elas, cabe citar o transbordamento de ouro nas praças europeias, como fruto das descobertas de novas jazidas no começo da década de 1850; estas descobertas abasteceram o mercado com o metal e facilitaram seu uso progressivo como meio de troca.

Deste modo, é possível inferir que no que diz respeito às economias brasileira e portuguesa em meados do Século XIX, pôde-se verificar que elas apresentam um certo 'pioneirismo' ao abraçarem o sistema do Padrão-Ouro já em 1846 e 1854, respectivamente, quando grande parte das economias centrais ainda não o tinha feito, ou, ao menos, ainda não o tinha feito dentro de marcos legais.

Nesta mesma linha, a adesão ao Padrão-Ouro também viabilizava a possibilidade de auferir ganhos com a atividade da especulação: Considerando-se que diferentes nações/economias aderiram ao mesmo referencial de riqueza, possíveis diferenças entre

[3] PELÁEZ & SUZIGAN (1981).
[4] REIS (1997).

taxas de juros destes países poderiam conduzir a movimentos amplos de moeda, visando à valorização financeira destes ativos, em um ganho de natureza puramente especulativa. Em momentos como estes, grandes ciclos de valorização do capital se manifestavam, em um ambiente de confiança extremada ao qual autores como Charles Kindleberger nomeiam como *manias financeiras*.[5]

Por outro lado, nos momentos onde tal confiança é abalada pelas razões das mais distintas, o brusco processo de reversão de expectativas e refluxo de capitais para seus locais de origem fatalmente engendrava crises (pânicos e *crashes*, ainda sob a ótica de Kindleberger) importantes no sistema, vitimando agentes financeiros (bancos, casas comerciais, de câmbio e outras categorias semelhantes) e colocando à prova a própria existência do regime do Padrão-Ouro. Premidos por necessidades de crédito para a manutenção do *quantum* de investimentos e de um ambiente 'saudável' para decisões em seus circuitos financeiros locais, as nações, de modo quase invariável, recorriam à emissão de moeda – através de cunhagem de metal, caso houvesse reservas disponíveis ou em fácil acesso, ou apenas pela impressão de papel - para sua própria sobrevivência econômica. Esta moeda, porém, era pouco provida de lastro em ouro, o que colocava em xeque em várias situações a adesão destas economias ao sistema de paridade monetária.

Posto à prova em diversas situações de crise financeira, o Padrão-Ouro será por fim abandonado em 1914, na esteira dos eventos que desencadearam a Primeira Guerra Mundial: A necessidade de moeda e crédito para o esforço de guerra tornou-se absolutamente incompatível com o modelo de austeridade monetária. Retomado unilateralmente pela Grã-Bretanha na década de 1920 - postura duramente criticada por

[5] KINDLEBERGER (2000).

John Maynard Keynes em sua obra *Monetary Reform* - o padrão foi definitivamente abandonado alguns anos após a eclosão da Grande Depressão, em 1929[6].

Entretanto, mesmo nas circunstâncias atuais, com o surgimento de nichos financeiros alternativos como derivativos e *hedge funds*, onde a moeda é inteiramente desprovida de qualquer forma de lastro sobre metal, e sim sobre a 'diplomacia das armas', deve-se observar que sempre que se aprofundam as crises financeiras, e o horizonte de expectativas se configura adverso, o ouro, a 'relíquia bárbara' keynesiana, ainda é por vezes lembrada como referencial de ativo seguro para instituições e agentes do mercado financeiro[7].

A compreensão adequada dos parâmetros de política econômica e suas consequências sobre a organização social das nações sob análise deve, ainda, ser realizada *pari passu* a um exame mais acurado das instituições político-partidárias e configurações do *condomínio do poder*[8], que regem a vida política destes estados e condicionam-lhes efetivamente a capacidade de inserirem-se e articularem-se nos circuitos do capital.

O período compreendido entre os anos de 1850 e 1865 é de grande importância para a compreensão dos efeitos da política econômica em Portugal e no Brasil: Para esta nação, é importante verificar a prevalência, para o período em questão, de um estado de concertação política, sob a liderança do Partido Conservador, força política de maior

---

[6] J.M. KEYNES, A Tract on Monetary Reform. London: St. Martin's Street, 1924. Disponível em http://delong.typepad.com/keynes-1923-a-tract-on-monetary-reform.pdf. Acesso atualizado em 24/04/2015.

[7] Zoellick surpreende e propõe novo Padrão-Ouro global. In *O Estado de São Paulo*, 09 de Novembro de 2010.

[8] A expressão 'condomínio do poder', apreendida a partir da obra de Bolívar Lamounier (2005) e utilizada ao longo deste trabalho, faz menção aos grupos políticos que assumem a condução da máquina do Estado, em alternância ou através de acordos interpartidários.

expressividade naquele cenário, denominado por autores posteriores como o *Movimento da Conciliação* (1853-1862).

O Partido Conservador foi responsável, nesta época, pela consecução de um processo de progressiva acomodação de diferentes grupos políticos – dissidentes internos e membros do Partido Liberal, que lhe fazia oposição no âmbito do Poder Legislativo – à máquina pública, como forma de garantir maioria segura na aprovação das diretrizes do Poder Executivo, objetivando ainda evitar a possível desagregação do território nacional em decorrência das sucessivas revoltas ocorridas em diferentes províncias ao longo do período da Regência e mesmo nos primeiros anos de reinado de D. Pedro II.

Ficaria este movimento, conforme frisado, conhecido doravante como de *Conciliação*, sendo o mesmo corporificado nos diferentes grupos de ministros que assumiram a condução dos interesses do Estado Nacional, praticamente todos sob a bandeira do Partido Conservador, na década de 1850 - exceção feita, conforme analisaremos no segundo capítulo, a Bernardo de Sousa Franco, visconde de homônima denominação, que, membro do Partido Liberal, trouxe a luz medidas de política econômica que seriam duramente criticadas na esteira dos distúrbios que seguiram à Crise de 1857.

Nas terras lusitanas, por sua vez, o período em estudo pode ser caracterizado por um processo semelhante de concertação política e acomodação de interesses conhecido como *Regeneração* (1851-1868). Ali, os movimentos sediciosos ocorridos na década de 1840, tais como a Revolta da Maria da Fonte (1846) e a guerra da Patuleia (1847) engendravam gravemente a necessidade de políticas de reestabilização do *status quo* nacional, especialmente no que diz respeito às finanças do Estado, com especial ênfase à superação de entraves ao desenvolvimento econômico através de políticas de investimento em transportes e comunicações.

Isto posto, a reflexão sobre este modelo, uma perspectiva comparada sobre a política econômica de Brasil e Portugal, sob a tutela do regime monetário do Padrão-Ouro em suas distintas dimensões, motiva a escrita deste trabalho. Nele, buscaremos realizar uma análise mais profunda sobre o referido modelo de paridade de moedas, contrastado em duas experiências distintas de inserção – econômica e principalmente política – no referido sistema, no Brasil e em Portugal. É este o pano de fundo que permeia esta pesquisa.

A escolha do recorte temporal, alocado entre as décadas de 1850 e 1860, proposto para a execução deste trabalho, contempla movimentos de vital importância para a ordem geral destas nações nos anos que se seguiriam. Antecedido por turbulências políticas, o período em tela conforma, para Brasil e Portugal, um momento de reorganização do aparato político-institucional, associado a medidas de política econômica que lhes permitissem associar-se de forma definitiva aos circuitos do capital e a fluxos de investimento privado em escala amplificada.

No Brasil, observamos a prevalência do discurso do chamado Partido Conservador na década de 1850: ligado significativamente aos grupos agrários e aos proprietários de terras, este grupo mantinha, em suas fileiras, indivíduos que, no tocante à economia, possuíam visões distintas em torno de temas da política monetária, em torno, por exemplo, da capacidade de emissão de moeda dos bancos nacionais, e a cessão de créditos para investimentos e obras de infraestrutura.

Temos neste período o apogeu e queda dos gabinetes ditos ‘de Conciliação’, nos quais Conservadores e seus rivais políticos, membros do Partido Liberal, governaram de forma relativamente coesa, tornando factíveis a maioria dos projetos de Estado, em que

pese o fato dos Conservadores terem mantido os cargos da presidência do Conselho de Ministros até 1862, uma liderança tipicamente 'saquarema', na feliz expressão de Ilmar Rohloff de Mattos[9].

Neste sentido, pensamos a emergência da Conciliação na década de 1850 como um movimento político, de fato; porém, mais que isso, como também uma estratégia de longo prazo, com um interesse fortemente voltado à consolidação do Estado Nacional, perante o iminente risco de secessão representado pelas revoltas regenciais que se tinham desencadeado em anos anteriores.

Para Portugal, país à beira da devastação após as guerras dos anos anteriores, tem-se como prioridade maior a superação, na medida das possibilidades, de entraves políticos ao desenvolvimento, corporificados em constantes dissensões entre *cartistas* e *setembristas*, entre outros grupos partidários e ideológicos.

De todo modo, notam-se simbioses significativas do movimento que pretendia regenerar as estruturas políticas e econômicas portuguesas - daí advindo o termo *Regeneração* - e a experiência brasileira expressa sob a *Conciliação*. Estabelecer marcos comparativos a respeito do desenvolvimento econômico destas duas nações, tendo a instituição do Padrão-ouro como elemento aglutinador e pano de fundo para o estabelecimento das orientações dos *policy-makers* em termos de política econômica, é o objetivo geral deste trabalho.

Além disto, pretendemos, como objetivo específico que se une à meta principal, verificar o alcance dos projetos partidários - sejam os mesmos concretos, na forma de programas de ação política, ou implícitos em diferentes discursos e debates parlamentares - na constituição da política econômica destes dois países.

[9] MATTOS (1986).

Do mesmo modo, um segundo objetivo específico tem por meta analisar medidas e ações utilizadas por estes países, em marcos comparativos, que se destinassem a esboçar reações a contextos de crise econômica e enxugamento de suas fontes de crédito oriundo das chamadas nações centrais, em especial a Inglaterra.

Tais avaliações, seguramente, oferecem-nos uma primeira forma de enquadramento possível para os problemas analíticos propostos, ou em termos mais sintéticos, à pergunta principal que se encontra inoculada nestas compilações textuais, qual seja, enfatizar de que forma se deu a estruturação das economias brasileira e portuguesa quando de suas adesões ao modelo internacional de transações do Padrão-Ouro.

A partir do questionamento proposto, estabelecemos uma hierarquia de priorizações, para a compreensão eficiente do tema; busca-se no trabalho, primeiramente, através do cotejo de indicadores macroeconômicos e da bibliografia disponível, através da análise comparativa com a economia portuguesa, compreender a inserção da economia brasileira sob condições periféricas – tendo por base sua condição primordial de exportadora de *commodities* e importadora de bens manufaturados, em uma estrutura de imperialismo de livre comércio sob liderança e preeminência britânicas em meados do século XIX – bem como elucidar, através dos momentos de crise no sistema financeiro em âmbito internacional, as tensões que se estabeleciam no campo político nacional.

Como se nota, nosso esforço comparativo, à medida que aglutinamos Portugal à nossa análise, tem como meta principal entender melhor a limitada posição brasileira como *player* no jogo econômico e sua periférica inserção nos circuitos do capital.

O trabalho enfatizará perspectivas, portanto, a respeito da história monetário-financeira do Brasil em recorte temporal inserido no período conhecido como Segundo Reinado, sob duas dimensões, complementares entre si. Primeiramente, pela verificação da inserção brasileira no regime do Padrão-Ouro; inserção sujeita a ciclos de expansão e contração de disponibilidade de moeda e crédito no período, que se podem observar, a título de exemplo, pelos fluxos de empréstimo das casas bancárias inglesas e pelo volume do meio circulante no Brasil. Em segundo lugar, sob uma perspectiva comparada, lançaremos algumas luzes sobre a História Econômica portuguesa, onde enfatizaremos os fatores condicionantes para a emergência e consolidação do modelo em domínios lusitanos.

A partir deste recorte temático, podemos depreender nossa hipótese primordial, que concebe a ideia da experiência política de Portugal, algumas décadas após a nossa Independência, guardando semelhanças fortemente significativas com o Brasil: Tratam-se, essencialmente, de duas nações que procuram desesperadamente solidificarem-se como estados, um Estado novel como o Brasil, um Estado vetusto como Portugal. *São duas experiências de Padrão-ouro, como instrumentos de política econômica, que surgem na esteira de graves crises políticas e condicionam os limites ao desenvolvimento econômico e a inserção destes países em um sistema monetário em formação, sob liderança e preeminência britânica, a partir de um modelo político imperialista de comércio livre.*[10]

E, enquanto instrumentos de política econômica que são, uma vez colocados à prova, demonstram-se estes mecanismos serem extremamente frágeis em vista da condição periférica de sua inserção no sistema, como mencionamos, ou mesmo da

[10] ARRUDA (2008b), cap.2.

posição quase ‘vendida’ em que se encontram seus operadores em virtude de tensões políticas das mais diversas, o que possibilita o surgimento de crises econômicas que implicavam também, em diferentes situações, em crises sociais, através de efeitos de transmissão como incremento da carestia e do custo de vida da população em geral.

A partir desta premissa principal, podemos obter algumas pistas paralelas, porém importantes, para a estruturação da tese proposta. Através do estabelecimento de padrões comparativos, percebemos também a existência de indícios de que a economia brasileira, no período que abrange o Segundo Reinado, possuía uma menor ‘resiliência’, entendida como menor resistência a crises e períodos de reversão de expectativas, do que a economia portuguesa, o que não lhe permitiu absorver os efeitos mais danosos destes períodos críticos com mais facilidade.

Tal situação é passível de verificação, inclusive, por conta da conformação político-partidária das duas nações, considerando a orientação mais clara dos portugueses em termos de política econômica (nos períodos da *Regeneração* e do *Fontismo*, a serem devidamente estudados), bem como as contradições política e econômica que permeavam o Brasil no período. Deste modo, será possível também verificar de que forma a conformação política destes Estados reflete-se na gestão da política econômica de ambos, em uma perspectiva comparada.

A Regeneração portuguesa (1851-1868) consiste, desta forma, em uma política de organização e alinhamento de interesses partidários que tinha como objetivo gerar um horizonte favorável para a ação política, engendrando assim, potencialmente, investimentos privados (com base em inversões do Estado) e, principalmente, reconsolidando o Estado após as duras revoltas de anos anteriores. Tal cenário, grosso

modo, é visível também no Brasil: O movimento da Conciliação (1853-1862) trazia em si praticamente o mesmo desiderato, qual seja, estabilizar o estado e favorecer fluxos externos de capital.

Pode-se perceber, neste sentido, que o estudo da correlação entre a ação política e a política econômica do Império, *vis-a-vis* as conjunturas de instabilidade nas esferas monetária e cambial, é pouco realizado em função de sua especificidade: afetando a economia nacional e o seu desenvolvimento (tema voltado para os que desejam compreender a formação econômica do Brasil), boa parte dos condicionantes destes momentos de instabilidade – em outras palavras, destas *crises* – possui origem externa, que se verifica seja através de pressões sobre o câmbio, ou por diminuições dos fluxos de empréstimo, o que faz destes processos de crise um campo de estudo também para a área de Economia Internacional. A relativamente limitada disponibilidade de maiores reflexões dentro deste período da História Econômica do Império, assim, condiciona a possibilidade de estudá-lo em detalhe.

Mais raros ainda são os estudos na seara da História Econômica de Portugal, 'vistos' a partir do Brasil. Persiste ainda uma importante lacuna em estudos comparativos sobre estas duas nações, de tal modo que os estudos utilizados nesta tese a respeito da economia portuguesa foram, em grande medida, produzidos por autores lusitanos ou norte-americanos. Internalizar parte dos estudos realizados no 'além-mar' é um dos nossos parâmetros para justificar a consecução desta tese.

Por fim, é importante ter em conta que a temática das crises financeiras e os mecanismos para sua superação ainda é bastante atual: à medida que temos uma crise econômica atual que se interpõe a uma grave crise política, percebemos que vários dos dilemas que afetavam os gestores da política econômica nacional há um século e meio ainda fazem parte do debate contemporâneo.

Tendo por base as reflexões já efetuadas neste primeiro contato com o objeto de estudo desta tese, procuramos estabelecer algumas pistas para se obtenha uma compreensão mais elaborada dos temas a serem elucidados. Tencionamos, assim, trazer mais luzes sobre nosso método de trabalho e as formas pelas quais o mesmo gestou-se.

A respeito de uma adequada consecução do trabalho em pesquisa histórica, manifesta-se Julio Aróstegui:

> Não há possibilidade de uma boa pesquisa sem uma definição clara, em todas as dimensões às quais nos referimos antes, dos problemas pesquisados. (...) Mas (sim) definir com precisão, o quanto antes, em um dado momento do trabalho, a entidade real e os limites do que se quer pesquisar é um passo inevitável e indiscutível de todo processo metodológico[11].

A partir da matriz proposta por Aróstegui, procuramos realizar uma pesquisa com um objeto claro, dentro de balizas cronológicas de tamanho relativamente pequeno, porém inscritas em um contexto de rápidas e profundas transformações no aparato institucional dos países colocados sob análise nesta tese.

Como marco referencial, ainda, cabe enfatizar que procuramos, no corpo do trabalho, estabelecer relações entre as diferentes forças que compõem o campo de estudo da História Econômica. Buscamos ir além de um estudo de causas e efeitos de períodos cíclicos, crises e associados, estabelecendo assim nexos causais que nos permitam uma melhor compreensão do cenário em tela[12].

[11] ARÓSTEGUI (2006), pp.475-6.
[12] FONTANA (1998), p.369.

A proposta apresentada para esta tese, portanto, visa guiar a execução do trabalho a partir de dois pontos de referência, quais sejam, o levantamento bibliográfico e o arrolamento de fontes, em suas mais diversas manifestações.

No que tange ao levantamento bibliográfico, tencionamos aprofundar uma análise das principais obras teóricas sobre o período, visando responder as questões que permeiam o objetivo maior deste trabalho: A especificidade da dinâmica do Padrão-Ouro nacional no Século XIX, e a influência, sobre o mesmo, das instituições político-partidárias e dos ciclos financeiros, vale dizer, das diferentes orientações das autoridades monetárias, em Portugal e no Brasil, a respeito da condução das disponibilidades e política sobre o meio circulante.

Por força de suas especificidades, assim, o trabalho bordeja, grosso modo, a seara da História Quantitativa, sem perder de vista a busca de referências ditas qualitativas.

Apropriamo-nos dos conceitos de História Quantitativa a partir da definição teórica de José Jobson A. Arruda, que desta forma pondera sobre o assunto:

> A História Quantitativa não é um fim em si mesma, mas um meio de apreender as realidades econômicas. A adoção dos instrumentos de mensuração fornecidos pelos economistas tem significado um esforço constante de redefinição conceitual, e o resultado é que o refinamento metodológico tem trazido incertezas e constante mudança de perspectiva. O que não se pode permitir é que a História Quantitativa degenere num exercício estéril de lógica. (...) É necessário captar as estruturas mais profundas, que meia dúzia de dados estatísticos ou modelos econométricos não são capazes de traduzir.[13]

Pretendemos utilizar estes corolários para acentuar nossas posições a respeito do método de estudo adotado. Ao considerarmos nosso objeto, temos claro que a análise simples das oscilações do cenário econômico, a observação de variáveis e a descrição de

[13] ARRUDA (1980), pp.46-7.

fenômenos, não satisfaria nossa intenção principal. Neste sentido procuramos entender, ao desnudar aspectos da vida da população, por exemplo, os impactos das conjunturas adversas e das crises sobre o próprio tecido social e suas manifestações.

Para atingir este objetivo, a segunda base metodológica adotada passa pela aquisição e manuseio de fontes históricas. Partimos da definição fornecida por Aróstegui, que enfatiza:

> Fonte histórica seria, em princípio, todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo[14].

A definição é-nos útil para depreender o uso dos materiais obtidos ao longo do trabalho. Serão utilizadas fontes quantitativas e qualitativas, em diferentes intensidades, de modo coerente com as necessidades de cada tema de discussão.

A respeito das fontes quantitativas, pudemos arrolá-las a partir de bases de dados, bem como de autores que, em seus estudos, coligem grande quantidade de informações úteis ao desenvolvimento do trabalho. Quanto às bases de dados, podemos destacar, em um primeiro momento, os relatórios disponíveis junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e ao IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Outras bases, ainda, podem ser encontrados nos estudos dedicados ao tema da História Monetária do Império, tais como os realizados por Oliver Onody (1959), Liberato de Castro Carreira (1890), Amaro Cavalcanti (1892), Pandiá Calógeras (1960) e João Pires do Rio (1947). Nestes importantes trabalhos, em sua maior parte quase

[14] ARÓSTEGUI, op.cit, p. 491.

contemporâneos à eclosão dos fatos em estudo, podemos encontrar dados de suma importância para a compilação de nossas bases de informação.

Outros materiais importantes, que constituem um núcleo duro para a execução deste trabalho, estão embutidos em fontes primárias tais como, por exemplo, os *Relatórios do Banco do Brasil* e obras como *o Relatório da Comissão de Inquérito nomeada por aviso do Ministério da Fazenda de 10 de outubro de 1859*, a respeito do meio circulante no país, bem como anais do Poder Legislativo como as *Coleções de Leis do Império do Brasil*, na esfera do Poder Legislativo, e as *Coleções de Decisões do Império do Brasil*, oriundas do Poder Executivo.

Observa-se, assim, a possibilidade de encetarmos um diálogo profícuo entre fontes históricas em suas diferentes manifestações, a fim de que sejam atingidos os objetivos elencados anteriormente e validadas as hipóteses apresentadas, conforme aborda José Jobson A. Arruda:

> Não descuidar dos detalhes, da filigrana, mas também não deixar de inscrevê-la na teia ampla da macro-história, na sua cadeia relacional, e daí, retornar ao pontual, ao contingente, ao aparentemente insignificante. Depois dessa primeira aproximação, impõe-se uma segunda viagem metodológica que transcorre da descrição à análise, da narração à reflexão sistemática. Nesse entrelace, signos e sentidos se explicitam, conceitos e símbolos se completam, ou se revelam. Enfim, busca-se atingir os tesouros ocultos do subconsciente, manifesto no imaginário, e realizar a travessia rumo às formações mentais dominantes, de caráter ideológico, cuja expressividade é inequivocamente produzida nas clivagens e tensões sociais.[15]

A espacialização proposta tem por objetivo abranger um período onde se desenvolveram as experiências políticas da Regeneração e da Conciliação, em Portugal e no Brasil. Nossas balizas temporais, por sua vez, possuem uma fluidez maior, pois detivemo-nos em detalhe para o caso brasileiro até o ano de 1862, e em Portugal até 1868. A escolha justifica-se à medida que buscamos enfatizar a conexão existente entre as ações

[15] ARRUDA (1998), p.188.

políticas e o desenvolvimento econômico de ambos os países. Uma periodização diferenciada, conquanto enfatize mais intensamente as oscilações da economia destas nações, poderia também, em última análise, não atender plenamente o cumprimento de nossas metas.

A fim de levar a cabo estes objetivos, dividimos este trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, explicitaremos e analisaremos os conceitos relacionados ao *corpus* teórico desta tese. Em outras palavras, procuraremos entender, a partir do estudo de alguns conceitos, a formação e organização do sistema do Padrão-Ouro, considerando a existência de diversas fases de ascensão e queda de diferentes indicadores macroeconômicos (PIB, nível de exportações, consumo interno, entre outros) nas economias europeias no Século XIX.

Por fim, lançaremos luzes sobre a instituição do Padrão-Ouro, recuperando os seus enfoques teóricos iniciais (explicitados no modelo de Fluxo de Moedas Metálicas do filósofo David Hume) e enfatizando a sua adoção por Brasil e Portugal no período em análise.

No Capítulo II, de acordo com o esforço comparativo proposto, buscaremos descrever e refletir a respeito da ação, no plano econômico, dos diferentes grupos políticos alçados à liderança dos gabinetes do Conselho de Ministros do Império do Brasil entre 1850 e 1864, com especial ênfase sobre a formação de um sistema bancário nacional, apoiado sobre a emissão de moeda, com vistas à reprodução contínua dos complexos econômicos nacionais, porém mais que isso, para a aceleração da atividade especulativa, em especial sobre a praça do Rio de Janeiro.

Destarte, o referido estudo do sistema bancário traz à tona algumas questões de vulto, tais como a participação dos agentes locais nos projetos de investimento e no

crédito para a atividade comercial, a capacidade destes mesmos agentes em associar-se ao capital externo para captação de moeda forte, além da própria inserção da população geral na vida financeira da nação, através do que chamamos de 'sub-circuitos de acumulação', corporificados nas associações de crédito mútuo e Caixas Econômicas, como a *Caixa da Corte*, fundada no Rio de Janeiro no ano de 1861.

Verificaremos ainda alguns episódios de crise no padrão-ouro nacional, com destaque para o 'pânico financeiro' de 1857. Visamos à explicação da referida crise, seus condicionantes e a orientação dos gestores da política macroeconômica – sejam liberais ou conservadores – no sentido de fazer frente a tais sombrias conjunturas.

Procuraremos, ainda, entender a significativa inversão da política monetária – ainda que não se tenham invertido a composição partidária dos quadros de liderança, haja visto que os conservadores permaneceram no comando do Conselho de Ministros – no momento que se sucede à Crise de 1857, e que se caracteriza até 1862/64 pela significativa restrição à atividade de emissão, que aos poucos foi sendo relaxada, como forma de garantir o suprimento de moeda ao incipiente sistema financeiro nacional, tornando-o novamente vulnerável a crises de confiança e corridas bancárias, tal como no caso da quebra da casa A.J.A. Souto, no ano de 1864.

No terceiro capítulo, trataremos da dinâmica de Portugal no mesmo ambiente econômico do padrão-ouro entre 1851 e 1865. Procuraremos desenvolver maior ênfase às políticas de Estado em investimentos e remodelamento dos aparatos legal e institucional conhecido como a Regeneração, expressos no *Ato Adicional de 1852* e em legislações de igual valor. A partir da crise financeira de 1846-47 e dos conflitos civis da mesma década, buscaremos entender as relações assumidas por este Reino nas décadas subsequentes à emancipação do Brasil.

A partir desta primeira aproximação, impõe-se uma segunda abordagem, a respeito da necessidade de verificação de projetos claros e orientados de política econômica em ambos os países; verificaremos que, a despeito das idiossincrasias sociais e culturais que diferenciavam Brasil e Portugal já no Século XIX, em termos econômicos há um nítido destaque para os portugueses, que conseguiram consolidar um projeto de desenvolvimento para o país já em meados do referido século, sob a forma de uma política de investimentos em infraestrutura-urbana e em transportes públicos que seria doravante conhecida como o *Fontismo*.

Serão posteriormente efetuadas algumas considerações finais.

CAPÍTULO I

PADRÃO-OURO E CICLOS ECONÔMICOS NO SÉCULO XIX: TEORIA E PRÁTICA

Introdução

Neste capítulo, procuraremos delimitar uma parte do *corpus* teórico que define os limites desta tese. O objetivo deste capítulo, deste modo, reside em entender o surgimento e consolidação do sistema monetário do Padrão-Ouro no século XIX - e a partir deste fato, analisar a evolução econômica de Portugal e Brasil na mesma época - a partir de uma série de questões relacionadas à política econômica do período em análise.

Buscamos, portanto, entender a emergência do Padrão-Ouro a partir da crescente necessidade de obtenção de instrumentos de ajuste das variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto, saldos comerciais, consumo interno, taxa de câmbio, entre outros), sujeitas a oscilações periódicas motivadas por conjunturas negativas, endógenas ou exógenas - eventos estes como quebras de safra, conflitos armados, revoltas civis e assemelhados.

Semelhantes situações conduziam os agentes econômicos, eventualmente, a rever suas expectativas quanto à própria 'salubridade' do sistema e da política econômica, ocasionando um expressivo aumento na demanda por moeda e pagamentos à vista, situação que engendrava a falência de empresas como casas bancárias e de câmbio, estabelecimentos de crédito e outras instituições financeiras.

Tornava-se patente, portanto, a necessidade de implementação de um sistema de ajuste de preços e de taxas de câmbio entre diferentes nações, como forma de gerar um efeito (ao menos teoricamente) estabilizador, através da coordenação das políticas

monetária e cambial, a partir da fixação da paridade de distintas moedas a um referencial metálico, modelo este conhecido como o Padrão-Ouro.

Entretanto, como veremos, embora o referido Padrão tenha sido gestado no sentido de estabilizar as oscilações da economia e gerar um ambiente viável para a celebração de contratos entre agentes transnacionais, nem sempre este papel será cumprido *stricto sensu*: Pelo contrário, exatamente por configurar-se como um mecanismo de coordenação de diferentes sistemas monetários divididos por países, eventuais períodos críticos que anteriormente à implementação do Padrão circunscreviam-se a uma determinada região ou nação, passariam a espraiar-se por diversos países, ampliando a conjuntura recessiva e agudizando os efeitos danosos destas crises econômicas.

A partir deste fato, pode-se depreender que o estudo do Padrão-Ouro e seus limites no século XIX deve levar em conta a necessidade de estabelecer um referencial teórico que torne possível a compreensão da existência de *ciclos econômicos* - e, portanto, de momentos de recessão e crise, inerentes à existência de tais ciclos - ao longo do período em análise. O estudo da prevalência destes ciclos de acumulação, em suas distintas fases de crescimento, apogeu e crise, consistirá em um dos objetivos deste capítulo.

E, para levar a cabo esta tarefa, visamos realizar um estudo comparado das diversas correntes teóricas dedicadas ao tema, explicitadas em autores como Joseph Schumpeter, Nikolai Kondratiev e Clément Juglar (particularmente importante para o estudo das crises financeiras britânicas do século XIX).

É importante enfatizar, neste sentido, que a tese não pretende realizar um estudo aprofundado sobre Teoria dos Ciclos Econômicos; nosso objetivo é estabelecer um marco

teórico inicial que nos permita visualizar a dinâmica econômica que engendrou o surgimento do modelo do Padrão-Ouro.

Por fim, com base nas premissas supracitadas, concluiremos o capítulo lançando luzes sobre a própria instituição do Padrão-Ouro. Recuperaremos os seus enfoques teóricos iniciais (explicitados no modelo de Fluxo de Moedas Metálicas do filósofo David Hume) a fim de compreender a sua prevalência sobre as economias ocidentais no século XIX.

Porém, mais que entender o referido Padrão a partir de conceitos teóricos gerais, obra já realizada por diferentes autores, buscaremos realizar uma 'viagem analítica' de certo modo diferenciada: O Padrão-Ouro não surgiu por mera liberalidade, mas sim foi-se construindo a partir de um referencial universal de valor corporificado no ouro enquanto metal, que conferia lastro ao meio circulante no sistema.

Torna-se interessante, neste sentido, compreender o uso do ouro sob a forma dinheiro ao longo da História. Para isto, buscaremos, nas estepes da Ásia Menor, as raízes da circulação monetária e da adoção do ouro como principal reserva de valor para os seres humanos. A partir desta dinâmica, chegaremos ao entendimento do estabelecimento do Padrão-Ouro sobre a economia mundial durante parte dos séculos XIX e XX.

1. Ciclos de crescimento no século XIX: Alguns referenciais

O propósito desta seção reside em estabelecer um marco teórico para um fenômeno econômico no século XIX: A existência de momentos, relativamente organizados de forma cíclica ao longo dos anos, de crescimento e recessão econômica, principalmente nas economias europeias. Com periodicidade variável, afetavam a atividade econômica de modo geral, dificultando o estabelecimento de contratos e

políticas de longo prazo, e tornando necessária a implementação de medidas de estabilização. Entre outras políticas, estava o regime do Padrão-Ouro, atuando principalmente sobre as esferas monetária e cambial da economia. Temos, assim, a necessidade de delimitar uma visão, ainda que sintética, sobre os ciclos econômicos e teorias associadas no período em análise.

1.1. Em busca de um conceito

A fim de estabelecer um referencial, adotamos a seguinte definição: Em linhas gerais, *um ciclo econômico se caracteriza por um movimento de repetição periódica no tempo, com fases ascendentes e descendentes (característica senoide) em torno de diferentes agregados macroeconômicos, tais como produção, nível de emprego, consumo, investimento, e outras variáveis de igual importância.*

Nestas fases ascendentes e descendentes, observam-se fenômenos econômicos de crescimento em taxas ascendentes até um determinado pico, seguidos por um período recessivo até um ponto de mínima atividade econômica, de depressão[16].

Este ponto de vista se ampara na definição de José Jobson A. Arruda. Para o autor, o modo como as variáveis econômicas se comportam no tempo caracteriza a existência de um ciclo, embora não no seu conceito mais formal:

> Por definição, etimologicamente, ciclo é um período contínuo que contém um determinado número de unidades de tempo, ordinariamente anual, durante o qual certos fenômenos se reproduzem numa mesma ordem. O ciclo expressa a ideia de retorno ao ponto de partida, semelhante à palavra círculo; o movimento de um móvel em torno de si mesmo. (...) Neste sentido rigoroso da Física, jamais existiu um ciclo econômico. Os movimentos econômicos são mais efetivamente periódicos ou ondulatórios, isto é, envolvem a ideia de que existe uma tendência cíclica ou periódica, mas sem regularidade.[17]

[16] SCHUMPETER (1982), cap. VI.
[17] ARRUDA (1980), p.605.

A partir da matriz teórica de Burns & Mitchell (1946), podemos identificar cinco elementos comuns à ocorrência de ciclos econômicos:

1) os ciclos econômicos se caracterizam por flutuações da atividade agregada como um todo; em que pese o fato de algumas variáveis reagirem em intervalos diferentes a uma conjuntura de crise, tais como o volume de investimentos, as oscilações serão visíveis em toda a malha econômica;

2) A atividade econômica tem como característica imanente a prevalência de fases ascendentes e descendentes;

3) os agregados macroeconômicos apresentam movimentos colaterais ao ciclo; não necessariamente se reproduzem fidedignamente ao ciclo em suas fases de ascensão e queda, porém apresentam padrões regulares e, grosso modo, passíveis de predição ao longo do ciclo econômico;

4) O ciclo econômico é essencialmente um fenômeno cuja recorrência se estabelece a prazos relativamente regulares; contudo, seguramente não se trata de um movimento de periodicidade estritamente definida, de tal modo que fosse possível estabelecer previsões a respeito dos movimentos internos ao referido ciclo;

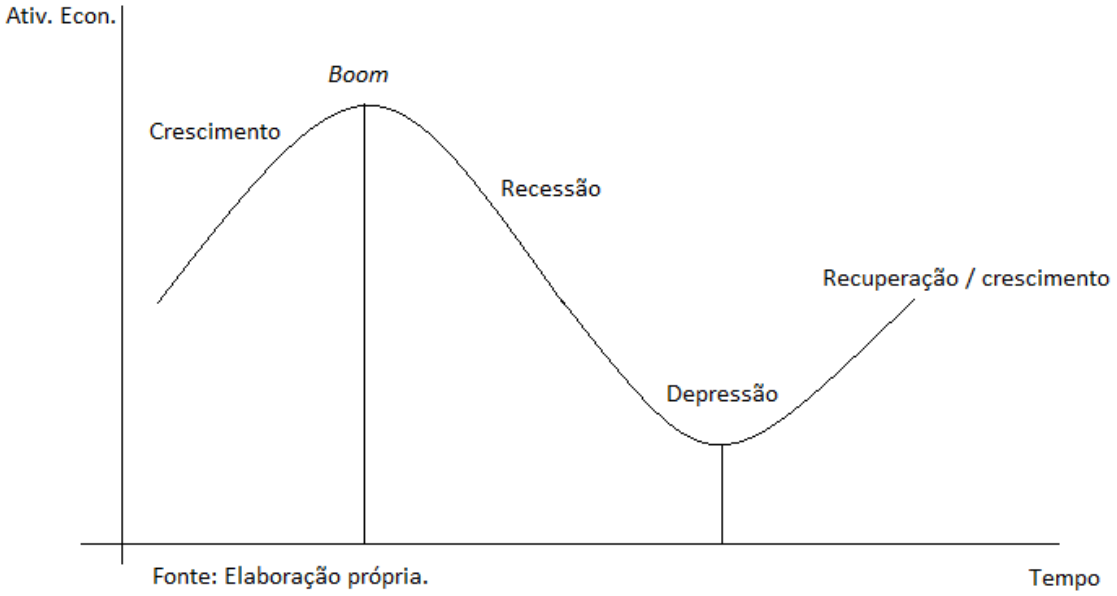
5) os ciclos econômicos possuem persistência: medidas de profilaxia e ajuste destinadas a tirar a atividade econômica da fase recessiva tendem a produzir efeitos apenas após algum período de tempo, geralmente indeterminado[18].

Recuperando, em especial, a quarta proposta de Burns e Mitchell, José Jobson A. Arruda apresenta a ideia de que não há propriamente um intervalo necessariamente constante para a visualização de um ciclo econômico:

[18] BURNS & MITCHELL (1946)

> O estudo das variações cíclicas envolve uma série longa de flutuações curtas, médias e longas. As mais fáceis de serem notadas, aquelas que estão ao nível da percepção mais sensorial, são as variações ultracurtas, como as flutuações sazonais. (...) O fato de possuir causas independentes, e se repetirem anualmente, facilita o isolamento das flutuações sazonais no conjunto das flutuações mais gerais.(...) As principais flutuações do capitalismo, entretanto, são as flutuações médias e longas, que terminam em crises ou pânicos.[19]

Em termos didáticos, um ciclo econômico, caracterizado pela atividade econômica em função de um determinado espaço temporal, pode ser caracterizado, de forma simples e esquemática, através da Figura 01, que se segue:



Fonte: Elaboração própria.

1.2.Ciclos econômicos no século XIX

Ao final do século XIX e início do século XX, começaram a surgir os primeiros estudos destinados a compreender a dinâmica dos ciclos econômicos[20]. A princípio, a

[19] ARRUDA (1980), p.91.

[20] A clivagem sobre o século XIX se ampara no fato de muitos autores enfocarem a prevalência de ciclos econômicos apenas a partir da Primeira Revolução Industrial. Nikolai Kondratieff, na década de 1920, enfatizava a existência do primeiro ciclo durante o referido período. Jesus Huerta de Soto (2006) aloca o momento em que os ciclos tornaram-se mais nítidos a partir da Revolução Industrial. Estey (1965) também localiza a Revolução Industrial como gênese do movimento cíclico da economia. José Jobson A. Arruda (1980), por sua vez, recuperando autores como Ernest Labrousse, enfatiza a existência de ciclos pré-

hipótese desenvolvida era a de que as fases de crescimento e contração da economia sucediam-se periodicamente, e mesmo com um certo grau de regularidade. Criou-se, à época, uma espécie de 'taxionomia' de ciclos econômicos, dividindo-se os mesmos em ciclos de curta e longa duração.

Os ciclos de curta duração eram tipificados como ciclos decenais, haja visto que a cada dez anos, em média, a economia inglesa experimentava um período cíclico de crescimento, recessão e recuperação da atividade econômica. Estes ciclos seriam conhecidos como ciclos de Juglar, em referência a Clément Juglar (1819-1905), que, em 1862, escreveu um opúsculo dedicado ao estudo das crises comerciais e sua periódica ocorrência na França, Inglaterra e Estados Unidos.

Em seu estudo, Juglar notificou que as referidas crises ocorrem a intervalos ligeiramente periódicos, entre oito e dez anos, daí depreendendo a existência de um ciclo econômico[21]. Sobre este autor, afirma José Jobson A. Arruda:

> Pela primeira vez o problema das crises foi sistematicamente colocado. (...) Nesta concepção, a crise é um fenômeno normal, que procede a um saneamento necessário, após uma etapa de super-produção. são perturbações passageiras que levam em si mesmas os elementos da correção.[22]

Este autor propugna algumas causas comuns a tais crises, típicas de fases de descenso econômico. Porém, a principal delas reside sobre distorções no comércio internacional: o *boom* de importações deprimiria significativamente o sistema monetário de um país, em vista da fuga de capitais para fazer frente à necessidade, sempre crescente, de novos pagamentos em moeda metálica, gerando falências de bancos e ensejando o surgimento de pânico entre os agentes financeiros, entendido este como uma busca

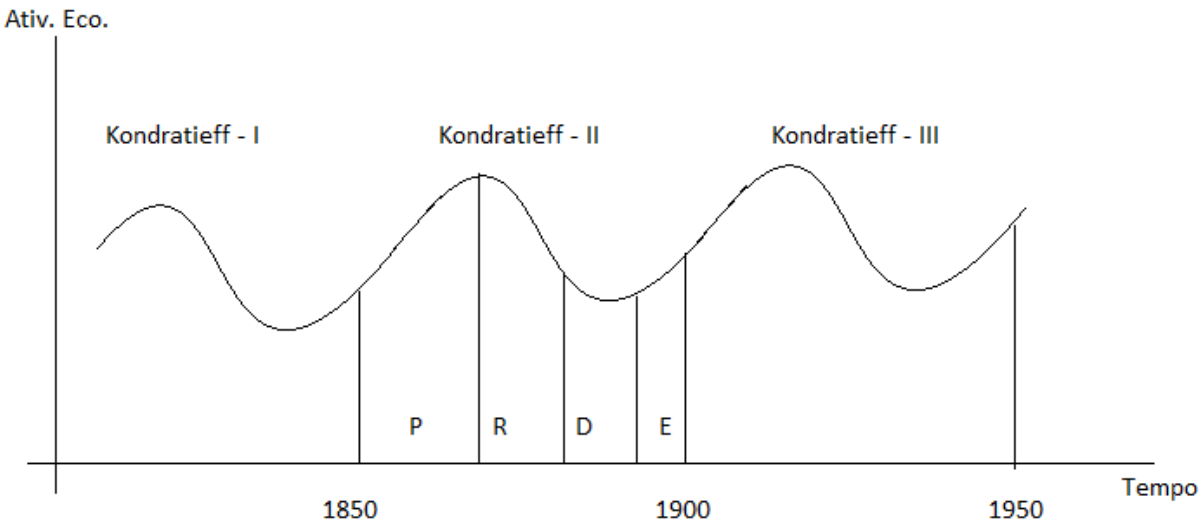
industriais, porém de caráter agrário: 'Caprichosa como as estações e as colheitas, sua forma mais reduzida era a fome' (ARRUDA (1980), p.92).

[21] JUGLAR (1989), p.20. FREEMAN & LOUÇÃ (2004), pp.229-230.

[22] ARRUDA (1980), p.93.

desenfreada de resgates de aplicações, aprofundando assim os efeitos recessivos da crise na atividade econômica[23].

Já os ciclos de longa duração foram estudados por Nikolai Kondratieff (1892-1938), tendo recebido o nome deste autor, fuzilado durante os expurgos políticos de Stalin antes da Segunda Guerra Mundial. Afirma Kondratieff que, a intervalos de quarenta a sessenta anos, com média de cinquenta anos, prevaleciam crises de crescimento sobre a economia mundial. Estas crises marcam um ponto de inflexão do ciclo estudado por Kondratieff, que se divide em quatro fases: Prosperidade (P), Recessão (R), Depressão (D) e Recuperação (E)[24]. A Figura 02, na sequência, demonstra a dinâmica:



Fonte: Elaboração própria.

Estas mudanças, segundo Kondratieff, estariam ligadas ao esgotamento de tecnologias vinculadas aos seus períodos de investimento e ação sobre o parque produtivo. Em outras palavras, o padrão tecnológico da economia como um todo se desenvolveria de modo cíclico: Haverá prosperidade quando tecnologias recém-incorporadas tragam prosperidade à economia e a seus agentes. Porém, este padrão,

[23] JUGLAR (1862).
[24] MAGER (1987).

sujeito a um esgotamento ou à obsolescência no longo prazo, viabiliza a existência de fases de recessão e crise na economia, a um prazo médio de cerca de meio século[25].

Grosso modo, o padrão tecnológico, para Kondratieff, está relacionado à política de investimentos dos agentes econômicos: A inversão em bens de capital gera uma malha industrial capaz de conduzir a economia a uma fase de crescimento durante o período de maturação desta mesma malha. Contudo, os investimentos, em função do grande volume de capital demandado, não se manifestam de modo contínuo ou uniforme; de fato, são implementados em 'ondas largas', ou momentos bem determinados no tempo. Após algumas décadas, porém, a obsolescência destes equipamentos e máquinas contribui para a redução do crescimento econômico e a ocorrência de crises no sistema[26].

Conclui José Jobson A. Arruda:

> Resumindo: as principais ideias de Kondratieff são as seguintes: as ondas largas repetem-se a intervalos regulares de tempo; séries de diferente caráter manifestam flutuações simultâneas e similares; as ondas largas são um fenômeno internacional.'[27]

Por fim, Joseph Schumpeter (1982), agregando os conceitos de Kondratieff a respeito das ondas de crescimento à sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, enfatizou a ideia de que o termo 'ciclo' pressupõe a existência de um padrão irregular de investimentos, viabilizados sobre atividades de crédito, além da implementação de inovações, que condiciona a formação de fases de ascensão e descenso no crescimento econômico.

Schumpeter associou o processo cíclico a quatro fases, de modo análogo a Kondratieff: Prosperidade (com uma sub-fase, o *boom* econômico) recessão, depressão e

---

[25] FREEMAN & LOUÇÃ (2004), cap.3.
[26] MAGER (1987); SOLOMOU (1990).Ver também HUERTA DE SOTO (2006), pp.377-80.
[27] ARRUDA (1980), p.96.

renovação. Contudo, em sua obra tem-se que o período inicial para a mensuração de qualquer ciclo econômico é o período da prosperidade, que se segue, conforme o padrão, à fase de renovação: Na prosperidade, inicia-se o ciclo inicialmente virtuoso de crescimento econômico, meta de qualquer gestor. Após o *boom*, na recessão portanto, as medidas tomadas pelos agentes visariam à retomada do crescimento[28].

2. Ouro e Padrão-Ouro no século XIX

Apesar do Padrão-Ouro tornar-se uma política praticada por diferentes nações somente a partir da década de 1870, a preferência pelo ouro como referencial de mensuração de valor antecede, em milênios, a formalização do modelo de paridade monetária. Deste modo, para que seja possível compreender os fatores que engendraram o surgimento do Padrão-Ouro, iniciaremos este tópico com uma reflexão maior a respeito do ouro enquanto elemento natural, e daí para sua tipificação econômica como referencial de transações em geral e posterior adoção como padrão internacional de paridade de moedas.

Conforme enfatizamos na introdução à tese, diversos fatores contribuíram decisivamente desde os primórdios da civilização para que o ouro recebesse a atribuição de reserva de valor, e daí para o papel de referencial monetário. Em cerca de 4.000 a.C., a civilização mesopotâmica já trabalhava o ouro para confecção de joias e outros objetos de arte. Em eras posteriores, as técnicas para a obtenção do referido metal e a manufatura de objetos foram paulatinamente sendo transmitidas a todas as civilizações da área Oriental do Mar Mediterrâneo, notoriamente a civilização egípcia. Também no continente

[28] SCHUMPETER (1982), pp. 148-53.

americano, Maias e Astecas conheciam e trabalhavam o ouro, o qual consideravam como metal precioso[29].

Dentre algumas das motivações que competem para a adoção do ouro como forma de medição de valor, pode-se citar:

1) Raridade: Há, em média, uma baixíssima concentração de ouro em sua forma natural na crosta terrestre; para cada 1.000 toneladas de terra, há cerca de 3 a 5 gramas de ouro disponível. Deste modo, são necessárias de 200 a 350 mil toneladas de terra virgem para que se extraia um único quilograma de ouro[30]. Em meio líquido, esta concentração é ainda menor: Pode-se, em média, obter 120kg de ouro a cada quilômetro cúbico (um bilhão de metros cúbicos) de água.

Da mesma forma, sua obtenção, através da atividade da mineração, é bastante complexa: ao invés de ser encontrado na forma de grandes pepitas, como mostram os desenhos animados, os veios de ouro se localizam no interior de rochas, e sua extração impõe o uso de explosivos e/ou uso de produtos de alta toxicidade, como cianeto e mercúrio.

2) Durabilidade: A grande condutividade elétrica e resistência à oxidação torna o ouro um mineral de grande potencial de utilização em uma série de aplicações. De fato, para além do uso nas áreas da joalheria e ourivesaria, ele também é utilizado em computadores (no revestimento de condutores elétricos), aviões, naves espaciais, satélites, entre outros.

3) Ductibilidade / Divisibilidade: O ouro, por ser um material extremamente maleável, pode ser tracionado e submetido a tensões de diferentes formas sem que se

---

[29] JUNQUEIRA, SILVA & GUERRA (2012), p.1. FIGUEIREDO (2012), cap.3.

[30] http://www.moo.pt/maravilhas/empire_state_building/. Acesso em 12/01/2013. Atualizado em 24/04/2015.

rompa em sua unidade, podendo assim ser transformado em finas lâminas (divisibilidade) ou fios (ductibilidade)[31]

4) Facilidade de identificação: o brilho amarelado do ouro é facilmente distinguível em qualquer meio, e reconhecido por qualquer indivíduo que já tenha tomado contato com o metal. Esta facilidade cria uma relação de confiança dos indivíduos em relação a este produto, viabilizando suas trocas e permitindo-o ser assimilado como referencial de valoração de diferentes mercadorias.

5) Capacidade de substituição (fungibilidade): Exatamente por ser conhecido como referencial de valor, o ouro pode ser facilmente substituído, ou trocado, por qualquer tipo de bem, e novamente negociado, sem que se implique em sua destruição (como se faria com uma matéria-prima qualquer, por exemplo, destinada a ser transformada em um bem). Uma pepita de cem gramas, por exemplo, pode ser trocada por cem pepitas de uma grama, sem que haja alguma redução de seu valor intrínseco, exatamente em função deste reconhecimento social de seu valor.

Visto de modo geral, a beleza do brilho metálico do material, sua capacidade de resistência à oxidação, maleabilidade para manipulação e sua oferta limitada fizeram-no ser progressivamente adotado como objeto para confecção de adornos, enfeites, esculturas e outros objetos que devessem ser ressaltados, como referenciais da presença do sagrado.

Será na região da Lídia, na Ásia Menor, que se procederá à cunhagem do ouro na forma de moedas: mais fáceis de transportar e com pesos e medidas relativamente estáveis, as moedas - cunhadas em ouro, e posteriormente em prata e outros metais - tornaram-se um referencial de transação utilizado até os dias atuais.

[31] MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (s.d.), p.1.

E, na Idade Média, o ouro desfrutava de uma condição muito importante, a qual se pode destacar, por exemplo, através da procura pelos alquimistas da chamada 'Pedra Filosofal', que seria capaz de converter quaisquer metais em ouro. Indiretamente, esta busca contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da Química, da Medicina e também da atividade da Metalurgia[32].

A partir do período da Renascença (séculos XIV-XV) até a primeira Revolução Industrial, vai-se criando e consolidando o moderno sistema capitalista, em escala global. Neste período, ocorre uma modificação nas formas de circulação monetária - por dificuldades de transporte e segurança, moedas de ouro, de alto valor, foram paulatinamente deixando de circular, em prol de letras de câmbio e papel-moeda, para o uso nas transações comerciais diárias.

2.1.Sistemas monetários metálicos

Em que pese o fato dos sistemas monetários modernos operarem a partir de instrumentos alternativos de circulação monetária, como letras de câmbio, crédito e papel-moeda, é importante ter em conta a necessidade de que tais instrumentos alternativos sejam lastreados em algum referencial real de valor, em suas mais diferentes manifestações, tais como sal, tabaco, bois, tecidos, especiarias, açúcar, prata, ouro e assemelhados. Para os objetivos deste trabalho, lidaremos com os sistemas mais utilizados na Europa ao longo da Idade Moderna, quais sejam, o monometalismo lastreado na prata, o modelo bimetálico e o monometalismo lastreado no ouro.

[32] MELLO & SPOLADOR (2010), pp.135-36. VILAR (1969).

Monometalismo prata: Utilizado por diversos países até o século XIX, o chamado 'padrão-prata' baseava-se no uso deste metal para a cunhagem de moedas. Por ter uma disponibilidade maior que o ouro, que circulava apenas em pequena quantidade, era um metal utilizado para transações em diferentes faixas de valor, sobretudo após a inundação de prata das praças europeias após a etapa dos descobrimentos nos séculos XV e XVI.

Porém, à medida que o ouro passou a ter uma oferta mais ampla, em vista da descoberta de novas jazidas auríferas a partir da década de 1850, a prata teve seu uso descontinuado: Na Alemanha, por exemplo, o padrão-prata foi utilizado até 1871, seguido pela Áustria (1892), Holanda (1895), Espanha e Rússia (1898).[33]

Bimetalismo: Neste sistema, o ouro e a prata são utilizados como moeda legal; porém, o valor das unidades monetárias (moedas, papel-moeda, letras do Tesouro, e outras) são definidos por um duplo padrão. Primeiramente, são mensuradas em termos de peso de ouro, e uma segunda vez em peso de prata. Deste modo, ambos os metais se correspondem por uma relação fixa de valores. Este sistema vigorou na França, que o adotou em 1803, bem como nos Estados Unidos (1792), além da Itália, Grécia, Suíça e Bélgica[34].

O referido modelo, porém, estava sujeito a falhas: A condição *sine qua non* para a manutenção eficiente de um modelo bimetálico de paridade de moedas passa pela manutenção estrita da relação entre os valores do ouro e da prata. Sendo assim, quaisquer alterações na oferta de um dos dois metais podem alterar o equilíbrio destes valores.

[33] FREITAS (2005), p.12-13. HUGON (1978), p.28.
[34] PEREIMA & CURADO (2012), p.11.

Havendo considerado que a possibilidade de inexistência de alterações de oferta é quase impossível, considerando-se o fluxo constante de metal novo em vista da atividade da mineração - principalmente nas colônias latino-americanas - tem-se que a circulação de moedas era sujeita a instabilidades, em vista dos mecanismos de preferência por moedas conhecido como *Lei de Gresham*.

De modo geral, a Lei de Gresham preconiza um fenômeno monetário onde 'a má moeda expulsa a boa moeda'. A 'má' moeda é entendida como aquela onde seu valor comercial - aquele que é reconhecido pela comunidade como referencial de um valor para as transações cotidianas - é menor que seu valor nominal, impresso na unidade monetária, situação visível, via de regra, em conjunturas de alta inflação. A moeda 'boa', ou 'forte', tem seu valor nominal rigorosamente semelhante ao valor comercial[35].

No caso, se porventura verificar-se uma desvalorização de um determinado metal, dentro de um país, haverá três possíveis mecanismos para que se observe a expulsão de moeda forte:

1) Os agentes credores - em sua maior natureza estrangeiros, não sujeitos à coação das armas e das leis locais - irão exigir seus pagamentos na moeda forte, ocasionando um fluxo de moeda 'boa' para fora do país.

2) Os agentes internos - investidores, capitalistas, banqueiros e outros - tenderão a entesourar moeda forte, com vistas a estarem preparados para enfrentar outras ondas de desvalorização da moeda 'má'. A moeda 'boa', assim, sai da circulação monetária;

[35] LIMA (2011), pp.5-9.

3) Chance de ganhos especulativos: Suponham-se dois países, com uma relação entre ouro e prata fixa, por exemplo, 16 para 1 (ou seja, o valor nominal de 16 unidades de prata corresponde a 1 unidade de ouro). Se, por uma razão qualquer - o apresamento de um corsário carregado de dobrões, descoberta de uma jazida em alguma colônia, resultados de algum butim - ocorre um aumento da disponibilidade de prata, ela se desvaloriza frente ao ouro.

Suponha-se, como exemplo, que esta relação entre prata e ouro decaia para 15,5 para 1[36]. Nesta situação, os agentes detentores de metal precioso resgatarão suas moedas, barras, lingotes, junto aos agentes de custódia, levando-os ao estrangeiro, onde poderão ser convertidas em moeda forte; ao retornar, esta moeda terá um valor maior frente à moeda desvalorizada, gerando um lucro, um ganho na operação de arbitragem, e que é de natureza puramente especulativa, pois joga contra a paridade de metais e leva em conta as chances de ganhos de valorização.

Paulatinamente, o valor da prata perante o ouro foi-se reduzindo (segundo Hugon, a prata perdeu metade de seu valor em alguns países europeus entre 1886 e 1902[37]); sendo inviável tanto a manutenção do padrão bimetálico quanto aquele lastreado em prata, tem-se que o modelo do monometalismo lastreado no ouro tornou-se predominante a partir da segunda metade do século XIX. Contudo, as primeiras experiências ainda não se coadunam com o modelo do Padrão-Ouro *ipsis litteris*: Ainda haveria algumas instâncias legais e burocráticas a vencer a fim de que este sistema entrasse em franca utilização.

---

[36] Utilizando o processo inglês (*up is up*) para avaliação da taxa de câmbio, tem-se que para o agente nacional, uma elevação da quantidade de moeda de prata necessária para adquirir uma quantidade fixa de moeda ouro indica a apreciação da moeda ouro; por outro lado, a redução do preço da moeda de ouro em termos de moeda de prata evidencia uma desvalorização da moeda de ouro. Em termos práticos, a passagem da prata de 16 para 15,5 mostra que um volume menor da moeda de ouro compra a mesma quantidade da moeda de prata, evidenciando a desvalorização da prata.

[37] HUGON (1978), p.35

O **monometalismo baseado no ouro** traz, de modo geral, intrínsecas vantagens: por se tratar de um metal de excelência, aceito como referência de valor em todas as sociedades ocidentais, o ouro não encontra qualquer dificuldade para tornar-se unidade de circulação monetária. Entretanto, via de regra havia um paralelismo entre as circulações de ouro e prata; para expressar valores monetários médios, haveria a necessidade de peças de ouro pequenas, ou peças muito grandes de qualquer outro metal.

Assim, a prata continua a circular, porém fixada em termos da quantidade de ouro disponível nos cofres do Estado, e circunscrita aos espaços secundários das relações monetárias entre nações e seus agentes.

O modelo de circulação monetária baseada no ouro foi utilizado pela Inglaterra desde o ocaso do século XVIII. Já em 1695, porém, temos que a fixação da paridade monetária em um patamar que valorizava o ouro, durante a chamada 'grande recunhagem', na esteira de eventos relacionados à Guerra dos Nove Anos e à criação do Banco da Inglaterra no ano anterior[38], contribuiu decisivamente para que este mineral abundasse no referido país, conforme os pressupostos da Lei de Gresham[39].

Progressivamente, o ouro tornou-se o metal de base para a economia inglesa, sendo consagrado como referência de lastro monetário a partir da lei conhecida como *Coinage Act*, promulgada em 1816. A partir da Inglaterra, outros países foram aderindo ao modelo, seja em sua forma mais pura, ou mesmo através de um 'bimetalismo claudicante', que permitia a circulação de ouro e prata, com intervalos de flutuação para a razão de troca entre ouro e prata, porém intrinsecamente baseada no valor do ouro.

[38] ARRUDA (2004), pp.145-46.
[39] LIMA (2013), pp. 600-602.

Podemos assim entender que, grosso modo, as relações entre um padrão monetário de 'monometalismo-ouro' e o Padrão-Ouro em sua expressão mais clássica são muito profundas. Realizando, neste sentido, um esforço de abstração, pode-se depreender que o Padrão-Ouro é a máxima instância *de jure* de um sistema monometálico baseado no ouro: Apenas o arcabouço teórico, expresso em teorias da moeda e em leis que regem o assunto, diferencia os dois modelos.

Em sentido inverso, portanto, o monometalismo-ouro, enquanto emulação, instância virtual do modelo do Padrão-Ouro, representará a faceta mais real deste mesmo sistema, expresso nas transações da vida cotidiana.

2.2.O advento do Padrão-Ouro no século XIX

Ao final do século XVIII, as economias europeias começam a consolidar um processo de profundas transformações: o ouro e a prata, que já eram os principais meios de troca na economia, vão tornando-se base para um sistema bimetálico.

Ainda que o modelo acima mencionado fosse sensível às crises (que ocorreram em profusão ao longo do século XIX), alterando as relações médias entre preços, tem-se que ele foi a referência para as trocas entre países até o advento da Primeira Guerra Mundial, registrando ainda duração efêmera, sob liderança inglesa, após o término do conflito.

Pretende-se, deste modo, estudar a progressiva adoção do ouro como referencial de riqueza e meio de circulação na economia mundial no século XIX, e a difusão do padrão de trocas daí derivado.

2.2.1.Referenciais teóricos

Normalmente, os trabalhos que versam a respeito da moeda e do Padrão-Ouro utilizam-se do referencial filosófico de David Hume, a partir de seu modelo do fluxo de moedas metálicas (1752), para compreender as oscilações do valor da moeda que ocorrem no interior de qualquer sistema monetário. Contudo, reflexões sobre a moeda e seu papel no sistema de trocas haviam sido anteriormente realizadas também por autores clássicos do pensamento econômico moderno como Nicole Oresme (1355) e Nicolau Copérnico (1526).

O objetivo deste tópico, neste sentido reside em realizar um breve aparte, para resgatar a visão destes autores sobre o papel do ouro e da moeda, alocados em um período que antecede a formação do pensamento econômico *ipsis litteris*, a fim de seja possível compreender o ambiente teórico que engendrou o surgimento do modelo de Hume, peça-chave para o entendimento do Padrão-Ouro em sua fase moderna.

1) Nicole Oresme (1320-1382)

A obra de Oresme, *Tratado sobre a Invenção das Moedas*, datado de 1355, é tida como pioneira nos estudos que se debruçam sobre uma questão de natureza econômica, principalmente sobre os mecanismos de política monetária. No *Tratado*, Oresme defende o princípio da estabilidade do valor das moedas metálicas, em um contexto de abusos por parte dos príncipes e lideranças feudais, que via de regra alteravam o valor e a matéria destas moedas para fazer frente a compromissos inesperados como guerras e problemas de saúde pública, além de obter ganhos usurários com a diminuição do peso de metais valiosos, sem reduzir o valor nominal das moedas.

O princípio norteador do *Tratado* é relativamente simples: A moeda é um instrumento de equivalência de valor entre mercadorias, uma unidade de conta capaz de viabilizar a troca de riquezas naturais entre os seres humanos[40].

Neste sentido, Oresme antecipa em cerca de quatro séculos boa parte das discussões arroladas durante os pródromos do Padrão-Ouro, tais como a possibilidade de ganhos especulativos em nações que mantivessem valorizado o preço do metal, na ausência de mecanismos de cerceio à livre circulação; o descolamento de valores nominais e reais das moedas em vista de alterações de peso e fraudes equivalentes; e, por fim, a exacerbação das desigualdades sociais decorrentes destes processos, em função dos ganhos usurários obtidos pelos príncipes e lideranças políticas nestes países.

Acima de tudo, enfim, é possível afirmar que o *Tratado* de Oresme, além de um proto-manual de política monetária, configura também um 'manual de boas maneiras políticas' para os governantes, de acordo com a moral de sua época: à medida que classifica de usurários os príncipes que alteram a composição da moeda para obterem lucro, e que esta operação desestabiliza o poder real, como se lê no capítulo XXVI da obra, Oresme afirma que este cenário converte o príncipe em um tirano:

> Digo portanto, à guisa de resumo, que a coisa pela qual o reino se encaminha para a perdição é ignóbil e prejudicial ao rei e a todos os seus herdeiros e sucessores; e esta coisa consiste em governar tiranicamente os súditos, oprimi-los e subtrair deles seu sustento mediante as alterações das moedas e outros meios semelhantes. Está demonstrado, então, que tais alterações e exações são contra a honra do rei e muito prejudiciais a toda a posteridade real.[41]

[40] ORESME (1355), trad.2004, p.11.
[41] ORESME, op.cit, p.90

2) Nicolau Copérnico (1473-1543)

O trabalho de Copérnico (1526), *Sobre a Moeda*, traz características muito semelhantes à obra de Nicole Oresme, citado na seção anterior. Nele, a moeda também é tida como um equivalente de transações, e as práticas de adulteração sobre a moeda contribuiriam significativamente para a destruição das nações.

Copérnico estabelece alguns parâmetros para desenvolver seu raciocínio. Primeiramente, tem que a moeda representa uma medida de valor, sendo um substituto perfeito ao escambo, embora ainda não represente o valor *per si*. Divide-se em duas partes, quais sejam, o valor de face, expresso na cunhagem, e valor comercial. Para o autor, caso haja um excesso de moedas metálicas em poder do público, haverá a desvalorização desta moeda, e a fuga para o metal não-cunhado, a fim de ser impresso em outros países onde este metal é mais valorizado. Esta 'perda de dignidade' da moeda seria plenamente capaz de destruí-la nas suas funções de unidade de conta e meio de troca.[42]

Além desta possível 'perda de dignidade', a oscilação do valor nas moedas traz dificuldade para avaliação do cenário econômico e o estabelecimento de contratos. Deste modo, Copérnico sinaliza para a necessidade perene dos governantes para manter a estabilidade do valor da moeda, através da promoção de políticas de valorização e reformas monetárias conforme necessário.

Para restabelecer este valor após conjunturas de crise, o autor enumera seis posturas. A saber: Primeiramente, a política de valorização deve ser unânime entre as lideranças políticas da nação. Em segundo lugar, a cunhagem das novas moedas deve ser realizada em uma única fundição, eliminando pequenas oficinas que poderiam,

[42] COPÉRNICO (1526), trad.2004, p.104.

clandestinamente, cunhar moedas e assim desvalorizá-las no mercado. *Pari passu* a esta medida, a moeda antiga, desvalorizada deve ser completamente abolida, como terceiro ponto.

Em quarto, a paridade das moedas em termos de metal - referência do valor - deve ser fixada de forma 'imutável e inviolável', a fim de que a percepção do valor seja plenamente apreendida pelos agentes econômicos. Em quinto, a multiplicação da moeda deve ser evitada. Por fim, o sexto ponto versa que as subdivisões da moeda principal, tais como os nossos centavos, devem ser cunhados simultaneamente à moeda principal, a fim de que se possa evitar uma cunhagem excessiva que desvalorize a moeda e coloque-a novamente em um círculo vicioso[43].

Em suma, a obra de Copérnico visa os instrumentos de política monetária que devem ser tomados pelas autoridades a fim de manter favorável o ambiente decisório dos agentes econômicos, para o estabelecimento de contratos e crescimento das nações, instrumentos estes que passam pela estabilização do valor das moedas e sua paridade em metal, prata ou ouro. Abre-se, assim, um espaço de discussão possível para o modelo de David Hume, que sintetizando os modelos anteriores, consolida o pensamento econômico referente ao estabelecimento do Padrão-Ouro.

3) David Hume (1711-1776)

O referencial teórico mais significativo para a implementação do modelo do Padrão-Ouro no século XIX vem de David Hume. Em 1752, em sua obra sobre a Balança Comercial (*On the Balance of Trade*), Hume explicita os mecanismos de ajuste e estabilização, *via* inflação e comércio, entre as economias em momentos de fuga de capitais, que desajustam um equilíbrio potencialmente harmonioso entre as mesmas.

[43] COPÉRNICO, op. cit, p.116.

Em linhas gerais, o modelo de Hume é bastante sintético. Adotando hipóteses simplificadoras, o autor pressupõe que, no mundo, apenas moedas de ouro circulam nas nações e entre elas. Não haveria, portanto, instrumentos alternativos de mensuração de valor, como cheques, certificados de depósito e outros títulos, além do próprio papel-moeda. Da mesma forma, a oferta de moeda é uma variável pré-fixada; não há eventos que desencadeiem um excesso de moeda no meio circulante.

Adotamos uma simplificação para fins de exemplo, através de duas nações, A e B. Havendo considerado que as nações operam sob o modelo de economia aberta, Hume explicita que quaisquer transações comerciais entre países envolvem pagamentos através de uma única unidade de conta, expressa sob moedas de ouro.

Se houver a exportação de um bem, de um país A para um comprador B, o vendedor de A receberá seu pagamento em ouro; da mesma forma, em uma operação de importação por A, há a saída de moedas de ouro para a remuneração do vendedor de B. Se as balanças comerciais estiverem ajustadas, sem déficits nem superávits, o sistema encontra-se em equilíbrio[44].

Entretanto, se por motivos políticos, naturais ou algum outro infortúnio qualquer, registrar-se um influxo de mercadorias em B superior ao volume exportado de suas próprias mercadorias, será registrado um déficit na Balança Comercial da nação B. Este déficit engendra uma saída excessiva de moedas de ouro[45], como uma forma de remuneração dos vendedores da nação A.

Automaticamente, mecanismos de ajuste seriam acionados perante esta conjuntura, através de duas dimensões, a do ajuste de preços e, posteriormente, do volume

[44] EICHENGREEN (2000), MARCONDES (1998)

[45] É importante frisar que somente haveria transferência de ouro sonante quando a cotação de seu valor, e o lucro da operação de arbitragem, cobria os custos diretos de transporte e seguro (MARCONDES, Op. Cit).

de transações comerciais: Pelo lado dos preços, o afluxo de moedas de B para A, tornando B deficitário na balança comercial, engendra uma diminuição do *quantum* de moedas em circulação em B, deflacionando os preços. Da mesma forma, o país superavitário registra um incremento do volume do meio circulante. Isto gera um impacto inflacionário sobre os preços do país A. Há, assim, uma distorção na estrutura de preços relativos.

A partir desta distorção, as mercadorias do país A seriam pouco atrativas para B, por conta de seus preços inflacionados; sendo assim, possivelmente haveria uma diminuição do total de vendas de A para B, classificadas em sua balança comercial como atividades de importação. Por outro lado, os preços competitivos de B deverão induzir a um aumento das exportações deste país para a nação A, o que se traduz em uma nova fuga de moedas, agora em sentido contrário, de A para B, desbordando as reservas metálicas deste país até que, novamente, se atinja o equilíbrio nas transações comerciais e na estrutura de preços relativos em momento posterior[46].

Este modelo primitivo - por pioneiro, jamais por simplório - está enquistado nas raízes teóricas do Padrão-Ouro. Enquanto há um 'fluxo de moedas metálicas' entre países, conforme ficaria doravante conhecido o modelo de Hume, mecanismos de coordenação de política econômica poderiam ser implementados no sentido de estabilizar a estrutura de preços e evitar choques comerciais que engendrassem oscilações no balanço de pagamentos de um país. Há, deste modo, ainda que parcialmente, uma descrição bastante significativa do modelo do Padrão-Ouro, um século antes de sua utilização real.

[46] EICHENGREEN (2000)

2.2.2.Referenciais históricos

A partir da década de 1840, o modelo bimetalista[47] evidenciado em algumas das economias ocidentais, como a França por exemplo, começa a perder influência. A descoberta de grandes reservas de ouro na Califórnia e na Austrália (1850/52), associada às medidas do Banco da Inglaterra, que já em 1816 (*Coinage Act*) adotavam o referido metal como referência para as transações financeiras, constituem, em conjunto, o marco inicial da expansão do Padrão-Ouro e da conversibilidade de moedas nas praças europeias (comandadas por Londres e Paris) e, *a posteriori*, sobre grande parte das economias ocidentais[48].

Contudo, é importante retroceder algumas décadas na tessitura desta análise para que se compreenda devidamente o momento de gênese do modelo do Padrão-Ouro em sua expressão mais pura.

Em 1815, com o fim das Guerras Napoleônicas, a situação da Grã-Bretanha, em termos monetários, era alarmante. Os gastos fiscais com as referidas guerras, e a contenção do comércio internacional com o Bloqueio Continental levaram a um encolhimento da moeda disponível à população.

O papel-moeda, cujo curso foi autorizado em 1797, tornou-se predominante nas transações cotidianas. A dívida externa dobrou de tamanho no início do século. Por fim,

[47] Ao longo dos séculos, o ouro e a prata foram utilizados como determinadores comuns das trocas e da mensuração do valor do dinheiro; em que pese o fato do ouro ser negociado em valores bastante superiores aos da prata (eventualmente, no caso brasileiro após 1846, na razão de 15,625 moedas de prata para cada uma de ouro em circulação corrente).

[48] Deve-se ter em conta, ainda, que o período entre 1848 e 1871 é permeado por uma série de revoluções armadas na Europa, o que obriga algumas economias, por vezes, a utilizar mais intensamente o papel-moeda a fim de sustentar o *warfare* relacionado a estas convulsões sociais – papel que, obviamente, era sujeito à depreciação (HAWTREY (1947), pp.70-78). E, no tocante ao aumento da oferta de ouro na Europa a partir de 1848, ver HOBSBAWM (1977b), pp.50-53.

uma série de más colheitas agrícolas engendrou descontentamento na população, culminando com motins populares em 1801 e 1802.

Com o fim do conflito armado, ocorre a retomada do comércio internacional, corporificado no reinício das importações de trigo e outros grãos, que derrubou os artificiais e elevados preços dos produtores locais, que forçaram o governo a implementar as medidas de proteção chamadas *Corn Laws*, duramente combatidas pelos defensores do equilíbrio de mercado, tais como David Ricardo[49].

Sendo assim, urgia uma reforma monetária que conseguisse estabilizar o valor da libra e evitar movimentos de fuga de capitais. O *Coinage Act* (Ato de Cunhagem), na verdade, configura-se como parte de um processo chamado *Great Recoinage* (Grande Recunhagem) de 1816, foi uma das medidas implementadas pela coroa britânica para encetar este movimento de estabilização.

Os dois principais processos estabilizadores realizados na Inglaterra em 1816 objetivaram-se em reintroduzir o uso de moedas de prata (embora em valores não superiores a £2), com relação fixa sobre o ouro: Pode-se, deste modo, classificar este sistema como monometálico. No sistema britânico de valores, procedeu-se ainda à recunhagem das peças de uma libra: Até aquele ano, elas valiam 21 xelins (*shillings*), sendo conhecidas como guinéus (*guineas*).

Com a reimpressão pela *Royal Mint* (equivalente britânico da Casa da Moeda), houve uma ligeira alteração para baixo deste valor: surgia o soberano (*sovereign*), moeda com o valor de 20 xelins para uma libra. O valor do xelim (12 *pence*) não foi alterado. O peso destas novas moedas foi calculado por razões entre ouro e prata: a libra esterlina foi definida com um peso de ouro fino (22 quilates) de 7,32g. Já o *shilling* era calculado por

[49] RICARDO (1982), p.251-55.

5,32 gramas de prata. Uma libra esterlina em ouro, portanto, equivalia a 106,4 gramas de prata, fixando uma razão entre ouro e prata de 14,5 para 1, aproximadamente[50].

Àquele primeiro movimento de reforma monetária seguiu-se em 1819 uma medida do governo destinada a reconverter em moedas todo o estoque de papel-moeda existente até aquele momento, sendo o *deadline* convencionado para 1823. Porém, a rápida substituição dos títulos por moeda sonante fez com que esta conversibilidade fosse atingida já em 1821. O ouro, enfim, voltava a ser o referencial maior na circulação monetária inglesa. Contudo, será apenas duas décadas após, em 1844, que por força de lei será estabelecido um padrão de circulação onde seria autorizada a emissão de notas do Banco da Inglaterra, totalmente lastreadas em moeda metálica.

Surgia assim o Padrão-Ouro.

A respeito da formação do Padrão, e da defesa permanente da conversão plena de moedas, afirma Barry Eichengreen:

> A pedra fundamental do Padrão-Ouro no período anterior à guerra foi a prioridade atribuída pelos governos à manutenção da conversibilidade. No países situados no centro do sistema – Grã-Bretanha, França e Alemanha – não havia dúvida de que as autoridades fariam, em última instância, o que fosse necessário para defender a reserva de ouro de seus bancos centrais e manter a conversibilidade da moeda (...) outras considerações poderiam, no máximo, influenciar a escolha do momento em que as autoridades deveriam agir[51].

Com a descoberta das novas jazidas de ouro em meados do século XIX, o preço relativo deste metal sofreu uma redução, por conta de sua relativa abundância, 'inundando' as praças europeias de ouro e forçando uma articulação entre as mesmas, já

[50] HUGON, op.cit, p.36. Ver também *Report of the comissioners appointed to inquire into the constitution, management and expense of Royal Mint*. 1849.
[51] EICHENGREEN (2000), p.57.

na década de 1870, consolidando o modelo do Padrão-Ouro até o início da Primeira Guerra Mundial. Já neste período observa-se a influência da Grã-Bretanha sobre o sistema financeiro, consolidando-se como importadora e exportadora de capitais.

É importante ter em conta que o sistema não era imune a falhas: no século XIX observaram-se vários períodos de crise, em especial sobre as praças europeias[52]; fatores como o recrudescimento da inflação e déficits comerciais levavam, eventualmente, as diferentes economias a um processo de crise, na defesa desesperada da paridade entre o ouro e suas respectivas moedas locais.

As necessidades e premissas que orientaram a adoção de um padrão de trocas lastreado sobre o ouro por parte de diversos países no século XIX, em boa parte, estão ligadas a três questões principais, quais sejam:

1) A demanda por uma conversibilidade das moedas nacionais em ouro. Enquanto equivalente universal para trocas, o ouro será o meio pelo qual as moedas nacionais, de curso forçado e circulação limitada, serão utilizadas para mensurar um poder de compra e viabilizar o comércio.

2) A liberdade para um fluxo internacional de ouro, a fim de equilibrar o balanço de pagamentos, com superávits/déficits na conta de capitais entre países. As transferências internacionais do metal, ao menos no plano teórico, seriam a forma de corrigir eventuais desequilíbrios.

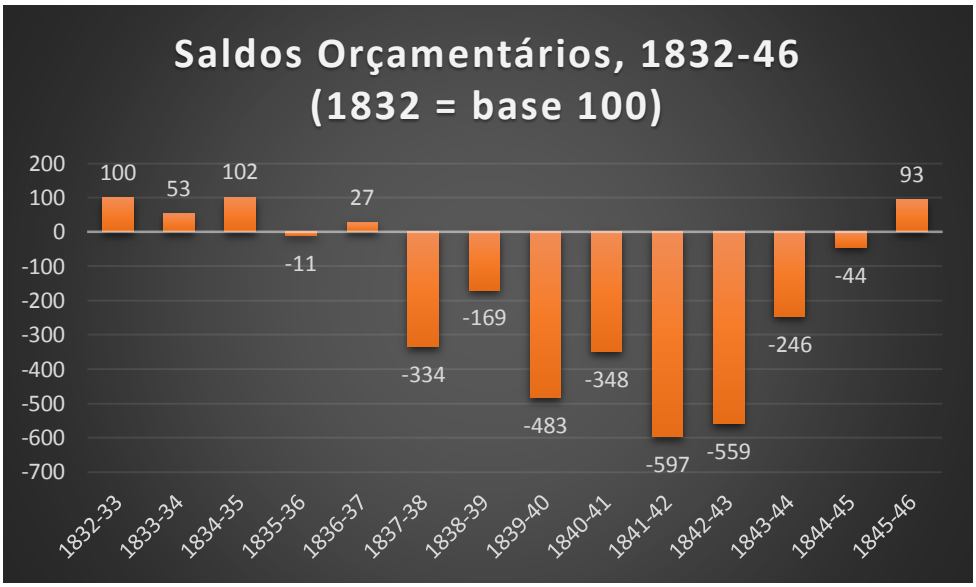
3) A formulação de um arcabouço de regras que pudessem orientar, novamente em teoria, a quantidade de moeda em circulação em uma economia nacional, em relação

[52] Dornbrusch e Frenkel citam oito grandes crises: 1825, 1836-39, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882 e 1890 (DORNBRUSCH & FRENKEL, *in* BORDO & SCHWARTZ (1982), p.234.)

ao estoque de ouro neste país[53]. Considerando que o século XIX é permeado por grandes ondas de empréstimos internacionais, nos quais as casas bancárias inglesas registram grande participação[54], torna-se necessário o uso de instrumentos que permitam aos credores exercer uma vigilância sobre os tomadores de empréstimo, e tomar as devidas precauções caso houvesse risco de insolvência.[55]

2.2.3. A adesão brasileira

A adesão brasileira ao regime do Padrão-Ouro, ocorrido em 1846, aloca-se no contexto de uma fragilidade 'orgânica' da economia nacional, que impunha ao Tesouro uma reforma econômica que visasse fortalecer os seus estoques em moeda metálica. O Gráfico 01, que se segue, ilustra este fato a partir da dimensão dos saldos orçamentários no período anterior ao do Padrão-Ouro:

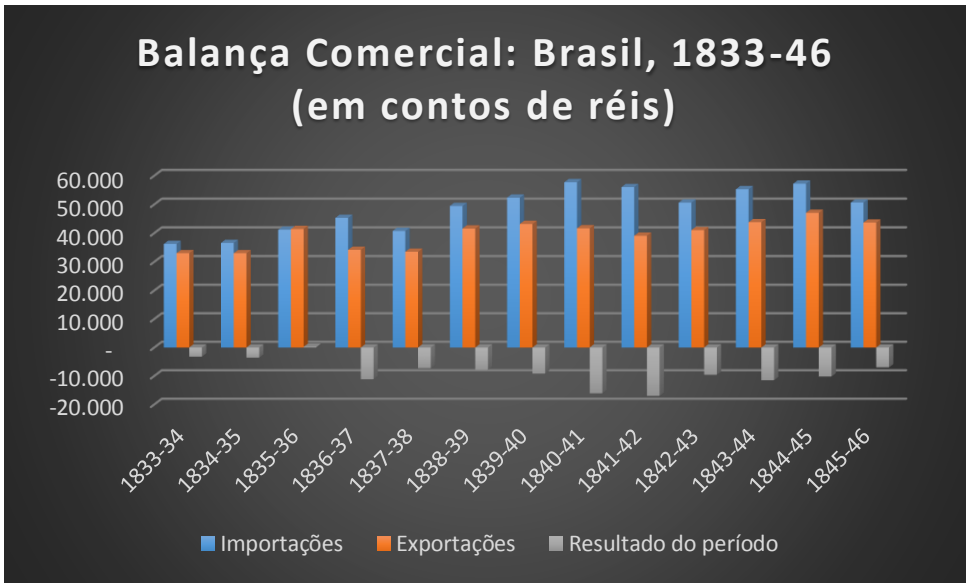


Fonte: ÓNODY (1959), p.197.

[53] As variações no nível de reservas se davam a partir da formação de certificados de depósitos bancários denominados nas principais moedas do sistema; transferências reais, com embarque de moeda metálica, se davam, via de regra, em momentos de crise generalizada.
[54] PETTIS (2001). A partir dos dados dispostos em Ónody (1960), verificamos que os empréstimos estrangeiros contraídos pelo Império do Brasil, que fazem parte do principal recorte temporal deste trabalho, se deram nos anos de 1852, 1858, 1859 e 1860.
[55] ALMEIDA (2010), p.33.

Ainda que o café já começasse a render dividendos à economia, ainda não se havia evidenciado surtos de exportação do produto que pudessem acelerar o crescimento nacional[56]. A progressiva diminuição do ingresso de metais preciosos no sistema através da mineração em jazidas, e a forte concorrência internacional em gêneros primários, tais como a cana-de-açúcar[57], contribuem para uma estagnação das exportações que, junto com o aumento das importações de produtos, engendrava evasão de capitais em moeda metálica.

O Gráfico 02 ilustra a tendência:

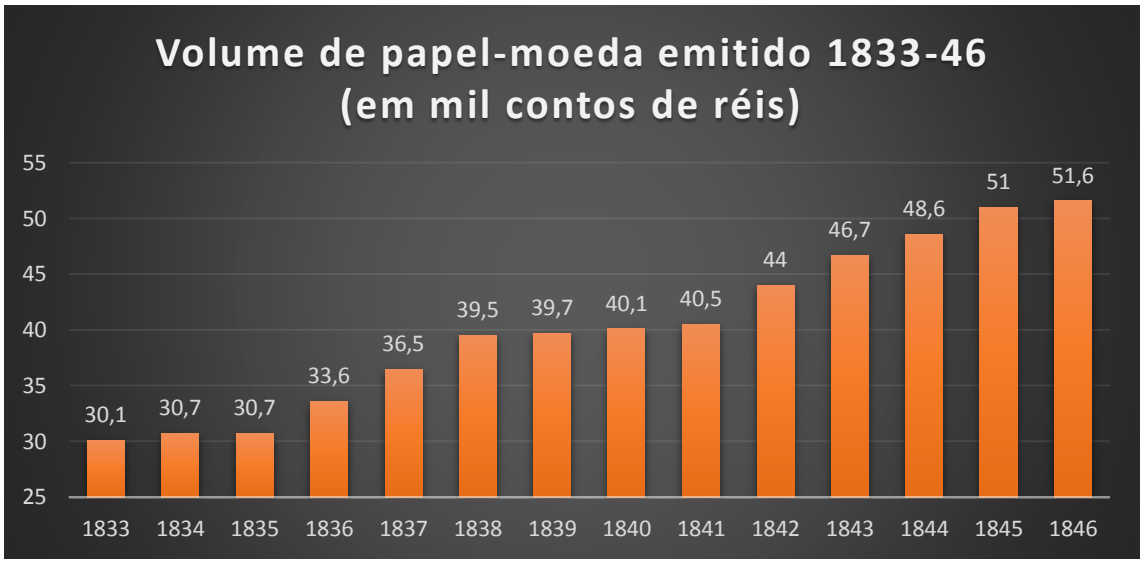


Fonte: CALÓGERAS (1960), p.63.

Já durante a década de 1830, o governo imperial procedia, em intervalos incertos, a processos de retirada de moeda da circulação nacional, com o intuito de manter a taxa de câmbio no patamar estabelecido desde o ano de 1833[58]. Não obstante esta intervenção

[56] Este movimento seria visível a partir da década de 1850, notoriamente (ALMEIDA (2010), p.34.)
[57] A este respeito, afirma Raymundo Faoro: "*O açúcar de beterraba, introduzido no mercado mundial durante as guerras napoleônicas, precipita o Nordeste na crise de onde não mais sairia, senão para transitórias melhorias*". FAORO (1975), p.325.
[58] Sobre a reforma monetária de 1833, ver GUIMARÃES (2012), pp.74-5.

sobre o meio circulante interno, a oferta de papel-moeda[59] aumentou gradativamente durante o período; a taxa de crescimento do volume emitido girava em torno de 4,2% ao ano. Estes dados estão elencados no Gráfico 03:



Fonte: IBGE (1987), p.481.

Em 1846, a fim de estancar a saída de capitais e fornecer maior estabilidade à moeda nacional, é sancionada a Lei nº. 401, em 11 de Setembro. Ela fixava a razão de paridade a 27 *pence*, em ouro, a cada mil-réis. Da mesma forma, o artigo segundo da Lei determinava que o governo estava autorizado a recolher papel-moeda na quantidade que

[59] Neste momento, faz-se mister realizar uma pequena pausa com fins ilustrativos: quando utilizamos o termo 'papel-moeda', estamos fazendo referência à moeda na forma de dinheiro/certificados de depósito cujo lastro era inferior a 100%, ou seja, à moeda criada através dos mecanismos de emissão dos bancos e do chamado multiplicador bancário, sobretudo para sanar a escassez de moeda puramente metálica. Trata-se de um termo com significado diferente de 'moeda-papel', que configura certificados de depósito emitidos pelos bancos e outras casas de custódia com lastro de 100%, ou seja, com resgate total, e garantia plena de conversibilidade de ouro, não havendo assim a criação de moeda fiduciária; tal sistema seria aquele mais compatível com os preceitos de plena conversibilidade apregoados pelo modelo do Padrão-Ouro. Para maiores detalhes a respeito, ver FERNANDES (2001), pp.80-81.

julgasse necessária, com o intuito de manter a valorização da moeda nacional. A razão entre a prata e o ouro ficou estabelecida, a partir de 1847, no valor de 15,625[60].

Tais medidas, ainda que difíceis de serem alcançadas plenamente, o que dá ao Padrão-Ouro, no Brasil, a característica de uma *miragem*, na visão de Thiago Gambi[61] colaborariam no sentido de tornar uniforme o sistema monetário em formação (dando menos ênfase à prata e aos outros metais na cunhagem e circulação de moedas). Seria possível, assim, gerar bases para a retomada do desenvolvimento na segunda metade do século XIX, notoriamente sob a égide da 'economia do café':

> A partir deste momento, ao adotar tal política monetária, o governo imperial *ratificou* o modelo agrário exportador escravista, tendo o café como principal produto de exportação, como também um maior controle sobre o sistema bancário, em virtude da instituição legal da moeda (...). Manter a estabilidade do câmbio constituiu-se na condição fundamental para a entrada de capital externo e equilibrar o Balanço de Pagamentos.[62]

2.2.4.A adesão portuguesa

Em Portugal, é possível perceber que também é a necessidade de estabilização que cria parte das condições que propiciaram a implementação do modelo do Padrão-Ouro. De fato, o Reino vinha de uma série de sucessivos levantes armados e guerras civis, notoriamente a partir de 1828, com as guerras de sucessão monárquica entre D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil) e D. Miguel, a Revolução da Maria da Fonte e a Guerra da Patuléia, que serão melhor estudadas ao longo do terceiro capítulo[63].

E ainda, pensando pelo lado do comércio internacional, tem-se que Portugal mantinha, ainda neste período, fortes laços comerciais com a Grã-Bretanha: A

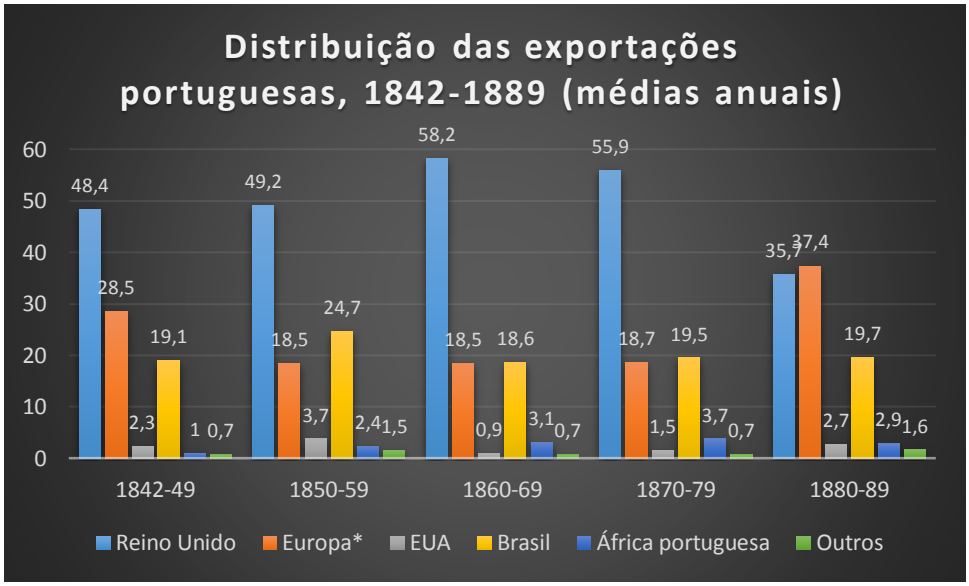
[60] Em ato sancionado em 1849, o governo brasileiro restringiu o lançamento adicional de moedas de prata na economia, ao proibir as operações governamentais com o referido metal com valores superiores a vinte mil-réis (VIANA, p.308).
[61] GAMBI (2010).
[62] GUIMARÃES (2012), p. 81. Ver ainda HUGON (1978), p.145
[63] PEREIRA (1979), p.388.

participação expressiva inglesa na estrutura portuguesa de exportações trazia, como decorrência, a adoção da libra esterlina como moeda-chave do comércio internacional; a fixação do Padrão-Ouro, lastreado sobre a libra, poderia facilitar a paridade entre a moeda local, o *real*, e a libra esterlina, com resultados favoráveis aos comerciantes de exportação.

Contudo, não se pode desconsiderar que tal estrutura de comércio embutia, em momentos anteriores, severas desigualdades, com potenciais resultados no futuro: de fato, até 1837, os produtores locais de gêneros alimentícios pagavam tarifas *ad valorem* de até 33%, ao passo que os produtos importados não recebiam qualquer tipo de oneração até 1817, sob o argumento de evitar o risco de desabastecimento com gêneros de outros países.

E, não obstante a participação inglesa nas exportações portuguesas ser alta, pelo lado oposto esta situação não se verificou: apenas 1% das exportações inglesas se dirigia a Portugal; esta posição menor na pauta reduzia a capacidade portuguesa de forçar tarifas competitivas e tratados de comércio com os ingleses, pelo que se observa um decréscimo nas exportações portuguesas a partir da década de 1870, tanto por conta da concorrência internacional, que prejudicava os interesses portugueses em torno de seus principais produtos, quanto por conta de sua relativamente baixa agregação de valor, dado que a maior parte das exportações portuguesas era configurada por gêneros agrícolas.

O Gráfico 04, que se segue, demonstra esta tendência:



Fonte: LAINS (2003), p.77

Nota: O termo 'Europa*' corresponde à soma das exportações portuguesas para uma série de países selecionados, a saber: Espanha, França, Itália, Alemanha, Bélgica, Suécia e Noruega, e Rússia.

Em Portugal, o modelo bimetalista estava em pleno uso desde 1435, quando uma reforma monetária define o real (mil-réis) como referência de unidade monetária, e que permaneceria em uso até o ano de 1911[64].

Em 1854, é realizada a reforma monetária que implementaria em Portugal o regime do Padrão-Ouro: Em lei promulgada a 29 de Julho daquele ano, definiu-se o valor da moeda oficial (real) por 1,626mg de ouro. Da mesma forma, foram fixados os tipos de moedas que poderiam ser cunhadas pela Casa da Moeda, com quantidades fixadas por lei, e em valores entre 50 réis (*meio tostão*) e 10 mil réis (*coroas*).

Por fim, confirmou-se o curso legal de moedas britânicas em Portugal, paralelamente à moeda portuguesa (soberanos e meios-soberanos, nos valores de 4$500 e 2$250, respectivamente)[65].

[64] VALÉRIO (2001), p.14.
[65] DUARTE & ANDRADE (2003), p.2. VALÉRIO, Op. Cit, p.16.

3. Premissas e encaminhamentos

A partir do referencial teórico-analítico proposto durante o capítulo, é possível ter em conta que o sistema do Padrão-Ouro experimenta grande expansão ao longo do século XIX por conta de uma necessidade de estabilização monetária nas economias ocidentais, favorecendo o incremento do comércio internacional.

A defesa da paridade, porém, poderá ser vista a partir de diferentes ângulos, conquanto verificamos que há um interesse nítido dos credores internacionais, alocados no eixo da grande onda de empréstimos da década de 1840, em especial, em manter a solvência das economias que haviam contraído empréstimos durante o *boom* de capitais.

Por outro lado, o sistema de Padrão-Ouro tem sua relevância no sentido de gerar uma *solidariedade mecânica* entre as diversas economias[66]. À medida que um país elevasse suas taxas de redesconto para estancar a fuga de capitais, seria presumida uma reação semelhante por parte de outros bancos centrais, que também elevariam suas taxas, reequilibrando o sistema.

A política econômica destes países, ainda que seja um tanto quanto ousado afirmar que tenha sido 'harmoniosa', visava não só defender a paridade de suas moedas, bem como evitar desequilíbrios no balanço de pagamentos que conduzissem ao endividamento excessivo frente ao nível de produto interno.

O Padrão poderá ser entendido, ainda, enquanto um instrumento de compromisso entre as diversas economias: ainda que aquelas que porventura se encontrassem em situação dita 'periférica' fossem obrigadas, de forma rotineira, a reverem ou suspenderem

[66] EICHENGREEN (2002), p.60.

suas metas de paridade-ouro, o sistema foi mantido em alguns países-chave, notoriamente a Inglaterra, por quase um século[67].

Nestas economias 'centrais', a simplicidade teórica que envolvia o sistema faz com que ele seja bastante aceito como instrumento 'estabilizador' de contratos, conferindo segurança às transações diversas. Nesta linha de raciocínio, autores como Bordo e Kidland oferecem uma visão sintética sobre o período:

> The gold standard was also successful as an international rule: by pegging their currencies to gold, countries became part of a fixed exchange rate system. The international aspect of the gold standard may have reinforced the domestic commitment mechanism because of the perceived advantages of more favorable access to international capital markets, by the operation of the 'rules of the game', and by importance of England as a hegemonic power[68].

À guisa de encaminhamento para a próxima seção do trabalho, é possível inferir que no que diz respeito às economias brasileira e portuguesa em meados do século XIX, pôde-se verificar que elas apresentam um certo 'pioneirismo' ao abraçarem o sistema do Padrão-Ouro já em 1846 e 1854, respectivamente, quando grande parte das economias centrais ainda não o tinha feito, ou, ao menos, ainda não o tinha feito *de jure*.

Contudo, é importante manter no horizonte a ideia de que a ambas as economias, Brasil e Portugal, operavam com uma pauta exportadora formada, em grande medida, por gêneros primários, de baixo valor agregado. Esta pauta contribuía, efetivamente, para tornar a economia, em grande medida, vulnerável a ciclos de preços, a despeito do processo de coordenação e, pode-se ainda dizer, de centralização das finanças nacionais,

---

[67] BORDO & KIDLAND, in BAYOUMI, EICHENGREEN & TAYLOR (1996), p.86.

[68] Em tradução livre: 'O Padrão-Ouro também foi bem-sucedido como uma lei internacional: ao fixarem o valor de suas moedas em função do ouro, os países se tornaram parte de um sistema de taxas fixas de câmbio. O aspecto internacional do Padrão-Ouro pode ter reforçado o mecanismo doméstico de compromisso em função das perceptíveis vantagens de um acesso mais favorável aos mercados de capitais, pela operação das 'regras do jogo', e pela importância da Inglaterra enquanto potência hegemônica'. In BORDO & KIDLAND, in BAYOUMI, EICHENGREEN & TAYLOR (1996), p.86.

concentrando o processo decisório sobre as autoridades monetárias, trazido pelas regras do Padrão-Ouro. A este respeito, afirma Barry Eichengreen:

> Os países produtores de *commodities* estavam sujeitos a abalos excepcionalmente fortes nos preços de seus produtos no mercado. Muitos haviam se especializado na produção e exportação de uma pequena diversidade de produtos primários, o que os deixava expostos a flutuações voláteis de seus termos de troca. Os países na periferia também sofriam os efeitos desestabilizadores de mudanças nos fluxos de capital internacionais. No caso da Grã-Bretanha e, em menor medida, no de outros credores europeus, um aumento dos empréstimos externos poderia provocar um desequilíbrio na balança do comércio de mercadorias.[69]

[69] EICHENGREEN (2000), p.68.

CAPÍTULO II

A CONCILIAÇÃO COMO MODELO: POLÍTICA E ECONOMIA NO IMPÉRIO DO BRASIL (1853-1862)

Neste capítulo, procuraremos estudar com detalhe os aspectos e episódios do desenvolvimento político-econômico do Império do Brasil nas décadas de 1850 e 1860.

O exame deste período, porém, estende-se até o ano de 1864: Consideramos a pertinência da análise uma vez que se nota o prolongamento da concertação política liderada pelo Partido Conservador até o referido ano, com a sua substituição pela Liga Progressista. Do mesmo modo, o ano de 1864 marca a eclosão do conflito da Tríplice Aliança, onde, no campo econômico, é possível perceber o início de um movimento de lenta e inexorável desagregação das finanças governamentais.

Assim sendo, estabelecemos aqui uma agenda de trabalho que tenha por objetivo maior entender, de forma abrangente, um período de mudanças significativas no tecido social: A adesão ao Padrão-Ouro, conforme estudamos no capítulo anterior, inseriu o Brasil, de forma mais efetiva, na rota dos fluxos de capital e dos investimentos estrangeiros, bem como permitiu um incremento no comércio internacional, dada a nova paridade cambial, estabelecida por lei desde 1846.

Da mesma forma, esta conjuntura de mudança nos rumos da economia traz em seu seio a possibilidade dos agentes privados nacionais – notoriamente negociantes de grosso trato e *entrepreneurs*[70], como Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá – associarem-se a seus congêneres no exterior, e assim anteverem a possibilidade de perceberem oportunidades de lucro através da fundação de estabelecimentos bancários

[70] ARRUDA, no prefácio a GUIMARÃES (2012)

e instituições de crédito. Em 1864, será possível observar o surgimento e o declínio de diversas casas bancárias, que dão o tom da atividade financeira do Império; mais que isto, observa-se a presença cada vez mais intensa do Estado neste campo, através do Banco do Brasil – o Banco da Ordem, na feliz expressão de Thiago Gambi (2010) – e da Caixa Econômica da Corte, criada com o objetivo de tornar-se fiel depositária de recursos da massa, configurando-se assim um espaço alternativo de acumulação.

Percebe-se, assim, um movimento de transição, que compatibiliza-se integralmente às questões propostas no início deste trabalho: Trata-se de uma economia que enlaça-se em um *proto-sistema monetário*, de negociantes que buscam realizar parcerias societárias, auferindo lucros nas fases ascendentes, e redundando em fracassos em momentos de descenso da economia mundial.

Estas conjunturas, à luz das discussões efetuadas no capítulo anterior, conferem à economia brasileira uma ordem diferenciada de desenvolvimento. Com a ruptura do pacto colonial, a consequente perda da exclusividade da assimilação dos capitais gerados nos domínios coloniais, e a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional em 1808, os laços econômicos com a Inglaterra tornaram-se mais intensos; as transformações sociais expressas pela indústria em rápido crescimento, em conjunto com a convergência de interesses da aristocracia inglesa e os do mercado financeiro, corporificados na *City* londrina, imprimem incentivo decisivo à expansão da economia britânica ao longo do século XIX.[71]

Esta mesma conjuntura de transição, grosso modo, é certamente perceptível no caso brasileiro no que toca aos quadros político-partidários do mesmo período. O Império do Brasil em 1850 apresenta-se como uma nação independente há menos de trinta anos,

[71] ARRUDA (2008), p.47.

e que havia encerrado pouco tempo antes um longo período de sedições e guerras civis, na esteira dos eventos que se sucederam à Independência, à abdicação de D. Pedro I (1831) e o Movimento da Maioridade (1840).

Observa-se ainda um esquema bipartite, entre liberais e conservadores, para a organização das forças políticas, porém de limitada capacidade de rotativismo, estando este ligado intrinsecamente às oscilações sociais, e, de forma mais nítida, à vontade do Imperador, D. Pedro II, que se utilizou frequentemente dos mecanismos do Poder Moderador para destituir Gabinetes – como eram denominados os grupos que compunham o Conselho de Ministros – e nomear indivíduos fiéis aos desideratos do monarca.

Trata-se, indubitavelmente, de uma fase de novos arranjos políticos e institucionais: O quadro se redefine, saindo de uma organização bipartidária fragilizada rumo a um aparato amplo, onde grupos regionais, dissidentes e republicanos encontraram maior visibilidade e campo de ação. O estudo desta nova estruturação consiste, assim, em um dos objetivos deste capítulo.

Para levar a cabo as tarefas propostas, dividimos este capítulo em duas partes, de modo algum estanques, mas que, ao contrário dialogam entre si exatamente pela ação de seus principais personagens. No primeiro tópico, procuramos realizar o exame da estruturação política e partidária do Império; trazendo este estudo até a Independência, será possível depreender em detalhe as principais forças atuantes no cenário político e suas ações.

Para o segundo tópico desta discussão, buscamos examinar a ação destes grupos políticos e suas consequências para o quadro macroeconômico, com ênfase sobre as

políticas monetária e cambial. Procuramos, deste modo, analisar a *performance* da economia brasileira frente a conjunturas adversas, tal como aquela que se manifesta no ano de 1857.

Conferindo foco aos liames entre política e economia, será possível, portanto, entender melhor o Estado nacional e suas permanências no cenário internacional no século XIX; permanências estas que devem ser compreendidas em termos de uma intensa reorganização da divisão mundial do trabalho, fruto de uma era industrializante então a pleno curso, e da consolidação de um padrão agrário-exportador à economia brasileira e sua inserção no modelo capitalista britânico de livre-comércio[72].

Cabe enfatizar, por fim, que este capítulo – e o que se segue, vale dizer – amparam-se no diálogo profuso entre fontes quantitativas e qualitativas, e seu cotejo com a bibliografia disponível sobre os temas propostos. Esta proposta torna viável o esforço comparativo proposto para o trabalho e busca assim oferecer suporte às hipóteses apontadas.

1. Política e partidos no Império: algumas apresentações

Neste momento, buscamos melhor compreensão a respeito das formas de representação política no Império – que engendraram, a partir de 1847, o funcionamento de um regime monárquico-parlamentarista – bem como sobre a organização dos movimentos políticos e organizações partidárias do chamado 'Segundo Reinado'. Neste esforço, daremos maior ênfase aos casos dos partidos Liberal e Conservador, de maior peso e ação política no Império até seu fim em 1889.

[72] ARRUDA (2008), p.48.

O tópico divide-se em quatro partes. Primeiramente estabeleceremos os marcos iniciais da organização política, através do exame destas forças no Primeiro Reinado (1822-1831) e na Regência (1831-1840); de modo breve, contudo, uma vez que nos primeiros anos após a Independência não há a organização de grupos partidários *stricto sensu*. Num segundo momento, passaremos ao exame destes grupos no eixo de sua organização, com foco sobre os partidos Liberal e Conservador, conforme citamos, e ainda trazendo algumas considerações a respeito dos movimentos partidários alternativos, que eclodem a partir da década de 1860.

Na terceira parte, trataremos sobre o Poder Executivo e suas formas de exercício da ação política, através de seus órgãos de governança – corporificados nos Conselhos de Estado e de Ministros – bem como sobre o organismo do Poder Moderador. Por fim, deslindaremos a ação política destes grupos de poder ao longo da década de 1850, no chamado 'Movimento da Conciliação'.

Para estabelecer, ainda, algumas balizas para este estudo, valemo-nos do Quadro 01, que se segue, a respeito da ação política no período Imperial:

Quadro 01: Evolução histórica do sistema político brasileiro no período de 1822 a 1889

Estado e Governo	Sistema Partidário	Relações civil-militares	Término
Estado Unitário. Regime monárquico representativo, semi-autocrático. Governo Parlamentar desde 1847.	Indefinido até os anos 40, quando se organiza o bipartidarismo (Liberal vs. Conservador) Partidos Republicanos surgem nos anos 70.	Hegemonia civil encarnada pela monarquia e garantida pela Guarda Nacional. Questão militar a partir dos anos 60, após a Guerra do Paraguai.	Golpe civil-militar proclama a República (15/11/1889)

Fonte: LAMOUNIER (2005), p.40. Organizado por ALMEIDA (2010), p.13.

1.1. Preâmbulos da organização política (1822-1840)

No período compreendido entre a emancipação política do país (1822) e a declaração da maioridade de D. Pedro II (1840), implementando o Segundo Reinado, ocorre a organização de um modelo de ação política baseada na monarquia constitucional, a partir da outorga da Carta Magna de 1824[73].

Para contextualização, ainda, é possível perceber a complexidade em afirmar a existência de grupos partidários bem definidos no período após a Independência. Havia, sim, grupos de pessoas reunidos em torno de sociedades e organizações, tais como as lojas maçônicas, porém não se configuravam como movimentos partidários.[74]

De fato, a tendência autocrática – corporificada pela instituição do Poder Moderador, a 'chave de toda a organização política' – do regime instaurado por D. Pedro I tornava inviável, grosso modo, a formação de partidos políticos com uma base programática fixa e com formação de quadros.

No trabalho desenvolvido por Afonso Arinos (1974), têm-se concordância a respeito da ausência de movimentos partidários consolidados no período anterior ao Segundo Reinado. Em um regime político de corte constitucional, afirma o autor, a viabilidade da existência de partidos políticos somente seria possível enquanto a Constituição e o Poder Legislativo – eleito pela população com o objetivo de zelar pela Carta Magna e legislar em seu nome – estivessem em pleno uso de suas capacidades.

[73] A respeito da formação do processo de representação política, afirma Bolívar Lamounier: "*A implementação do modelo de 1824 transcorreu em ambiente tenso, incerto, com elevado potencial de ruptura, obedecendo à necessidade de assegurar a fundação pactuada de uma nova ordem política e a preservação da unidade territorial do país*." LAMOUNIER (2005), p.43.
[74] LEITE (2000)

Grosso modo, antes de 1824, menciona o autor, faltavam a estas distintas correntes ideológicas um ambiente favorável à organização partidária:

> "Nacionalistas (portadores de uma consciência nacional) existiam desde as lutas contra a Holanda; partidários da Independência e mesmo da República podem er encontrados no século XVIII, pelo menos desde a Inconfidência; liberais-constitucionalistas e republicanos-democratas, desde os alvores do século XIX e, neste particular, as associações secretas tiveram grande importância. Mas não havia partidos verdadeiros que exprimissem estas variadas posições políticas."[75]

Em Oliveira Lima, através de sua obra clássica, *O Império Brazileiro*, podemos depreender que o Imperador era capaz, com base em critérios pessoais e seu carisma, aglutinar as distintas forças políticas do Império, tornando dispensável assim a necessidade de sua organização em quadros partidários:

> "Os partidos políticos no Brazil datavam da Regência, porque antes, durante o reinado de D. Pedro I, houve espíritos amantes da liberdade e espíritos amantes da ordem, virtualmente avançados e moderados, constitucionaes, reaccionarios e republicanos, mas o soberano fazia as vezes de eixo do Estado. O pessoal político gyrava em redor d'elle, attrahidos uns pelo seu magnetismo, afastados outros pelo seu caracter desigual, sem se agruparem em bandos disciplinados."[76]

Ao que se indica, portanto, a formalização das correntes partidárias não se colocava como prioridade; interpunham-se, porém, situações ainda mais imperativas à novel nação. A Independência trouxe consigo a necessidade de reconhecimento da comunidade internacional, o que se obteve a partir de 1824, a partir da formalização de tal reconhecimento por parte dos Estados Unidos.

Já as relações com Portugal e Inglaterra passaram a estabilizar-se a partir de 1825, através da ação enérgica do *Foreign Office* britânico e seu representante, ministro George

[75] FRANCO (1974), pp.25-6. Citado por ALMEIDA (2010), p.14.
[76] LIMA (1927), p.41. Citado por ALMEIDA, Op. Cit, p.15.

Canning, que engendraram a manutenção dos acordos comerciais entre Brasil e Inglaterra e viabilizaram a aceitação portuguesa à emancipação através de Tratado firmado a 29 de Agosto do mesmo ano[77].

Tendo também o 'esquecimento do passado' como cláusula para o estabelecimento da paz, um acordo de indenização foi firmado no valor de dois milhões de libras para Portugal, obtidos através de empréstimo junto ao Tesouro inglês. Em débito com os ingleses, Portugal sequer chega a receber o dinheiro. Temos aí configurada, assim, uma nação que já nasce endividada[78]. No mesmo ano, ainda, o Império envolve-se na primeira das chamadas 'Questões Platinas', através do conflito com as Províncias Unidas do Rio da Prata, em vista de interesses de ambas as nações em torno da região que hoje forma o Uruguai.

Na formação do Império, orientações diferentes de pensamento político levaram ainda, ao longo de vários momentos, ao desencadeamento de movimentos de resistência e contestação à ordem vigente. Temos, a título de exemplo, os casos da Confederação do Equador (1824-25) e da Novembrada (1831), ambos na província de Pernambuco[79], bem como a 'Noite das Garrafadas', no cenário da Corte, no Rio de Janeiro.

Com inspirações liberais, federalistas e grosso modo republicanas, a Confederação do Equador foi desencadeada por grupos hostis aos portugueses, que detinham o controle de parte significativa dos circuitos mercantis e do comércio de varejo nas províncias da Região Nordeste, notoriamente em Pernambuco[80]. Esta revolta

[77] VIANNA (1965), pp.92-93. Para a ação de George Canning na primeira metade do século XIX, ver ARRUDA (2008).
[78] HABER & KLEIN (1997).
[79] Idem, p.48.
[80] No Período Regencial, eram muito comuns os chamados movimentos 'mata-galego' na Corte, ou 'mata-maroto' na Província da Bahia, bem como, os protestos contra a carestia e a alta do custo de vida, que

rapidamente ganhou, ainda, apoio popular. Contudo, em 1825, a prisão de seus principais líderes, e a execução por fuzilamento de Frei Caneca, colocam termo à revolta.

Do mesmo modo, a Novembrada, parte de uma série de amotinamentos da população entre 1831 e 1832, caracterizou-se por uma nova sedição de caráter antilusitano, ganhando o apoio de políticos de inspirações republicanas e federalistas, sendo contida rapidamente pelas forças legalistas.

Quanto ao episódio da 'Noite das Garrafadas', tem-se que a mesma é tratada, via de regra, como um evento de forma mais caricata que política[81]: Tratou-se, também em última análise, de uma disputa entre os aliados do 'partido português', que eram favoráveis ao imperador, e os opositores liberais do partido brasileiro. Este episódio teve importância capital no ciclo de eventos que levaria, posteriormente, à renúncia de D. Pedro I ao Trono do Brasil.

O governo enfrentava, ainda, resistências dentro de suas próprias – frágeis – instituições. Formado em razoável parte por cidadãos conscritos, o Exército mantinha em suas fileiras mercenários de diversos países. De difícil convivência, e envolvendo-se constantemente em entreveros e escaramuças com os brasileiros, estes mercenários sublevaram-se em 1828, matando soldados e policiais. Somente com o apoio de civis

---

estaria sendo engendrada, via de regra, pelos portugueses, que detinham a posse de boa parte do comércio varejista no Rio de Janeiro. No século XX, este ressentimento se transmutou: ali, o ódio da população advinha dos preços menores que os imigrantes lusitanos requisitavam por serviços gerais, o que levou a um aumento da demanda por estes trabalhadores.

[81] É interessante perceber que, em diversos manuais de História, típicos de instrução para o Ensino Médio, a Noite das Garrafadas é vista mais como uma luta entre desordeiros e perturbadores da ordem, do que como o auge de um processo de insatisfação com o Imperador então reinante. Contudo, em outras obras, os movimentos citados assumem uma conotação mais ampla, sendo tratados como resultados de intensos processos de insatisfação popular, que desencadeavam ondas de nacionalismo, de caráter anti-britânico (principalmente após a Questão Christie), ou anti-lusitano. Para maiores referências, ver LIMA (1976), pp.252-54.

armados e de soldados ingleses e franceses, desembarcados de seus navios para ajudar na vigilância dos edifícios militares, foi possível pôr têrmo à sedição[82].

A sensível estabilidade das forças políticas durante a permanência de D. Pedro I no trono do Brasil seria, ainda, ameaçada significativamente com a sua Abdicação, a 7 de Abril de 1831, fato este que inaugura o período Regencial.

Evidencia-se, nesta etapa, a retomada do debate em torno das demandas das províncias a respeito da questão das descentralizações política e administrativa. Os grupos políticos mais radicais, com tendências ultraliberais, intensificaram a luta pela reorganização dos círculos decisórios. Nesta linha, pugnavam estes grupos sobre a necessidade de realizar-se uma redução dos limites do poder central em prol das províncias, de tal modo que a possibilidade de desfrutar de um grau maior de autonomia administrativa – e, no limite, que permitisse a estas mesmas regiões organizar seus processos eleitorais – poderia consolidar um novo período de estabilidade à nação[83].

Por sua vez, as correntes de *natureza* conservadora – haja visto que, conforme abordamos, ainda não se tinham consolidado sob a forma de partidos – defendiam, em contrário, a centralização das províncias e a respectiva limitação de sua autonomia, com o objetivo de evitar a desagregação do território, de forma análoga ao verificado nos territórios latino-americanos controlados pela Coroa espanhola.

De todo modo, as nuances com relação à questão da autonomia provincial tornaram-se progressivamente latentes ao longo do debate a respeito da reforma constitucional, iniciado em 1832, e que culminaria na promulgação do Ato Adicional de

[82] MACAULAY (1993), pp.235-238.
[83] LAMOUNIER (2005), p.57.

1834: A partir do novo projeto constitucional, nos primeiros trabalhos por parte da Câmara, pôde-se vislumbrar um projeto novo, quase revolucionário, que propunha, entre outras ideias:

i. Transformar o Império em monarquia federal;
ii. Abolir as instituições do Poder Moderador e do Conselho de Estado;
iii. A revogação do mandato vitalício dos senadores;
iv. A implementação de sub-circuitos dos Poderes Legislativo e Executivo em âmbito regional (assembleias legislativas) e municipal (intendências);
v. O desmembramento da Corte com a província do Rio de Janeiro, com a criação do Município Neutro;
vi. Transformar a Regência Trina Permanente em Regência Una Temporária (com vigência de quatro anos por mandato), devendo o Regente ser escolhido através de eleições gerais.

Este projeto constitucional foi, em grande parte, rejeitado pelo Senado, tendo sido aprovadas somente as medidas de extinção do Conselho de Estado – ainda que o mesmo tenha sido posteriormente reativado – e a implementação de eleições para o cargo de Regente[84].

Entrementes, por iniciativa da Câmara, obteve-se um movimento conjunto que possibilitou reformas mais abrangentes do que a maioria 'moderada' dos senadores defendia, no sentido de engendrar a descentralização das esferas administrativas e conferir maior poder às esferas locais[85].

---

[84] TORRES (1964), pp.435-36; LIMA(1927), p.42; FERREIRA (1999), pp.28-9.
[85] No texto do Ato, tem-se: Art. 10: *Compete às assembleias legislativas provinciais legislar: 1º sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva província, e mesmo sobre a mudança de sua capital para lugar que mais convier. (...) 4º Sobre a polícia e a economia municipal, precedendo propostas das câmaras. 5º Sobre a fixação das despesas municipais e provinciais, e os impostos para elas necessários, contanto que estes não prejudiquem as imposições gerais do estado*. (texto citado por TORRES (1964), p.498.).

Quando da aprovação do projeto do Ato Adicional, afirma em discurso Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná:

> "Investida pelo sufrágio livre dos eleitores da privativa autoridade de concluir a obra de reforma, a Câmara dos Deputados, cônscia de toda a extensão de seus deveres, de toda a responsabilidade que contraíra para com a nação, (...) não poderia ser mais solícita em conferir às províncias todos os recursos necessários à sua nova existência."[86]

As diferentes facções políticas atuavam, como se observa, no sentido de favorecerem as possibilidades de exercício das capacidades decisórias para seus grupos locais, ou para os seus pequenos 'condomínios de poder'[87]: A discussão a respeito da representação política ainda estará polarizado, na institucionalização do Ato Adicional, entre movimentos restauradores (denominados como 'o Partido Português') e liberais descentralizadores, bem como grupos republicanos, concentrados sobretudo no espaço da Corte.

Durante o interregno entre a renúncia de D. Pedro I (1831), sua morte (1834), e a promulgação do Ato Adicional, e que conferia maior grau de autonomia às províncias[88], nota-se a progressiva desorganização dos movimentos pró-restauração do Trono, que configuravam parte significativa das correntes políticas da época. A partir de 1836-7, porém, já se observa a dimensão partidária observada no cenário político brasileiro até o ocaso do Império[89].

---

[86] ANNAES do Parlamento do Brazil. 1834. Citado por ALMEIDA (2010), p.17.

[87] A este respeito alude F. Uricoechea: "*Graças ao Ato Adicional de 1831, os órgãos centrais se desmembram para se reconstituírem ao nível municipal. (...) O aparelho político de governo tornou-se posse do senhor de terras.*" URICOECHEA (1978), p.110.

[88] Na obra de José Honório Rodrigues, tem-se: "*Para os 'liberais' vencedores das eleições, o Ato Adicional era a conseqüência lógica do movimento de 7 de abril, conquista que assegurava direitos provinciais e consolidava o sistema representativo.*" RODRIGUES (1972), p.100.

[89] A este respeito, faz referência João Camilo de Oliveira Torres: "*A Renúncia foi o ponto de partida para a vida partidária brasileira; antes só existiam indivíduos de várias opiniões, e opiniões várias, gravitando em torno do ânimo inconstante do monarca. Depois do 7 de abril (...) tomaram os seus rumos próprios...*" TORRES (1964), pp.287-8.

Uma destas correntes, qual seja, o Partido Conservador, está intrinsecamente relacionada aos desdobramentos do Ato Adicional: visto como excessivamente liberal, conquanto suprime o Conselho de Estado e cria assembleias legislativas provinciais, conferindo assim maior autonomia às entidades regionais, os conservadores propunham a revisão de várias instâncias desta legislação – objetivo efetivado ao longo da regência de Araújo Lima[90] (1838-40), através da promulgação da Lei Interpretativa.

Realizadas, portanto, algumas considerações iniciais a respeito da estrutura (a)partidária do Primeiro Reinado e da Regência, será possível pensar melhor a respeito dos movimentos políticos do chamado 'Segundo Reinado', que conferem grande importância para a análise prevista neste trabalho, quais sejam, os Partidos Liberal e Conservador.

1.2. Política e partidos no Segundo Reinado

De acordo com o que enfatizamos anteriormente, para que se compreenda a lógica política do Império Brasileiro, deve-se necessariamente considerar a existência de uma estrutura bipartidária, permeada de antagonismos em seus níveis mais altos e nos círculos do exercício do Poder, quais sejam, na Câmara dos Deputados e no Senado, em que pese o fato de que, nas esferas locais, por vezes estes mesmos partidos formavam alianças e compunham governos de coalizão, de acordo com os interesses dos grupos de poder em âmbito regional.

Trataremos, em especial, dos casos dos Partidos Liberal e Conservador: A organização de seus quadros se dará no Período Regencial. Neste sentido, a organização

[90] Pedro de Araújo Lima, visconde e depois *Marquês de Olinda*, (22/12/1793 – 7/6/1870) foi, por quatro ocasiões, primeiro-ministro do Império do Brasil. Figura representativa da aristocracia rural do Nordeste, era ali ligado aos elementos mais poderosos da lavoura açucareira. Fez parte da Assembléia Nacional Constituinte de 1823 e das primeiras legislaturas brasileiras. Permaneceu regente até a maioridade de D. Pedro II. Foi ainda ministro de Estado por nove ocasiões ocupando os cargos de ministro do Império, ministro da Justiça e ministro dos Negócios Estrangeiros.

da ‘reação monárquica’, que se sucede ao Ato Adicional de 1834, e que tem como uma de seus objetivos adiantar, o quanto possível, a assunção de D. Pedro II ao Trono, leva ao poder o grupo de ministros conhecido como o ‘ministério das capacidades’ (1838)[91].

Paralelamente, os movimentos liberais mais ‘à direita’ aproximaram-se dos movimentos de natureza restauradora: Nas etapas finais do Período Regencial, e a constatação da inviabilidade de sua manutenção a partir do triênio 1838-40, além do recrudescimento de conflitos regionais através do território, nota-se uma importante demanda a respeito da formação de um bloco conservador mais amplo, e que fosse favorável à estabilização política da nação recém-independente.

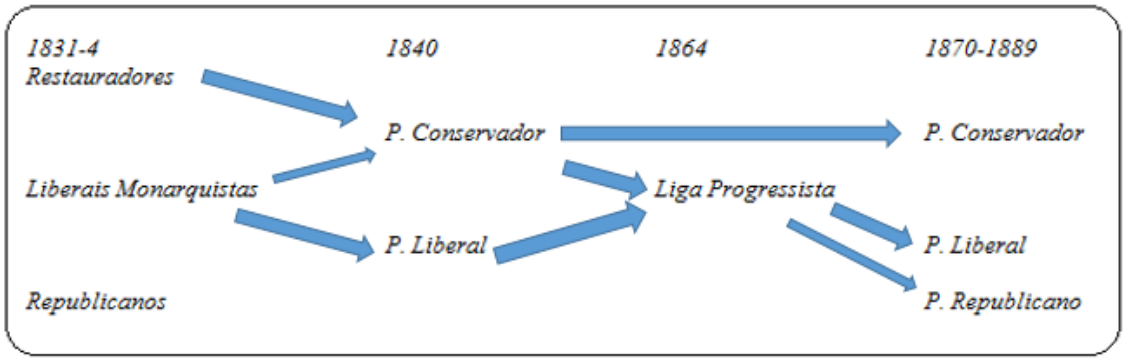
De tal modo se davam estas revoltas que, quando da conclusão bem-sucedida do movimento da Maioridade em 1840, que configurava, em boa medida, uma solução de compromisso destinada a conter as tensões separatistas pelo território e acomodar os diferentes grupos de interesse no jogo do poder[92], o Segundo Reinado iniciava-se já eivado de tensões entre ambos os partidos – atritos estes que culminarão nas revoltas liberais de 1842 (em São Paulo) e 1848 (em Pernambuco).

Cumpre observar ainda que ambos os partidos não possuem uma orientação clara, na forma de um programa de ação – e, quando possível, de governo – que torne factível verificar o alcance e escopo de seus projetos. Estes programas estão imbricados em diferentes discursos e debates parlamentares em torno de questões importantes, tais como a abolição do tráfico negreiro, as leis de terras, a restauração do Conselho de Estado, entre outras[93].

---

[91] Esta discussão está também sintetizada em Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, Vol. I, pág. 31. O termo ‘Ministério das Capacidades’ se dá por conta da fama e da experiência que os membros deste gabinete possuíam na condução dos negócios de Estado.
[92] CASTRO (1978a), pp.62-5; (1978b), pp.510-11.
[93] CARVALHO (1996), pp.185-6.

A Figura 03, que se segue e que caracteriza a estruturação partidária do Império entre 1831 e 1889, traz uma síntese a estas discussões; enfatiza-se nele a ideia da divisão bipartidária a partir da Maioridade de D. Pedro II. No intervalo que antecedeu a este momento histórico, os agrupamentos políticos dividiam-se entre diferentes facções, formadas por restauradores dos liames políticos com Portugal, bem como diversos liberais monarquistas (que se distinguiam entre 'moderados' e 'exaltados', com ideário federalista) que se aproximavam em parte dos republicanos, concentrados, sobretudo, na Região Nordeste.



Fonte: CARVALHO (1996), p.185. Elaboração própria.

1.2.1. O Partido Liberal

O Partido Liberal, enquanto corrente política institucionalizada, surgiu em 1837, aproximadamente, sendo extinto com a Proclamação da República em 1889.

Conforme enfatizamos anteriormente, alguns grupos políticos de inspiração liberal já se difundiam ao longo do Primeiro Reinado, e notoriamente durante a Regência. Entretanto, quando levamos em conta a origem do Partido Liberal, observam-se algumas visões distintas.

Joaquim Nabuco, por exemplo, enfatiza que será a partir da legislatura de 1838, através do surgimento de figuras centrais como Antônio Carlos (em Minas Gerais, lançando o Clube da Maioridade), que será engendrado o 'núcleo duro' de membros que compuseram o Partido.

Américo Brasiliense, por outro lado, enfatiza o momento da renúncia de D. Pedro I (1831) para o surgimento do mesmo movimento:

> Feita a revolução de 7 de abril de 1831 (...) apareceram na arena do combate os Partidos Restaurados, Republicano e Liberal (...) Dividiu-se logo este partido em Moderado e Exaltado, assinalando-se este por vistas mais democráticas e principalmente pela idéia de Monarquia federativa. Em resultado das lutas que se deram, alcançou o partido Moderado tornar-se senhor da situação.[94]

José Antônio S. de Sousa, por sua vez, realça o ano de 1837, com a 'reação monárquica' e a dissidência do regente Pe. Feijó[95], para a concertação de ambos os partidos:

> O rompimento de Feijó com parte da maioria da Câmara, chefiada por Vasconcelos e Honório, ocasionou a divisão do partido moderado em dois novos partidos: o Partido Liberal, que continuou a apoiar Feijó, e o Conservador, que dele divergiu.[96]

Em nossa visão, torna-se possível situar a concentração e organização do movimento liberal – e não do Partido – no momento da renúncia de D. Pedro I, conforme

[94] BRASILIENSE (1878), p.7, citado por FRANCO (1974), pp.29-30.
[95] A eleição do padre Feijó para a Regência não trouxe consigo resultados positivos no sentido de composição de um governo de coalizão: o novo Regente não contava com apoio parlamentar significativo, de tal modo que sua tentativa de governo em moldes presidencialistas, com corte republicano – conforme almejavam os liberais mais exaltados – não logrou êxito. Sua renúncia retiraria do poder os últimos liberais, dando espaço para o florescimento do movimento conservador. Para maiores informações, ver CASTRO (1978a), pp.42-53. Da mesma forma, o início do Partido Liberal possuía diversos sacerdotes em seus quadros, que inclusive pleiteavam o apoio a reformas de cunho social (CARVALHO (1996), p.203.).
[96] SOUSA (1944), p.63, citado por FRANCO (1974), p.30.

a linha adotada por Américo Brasiliense. Após a abdicação em 1831, a facção restauradora e seus membros, que formavam o 'partido português' perdem parte de sua capacidade de articulação na esfera política, em detrimento dos liberais, que logrando êxito em obter maioria de quórum nas legislaturas de 1831-34 e 1834-37, 'impõem' sobre os grupos de orientação conservadora a promulgação do Ato Adicional, consolidando assim o modelo federalista de representação política.

Em 1838, por força da promulgação da Lei Interpretativa, revogando parte dos privilégios de autonomia concedidas ao longo dos gabinetes liberais, alguns grupos de indivíduos de orientação moderada passam a fazer oposição ao movimento conservador, aglutinando-se e denominando-se posteriormente como o Partido Liberal[97].

Neste mesmo contexto, liberais republicanos certamente estavam presentes ao jogo político, 'entremeados' entre os quadros do Partido; contudo, conforme afirma Américo Brasiliense no texto citado anteriormente, a facção moderada encontrou maior capacidade de expressão, que se verifica a partir da possibilidade de obtenção de maiores benefícios às províncias com base nas premissas do Ato Adicional de 1834. Em síntese, afirma Afonso Arinos:

> "Enquanto, na rua, os elementos exaltados, anarquistas de coloração republicana, saudosos de 1817 e 1824, se entregavam a desmandos, o liberalismo moderado, bem diferente porque representava não a desordem mas a ordem jurídica, não a paixão da cidade mas a opinião das províncias, foi se organizando movido por imperiosa necessidade. O ato Adicional foi sua vitória máxima, o canal que conteve as reivindicações desorientadas dentro das muralhas da Lei."[98]

[97] CASTRO (1978a), pp.59-60; BEIGUELMAN (1967), pp.58-9.
[98] FRANCO (1974), p.32. Citado por ALMEIDA (2010), p.22.

Em paralelo à discussão proposta, a respeito de um modelo de ação, um *modus operandi* relativo ao Partido Liberal, pode-se frisar, em linhas gerais, o apoio aos interesses dos setores das burguesias comercial e urbana do período, bem como o apelo por uma agenda de reformas do arcabouço político; apelo este advindo de estratos sociais até certo ponto 'descompromissados' com a escravidão e com os proprietários de terras, que concentravam parte significativa do poder econômico; entre estas categorias, cabe citar os profissionais liberais e outros indivíduos ligados ao comércio em áreas urbanas do território.

Mais espeficicamente, enfocando a ação política, pugnavam os liberais por quatro pontos distintos, quais sejam:

i. A descentralização das esferas administrativas e, por conseguinte, a regionalização dos círculos decisórios;
ii. A reforma do sistema eleitoral, a fim de torná-lo compatível com tal finalidade[99];
iii. A independência do Poder Judiciário[100].
iv. E, por fim, a abolição do Poder Moderador, e por extensão, diversas de suas instituições e prerrogativas, o Senado vitalício, o Conselho de Estado e o direito de dissolução da Câmara, então reservado ao Imperador.

Até certo ponto, é possível considerar o Partido Liberal como um partido de oposição ao seu 'antípoda' no cenário político, o Partido Conservador, dado que este

[99] No gabinete liberal de 1844 realizou-se a reforma o sistema eleitoral, em 1846. Seus temas principais giravam em torno da regularização do processo eleitoral, com melhorias no sistema de qualificação dos candidatos; garantias de representação às minorias; e elevação do censo para os votantes, ampliando o colégio eleitoral e viabilizando sua correta mensuração, ao fixar em termos de prata, valor real, o limite para o acesso ao sufrágio universal. TORRES (1964), p.260.
[100] Na década de 1840, intentou-se a realização da reforma judiciária, sob a liderança de José Joaquim Rodrigues Torres, com a transferência das funções judiciárias da polícia aos juízes municipais, da formação de listas de jurados sem intervenção da polícia, da formação de novos tribunais de relação em estados mais afastados do território, entre outras propostas. TORRES (1964), p.298.

possuía uma ênfase maior sobre a manutenção das estruturas de poder das classes rurais, visando assim à reprodução do modelo mercantil-escravista[101] e à presumida prevenção de iniciativas – individuais ou motivadas por grupos políticos – de contestação da ordem, como as revoltas percebidas no Período Regencial.

Porém, é importante ter em conta que, a despeito do discurso aparentemente renovador, o Partido Liberal era pouco provido de feições revolucionárias ou de natureza popular, tal como se verificava nos partidos ditos 'à esquerda', que surgiriam já na segunda metade do século XIX: o Partido representava, em linhas gerais, os interesses de um grupo social, de natureza superior, burguesa, e bastante restrito ao meio urbano.

O período de apogeu dos liberais no poder poderia ser alocado nos primeiros cinco anos da década de 1830, e mesmo além, com o sucesso do movimento da maioridade, desencadeado após o biênio 1837-38[102]. A antecipação da emancipação de D. Pedro II, para o exercício de suas prerrogativas, possuía uma dupla orientação: ao mesmo tempo que favorecia o presumido retorno dos liberais ao poder, de onde foram 'apeados' com a renúncia do padre Feijó (1837), também contribuía para acuar o movimento conservador, haja visto que, defendendo a Lei Interpretativa, os conservadores não aceitariam a derrubada da Regência e a ameaça à sua estabilidade, através do retorno total do Poder Moderador:

> "A Maioridade necessariamente os deixaria [aos conservadores] entre o arbítrio imperial, de um lado, e a opinião pública, de outro – essa opinião que tudo haviam feito para canalizar em direção da pessoa do Imperador, (...)

[101] MELLO (1982), pp.73-5.
[102] Sobre este período, afirma Caio Prado Jr, em *Evolução Política do Brasil*: "*De 1837 a 1849 percorre a política brasileira a mais caracterizada trajetória reacionária de sua história. (...) a reação toma consciência de seu papel, e abandonando as hesitações do passado, entra definitivamente no rumo natural de sua evolução*." PRADO (1947), pp.164-65.

> caindo na embaraçosa situação de serem apontados como inimigos da Monarquia que eles tanto se empenharam em exaltar."[103]

Após a Revolta Liberal de 1842[104], resultado direto da significativa incapacidade dos liberais de consolidar uma série de gabinetes de coalizão, que fosse capaz de embasar de forma eficaz sua permanência no poder[105], o Partido teve sua existência declarada ilegal na região Sul do país, foco principal da rebelião armada. Ainda assim, liberais do Norte reuniram-se em 1848 na insurreição que ficaria conhecida como a *Praieira*, em Pernambuco. Esta sedição solaparia, ao menos por alguns anos, a capacidade do Partido Liberal interpor-se como força de expressão no cenário político nacional, conforme enfatiza José Murilo de Carvalho:

> "O último recurso às armas por parte dos liberais (a revolta da Praia de 1848) facilitara o domínio completo dos conservadores por meio de seu grupo mais representativo, o dos saquaremas do Rio de Janeiro, assentados economicamente na grande expansão de café no Vale do Paraíba."[106]

A respeito da capacidade dos liberais de sustentarem cargos de liderança no cenário nacional, observamos que os seis gabinetes liderados pelos mesmos, entre 1844 e 1848, são marcados, conforme afirma Francisco Iglesias, por profundas dissensões. Segundo o autor, ainda não se havia consolidado uma ideologia política no país, uma vez que as lideranças políticas ainda eram de natureza fortemente individual; ainda mais alguns anos seriam necessários antes que se firmasse um real *esprit de corps* na organização político-partidária. Afirma o referido autor a este respeito:

---

[103] CASTRO (1978a), pp. 62-63. Citado por ALMEIDA (2010), p.23.
[104] A partir de 1842, os membros do Partido Liberal seriam conhecidos como Luzias, referência direta à batalha ocorrida em Santa Luzia do Rio das Velhas (MG) entre as tropas de Teófilo Ottoni, pelo lado revoltoso, e do Barão de Caxias, enviado pelo Imperador para encerrar o conflito armado.
[105] Logo após a sagração de D. Pedro II, os liberais, na iminência de enfrentarem uma derrota política nas urnas para a composição do Conselho de Estado, promovem fraudes inauditas no sistema eleitoral, apelando mesmo para a coerção física dos eleitores, no episódio doravante conhecido como 'eleições do cacete'.
[106] CARVALHO (2008), pp.397-98.

> "Liberais pernambucanos não apoiariam paulistas e mineiros no movimento de 1842, como paulistas e mineiros não apoiariam pernambucanos em 1848. Interesses regionais predominavam sobre as teses, dificultando a consciência partidária, sem falar nos interesses domésticos, vivos em ambas as correntes."[107]

Em Oliveira Lima, tem-se concordância a este respeito, enfatizando-se a dificuldade de diálogo entre conservadores e liberais, e mais que isso, entre os membros dos próprios partidos entre si, fato este que impedindo a formação de um espírito de autoridade que somente se manifestaria anos mais tarde, já no alvorecer do movimento da Conciliação:

> "[*Entre 1840 e 1848*] liberaes e conservadores sentavam-se junto em gabinetes pouco homogêneos e fatalmente de curta duração que, pretendendo afastar-se da politica partidária, de facto encaravam com indifferença os conflitos de idéas e testemunhavam tamanha inércia em matéria de disciplinas que permittiam a discórdia lavrar no seio das maiorias parlamentares que os sustentavam, e os presidentes de províncias, seus delegados, desobedecerem às suas instrucções."[108]

Por fim, em Jeffrey Needell, tem-se, de forma análoga:

> *"The results of this Liberal Quinquennium [1844-48] were politically disastrous for everyone except, perhaps, the emperor. For the opposition party, the apparent inability of the party to find ideological and policy coherence between the successive pragmatic cabinets and the more ideological, more radical Chamber led to the opposition reformist-radical wing's frustration, increased radicalization, and perception of unending exclusion from power."* [109]

---

[107] IGLESIAS, *in* HOLLANDA (1982), p.10. Citado por ALMEIDA (2010), p.23.
[108] LIMA (1927), p.43-44. Citado por ALMEIDA (2010), p.24.
[109] Em tradução livre: 'Os resultados deste qüinqüênio liberal (1844-48) foram politicamente desastrosos para todos, exceto, talvez, para o Imperador. Para o partido de oposição, a aparente inabilidade do partido (Liberal) para encontrar coerências ideológicas e políticas entre os sucessivos Gabinetes, e a ainda mais ideologizada e radical Câmara dos Deputados levou a um processo de frustração da ala reformista-radical de oposição, com aumento da radicalização, e uma percepção de uma perene exclusão do poder' NEEDELL (2006), p.109. Citado por ALMEIDA (2010), p.24.

A partir de 1848, os membros do Partido Liberal encontram pouco espaço de atuação política; será apenas em 1869, após a vigência e ocaso dos Gabinetes de Conciliação, e também do advento e queda da Liga Progressista, que se reorganizará o movimento liberal, com a dissolução da Câmara por parte do Imperador D. Pedro II (16 de julho de 1868). Neste ínterim, liberais mais exaltados, pouco satisfeitos com o movimento de acomodação das décadas anteriores, fundam o Clube da Reforma, que lançaria o programa do novo partido Liberal[110].

1.2.2. O Partido Conservador

O início dos trabalhos do Partido Conservador e sua organização, ao menos formalmente, antecede ao Partido Liberal datando de 1836. Porém, sua extinção também se dá no contexto da Proclamação da República em 1889[111].

Trata-se, no caso deste partido, de um desdobramento do chamado Partido Restaurador[112], reunindo em seus quadros os remanescentes dos antigos *caramurus*, tidos como regressistas, e outros indivíduos ligados a grupos liberais dissidentes. Com a morte de Dom Pedro I, e cessando assim o risco de seu retorno ao Trono brasileiro, situação esta que desencadearia a chamada (e por vezes almejada por alguns) *restauração*, a ala 'direitista' do movimento liberal aproximou-se gradativamente dos antigos quadros

[110] FRANCO (1972), pp.42-45.
[111] Deliberadamente, também optamos por realizar uma análise menos abrangente a respeito do Partido Conservador, haja visto que voltaremos a falar a respeito dele nos próximos tópicos deste capítulo.
112 O Partido Restaurador, também designado por *Partido Caramuru*, esteve ligado à figura do Imperador, D. Pedro I. Tinha como objetivo obter o retorno do Imperador D. Pedro I que havia abdicado e, então, estava em Portugal. Era apoiado pelos jornais *O Carijó*, *O Caramuru* e *O Sete de Abril*. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, o partido extinguiu-se.

restauradores, com vistas a pôr fim às dissidências observadas no Período Regencial, e a formar um bloco de natureza tipicamente conservadora[113].

Em 1837, já se observa uma recomposição de forças políticas, capazes estas de oferecer oposição ao movimento liberal. Porém, mesmo com a morte de D. Pedro I, não se esgotou o apoio dos conservadores às instituições reais, de tal modo que, quando do movimento da Maioridade, estes mesmos conservadores se uniram aos liberais para antecipar a assunção de D. Pedro II ao Trono. Neste sentido, o Partido Conservador, no caso brasileiro, guardaria grandes semelhanças com seu homônimo inglês[114].

Com o fim da Regência de Diogo Feijó, que sucede a sua renúncia, assume o cargo Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda. Nesta gestão, formou-se no exercício do poder o grupo frisado anteriormente como o 'Ministério das Capacidades', por conta do prestígio de que gozavam seus líderes[115]. Em abril de 1838, com nova eleição, consolida-se a permanência de Araújo Lima na condição de Regente, sendo este eleito com grande porcentagem de votos. Neste momento, Bernardo Pereira de Vasconcelos, antigo membro do Partido Liberal[116], anuncia sua adesão ao movimento restaurador, ou *regressista*, conforme afirmavam os cronistas da época.

---

[113] O Próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos, por exemplo, era liberal, porém emigrou para o movimento conservador; ver GUIMARÃES (2002).

[114] Surgido no início do século XIX a partir de sua antiga matriz, o partido *Tory*, o Partido Conservador inglês configurou-se ao longo de sua história como um ferrenho defensor da monarquia britânica, reunindo inclusive diversos membros da aristocracia em suas fileiras. Em 1834, sob a liderança de Robert Peel, o partido passou por uma severa reformulação, contudo não perdeu seu status de associação com a direita, em que pese o fato da maioria de seus eleitores, atualmente, pertencer à centro-direita. O Partido manteve-se no poder durante grande parte do século XX, sob a liderança de Primeiros-Ministros como *Sir* Winston Churchill e Margaret Thatcher, a título de exemplo.

[115] Jeffrey Needell oferece uma visão a respeito do grupo das Capacidades: [O Marquês de Olinda] "*clearly designed it to be one that would end the deadlock between the Chamber and the executive, one with the potential for national leadership, achievements which Feijó had never been able to manage and which the new regent clearly needed to bring off*." (Em tradução livre: 'O Marquês de Olinda claramente designou este Ministério para ser aquele que iria encerrar o impasse entre a Câmara e o Poder Executivo, aquele com potencial para uma liderança de caráter nacional, atributos que Feijó nunca foi capaz de administrar, e onde o novo regente seguramente necessitaria ser bem-sucedido') NEEDELL (2006), p.72.

[116] Afirma Vasconcelos: "*Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então*

Neste momento, o Partido já se consolidava como principal articulador das forças políticas que viriam a manifestar-se no Segundo Reinado. Sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcelos e da chamada 'trindade Saquarema'[117], formada por Joaquim Rodrigues Torres, Paulino Soares de Sousa e Eusébio de Queirós, o movimento conservador conseguiu, ainda, estender sua influência também à província de São Paulo[118].

Ao longo dos primeiros anos de existência do Partido Conservador, seu papel de opositor aos gabinetes liberais possuía grande latência em torno da questão da promulgação do Ato Adicional, e a necessidade de sua revisão. Caberá, neste sentido, enfatizar alguns pontos desta discussão, que estão ligados à gênese do Partido e podem assim explicá-lo melhor, sobretudo no que diz respeito à sua visão a respeito do papel do Estado.

Tendo sido considerado por Bernardo de Vasconcelos, um dos pais fundadores do Partido, de 'o Código da anarquia' – ao passo que o liberal Diogo Feijó o considerava 'o Código do civismo', o Ato Adicional de 1834, à medida que delegava poderes mais amplos às províncias, permitia um uso indiscriminado de suas franquias, principalmente

---

corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la e por isso sou regressista." Citado por FAORO (1975), p.322.

[117] Ilmar de Mattos, em sua obra *O Tempo Saquarema*, procura verificar que, quando da formação da chamada 'trindade Saquarema', o Partido Conservador se reconfigura no Partido da Ordem; nesta linha, o que está fora da Ordem pertenceria à classe dos radicais. A respeito da 'Trindade Saquarema', o mesmo afirma: '*Esta coesão* [entre os membros da Trindade] *facilitava, sem dúvida, a disseminação de uma denominação que não só a reforçava como também cumpria o papel de particularizar uma política, sobretudo porque na sua direção se destacavam os políticos fluminenses que a motivaram. A 'Trindade Saquarema', líder de fato do Partido Conservador, imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado imperial*'. MATTOS (1987), p.107.

[118] Em São Paulo, o setor conservador era liderado por Costa Carvalho, futuro Visconde de Monte Alegre e presidente do Conselho de Ministros. Em terras paulistas, o movimento liberal foi percebido e sufocado de modo bastante rápido.

no que toca à questão tributária[119]. O debate em torno do Ato Adicional e suas características embutia em si, neste sentido, graves dissensões políticas e cisões entre os grupos políticos do período.

Do mesmo modo, afirmavam os conservadores, a extinção do Conselho de Estado, e a criação de Assembleias Legislativas de abrangência provincial – medida esta que conferia maior autonomia às entidades regionais – estariam conferindo à Carta Magna características excessivamente liberais.

Com vistas a tal situação, uma Comissão de Assembleias composta por Miguel Calmon Du Pin[120] (Marquês de Abrantes), Paulino Soares de Sousa (futuro Visconde do Uruguai[121]) e Honório Carneiro Leão[122] (futuro Marquês do Paraná), redige uma segunda lei, destinada a gerar 'explicações' a respeito dos pontos de maior discussão dentro do Ato Adicional. Após meses de debates, a chamada Lei Interpretativa foi promulgada apenas em maio de 1840, já nos estertores finais do período Regencial.

Com a promulgação desta Lei, conseguiram os conservadores, entre outros resultados, 'refederalizar' os funcionários públicos, que antes haviam sido 'transferidos' para as províncias, dado que os serviços públicos, com o Ato de 1834, tornaram-se

---

[119] TORRES (1964), p.440-42.

[120] Miguel Calmon du Pin e Almeida, visconde com grandeza e *Marquês de Abrantes*, (1796-1865) foi um político e diplomata brasileiro. Presidiu o conselho interino de governo da Bahia em 1823, tendo inicialmente coordenado a resistência brasileira às forças portuguesas. Ocupou também os cargos de Ministro da Fazenda (1827-28, 1828-29, 1837-39, e 1841-43) e Ministro das Relações Exteriores (1829-30 e 1862-64).

[121] Paulino José Soares de Sousa, o *Visconde do Uruguai* (1807-1866), foi um dos mais influentes políticos do Segundo Reinado. Eleito deputado pelo Rio de Janeiro em 1836, sendo ainida neste mesmo ano nomeado presidente da província. Assumiu o ministério da Justiça em 1841 (na verdade, reassumiu o posto, que havia perdido por conta do movimento da Maioridade), na qual permaneceu até 1843. Reformou, neste período, o Código Criminal e enfrentou a Revolução Liberal de 1842 em São Paulo e Minas. Advogado, foi nomeado desembargador da Corte em 1852, aposentando-se como ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1857.

[122] Honório Hermeto Carneiro Leão, primeiro e único visconde com honras de grandeza, conde *e Marquês do Paraná* (1801-1856), como seria mais conhecido, foi um estadista, diplomata, magistrado e político brasileiro. Ocupou, entre outros cargos, o de Ministro da Justiça (1832-33 e 1833-44), Ministro das Relações Exteriores (1843), além do comando do Conselho de Ministros (1853-56).

competência destas esferas regionais. E, também, através da Lei regulou-se a atividade das polícias locais e corpos de milícias, enquanto que a polícia judiciária – sob responsabilidade dos juízes locais – voltaria a ser controlada pelo Estado; as províncias poderiam ordenar apenas as atividades das forças regionais ou outras brigadas militares com funções policiais.

Este movimento geral, dito de *Regresso*, conforme o jargão da época, marcaria sensivelmente a orientação do novel Partido Conservador, facilitando assim a celebração de uma política de acomodação de interesses entre liberais, *regressistas* e o Trono, com vistas ao saneamento de parte dos problemas oriundos das Revoltas Regenciais, a partir do movimento da Maioridade.

Emília Viotti, a respeito do predomínio dos conservadores, enfatiza:

> "O desenvolvimento da economia cafeeira na década dos trinta fortaleceu os proprietários rurais reforçando suas bases parlamentares. Simultaneamente, o incremento do comércio de importação em mãos de estrangeiros abalou o pequeno comércio e o artesanato locais, bases do radicalismo no Rio de Janeiro (...). Predominou o voto do campo, dos proprietários rurais, em detrimento do eleitorado urbano. Prevaleceram as tendências conservadoras, que acabariam por anular boa parte dos avanços liberais e democráticos conquistados durante a Regência.[123]"

Em Jeffrey Needell, igualmente, observamos sua afirmação a respeito do predomínio conservador após a derrocada da regência de Feijó, bem como são enumerados alguns dos principais nomes do movimento de reação:

> *This reaction, traditionally labeled as such* (o Regresso, N.do A.), *was managed and articulated by Vaasconcelos, Honório, and Rodrigues Torres, as well as two or three other very significant recent recruits. The careers and*

[123] COSTA (1976), p.126. Citado por ALMEIDA (2010), p.27.

politics of these recruits exemplify the emergent reactionary trends and their expression.[124]

A partir do estabelecimento do chamado Segundo Reinado, através da sagração do Imperador D. Pedro II em 1840, caberá ao Partido Conservador maior evidência no cenário político: efetivamente, o ministério empossado a 23 de março de 1841 trazia em seus quadros membros importantes do movimento conservador, tais como Paulino Soares de Sousa (Justiça), Miguel Du Pin (Fazenda), além de Aureliano Coutinho, membro da antiga 'facção áulica'[125] e preceptor do jovem Imperador em temas de ciência política.

Durante o exercício deste gabinete, será restabelecido o Conselho de Estado[126], legitimando-se assim o exercício do Poder Moderador por parte do monarca, bem como realizou-se a reforma do Código de Processo Penal (e que é tratada por Raymundo Faoro como 'a mais avançada e mais duramente criticada obra liberal'[127]), e que retirava das câmaras municipais a faculdade de julgar, punir, e realizar outras ações cuja prerrogativa cabia ao Poder Judiciário, restituindo-as assim ao governo central.

---

[124] O movimento de reação, tradicionalmente denominado tal como era (o Regresso) foi administrado e articulado por Vasconcelos, Honório, e Rodrigues Torres, assim como dois ou três outros importantes novos membros. As carreiras e políticas destes membros exemplificam as tendências reacionárias emergentes, e sua expressão. (Tradução livre.) NEEDELL (2006), p.65. Citado por ALMEIDA (2010), p.28.

[125] *Facção Áulica* ou *Clube da Joana* foi o jargão conferido ao grupo político que realizava constantes encontros na residência do mordomo-mor da Casa Imperial de Dom Pedro II, Paulo Barbosa da Silva, situada nas proximidades da Quinta da Boa Vista e perto do Rio Joana (de onde advém a designação ao grupo). Segundo consta, estas reuniões eram lideradas por Aureliano Coutinho, futuro Visconde de Sepetuba, político conservador que, conquanto instrutor de ciência política ao Príncipe Imperial, exercia forte influência sobre o jovem e ainda inexperiente D. Pedro II. O grupo teria, ainda, a cooperação de D. Mariana de Werna, a Condessa de Belmonte, camareira-mor da Casa Imperial e primeira preceptora do Príncipe. O grupo, em linhas gerais, mantinha grande influência sobre o jovem monarca, imiscuindo-se inclusive em questões regenciais. Para maiores referências, ver SCHWARCZ (1999), pp.57-8, e CASTRO (1978b), pp.518-520.

[126] É importante ressaltar que o restabelecimento do Conselho de Estado não corresponde ao surgimento do Conselho de Ministros; esta instituição é implementada por ordem do Imperador em 1847; seus objetivos e lideranças são bastante distintas entre si, contudo, as nuances a respeito das referidas instituições serão melhor elucidadas no início do próximo capítulo.

[127] FAORO (1975), p.305.

A respeito, portanto, do Partido Conservador, é possível perceber que o mesmo se organizou no sentido de preservar as estruturas burocráticas e de exercício do Poder ao fim do Período Regencial. Esta visão, dita *centralista* do Partido, será fortemente evidenciada após o ano de 1848, quando após o relativo fracasso dos gabinetes liberais, o movimento conservador se manterá por quatorze anos à frente dos negócios do Estado, aglutinando, inclusive, vários quadros liberais entre 1853 e 1862, nos chamados 'Gabinetes da Conciliação', os quais trataremos com maior ênfase no Tópico 2 deste capítulo.

Deste modo, havendo considerado a articulação que os conservadores realizaram com os liberais quando de momentos fundamentais para a estabilidade da nação, tais como a maioridade de D. Pedro II, por exemplo, não se pode ter em conta a afirmação de que o Partido Conservador visava, basicamente, o Regresso puro e simples ao modelo pré-1831, ou, em última análise, à restauração do Trono Português. A este respeito afirma José Honório Rodrigues:

> Não foi uma cega resistência à mudança, nem uma oposição irrecusável ao declínio dos privilégios, a essência da posição conservadora. Eles souberam transigir, souberam conciliar, souberam fazer concessões, porque era conduzidos pelos interesses e não pelas emoções, pelo raciocínio, pelo pragmatismo, pelo realismo, e não pelo subjetivismo, pelo possibilismo.[128]

1.2.3.Movimentos de contestação

Neste momento, buscamos enfatizar, ainda que brevemente, alguns aspectos relacionados a outros movimentos partidários que eclodiram ao longo do Segundo Reinado, com especial ênfase à Liga Progressista. Mesmo tendo-se em vista que estes

[128] RODRIGUES (1972), p.155. Citado por ALMEIDA (2010), p.29.

movimentos se desencadearam ao longo do período que abrange o escopo temporal desta pesquisa, é importante citá-los, haja visto que sua composição abrangia quadros pertencentes tanto aos grupos liberais quanto conservadores durante o Segundo Reinado.

No que toca à Liga Progressista, temos que o referido partido surge a partir do progressivo descontentamento de alguns quadros liberais a respeito de uma aparente legitimação destes liberais em relação ao domínio do Partido Conservador – que abrigou, como veremos, o Partido Liberal no jogo do poder ao longo dos 'Gabinetes da Conciliação' – e reunindo também alguns conservadores dissidentes.

A partir de 1860, através da retomada do comércio internacional (após um momento de fratura com os movimentos que engendraram a crise financeira de 1857) e a relativa melhoria dos indicadores econômicos, impunha-se, segundo Afonso Arinos, uma latente necessidade de reordenação do *status quo* da política nacional[129]:

> "O chamado partido Progressista, que passou a dominar a situação durante algum tempo, constituiu-se pelo entendimento mais estreito dos grupos moderado e liberal, entendimento que nunca chegou a ser fusão e que não chegou também a extinguir a competição interna das duas facções, que lavrou sempre na concorrência dos postos e na distribuição de poderes, como fogo por debaixo das cinzas." [130]

A Liga Progressista teve seu plano de ação política divulgado em 1864, porém sua vigência foi efêmera, tendo sendo dissolvida pelo Poder Moderador em 16 de Julho de 1868. Contudo, a referida Liga conseguiu compor alguns Gabinetes, em que se destacam os de Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Parte significativa dos debates encetados pela Liga Progressista – através de um de seus grandes líderes, o conselheiro Nabuco – enfatizava a necessidade de realização

[129] FRANCO (1974), pp.39-42.
[130] Idem, p.41. Citado por ALMEIDA (2010), p.30.

de reformas na esfera judiciária, a fim de que fossem separadas funções judiciárias de policiais, bem como que fosse conferida maior autonomia aos magistrados, preservando-lhes os direitos individuais.

Porém, a Liga foi progressivamente minada pela sua própria natureza e composição, onde aglutinavam-se membros liberais e conservadores. Estes liberais, enfatizamos, formaram posteriormente um movimento de dissensão, o Clube Radical, que propugnava a eliminação do Conselho de Estado, o voto direto e a abolição do trabalho escravo.

Com a queda do Gabinete Zacarias em 1868, o partido se dissolve, conferindo espaço para o retorno do Partido Liberal e o surgimento do Partido Republicano (em suas diferentes manifestações regionais)[131], de grande expressividade nas etapas finais do período Imperial.

1.3. O Executivo e o exercício do Poder

Nesta seção, pretendemos dar maior ênfase ao papel do Conselho de Ministros dentro da estrutura de poder do Segundo Reinado. Contudo, aprofundando esta premissa, buscamos mesmo verificar a dinâmica do Poder Executivo, e o limite às suas ações frente à instituição do Poder Moderador, de natureza intrinsecamente discricionária, em que pese o bom senso e a grande capacidade de articulação das diferentes forças políticas no Império por parte de D. Pedro II.

[131] Afirma ainda Arinos: "Prosseguia, dentro dos quadros parlamentares, a evolução para a esquerda que levou da Conciliação ao Progressista, deste ao liberalismo radical de 1868, até que a ala esquerda deste último se tornou solidamente republicana. Era a marcha coerente, implacável da História." (FRANCO (1974), p.42.)

Tais prerrogativas, entretanto, não isentam o imperador do fato de, em diversos momentos, fazer uso do Poder Moderador para 'dissolver' o Parlamento, posteriormente convocando novas eleições, ou mesmo demitindo juntas governativas dos diversos ministros do Império, tal como em 1848, frente à presumidamente consensual 'incapacidade governativa' do Partido Liberal, situação que redundou no fracasso e na duração bastante efêmera dos Gabinetes liderados pelo Visconde de Macaé (8 de março a 31 de maio de 1848) e por Paula Sousa (31 de maio a 29 de setembro de 1848).

Contudo, antes de dar início à discussão a respeito da estruturação do Poder Executivo, é importante realizar uma breve ressalva: Deve-se ter em conta, a fim de dirimir imprecisões futuras, que há uma nítida diferença, no Segundo Reinado, entre os conceitos e instituições do *Conselho de Estado* e do *Conselho de Ministros*.

O Conselho de Estado, via de regra, poderá ser entendido como o grupo de indivíduos mais próximo ao monarca no que toca à condução dos negócios do Estado, sobretudo nos temas que evocassem a necessidade do exercício do Poder Moderador[132].

Tratado por Oliveira Torres como 'o cérebro da Monarquia'[133], tal instituição foi criada em 1823, com o fito de reunir quadros para a execução da Constituição. Quando a mesma foi outorgada em 1824, determinou-se a manutenção do Conselho, com dez membros escolhidos pelo Imperador e empossados em caráter vitalício, salvo disposição em contrário do próprio monarca. Com a renúncia de D. Pedro I, porém, o Conselho encerrou suas atividades, sendo extinto através do Ato Adicional de 1834, conforme anteriormente verificamos.

[132] GRAHAM (1997), cap.2; idem (1985), pp.773-74.
[133] TORRES (1964), p.161.

Após a maioridade de D. Pedro II – e dado o aumento da influência do Partido Conservador frente à política vigente do *Regresso* – o Conselho foi reestabelecido em 1841, visando fornecer subsídios para a ação política do jovem Imperador, empossado com cerca de quinze anos de idade, e assim perdurou até o advento da República, em 1889.

Compunha-se ele, neste segundo momento, de doze membros ordinários e doze suplentes, além dos membros da Família Imperial, nomeados pessoalmente pelo monarca.

Entre as funções primordiais do Conselho, ou seja, os assuntos nos quais era facultada ao Imperador a possibilidade de sua convocação, destacam-se:

i. Declaração de guerra, ajustes de paz e negociações com as nações estrangeiras;
ii. Conflitos de jurisdição entre as autoridades administrativas, e entre estas e as judiciárias;
iii. Abusos das autoridades eclesiásticas;
iv. Decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis, e sobre propostas que o Poder Executivo tenha de apresentar à Assembléia Geral[134].

A respeito do Conselho de Ministros, temos que o mesmo representa a função executiva/administrativa dentro do Poder Executivo, visando à aplicação da Lei nos seus casos mais concretos e cotidianos[135]; trata-se de um poder ativo que o chefe de Estado

[134] GRINBERG, in VAINFAS (2002), PP.165-66.
[135] É importante frisar que a composição dos ministérios variou ao longo do Império. São pastas comuns a todo o período as dos Negócios do Império (responsável pela condução das disposições gerais da nação, como educação e instrução pública, saúde, segurança interna, entre outras), da Fazenda, da Marinha, da Guerra, da Justiça, e das Relações Exteriores. A partir de 1861, instalou-se a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

exercia com a chancela de ministros responsáveis pelas pastas do Império, ainda que sob a batuta do Poder Moderador.

O mesmo Poder Moderador, neste sentido, detinha o controle das operações do Estado conforme as conveniências e contingências de cada momento; contudo, no caso brasileiro o mesmo atuava em uníssono com o Conselho de Ministros, sob a liderança do Presidente de Conselho.

Elemento fundamental para a compreensão da dinâmica deste trabalho, o cargo do Presidente do Conselho foi criado em 1847, através do Decreto nº. 523, sendo Manuel Alves Branco (o mesmo que havia implementado, anos antes, a elevação da tarifa de importação sobre diversos produtos com similar nacional, para os montantes de 30%, 45% e 60%, a partir de cada categoria de bem[136]), também denominado Visconde de Caravelas, o primeiro a ocupar este cargo de liderança.[137]

Não se trata, absolutamente, de um cargo de menor importância, dado que o Presidente, nomeado pelo Imperador, era o responsável por arregimentar e nomear os indivíduos doravante responsáveis pelas diferentes pastas que formavam à época o arranjo governamental. Por outro lado, contrariando a lógica parlamentarista tradicional, que preconizava, através de eleições diretas, a formação de um grupo majoritário no Poder

[136] A 'Tarifa Alves Branco', conforme ficaria conhecida, tinha por objetivo 'estimular a criação de indústrias nacionais; obrigar a Inglaterra a modificar sua elevação tarifária sobre o açúcar; criar novos mercados de trabalho; e aumentar a receita do país'. A partir dela, e com o encarecimento de diversos produtos inclusos na pauta de importação, o ambiente macroeconômico ficou relativamente mais favorável para a alocação de inversões em plantas produtivas; neste ínterim, detacar-se-á o Visconde de Mauá, como incentivador das atividades da manufatura, em seu tempo. LIMA (1978), p.101, e GRAHAM (1985), p.767. Ver também GUIMARÃES (2012), pp.65-71.

[137]. Na íntegra do decreto de criação do Conselho, temos: "Tomando em consideração a conveniência de dar ao Ministério uma organização mais adaptada às condições do sistema representativo; hei por bem criar um Presidente do Conselho dos Ministros; cumprindo ao dito Conselho organizar o seu regulamento, que será submetido à minha imperial aprovação. Francisco de Paula Sousa e Melo, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, o tenha assim entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1847, 26º da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. assinado: Francisco de Paula Sousa e Melo."

Legislativo que escolhia o seu dirigente, e este por sua vez compunha seu gabinete, no caso brasileiro era o próprio imperador quem designava o primeiro-ministro, que por sua vez se encarregava de montar seu grupo, ainda que sujeito aos desígnios do monarca e sua capacidade de intervenção através do Poder Moderador, consolidando o modelo conhecido como 'Parlamentarismo às avessas'[138].

O mesmo D. Pedro II, dirigindo-se à sua filha Isabel Cristina em seus *Conselhos à Regente*, a respeito da condução da política nacional no regime de cooperação aparente entre os Poderes:

> "[As relações com o ministério] devem fundar-se, na mais perfeita confiança. Todos os negócios, que sejam importantes, por influírem diretamente na política, e na marcha da administração, não devem ser resolvidos, sem serem primeiro examinados, em conferência dos ministros, e depois em despacho do Imperador."[139]

E continua o monarca, enfatizando as vantagens da intermediação das relações dentro do Poder Executivo com a instituição da Presidência do Conselho:

> "O Presidente do Conselho de Ministros (...) achar-se-á necessariamente em maiores relações com o Imperador, sobretudo quanto à política geral, do que os outros Ministros que, todavia, mas sempre de acordo com seus colegas, poderão entender-se separadamente com o Imperador. Os repetidos despachos dos Ministros com o Imperador têm inconvenientes; mas também não é avisado tratar certos negócios por meio de cartas. Enfim, oito homens não podem manter a indispensável harmonia entre si, a respeito de negócios tão sérios e diversos, sem a maior prudência e atilamento."[140]

Através destas inferências, torna-se possível realizar a distinção necessária: o Conselho de Estado caracterizava-se por um 'alto colégio', cujos membros eram consultados, conforme necessário, em assuntos de maior importância ao Estado. Por sua vez, o Conselho de Ministros zelava pela manutenção do *continuum* público, dentro dos

---

[138] CARVALHO (1996). Ver também OLIVEIRA (2009), pp.21-25.
[139] Citado em TORRES (1968), p.195. Ver também ALMEIDA (2010), p.47.
[140] Citado em TORRES (1968), p.196. Ver também ALMEIDA (2010), p.48.

temas ligados à manutenção do Império e de suas Províncias constituintes. Richard Graham enfatiza este ponto:

> A constitutional monarch regned in Brazil. The cabinet was responsible both to him and to a parliament consisting of a Senate of a little over fifty members and a Chamber of Deputies of around 120. The emperor, with advice from a Council of State, appointed Senators from among the three candidates who received the most votes in each province. Senators served for life. Deputies were chosen by indirect elections at least every four years.[141]

E José Honório Rodrigues, enfatizando as instituições do Poder Moderador e do Conselho de Estado tais como o 'quarto e quinto poderes', afirma:

> O Conselho de Estado foi um guardião das tradições do regime, um órgão de estatização da monarquia representativa constitucional, disfarce com que se apresentava a ditadura do Poder Moderador (...). Foi criado para ser um anteparo do Imperador, que o defendesse das acusações de abusos e aberrações do poder. Mas os liberais perceberam desde o começo a finalidade e as conseqüências desta instituição e combateram a sua criação. (...) Sentiram que a tirania, o poder irresponsável, os abusos, a oligarquia, as odiosidades, a força, tudo estaria garantido com o Conselho de Estado, evitando qualquer brecha na Monarquia. (...) O grande receio dos liberais foi o de que o Partido Conservador amarrasse o monarca ao seu carro de triunfo, mas na verdade, uns e outros, conservadores e liberais, eram todos passageiros do mesmo carro[142].

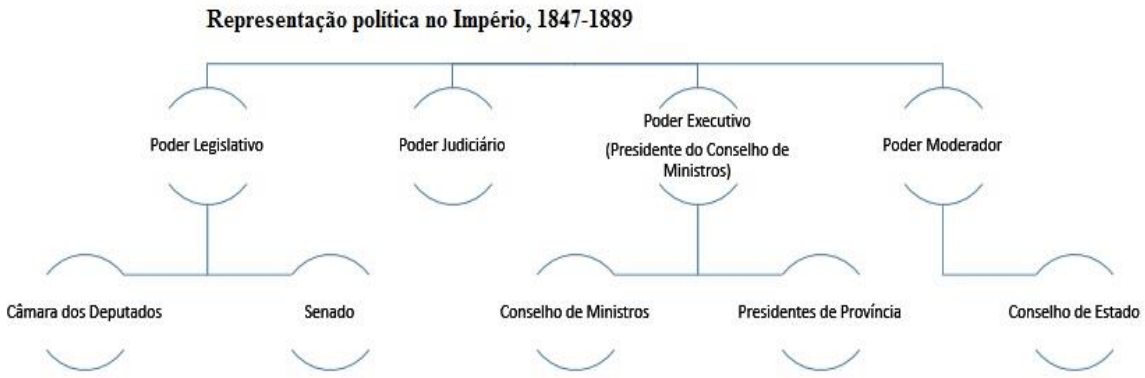
Em termos numéricos, pode-se depreender o caráter exclusivo de ambos os Conselhos; no Conselho de Estado, durante sua vigência, setenta e duas pessoas tomaram assento, sendo apenas uma do sexo feminino (a princesa D. Isabel). Já no Conselho de Ministros, entre 1847 e 1889, formaram-se trinta Gabinetes, cada um com uma

[141] Em tradução livre: 'Uma monarquia constitucional reinou no Brasil. O Gabinete era responsável por si próprio e por um Parlamento constituído de um Senado composto por pouco mais de cinqüenta membros, e uma Câmara dos Deputados com aproximadamente 120 [parlamentares]. O Imperador, com as orientações do Conselho de Estado, apontava senadores a partir de três candidatos que haviam recebido as maiores votações em suas províncias. Senadores serviam por toda a vida. [Por sua vez] os deputados eram escolhidos por eleições indiretas pelo menos a cada quatro anos'. GRAHAM (1985), PP.772-73

[142] RODRIGUES (1978), pp.279-81. Citado por ALMEIDA (2010), p.46.

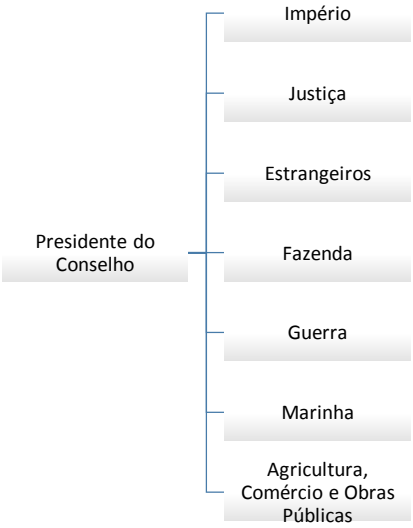
composição de, no mínimo, cinco ministros, haja visto que, em diversas situações, os presidentes de Conselho sobrepunham seus cargos com algum ministério[143].

Na Figura 04, que se segue, temos uma sintetização a respeito da divisão de poderes no período em tela:



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de VAINFAS (2002).

Por fim, delineamos a estrutura do Conselho de Ministros a partir da Figura 05:



Fonte: Elaboração própria.

[143] Conforme enfatizamos em nota anterior, alguns ministérios, como o da Agricultura, foram criados posteriormente à criação do Conselho de Ministros. Da mesma forma, no que tange à sobreposição de cargos, pode-se citar, por exemplo, o fato de Caxias, na condição de marechal, assumir constantemente a condução do Ministério da Guerra. A sobreposição de cargos de Ministro da Fazenda e Primeiro-Ministro também era bastante comum, como será possível evidenciar em diversas situações ao longo deste trabalho.

1.4. A ação política: Os gabinetes da Conciliação (1850-1864)

A partir das questões propostas nos tópicos anteriores, que tiveram por objetivo traçar alguns esboços a respeito da *estrutura* política do Império em meados do século XIX, tencionamos agora efetuar maiores considerações a respeito da *ação* política no Império no mesmo período, através do estudo dos chamados Gabinetes do Movimento da Conciliação. Sob esta expressão, denominam-se os diferentes grupos políticos que assumiram a condução do Conselho de Ministros durante o recorte temporal proposto, em especial a partir do ano de 1853.

Com efeito, indo além deste objetivo inicial, buscamos ainda examinar as ações nos áreas política e econômica (esta, em especial, no próximo tópico desta matéria) que condicionaram o predomínio dos conservadores na condução dos assuntos do Império a partir de 1850. Desta maneira, como forma de estabelecer um referencial, discutiremos resumidamente os Gabinetes conservadores que assumiram o Conselho de Ministros antes da Conciliação *per si*.

O relativo fracasso dos liberais na condução dos negócios do Estado em 1848 condicionou, em parte, a reentrada do Partido Conservador na liderança do Conselho de Ministros: a perda do apoio por parte dos presidentes de província, a maciça oposição conservadora no Parlamento, e a eclosão da revolução Praieira em Pernambuco, teriam tornado patente a incapacidade dos liberais em articular correntes políticas tão heterogêneas, engendrando, conforme afirmamos anteriormente, a necessidade de aumentar a concentração do poder nas instâncias do Poder Executivo.

Mais que isso, pode-se mesmo pensar na possibilidade da existência de um *consenso negativo* a respeito da possibilidade do Partido Liberal preservar-se no exercício do poder. Tais situações tornaram possível que o Partido Conservador assumisse o

Conselho – e ali permanecesse por mais de dez anos – em 29 de setembro de 1848, sob a liderança de Pedro de Araujo Lima, o Marquês de Olinda.

1.4.1. Ocaso liberal e ascensão conservadora (1848-53)

Enquanto consideramos a composição do jogo de forças políticas que engendrou o surgimento dos Gabinetes da Conciliação, percebe-se que se torna incompleta a análise que busque compreender a vigência deste movimento apenas a partir de 1853. Faz-se, portanto, importante a reflexão sobre a ação nos campos político e (principalmente) econômico destes grupos conservadores a partir de 1848, para que assim seja possível compreender as orientações deste partido, em especial no que toca à condução das forças econômicas do Estado Nacional.

A respeito do primeiro Gabinete, liderado pelo Marquês de Olinda (cargo inicialmente recusado pelo Marquês de Monte Alegre, e que teve sua duração entre 29 de setembro de 1848 e 6 de outubro de 1849), é importante frisar que este período é marcado por dissensões políticas: A insurreição dita *Praieira* em Pernambuco e a significativa oposição dos liberais na Câmara (em que pese o fato desta oposição ter-se manifestado em apenas uma sessão, a de 1848) ameaçavam inviabilizar a execução da política de governo deste Gabinete. O Imperador, deste modo, e por força de decreto-lei a 19 de fevereiro de 1849, dissolve a Câmara, convocando novas eleições para indicar um novo corpo legislativo, que se reuniria no ano seguinte[144].

O Gabinete Olinda seria afetado significativamente, porém, pelo aumento das tensões políticas com as nações platinas: no Uruguai, a disputa de poder entre *blancos* (em sua maioria pecuaristas do interior, e ligados aos argentinos) e *colorados*

[144] CASTRO (1978b), p.540.

(comerciantes de Montevidéu em sua grande parte, e ligados aos brasileiros do Sul) acabou por condicionar a deterioração das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina[145].

Os conflitos regionais e as disputas diplomáticas exerceram papel importante na perda de capacidade governativa por parte do Gabinete Olinda, sendo que este renuncia ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros (e de Ministro dos Estrangeiros, cuja responsabilidade incidia, à época, sobre negociações entre o Império e outras nações) a 6 de outubro de 1849.

A respeito das políticas de Estado, por sua vez, o Gabinete Olinda se destaca pela cessão de créditos para amortização de compromissos financeiros adquiridos em exercícios fiscais anteriores, principalmente em despesas com a Casa Imperial e com ajudas de custo aos parlamentares, visando reduzir as dívidas do Erário.

E deve-se destacar, também, ainda, a fiscalização progressiva ao estabelecimento de sociedades anônimas: Pelo decreto nº. 575 de 10 de janeiro de 1849[146], estas sociedades deveriam ser incorporadas através de autorização do governo, através do Ministério da Fazenda (na Corte) ou dos Presidentes de Província. Esta autorização seria fornecida (artigo 3º.) apenas com os estatutos e o contrato constitutivo da sociedade. Por este movimento, para operações de natureza bancária, somente seria autorizada a operação da sociedade quando os recursos disponíveis em caixa atingissem a proporção de 25% do total de ações a serem lançadas.

---

[145] Por apego à brevidade, não se realizará uma discussão específica a respeito da política externa do império na solução de impasses diplomáticos na região do Rio da Prata; procuraremos enfatizar as ações práticas do Ministério dos Estrangeiros, e seus reflexos sobre a condução do Estado. De todo modo, esta discussão é realizada com maior vulto por SOUZA (1985) e por COSTA (1996)

[146] *Coleção de Decretos do Império do Brazil, ano de 1849.*

Como é possível evidenciar, o governo buscava dirimir a especulação com base em companhias e sociedades de capital anônimo, ainda que nos anos que precedem a Crise de 1857, o relaxamento destas restrições e o surto de consumo percebido no período precipitassem a dinâmica especulativa, alimentando a conjuntura de instabilidade.

Com o fim do Gabinete Olinda, assume a presidência do Conselho de Ministros José de Costa Carvalho, o Marquês de Monte Alegre. Tendo recusado o convite do Imperador para a presidência do Conselho um ano antes, assumindo então o cargo de ministro dos Negócios do Império, o mesmo Monte Alegre indica, para a composição de seu ministério, um grupo de homens que ficaria conhecido como a 'Trindade Saquarema', em vista de sua notória influência sobre os rumos do Partido Conservador[147].

Paulino Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai, assume a pasta dos Estrangeiros (cargo de grande importância, em um momento de disputa diplomática no Rio da Prata), Rodrigues Torres mantém o Ministério da Fazenda (haja visto que já ocupava o cargo no Gabinete Olinda), e Eusébio de Queirós, por sua vez, assume a pasta da Justiça.

Este Gabinete iniciou seus trabalhos tendo a Câmara sob maioria conservadora, uma vez que os liberais haviam sido retirados do Parlamento com o decreto de dissolução da Casa; com efeito, os conservadores impõem praticamente a unanimidade de assentos na Câmara, com exceção a Bernardo de Sousa Franco. Este deputado, que no início das atividades do Gabinete era o único membro do Partido Liberal, terá destaque notável na formulação da política econômica do Império em anos posteriores.

[147] MATTOS (1986). Ver também Carlos Gabriel Guimarães, que sistematiza e organiza a composição dos quadros de liderança conservadora em meados do século XIX (GUIMARÃES (2012), pp.71-3).

Contudo, no que se refere ao início do Gabinete (1850), torna-se patente a ausência de um bloco opositor ao grupo conservador no Parlamento, situação que se reverterá a partir de 1851[148]. Esta oposição cresceu em significância de tal modo que o Gabinete solicita sua exoneração em novembro de 1851, contudo o pedido seria acolhido pelo Imperador apenas em maio do ano seguinte.

O chamado Gabinete Itaboraí tomou posse do Conselho de Ministros a 11 de maio de 1852. Novamente, tratou-se de uma solução negociada, pois não se verificou a substituição de todo o grupo: permaneceram no cargo os ministros da Fazenda (Rodrigues Torres, o próprio Itaboraí), dos Estrangeiros (Paulino Soares de Sousa) e da Guerra (Manuel Felizardo de Sousa e Melo).

Duas dinâmicas caracterizam esta solução de continuidade, quais sejam: Primeiramente, mantiveram-se no cargo os responsáveis por pastas estratégicas naquele momento histórico, dado o recente fim do movimento armado na região do Rio da Prata, que envolveu inclusive forças militares brasileiras[149].

Por outro lado, deve-se frisar que os membros substituídos no Gabinete eram tidos como conservadores radicais no cenário político, tais como Eusébio de Queirós. Como já se definiam neste momento, conforme veremos, as linhas mestras do movimento da Conciliação, tratava-se de um gesto conveniente engendrar a saída de alguns membros

[148] IGLESIAS (1995), pp.17-18.
[149] Nas intervenções armadas contra Manuel Rosas, ditador argentino, registraram-se importantes lances no ano de 1852, como a passagem da localidade fortificada de Tonelero pela esquadra brasileira, e a batalha de Monte Caseros, a 3 de fevereiro do mesmo ano, episódio que engendra a queda do argentino Rosas e seu posterior asilo na Inglaterra (SOUSA (1997), pp.130-32).

mais exaltados do grupo conservador, em preferência de quadros vistos como 'moderados'[150].

No campo da representação política, a legislatura constituída através de processo eleitoral sob a égide do Gabinete Itaboraí apresentou a unanimidade de deputados eleitos para a Câmara (113) pertencentes ao Partido Conservador. A despeito das diversas denúncias de irregularidades e de infrações cometidas no pleito, não se processou, a princípio, o reconhecimento da eleição de nenhum membro de grupos opositores. Nem mesmo Bernardo de Sousa Franco, desta vez, fora legitimado como deputado eleito, fato este que gerou vários protestos na Câmara dos Deputados.

Ao longo desta legislatura, ainda, visualiza-se um movimento dissidente no seio dos conservadores, que pouco apoiaram as decisões do gabinete. Com os liberais alijados do poder, o que impedia aos membros do gabinete celebrar alianças políticas com o Poder Legislativo, o gabinete Itaboraí perderá força, chegando ao seu fim em 6 de setembro de 1853.

Pode-se citar, ainda, as críticas de alguns deputados a respeito da política relativamente concessiva do Estado no que diz respeito à cessão de créditos para necessidades conspícuas, tais como o financiamento de companhias artísticas, e em especial a projetos de investimento em tecnologia de manejo da cana-de-açúcar, sob o argumento de que tal inversão somente privilegiaria os produtores rurais.

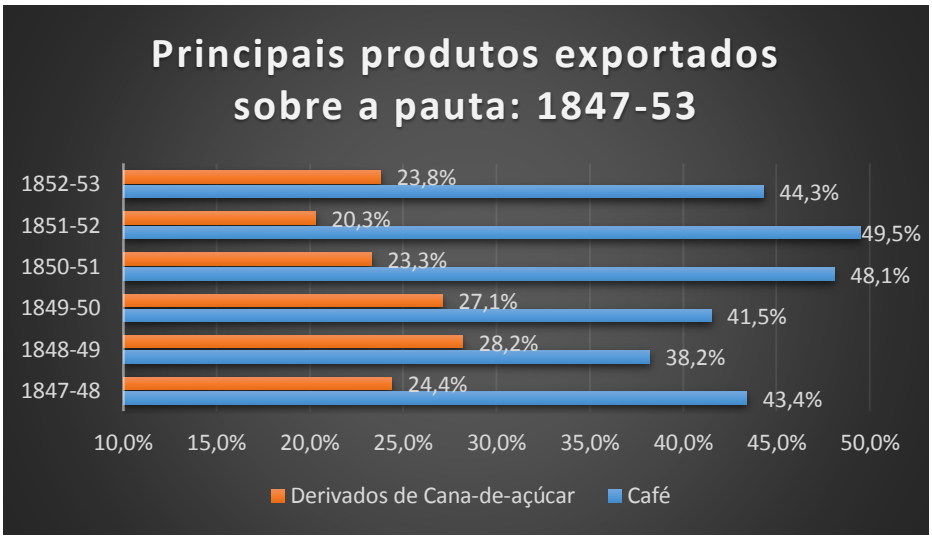
A respeito, inclusive, da posição da cana-de-açúcar na participação da pauta de exportações do Império, tem-se que ela ainda representava, em meados do século XIX, expressiva participação na geração de divisas a partir da remessa do produto para o

[150] IGLESIAS (1982), pp.21-22.

exterior, conforme pode-se depreender a partir dos dados elencados no Gráfico 05, que se segue[151].

Neste momento, onde se observam críticas ao Gabinete Itaboraí que culminam na queda de seu grupo, assumirá Honório Carneiro Leão, Marquês do Paraná, a presidência do Conselho de Ministros; trata-se de um conservador, porém que comporá um governo já sob o novo ideal conciliador.

A necessidade de radicalização partidária parecia ter-se esvaído, assim, a demanda que se manifesta é por um ideário conciliatório, capaz de acatar os diferentes interesses dos grupos regionais e relativizando suas orientações políticas, poderia, expressivamente, ser a tônica da condução futura das questões de natureza mais premente dentro do cotidiano do Império.



Fonte: MONT'ALEGRE (1972), pp.104-05.

[151] Maiores detalhes a respeito da composição da pauta de exportação brasileira no Segundo Reinado podem ser encontradas em GRAHAM (1985).

1.4.2. A Conciliação em Curso: Gabinetes 1853-58

Tendo-se verificado, a partir de 1853, o ambiente institucional e político favorável à política de acomodação das distintas facções partidárias do Império, cabe delinear com maior detalhe o debate que envolve o início dos chamados gabinetes de Conciliação[152].

A eliminação da Revolta Praieira em Pernambuco, que encerra um ciclo de motins e centraliza o controle do Estado a partir do Rio de Janeiro[153], associado ao progressivo afastamento dos liberais mais exaltados com a dissolução da Câmara em 1849, bem como ao isolamento dos quadros conservadores mais radicais, como se evidenciará a partir de 1851, esvaziaram sobremaneira o movimento de oposição no âmbito do Parlamento.

Formula-se, então, a noção de que a exaltação e a revolta, típicas das convulsões sociais que caracterizaram o Período Regencial e o início do Segundo Reinado (precipitado com o movimento da Maioridade, inclusive, por força destas mesmas dissensões, que ameaçavam a integridade da nação recém-soberana), era danosa aos interesses do Estado. Superada esta etapa revolucionária, seria de suma importância o congraçamento dos diferentes quadros que compunham o Poder Legislativo, com vistas à promoção do progresso e do desenvolvimento do país.

Não conviria, porém, ao sistema representativo que existisse unanimidade de pensamento, tal como no caso da Câmara (com 100% dos deputados pertencendo ao Partido Conservador), em detrimento da expressão das várias correntes de opinião

[152] As discussões consignadas nesta seção baseiam-se no capítulo segundo de nossa dissertação de mestrado – 'Afirmação conservadora e política econômica: os Gabinetes da Conciliação – Primeira fase, 1853-58', em ALMEIDA (2010).
[153] GUIMARÃES (2012), p.63.

existentes, tampouco que se processasse uma hegemonia dos conservadores com a eliminação do Partido Liberal.

Destarte, com seus quadros fora do poder, uma das poucas chances de sobrevivência dos liberais seria compor uma coalizão com os conservadores, formando um governo de natureza moderada, com estabelecimento de consensos negociados sobre a condução do Estado.

Neste raciocínio, afirma o deputado (futuro senador, e também conselheiro do Império) José Antônio Saraiva:

> "Por ventura querem os deputados que o governo procure a conciliação dos partidos fazendo chapas para deputados com nomes de liberais e de saquaremas. Isto é conciliação dos partidos quando eles transigem com seus princípios, ou tiverem menos ódio uns dos outros. Isso seria um absurdo: o governo não faz chapa, os partidos é que fazem a eleição, é que podem conciliar-se sobre este ponto.[154]"

Nabuco de Araujo, em seu discurso conhecido como 'a ponte de ouro', pela impecabilidade de lógica e estilo, faz coro à opinião de Saraiva:

> "A conciliação como coalizão e fusão dos partidos, para que se confundam os princípios, para que se obliterem as tradições, é impraticável, e mesmo perigosa. (...) Entendo ao contrário que a conciliação deve ser a obra do governo e não dos partidos, porque no estado atual se os partidos por si mesmos se conciliarem será em ódio e despeito ao governo; e a transação, versando sobre o princípio da autoridade, não pode deixar de ser funestíssima à ordem pública e ao futuro do país"[155]

Não seria ainda o Gabinete Itaboraí o responsável pela consecução desta política de sintetização dos interesses políticos, dada a força das facções internas ao Partido Conservador, sobretudo aqueles que se denominavam 'puros', radicais contrários à

[154] Citado de IGLESIAS (1982), p.27. Ver também ALMEIDA (2010), p.62.
[155] Citado de IGLESIAS (1982), p.28. Ver também ALMEIDA (2010), p.62.

composição de coalizões com correntes adversárias. O próximo presidente do Conselho de Ministros, como figura forte no jogo político, porém, conseguiria trazer a pacificação ao Partido e reduzir as tensões entre grupos políticos rivais no Parlamento.

Tendo elencadas as temáticas que propiciaram o surgimento do movimento da Conciliação, será possível enumerar os diferentes gabinetes que permearam o período em análise, que definimos como primeira fase do referido movimento, iniciando-se pelo gabinete liderado por Honório Carneiro Leão, também denominado Marquês do Paraná.

Este gabinete, vale dizer, teve duração razoavelmente longa (6 de setembro de 1853 a 3 de setembro de 1856). Uma de suas características que deve-se citar, logo a princípio, é a de ter conseguido reduzir as lutas intestinas do Partido Conservador, que tornaram-se mais intensas após o início da dissidência dos conservadores ditos 'puros', liderados pela 'Trindade' Queirós-Itaboraí-Uruguai. Torna-se conveniente, nesta linha, recuperar a reflexão realizada por Paula Beiguelman:

> De fato, não era possível contrapor o Partido Liberal, com o passivo representado pela revolução praieira, ao Partido Conservador, que acabava de prestar um relevante serviço ao país. Por outro lado, o longo ostracismo do Partido Liberal era de molde a provocar o seu esvaziamento, comprometendo as bases do jogo dual. É então que o Imperador encarrega Honório Hermeto Carneiro Leão de executar uma política de conciliação com o Partido Liberal.[156]

Esta redução das dissensões internas pôde ser verificada a partir de duas situações, quais sejam, o afastamento da dissidência dos 'puros' e a acomodação de alguns quadros das administrações anteriores em cargos de presidências de província[157].

---

[156] BEIGUELMAN (1973), pp.77-8. Citado por ALMEIDA (2010), p.63.

[157] De fato, Eusébio de Queirós retirou-se, ainda que temporariamente, da vida pública, assim como Itaboraí; Paulino Soares de Sousa foi nomeado para dirimir questões de fronteira no território do Oiapoque

A respeito da disposição deste gabinete em minorar as dissidências a fim de engendrar, da melhor forma possível, o movimento conciliatório, afirma Francisco Iglesias:

> Paraná era o político mais forte do país. Já passara por vários cargos importantes, em todos deixando sinais. Tinha o gosto da administração, sabia dominar os homens, era um dirigente nato. Naquele momento, ninguém mais talhado que ele para a presidência do Conselho. E soube exercê-la de forma objetiva, realizando quanto pensava, como prático e decidido que era.[158]

Em argumentação paralela, afirma Oliveira Lima:

> "Político de um extraordinário bom senso, aguçado pela clarividência e realçado por uma tenacidade que roçava pela obstinação, tratou em 1853 de fundir elementos de grande valia sob um programa sympathico de paz".[159]

Em um primeiro momento, os liberais não realizam maiores movimentos de contestação, ao menos no que é possível auferir pela consulta das fontes primárias – evidentemente, por encontrarem-se emudecidos nas vias oficiais: os liberais ocupam alguns assentos no Parlamento, muito esporadicamente, em caráter de suplência (como no caso de Bernardo de Sousa Franco, que havia sido eleito em legislaturas anteriores, porém teve sua posse negada).

Recrudescem, por outro lado, as críticas dos próprios conservadores ao gabinete Paraná. Entre elas, cabe citar a de Ângelo da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana e Presidente do Conselho de Ministros (1859).

Em 1854, enquanto chefe do movimento de oposição, conforme afirma Nabuco de Araújo, o deputado realiza uma crítica contundente à política conciliatória, vista como

---

(atual estado do Amapá); Zacarias de Góis, por fim, assumiu o posto de Presidente da Província do Paraná, então recentemente desmembrada de São Paulo.

[158] IGLESIAS (1982), p.41. Citado por ALMEIDA (2010), p.64.

[159] LIMA (1927), p.44. Citado por ALMEIDA (2010), p.64.

limitada e mesmo infantil; a concessão de cargos aos liberais, afirma Ferraz, não poderia ser suficiente para acomodar os diferentes interesses de grupos políticos. Afirma o deputado:

> No partido que se chama liberal há homens assim de muito talento como de nobreza de caráter; eles não procuram, aceitas o que lhes oferece. (...) Esta política terá muito de sublime, mas eu creio que qualquer mercador de verduras faz o mesmo sem aspirar às honras de heroicidade. A verdadeira política da conciliação, aquela que todos consideram como necessária, não consiste no emprego destes meios[160].

Nos anos de 1855 e 1856, que correspondem à fase final do gabinete Paraná, a medida de maior destaque no campo político, certamente, consistiu na reforma da Lei Eleitoral. Mais que reordenar o processo de representação política através do sufrágio, o projeto visava também fortalecer, tal como nas propostas da década anterior, a autoridade central, retirando as chamadas 'incompatibilidades', que tornavam impossível a eleição de quadros ditos mais 'qualificados' ao exercício do poder, tais como magistrados e outros servidores do Poder Judiciário, bem como generais, autoridades municipais e juízes de paz, por exemplo.

A eleição para a legislatura de 1853-56, que havia consolidado a maioria de conservadores nas casas do Legislativo (sobretudo na Câmara dos Deputados), havia sido feita sob a égide do código de 1846 e às custas de métodos de coerção sobre os (poucos) eleitores aptos a exercerem o direito ao sufrágio, métodos estes que foram, evidentemente, denunciados pelos liberais. A eleição era feita pelo modo indireto, com os eleitores escolhendo seus candidatos que estavam inseridos em uma lista fechada, cuja composição era de atribuição direta dos presidentes de cada província.

[160] IGLESIAS (1997), p. 48. Ver também ALMEIDA (2010), p.66.

A reforma eleitoral propunha, por outro lado, a alteração deste sistema: A representação desempenhada pelo deputado não se faria mais em função de sua província de origem, como um todo, mas sim de um distrito, dentro da província, cuja abrangência era determinada pelo governo: cada circunscrição eleitoral regional elegeria o seu próprio deputado, ampliando a capacidade de reivindicação das esferas locais[161].

Após amplos debates, onde se afirmava principalmente que tal projeto reduziria a resolução das questões políticas nacionais ao nível de aldeias e paróquias, dada a representação local no Poder Legislativo, o projeto é aprovado, tornando-se a Lei nº. 842, a 19 de setembro de 1855.

As medidas de conciliação política, neste momento, atingem parte de seus objetivos: registram-se, nos primeiros meses de 1856, poucas discussões no âmbito do Parlamento, haja visto que se prenunciavam novas eleições para o ano seguinte, já sob a égide da nova legislação.

Em relação a este aparente clima de calmaria política, afirma o Imperador, em sua *Fala do Trono:*

> A paz e a ordem interna se consolidam cada vez mais pela calma dos espíritos e pelas tendências do povo para o trabalho e para os melhoramentos do país. Este resultado, devido em grande parte à política até agora seguida, justifica a continuação do apoio franco e decidido que sempre vos tem merecido.[162]

No entanto, o impasse na questão platina, com o recrudescimento das ameaças do Paraguai ao Brasil e aos países que lhe eram aliados, engendrou um desgaste das lideranças dos ministérios mais sensíveis a problemas de natureza externa.

---

[161] GRAHAM (1997), cap.3.
[162] Citado em IGLESIAS (1997), p.54. Ver também ALMEIDA (2010), p.71.

Tendo se afastado do Ministério da Fazenda a 23 de agosto (sendo substituído por João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe), a 3 de setembro a morte de Carneiro Leão interromperá as atividades do gabinete: D. Pedro II, porém, não acataria o pedido de demissão dos ministros, que alegavam não possuir condições de governar sem a liderança de Paraná, bem como por conveniências pessoais, afirmando o Imperador sobre a conveniência da permanência dos ministros em seus cargos, a fim de completar as reformas da nova Lei Eleitoral, ou ao menos até que se realizassem novas eleições e se permitisse a tomada de posse da nova legislatura.

Entendia D. Pedro II, neste sentido, que a substituição imediata do Gabinete Paraná traria prejuízos a este processo, uma vez que não se realizara ainda a divisão dos círculos eleitorais: a convocação de novos nomes para a composição do Conselho de Ministros poderia gerar desagrado às lideranças conservadoras, que ainda mantinham maioria no Poder Legislativo.

O Imperador, então , convoca o ministro da Guerra, marquês de Caxias, para a liderança do Conselho (mantendo, em sobreposição, a pasta que havia assumido no Gabinete Paraná). O programa de ação do gabinete se manteria, até que a nova legislatura tivesse assumido seus cargos, em 1857.

Com a morte de Paraná, e o fim de seu gabinete, o movimento conciliador, em parte, também perde força; não se verificará, nas legislaturas futuras e nos diferentes grupos componentes do Conselho de Ministros, a capacidade de governança que foi possível verificar no grupo liderado por Carneiro Leão.

De fato, as legislaturas subseqüentes da Câmara dos Deputados, eleitas por força de voto, traziam de volta para os círculos do poder indivíduos que haviam sido afastados no surgimento da Conciliação. Acalmados os ânimos, e sanado (ao menos em parte) o

espírito de revolta que dominava o país desde o período regencial, cabia aos parlamentares recomporem forças para concentrarem-se no soerguimento e consolidação do Estado.

Tal soerguimento se verificaria, por exemplo, na dimensão administrativa, haja visto o aumento do volume de investimentos em infraestrutura que se nota a partir de 1853-54, principalmente no entorno da Corte, através de companhias de iluminação e inauguração de estradas de ferro.

Realizadas as eleições, já sob a égide da nova lei, houve uma sensível mudança na composição partidária dos parlamentares ingressantes: registrou-se o retorno de diversos liberais, o que denota, além do relativo sucesso da nova legislação, o afastamento das legislaturas de partido único que se vinham registrando nos anos anteriores.

Trata-se, nesta linha, de um reequilíbrio de poderes: no modelo anterior à reforma eleitoral, era necessário que o candidato tivesse uma influência que se estendesse sobre toda a província; com a nova lei, bastaria o domínio de um 'círculo', uma pequena circunscrição local. Esta modificação traria as lideranças regionais, anteriormente dispersadas pelo território, para dentro do Poder Legislativo.

De toda forma, esta significativa participação de liberais na legislatura que assumiria em 1857 poderá ter contribuído, inclusive, para que, com o Gabinete que se seguiria ao Paraná-Caxias, um liberal, Bernardo de Sousa Franco (cuja eleição havia sido impugnada em 1853, conforme afirmamos anteriormente) pudesse assumir cargos dentro do Conselho de Ministros, através da condução do Ministério da Fazenda[163].

[163] GRAHAM (1985), p.781.

Este ministro, inclusive, será responsável por uma mudança ampla na condução da política monetária, no que toca ao meio circulante, e na gestão do 'sistema bancário' nacional, com a liberação da capacidade de emissão de moeda aos bancos espalhados pelo território, a fim de atender às crescentes exigibilidades de reprodução dos complexos econômicos.[164]

Pensar a gestão da Fazenda sob a liderança de Sousa Franco, porém, demanda um exame mais acurado da grande conjuntura de instabilidade que afetou o Império durante o período, e que ficaria consagrada como a Crise (ou Pânico) de 1857.

Tida por diversos autores do período como resultado direto da política emissionista de Sousa Franco, esta recessão possui uma natureza mais profunda, a qual será objeto de análise posterior.

É sob clima de relativa incerteza que se forma o novo grupo que comporá o Conselho de Ministros; com a morte de Carneiro Leão, abrira-se um vácuo no seio dos conservadores, e havia incertezas quanto à continuidade da política conciliatória sem a liderança forte como a de Paraná. Esta incerteza torna-se clara quando membros de vulto no Partido Conservador, como Paulino Soares de Sousa, recusam-se a assumir a presidência do Conselho. Será Araújo Lima, agora Marquês de Olinda, quem aceitará a convocação do Imperador para a composição do novo Gabinete.

[164] A respeito de Sousa Franco, refere-se Austricliano de Carvalho: '*Figura primacial do ministério, já era senador pelo Pará, na vaga de José Clemente. Era um chefe liberal, instruído e de grande talento, adestrado na administração , cujos assumptos discutia com proficência. (...) Mameluco, de mediana estatura e craneo desenvolvido, foi um perseverante, enérgico, dogmático, bravo no ataque e na defesa e sectário da liberdade de credito, da pluralidade da emissão, em contraposição a Itaborahy, o mentor financeiro do ultimo ministerio'*. CARVALHO (1927), p.520.

O discurso que pauta o início deste gabinete, proferido pelo próprio Olinda, como resposta da Câmara à Fala do Trono, pugna pela continuidade das políticas implementadas pelos gabinetes Paraná/Caxias, tanto no sentido da manutenção do ideário da Conciliação, quanto da condução dos negócios do Estado. Afirma o então Presidente do Conselho de Ministros:

> "O ministério não pode apresentar trabalhos, que não os tem preparados, por isso adotará os projetos que já estão em andamento em ambas as casas, salvas aquelas modificações que julgar convenientes. (...) Esperamos que daí resultarão instituições que assegurem a tranqüilidade pública e promovam o desenvolvimento da riqueza nacional. Eis o nosso programa."[165]

A solução de continuidade, mais que uma preocupação do presidente do Conselho, será efetivamente a tônica da atuação do Gabinete Olinda: em boa parte dos assuntos que compunham as ações do Estado na ordem política e social, pode-se observar poucas ações de maior vulto. Afirma Paulino Soares de Sousa, neste sentido, que há entre os parlamentares um grande sentimento de morosidade, dada a ausência de discussões, em ambas as casas do Legislativo; em suma, estaria o país encontrava-se em estado estacionário desde o fim dos Gabinetes Paraná/Caxias.

Paralelamente, a falta de um claro programa de ação será um golpe mortal ao Gabinete, pois com o 'vácuo' do processo decisório, parte dos conservadores que o sustentava também passará a retirar seu apoio a Olinda. A este respeito afirma Francisco Iglesias:

> Se o ministério não fora organizado com unidade de vistas, o seu exercício só fez aprofundar as separações. Não tinha meios de subsistir, uma vez que não formava um bloco coerente, com programa bem definido, faltando-lhe ainda o apoio de grande parte do parlamento, que o combatia, sem fala em muitos que o aceitavam oficialmente, mas não lhe era solidários nas medidas, sobretudo as financeiras.[166]

[165] Citado por IGLESIAS (1995), p.62. Ver também ALMEIDA (2010), p.82.
[166] Citado por IGLESIAS (1995), p.69. Ver também ALMEIDA (2010), p.84.

Minado pela oposição 'externa', pelas repercussões negativas da crise econômica de 1857-58, e pela falta de apoio de seus aliados, o Gabinete Olinda é destituído. Após convites fracassados a Eusébio de Queirós e a Paulino Soares de Sousa, o Imperador convoca um antigo membro do Partido Liberal, que se havia 'convertido' ao conservadorismo: Antonio Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, que havia ocupado o Ministério da Fazenda, em caráter temporário nos anos de 1848 e 1855. Abaeté assume a presidência do Conselho a 12 de dezembro de 1858.

1.4.3. Crise e retomada: Gabinetes 1858-1862

Neste tópico deslindaremos alguns aspectos relacionados aos diferentes grupos conservadores que compuseram o Conselho de Ministros entre dezembro de 1858 e maio de 1862. Trata-se de um período no qual o modelo da conciliação política passará por sérios questionamentos, a partir do fim da hegemonia conservadora nas distintas casas do Legislativo; mais que isso, abre-se espaço para o surgimento de correntes autônomas de pensamento em política e economia, que serão corporificadas em novas agremiações políticas entre os anos de 1862 e 1864[167].

Com o fim do gabinete Olinda, um diplomata, presidente de província (Minas Gerais, 1833-34), Ministro dos Negócios Estrangeiros[168], membro do Partido Conservador, além de ministro interino da Fazenda em 1855, Antônio Paulino Limpo de

[167] Esta seção está lastreada nas reflexões efetuadas no terceiro capítulo de nossa dissertação de mestrado, 'Crise, estagnação e transição política: Os Gabinetes da Conciliação – segunda fase, 1858-1862' (ALMEIDA (2010)).

[168] Limpo de Abreu escreveu, em 1845, um importante libelo de protesto contra o *Bill Aberdeen*, a famosa lei britânica que coibia o comércio de escravos entre a África e a América, fornecendo ao Império Britânico – a despeito de ferir o Direito Internacional – a capacidade de inspecionar, apresar e, se necessário, afundar navios de transporte de cativos.

Abreu, visconde de Abaeté, assume o cargo de Presidente do Conselho de Ministros a 12 de Dezembro de 1858. Ocupou também, em superposição, a pasta da Marinha[169].

O Gabinete Abaeté teve como foco primordial sanear as finanças nacionais após a Crise de 1857. As consequências danosas percebidas como resultado da Crise traziam em seu bojo a necessidade de medidas mais severas que pudessem trazer melhorias no ambiente decisório e recolocar o país na rota dos investimentos externos.

Para o cumprimento desta meta, Abaeté atribuiu a pasta da Fazenda para Salles Torres-Homem, futuro visconde de Inhomirim, e um dos poucos negros a assumir posição de destaque no Poder Executivo durante o Império.

Tal como se demandava para aquele momento, o Gabinete Abaeté não implementou medidas de vulto que afetassem a ordem política; conforme frisamos, o governo tinha como meta assumir posturas rígidas, se necessário, para a estabilização da economia.

Estas medidas, aprovadas inicialmente pela Câmara, encontraram severa oposição por parte dos dirigentes de estabelecimentos bancários – que afirmavam estar o Governo passando a intervir no exercício de sua atividade – e do Senado: ali, os debates se acirraram de tal forma que o Gabinete, acossado por parlamentares dissidentes (correligionários de Sousa Franco, e partidários da política econômica implementada pelo referido ministro) em um amplo movimento de resistência política à ortodoxia econômica, solicitou ao Imperador se necessário, a dissolução do Parlamento, com vistas à aprovação das medidas propostas.

[169] Tal postura caracteriza, segundo autores como F. Iglesias e Joaquim Nabuco, a tendência do referido Gabinete para a solvência das questões financeiras: a pasta da Marinha, tida como de expressividade menor, era entregue a políticos jovens, em início de carreira, ou a quadros de menor influência no cenário político nacional; ao ocupar este ministério, Abaeté estaria emitindo sinais de afastamento do jogo político, o que abriria espaço para as ações do ministro da Fazenda.

Dada a recusa do Imperador, o gabinete Abaeté apresentou sua renúncia em Agosto de 1859, tendo Torres-Homem abandonado a pasta da Fazenda no mesmo momento:

> O governo, débil e pouco apoiado, esgotou-se no debate da matéria financeira. Foi um dos momentos de maior paixão no parlamento, com veemência poucas vezes vista. O projeto saneador de 15 de junho, apresentado por Salles Torres-Homem, teve tramitação áspera: (...) era a palavra de condenação do ministério, sem condições de permanecer. O gabinete pensou em adiar a sessão para depois dissolver a câmara. Não contaria com o poder imperial. Preferiu pois retirar-se (...). Estivera no poder pouco menos de oito meses.[170]

Em Oliveira Lima, ainda, tem-se, em uníssono, a respeito do Gabinete Abaeté:

> Ministério que tratou de pôr as finanças o paiz em melhor pé, concitando, porém, contra si os interesses dos especuladores e dos agentes de negócios dolosos, que repercutiram dentro do recinto parlamentar. (...) A agitação dentro e fora do Parlamento foi tal contra as cautelosas medidas do ministro da Fazenda, Torres-Homem, qualificadas de bancarrota, que o Imperador recusou ao gabinete o adiamento por elle solicitado, das camaras, o que provocou sua substituição por um ministério presidido por Ângelo Ferraz[171].

Com o fim do Gabinete Abaeté, Ângelo Muniz da Silva Ferraz – que havia assumido a presidência da província do Rio Grande do Sul em 1857[172] e possuía larga tradição de contestação e crítica aos conservadores 'de situação', principalmente no período do Gabinete Paraná, conforme evidenciamos no capítulo anterior. – organiza novo grupo para a composição do Conselho de Ministros, em agosto de 1859.

Ferraz assume, à guisa de programa de ação política, a precariedade da situação financeira do Império, e a necessidade imperiosa de seu imediato ajustamento, inclusive

---

[170] IGLESIAS (1997), p.74-5. Ver também ALMEIDA (2010), p.102.
[171] LIMA (1927), p.190.
[172] Afirma a seu respeito Austricliano de Carvalho: '*O presidente do gabinete era uma notabilidade, um príncipe da intelligencia e da tribuna, audacioso athleta, variada e substanciosa ilustração, trabalhador infatigável, ataviado de singularidades de caráter que iam até ao mundanismo. Faltava-lhe, todavia, o tacto político e, como bom conservador, era autoritário e o demonstrou no seu governo*.' CARVALHO (1927), p.531.

com a mudança dos aparatos burocrático e institucional, na forma da Lei, quanto à regulamentação do sistema financeiro.

Em 1860, porém, que se observam as medidas mais importantes nos campos político e econômico relacionadas ao Gabinete Ferraz. Na área política, cabe enfatizar a reforma da chamada 'Lei dos Círculos' e a criação do Ministério da Agricultura. E, no campo econômico, seguramente há que realizar menção à Lei Bancária de 1860, e as concessões para início das operações das *Caixas Econômicas e Montes de Socorro*, na Corte e em outras províncias, a serem melhor trabalhados no próximo tópico deste capítulo.

A respeito do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criado por força de decreto em 28 de julho do mesmo ano, pode-se pensar no mesmo como uma forma de instaurar um marco regulatório sobre a produção agrícola, notoriamente sobre as culturas de exportação; de fato, até aquele momento não havia para o setor agrário um espaço para a implementação de marcos decisórios que lidassem com suas demandas correntes.

No que diz respeito à reforma da 'Lei dos Círculos', trata-se de uma reformulação do projeto aprovado na legislatura do Marquês do Paraná, e que, como vimos, é vista como uma das principais obras deste Gabinete. Preconizava-se, agora em 1860 a redução do número de círculos eleitorais em escala local.

A representação política, por sua vez, passaria por uma ampliação, do número de um para três deputados por círculo. Tratava-se de uma medida destinada a reduzir em parte as influências – muitas vezes de natureza discricionária – das oligarquias locais, e outros personalismos. Discutido na Câmara, o projeto foi aprovado sob a forma do decreto 1082, a 18 de agosto de 1860.

As próximas eleições, realizadas no mesmo ano, já se deram sob a égide da nova lei, que estabelecia, como visto, o distrito de três deputados. Cabe afirmar também que se verificou um avanço fortemente significativo dos quadros liberais na ocupação das cadeiras da Câmara dos Deputados, dado o apoio que estes liberais possuíam entre os setores urbanos, cujos comerciantes defendiam, via de regra, maior permissividade na política monetária, tal como a realizada por Sousa Franco. Esta vitória dos liberais torna inviável a manutenção da política restritiva do Gabinete Silva Ferraz, que se afasta a 2 de março de 1861, após 18 meses de gestão.[173]

Com o afastamento do Gabinete Ferraz, D. Pedro II convoca novamente, para a presidência do Conselho de Ministros, o agora Marquês de Caxias, a 2 de março de 1861.

Naquele momento, imperava um ambiente de incerteza no que dizia respeito às esferas do Poder Legislativo, dado que as eleições de 1860, realizadas já sob nova legislação eleitoral, e onde os liberais tiveram grande avanço na ocupação de assentos, trariam quadros deste partido para dentro do Poder Executivo.

Da mesma forma, assim como os liberais ocupavam mais cadeiras na Câmara, os conservadores cindiam-se cada vez mais dentro de facções internas, engendrando, a médio prazo, uma fratura na estrutura do próprio partido: já se falava em *conservadores puritanos*, *vermelhos*, *moderados*, *progressistas*, *conciliadores*, correntes de natureza distinta que poderiam, eventualmente, unificar-se aos liberais, em uma legenda de contestação.

[173] IGLESIAS (1997), pp.79-80.

É neste ambiente politicamente instável que Caxias, reconhecidamente de pouco trato e familiaridade com questões político-partidárias[174], assume a presidência do Conselho de Ministros.

As fontes consultadas registram, para os anos de 1861 e 1862, poucas medidas de relevância para a condução da economia; de fato, as resoluções mais importantes, de regulamentação da reprodução do sistema financeiro, haviam sido adotadas nos Gabinetes anteriores, tornando imperioso aos novos membros do Executivo assegurar a sua implementação e conduzir trabalhos de manutenção das Leis aprovadas.

Neste ano de 1862, os ânimos no cenário político, por sua vez, acirram-se: assumia-se paulatinamente, dentro das esferas do Poder Legislativo, um consenso negativo sobre a manutenção do *status quo* do jogo político onde preponderasse a divisão bipolar de partidos. A contestação aos conservadores ditos puros, que ocupavam cargos de liderança no Executivo com o Gabinete Caxias, tomava fôlego, reunindo, além dos liberais, conservadores moderados que se apresentavam discordantes com a postura do partido.

Nabuco de Araújo, em discurso proferido no Senado, faz referência a esta situação, acenando com a possibilidade, agora mais concreta, de criação de uma corrente política alternativa:

> O parlamento está dividido em três partidos: o partido conservador puro, que domina todas as posições oficiais, dispõe de todos os meios oficiais, e não pode por conseqüência deixar de ter proselitismo e adesões, e os dois partidos, moderado e liberal, que repelem esse *uti possidetis* do partido conservador. (...) Quando digo que os partidos políticos são convenientes, refiro-me aos

[174] A seu respeito, afirma o já trabalhado Sousa Franco, antigo ministro da Fazenda: *'...a fraqueza do gabinete por faltar-lhe a cabeça e porque o sucessor na presidência do conselho, embora tivesse muitos outros títulos de merecimento (...) não era muito próprio para ser chefe de gabinete. (...) Estou lhe reconhecendo muitas qualidades superiores, menos a de estadista e orador para ser chefe do gabinete em um governo parlamentar'*. (citado por IGLESIAS (1997), p.81.)

> partidos regulares, partidos com idéias, com princípios, com antagonismos, com disciplina, com responsabilidade; partidos civilizados, que porfiam, mas não se excluem; que se substituem, mas não se exterminam; infelizmente nós não os temos[175].

Em maio, o clima de animosidade atinge seu ápice: Zacarias de Góis – o mesmo que, nos tempos de Honório Carneiro Leão como líder do Conselho de Ministros, havia sido designado para a presidência da recém-criada província do Paraná – agora na oposição ao Gabinete Caxias, apresenta na Câmara proposta de lei sugerindo a inspeção sistemática, por parte da mesma casa legislativa, dos relatórios dos diferentes ministérios.

Após uma série breve de debates, em votação o projeto foi aprovado. Dado o flagrante clima de desconfiança quanto às ações do Gabinete, o ministério propõe a dissolução da Câmara, o que não é aceito pelo Imperador. Diante disto, os ministros apresentam sua renúncia, e D. Pedro II convoca o chefe dos oposicionistas, Zacarias, para formar outro Conselho de Ministros, já sob a égide de uma nova corrente partidária, declamada por Nabuco de Araujo dias antes: a Liga Progressista[176].

2. Política e ação econômica nos Gabinetes da Conciliação

Nesta seção do trabalho procuramos efetuar um exame das ações dos grupos políticos que conduziram o Império na década de 1850 no campo da política econômica.

Vale dizer, novamente, que esta divisão não pretende conferir estanqueidade aos estudos de política e economia nesta tese. Ao contrário, a pequena clivagem proposta

[175] IGLESIAS (1997), p.84. Citado por ALMEIDA (2010), p.114.
[176] GAMBI (2010), pp.369-70.

ajuda-nos a ver com maior clareza as consequências da ação política sobre o quadro econômico do Império e sobre a organização da sociedade, sobretudo em momentos de adversidade como na Crise de 1857.

Neste momento, não serão adotadas as divisões realizadas na seção anterior, através de recortes temporais por Gabinetes e período de ação. Ao contrário, trabalharemos este *corpus* de forma mais uniforme, haja visto que em diferentes momentos, sobretudo no lustro compreendido entre 1857 e 1862, revezaram-se grupos políticos sem que medidas mais fortes que visavam à organização da economia fossem abolidas, configurando-se assim em permanências que independiam da ordem política, em prol de um desiderato maior, qual seja, a necessidade de reestruturação e consolidação das finanças nacionais.

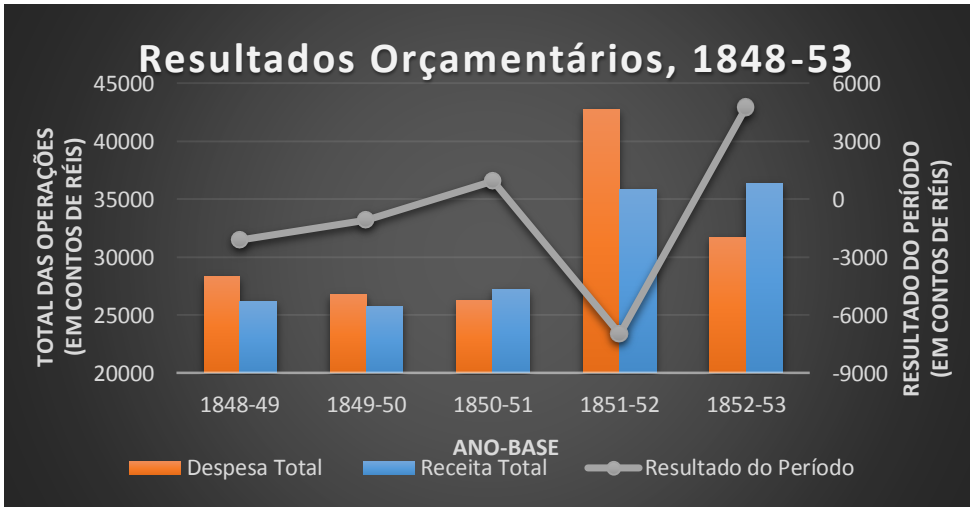
Em uma primeira aproximação, é possível ter em conta que a atividade bancária apresentará expansão significativa no contexto da década de 1850. A evolução da política monetária, através da manutenção da paridade cambial, aliada a um aparato institucional capaz de facultar aos bancos a capacidade emissora de títulos passíveis de resgate (ainda que se restabeleça o monopólio ao Banco do Brasil em determinados períodos)[177], bem como ao aumento expressivo da demanda por créditos para a realização de inversões no sistema produtivo nacional, ainda com características eminentemente agrícolas, condicionam significativas oportunidades de realização de lucros no mercado financeiro brasileiro. Deste modo, evidencia-se que tais oportunidades favoreceram uma possível dinâmica especulativa e viabilizaram, em consequencia, o surgimento de diversas casas bancárias.

[177] GAMBI (2010).

Esta lógica, vale dizer, contraria o movimento de concentração do sistema bancário que se nota, por exemplo, no ambiente europeu, onde alguns países passam a unificar seus sistemas em âmbito nacional (como a Bélgica e a França, em menor escala) a fim de torná-los menos vulneráveis a crises.

A lógica de emissão de títulos nestes países, em relação ao total do fundo disponível, também é mais prudente: em 1857, no auge da crise financeira, os bancos franceses são autorizados a fornecer créditos até o limite de 100% de suas reservas; no Brasil, como exemplo, esta razão alcançou os 300%[178].

Através dos dados dispostos no Gráfico 06, perceberam-se significativos déficits de orçamento no Gabinete Monte Alegre (1849-1852), situação que começaria a se reverter apenas com a tomada de posse do novo grupo do Conselho de Ministros, liderado por Joaquim Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, que de modo complementar manteria para si a pasta da Fazenda.



Fonte: CASTRO CARREIRA (1980).
Nota: Os orçamentos aqui descritos, para os casos das legislaturas de 1851-52 e 52-53 não correspondem aos valores aprovados na Câmara dos Deputados, e sim aos valores reais, percebidos pelos diferentes Ministérios.

[178] Para o estudo dos casos francês e belga na unificação do sistema bancário, ver KINDLEBERGER (2000). Para a reestruturação do sistema bancário britânico, KINDLEBERGER (1985), pp.91-94. Por fim, para as variações no estoque de títulos brasileiros, VILLELLA (1999) e PELÁEZ & SUZIGAN (1981)

Na seara da política econômica, o gabinete Itaboraí (1852), ainda que de duração efêmera, registrou medidas importantes para a condução dos negócios da Fazenda. Neste sentido, dois fatos merecem destaque, quais sejam, a celebração do empréstimo de recursos da Casa Rothschild para a amortização dos compromissos assumidos no período da Independência, e a promulgação da Lei Bancária de 1853.

Sobre o primeiro ponto, pode-se afirmar que o empréstimo foi contraído a 27 de julho de 1852; seu montante, de £1.040.600 (£954.250, descontadas as comissões e outros emolumentos, à taxa de cerca de 5%), destinava-se a pagar o restante da dívida dos chamados *empréstimos portugueses*, que remontavam ao ano de 1823.

Estas operações de tomada de crédito, basicamente, consistiam nas reparações a serem pagas pelo Império em face das 'perdas' que a Coroa portuguesa percebera com a separação da então colônia em 1822. O empréstimo de 1852 destinava-se, neste sentido, a realizar uma 'reciclagem' dos compromissos anteriormente assumidos, aproveitando-se o diferencial favorável de juros para o empréstimo de 1852 (em torno de 4,5% ao ano).[179]

E, a respeito da chamada Lei Bancária, deve-se pensar na mesma como resultado de um processo de concentração de casas bancárias dispersas pelo território. Com o objetivo de fortalecer o incipiente sistema bancário e facilitar a difusão do meio circulante – ainda que sujeita às restrições da lei de 11 de setembro de 1846, conforme enfatizamos no primeiro capítulo – os Bancos Comerciais do Maranhão e do Pará, cujos estatutos

[179] CASTRO CARREIRA (1980), pp.329-337.

foram aprovados porém não chegaram a entrar em operação, foram convertidos em Caixas Filiais do terceiro Banco do Brasil[180].

Neste momento, cria-se um banco de abrangência nacional, detendo este o monopólio da emissão de títulos bancários. Através da Lei nº. 683 de 5 de Julho de 1853, unificam-se o Banco do Brasil (de Mauá) e o Banco Comercial do Rio de Janeiro; estes bancos são, consequentemente, liquidados, e seus acionistas recebem parcelas de ações do agora terceiro Banco do Brasil correspondentes à sua participação nos antigos bancos[181]. Por fim, como parte da Lei, o limite da emissão para o Banco do Brasil seria do dobro de seu fundo disponível em moeda metálica[182]. Desta forma, seria possível garantir um nível de emissões minimamente compatível com a paridade de 27d (ou 27 *pence*) por mil-réis, contribuindo para a estabilização do sistema financeiro[183].

Esta unificação, apoiada pelo monopólio da emissão pelo Banco do Brasil, teria duração limitada; a partir de 1857, quando se inicia a gestão de Sousa Franco no Ministério da Fazenda, tem-se que os gestores da política monetária julgam inconveniente a manutenção do Banco do Brasil como único gestor do dinheiro público; a oferta de serviços financeiros, e do crédito por consequência, deveria ser expandida através do aumento da capacidade de emissão por outras casas bancárias[184].

---

[180] GAMBI (2010), p.162.
[181] Op.Cit., p.168.
[182] Em 1859, após a Crise, esta cláusula seria evocada por Salles Torres Homem para realizar medidas de contração do meio circulante do Banco e readequá-lo à nova legislação sobre o sistema monetário (PELÁEZ & SUZIGAN (1981), pp.114-15).
[183] VIEIRA(1981), pp.112-13. Por outro lado, é importante frisar que Mauá, contrário à proposta de manutenção do monopólio cambial e da unificação do sistema bancário, lança nova cartada no setor financeiro, com a fundação da casa bancária Mauá, McGregor & Co., com agências no Brasil e em Londres, cujo capital inicial adveio dos lucros apurados na fusão do Banco do Brasil (para maiores detalhes sobre a questão, têm-se MONTE ALEGRE (1972) e GUIMARÃES (1999)).
[184] GUIMARÃES (2012), p.182; CARVALHO (2010), pp.96-7.

No período que ocupou o Ministério da Fazenda, em sobreposição ao cargo de Primeiro-Ministro, Carneiro Leão foi responsável pela implementação, na prática, da Lei Bancária de 1853, elaborada pelo ministro anterior, o Visconde de Itaboraí.

A partir de 1854, a economia do Império entra em uma fase de crescimento; esta situação engendrou-se, principalmente, a partir do aumento dos investimentos em infraestrutura. Com efeito, a 25 de Março deste ano, é inaugurado o sistema de iluminação a gás na cidade do Rio de Janeiro. A 30 de Abril, na praia da Estrela, é inaugurado o primeiro trecho ferroviário do País, ligando o Rio de Janeiro à localidade de Raiz da Serra, próximo a Petrópolis. Esta estrada, cujo capital pertencia ao Barão de Mauá em sua maior parte, seria a primeira de uma série de concessões do Governo Imperial a grupos externos para a construção de ramais ferroviários.

Estas melhorias são apenas dois exemplos de uma fase de investimentos viabilizados a partir da ampliação da cessão de créditos para investimentos em infraestrutura[185]: Tal ampliação possibilitou o surgimento de diversas companhias cujo interesse *pro forma* residia em captar recursos para a aplicação no setor produtivo. Contudo, em diversas situações, os recursos foram assimilados pelas companhias sem que os projetos saíssem do papel.

Destarte, a partir do biênio 1854-55, na esteira do lançamento da Companhia de Iluminação, no Rio, e da primeira ferrovia, várias companhias surgiram objetivando lançar ações e obter empréstimos bancários – ainda que boa parte destes recursos fosse

[185] MONTE ALEGRE (1972), p.127.

drenado para operações no sistema financeiro[186]. Fomentava-se, neste sentido, a especulação na praça do Rio de Janeiro[187].

No setor comercial, também se verifica neste momento um *boom* de créditos: o rápido incremento das quantidades de produtos exportados a partir de 1849, notoriamente de *commodities*, impulsionou a tomada de empréstimos, por parte de grandes proprietários, para a ampliação de suas propriedades[188].

Diante desta demanda crescente por crédito, o sistema bancário, que operava já em seu limite de empréstimos em relação aos seus encaixes, é forçado a aumentar o limite de emissões. Já em 1854, o Banco do Brasil solicita licença para elevar a capacidade emissora ao triplo de seu acervo em moedas metálicas, o que se obtém em 1855[189]. Tiago Gambi, em conexão com este fato, afirma: *'Era o primeiro sinal de que a realidade econômica do Império não se enquadraria na política econômica saquarema e em seu banco'*[190].

---

[186] Entre 1851 e 1856, o Governo aprovou, por decreto, a criação de 78 companhias, com capital estimado em 156.368 contos de réis, todo este valor representado em ações negociáveis (MONTE ALEGRE(1972), p.136). Em um autor contemporâneo ao período em estudo, tem-se uma opinião negativa a respeito do início da espiral especulativa: '*Pode-se afirmar que até 1852 os commerciantes do Rio de Janeiro podião ser apontados como modelo de honradez a todos os negociantes do mundo; mas desde que a febre das emprezas por associações anonymas nos accometteu, e com ella o imoral jogo da agiotagem, sentio-se uma rápida transformação na circumpsção e critério de grande parte dos nossos negociantes, e nas outras classes sociaes a que estas aleatórias especulações se entregarão*'. SOARES (1865), pp.11-12. E, em uma crítica mordaz, afirma José de Alencar: '*Ora, se há tempo em que a solidão seja insuportável, é este de agora, em que não se fala, não se trata, nem se pensa senão em companhia. Janta-se em companhia dos amigos, passa-se a noite em boa companhia, e ganha-se dinheiro em companhia. Nada hoje se faz senão por companhia. A iluminação a gás, as estradas, os açougues, o asseio público, a construção de ruas, tudo é promovido por este poderoso espírito de associação que agita atualmente a praça do Rio de Janeiro*'. ALENCAR (1955?), p.162.

[187] Liberato de Castro Carreira (1960) afirma que, na década de 1850, surgiram 71 empresas associadas a privilégios industriais. 62 indústrias, 14 bancos de depósito, desconto e emissão, 3 caixas econômicas, além de 20 companhias de navegação, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de ferrovias, 2 de estradas de rodagem, 4 de bondes de tração anumal, 8 de mineração, 3 de transporte público de passageiros e 2 de iluminação e distribuição de gás.

[188] A título de ilustração, temos as quantidades exportadas dos principais gêneros, em toneladas. Café: 129.000; Açúcar, 127.000; Fumo, 7.000; Mate, 6.000; Borracha, 5.000; Cacau, 4.000 (MONTE ALEGRE (1972), p.127).

[189] '*Foi nesse anno que elle* [Carneiro Leão] *autorizou a inflação monetária, a elevação ao triplo do seu fundo disponível das emissões do Banco do Brasil, para evitar a queda do cambio e a suspensão dos pagamentos em ouro*'. CARVALHO (1927), p.513. Ver também GAMBI (2010), p. 196.

[190] GAMBI (2010), p.18.

Tal situação não exclui que se verifique, por outro lado, um incremento das importações, tanto em bens de capital – para as obras de infraestrutura – quanto em bens de luxo, para o consumo dos estratos mais abastados da sociedade, importações estas que drenam recursos, em moeda forte, para fora da rede bancária nacional, e engendram um surto de consumo incentivado pela viabilização de trocas comerciais com os países 'centrais' após a adesão nacional ao padrão-ouro.

A proibição do tráfico negreiro a partir de 1850, por sua vez, trouxe em seu bojo um movimento de progressiva escassez de oferta de mão-de-obra escrava; com a elevação do preço dos cativos, estudavam-se medidas de caráter atenuante, através do estímulo à formação de correntes migratórias. A princípio, cogitou-se a entrada de chineses, cuja eficácia havia sido comprovada em outros países. Seria, porém, apenas nas décadas seguintes que o movimento de migração, baseada na mão-de-obra europeia, apresentaria um incremento significativo[191].

Nos momentos finais da gestão Paraná, as finanças nacionais passaram por um período de descontrole: a redução do saldo comercial com o aumento das importações e o aumento das operações de crédito para investimento em companhias responsáveis por obras de infraestrutura, além do aumento do consumo conspícuo, de luxo, redundaram na necessidade de contratação de créditos externos, para a manutenção das reservas internacionais, bem como na elevação do volume emitido de papel-moeda pelo Banco do Brasil.

Austricliano de Carvalho faz menção a este período com termos mais incisivos:

[191] Idem, p.139. Não pode, porém, descartar a existência do tráfico de escravos com natureza interprovincial, que, até certo ponto, manteve o abastecimento dos complexos econômicos do centro-sul a partir do remanejamento de cativos das regiões setentrionais do Império; tal discussão está melhor sintetizada em TROVÃO e ALMEIDA (2008).

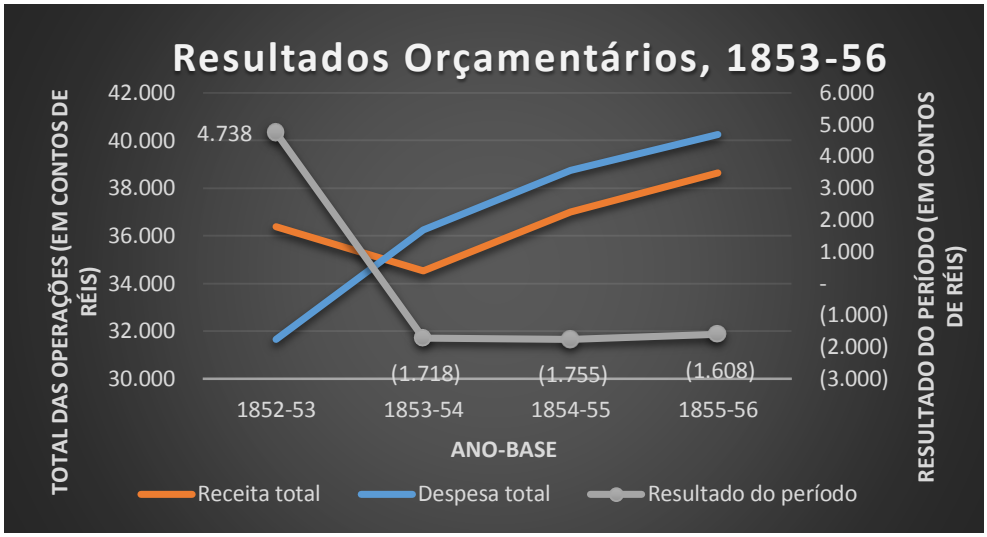
> Entra, agora, um período singular [*o período da Conciliação*]. As patrulhas exgotaram-se, sem finalidade e desilludidas. O trafico negreiro extingue-se e os capitaes do torpe commercio derivam para as sociedades anonymas, mais proveitosas á nação. Desenvolveram-se a especulação e a agiotagem. Perverteram-se os habitos de frugalidade e modestia, com a abundancia do dinheiro, e o luxo dos outros invadiu todas as almas.[192]

De todo modo, é favorável a avaliação da atuação do Gabinete liderado pelo Marquês do Paraná (1853-56) no campo da política econômica. A despeito da aprovação, por força de decretos-lei, ao funcionamento de companhias e empresas de investimento que captaram recursos sob forma de subscrição de ações e assim alimentaram a especulação (após 1857, principalmente), este Gabinete conservador prezou pela prudência na cessão de créditos e na emissão de moeda, evitando a expansão exagerada do meio circulante e a consequente desvalorização do mil-réis.

Para o setor bancário, principalmente, o período foi bastante profícuo: No final do exercício de 1854 e em 1855 criaram-se novas Caixas Filiais do Banco do Brasil, que estavam agora espalhadas por mais nove províncias do Império (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, São Paulo e Rio Grande do Sul). [193]

Na dimensão orçamentária, porém, registraram-se alguns déficits no período, haja visto que o Tesouro, atento aos princípios da Lei nº. 401, evitou recorrer à emissão de moeda para cobrir as despesas correntes do governo, conforme faz alusão o Gráfico 07, que se segue:

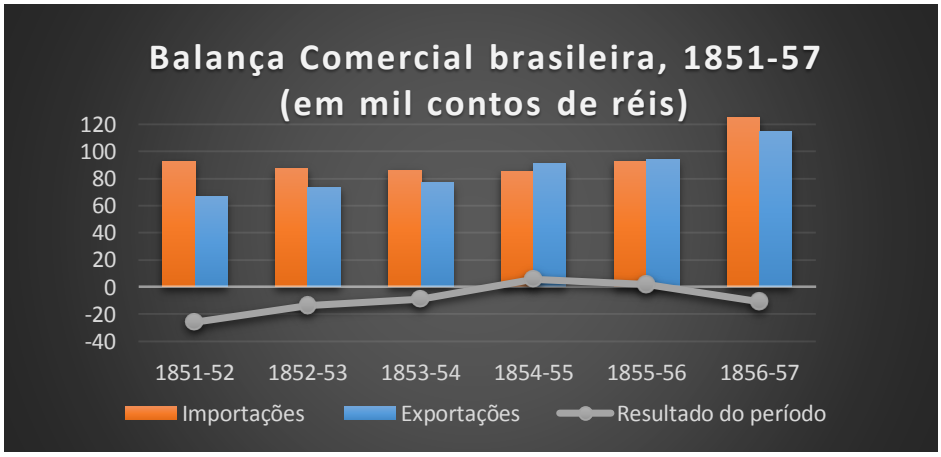
[192] CARVALHO (1927), p.503. Citado por ALMEIDA (2010), p.72.
[193] GAMBI, Op. Cit, p.209.



Fonte: CASTRO CARREIRA (1980)

No momento que precede a Crise de 1857, pode-se assim ter em conta que a economia brasileira vivia um momento de expansão: a ocupação da fronteira agrícola e o progressivo estabelecimento do café enquanto cultura destinada à exportação colaboravam no sentido de ampliar o saldo dos cofres públicos. Igualmente, na área comercial, o aumento do volume de exportações implicou na entrada significativa de capitais estrangeiros, em moeda forte, ao longo da década, ainda que os saldos comerciais, na maioria dos exercícios fiscais, registrem pequenos déficits.

O Gráfico 08 ilustra a tendência:



Fonte: CALÓGERAS (1960), p.103.

Pode-se observar que os saldos comerciais mantiveram uma trajetória positiva nos anos de 1854 e 1855. Contudo, nota-se uma queda brusca no ano fiscal 1856-1857, como parte dos rumores iniciais que acabaram precipitando a crise financeira que é objeto de nossa discussão.

Em 1856, de fato, nota-se um incremento das exportações, porém a perda de moeda metálica para cobrir as importações sem que se percebessem sinais de recuperação a curto prazo, fragilizava a economia e sujeitava-a a crises. O desencadeamento de fenômenos como estes, porém, não se darão a partir da esfera interna (ainda que a vulnerabilidade do sistema possuía aspectos majoritariamente internos, como a desagregação da rede bancária e o próprio *drive* exportador do período): será o movimento especulativo norte-americano o fator crucial para a quebra de diversas instituições financeiras em 1857, desencadeando impactos igualmente significativos sobre o Brasil.

Por configurar-se como um grupo de transição, o gabinete Caxias não possui ações de vulto em termos de política econômica, 'contentando-se' em satisfazer as demandas mais relacionadas ao cotidiano do Império[194].

Nos primeiros meses de 1857, registraram-se demandas de ordem geral, como fixações de alíquotas para impostos de produtos e prescrições para o recolhimento aos cofres federais das multas que eventualmente fossem aplicadas em caso de contrabando de escravos[195].

Todavia, a posse da nova Legislatura, efetivada em maio de 1857, imprimiria novo ritmo ao processo decisório, e traria novos quadros para a gestão da política econômica do Império, quadros estes que terão por meta conter a onda especulativa que já se

[194] GAMBI (2010), p.72.
[195] *Coleção de Decisões* (1857), p.3.

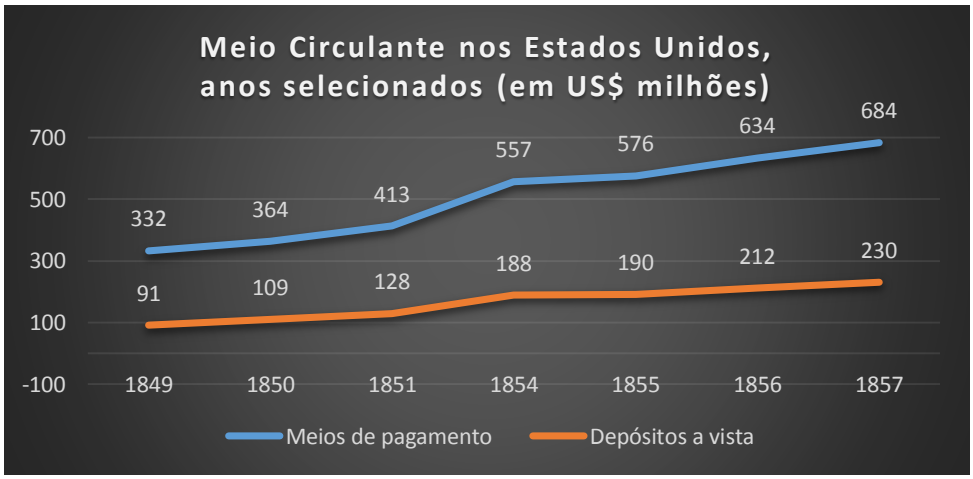
verificava em escala global, e que resultaria, meses depois, em um grande movimento de reversão de expectativas, com a ocorrência de 'pânicos' e corridas bancárias, causadoras de falências e concordatas em diversas casas do gênero, no Brasil e no exterior.

2.1. O cenário internacional na década de 1850

Em torno do biênio 1849/1850, descobriram-se novas jazidas auríferas nos Estados Unidos e na Austrália. Essas descobertas, que desencadearam uma verdadeira 'febre do ouro' nestes lugares, propiciaram maciças entradas do referido metal nos espaços econômicos europeus, aquecendo o mercado financeiro e aumentando a dinâmica especulativa, que se concentrava na compra de participações acionárias em companhias das mais diversas origens e fins, onde incluíam-se também as de natureza mineradora.

Mais que isso, o surgimento de novos estabelecimentos bancários contribuiu, igualmente, para o aumento das emissões de papel moeda, sobretudo nos Estados Unidos, onde em 1857 a razão entre papel-moeda em poder do público e moeda metálica em poder do público passou de 6 para 1 (1837), ao patamar de 8 para 1 em 1857.

Em referência à expansão do meio circulante, temos o Gráfico 09, que se segue:



Fonte: JUGLAR (1989), p.82.

Na década de 1850, esta dinâmica especulativa revelou-se bastante intensa nas praças financeiras dos Estados Unidos e na Europa, porém concentrou-se significativamente sobre os papéis de companhias norteamericanas: em uma economia cuja expansão de sua infraestrutura interna se dava em ritmo acelerado, grandes obras e *joint-ventures* entre os setores público e privado, expressas pelas ferrovias que marchavam rapidamente às jazidas dos territórios do Oeste, representariam, de forma emblemática, as pontas-de-lança do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos[196].

A ampliação da malha ferroviária, neste sentido, incentivou o fomento a diversas companhias de construção/administração destes ramais, que mantinham capital aberto em Bolsa de Valores, a fim de poderem captar fundos que viabilizassem investimentos necessários ao setor.

A respeito de tais sociedades, é possível evidenciar que os preços médios de suas ações começaram a subir de forma vertiginosa entre 1855 e 1857, incentivando a dinâmica especulativa: empresas foram fundadas sem que tivessem sequer um projeto de implementação de ferrovias no território estadunidense. Apenas no ano de 1856, surgiram 25 companhias com estas características[197].

A ampliação do estoque de ouro na década de 1850 também exerce impacto direto sobre os preços gerais, nas economias ocidentais: diante da alta de preços, resultado do aumento do meio circulante, amplia-se a oferta de crédito nos mercados europeu e norte-americano. Alguns bancos, de capital aberto e de médio e grande porte – tais como o *Crédit Mobilier* francês – passaram a realizar grandes empréstimos para a indústria norteamericana. Em fins de 1856, a especulação atinge seu auge.

[196] MOORE (1975), BENSEL (1990).
[197] JÚGLAR(1989), p.88.

Contudo, mesmo os EUA não estariam imunes a crises financeiras. Clément Juglar afirma que o sistema bancário norte-americano enfrentou pânicos nos anos de 1815-16, 1820, 1839, 1848, até a primeira grande crise em 1857[198]. Sua adesão ao regime do padrão-ouro, *stricto sensu*, se dará apenas em 1879[199].

Em meados da década de 1850, observa-se também, para os EUA, um surto de prosperidade: As exportações de trigo deste país experimentaram um aumento expressivo, por conta do aumento do consumo na Europa e, em boa parte, pela retirada do trigo russo do mercado a partir de 1853, com a eclosão da Guerra da Criméia.

Estas exportações, porém, não eram capazes de compensar a fuga de recursos resultante do aumento das importações, concentradas sobretudo sobre bens de capital e insumos básicos para a indústria ferroviária, esta em especial aquecida com o aumento da atividade especulativa através do lançamento de diversas companhias de construção de estradas de ferro, conforme citamos anteriormente.

Frente ao aumento das importações e, a partir de 1856, a retomada do ritmo usual das exportações de gêneros agrícolas com o término da Guerra da Criméia, as reservas norte-americanas em ouro reduziam-se drasticamente; o sistema financeiro norte-americano, já fragilizado, sofrerá seu primeiro golpe mais intenso em Agosto de 1857, com a falência da *Ohio Life & Trust Company*, a primeira de uma série de falências de bancos da Costa Leste dos Estados Unidos, e que se prolongaria até 1858.

---

[198] É importante ter em mente que, durante estes momentos de crise, o volume de notas em circulação ultrapassava o dobro do fundo disponível em moeda metálica nos bancos norte-americanos. Em alguns casos, como na crise de 1830, a circulação remontava a 135 milhões de dólares, para uma reserva de apenas 45 milhões (JUGLAR (1989), p.19).

[199] MARCONDES (1998), p.538; ÓNODY (1960), p.151. A Guerra de Secessão, cabe citar, foi bastante importante para a desorganização progressiva das finanças norte-americanas ao longo da década de 1860. A fim de financiar o esforço de guerra, o Tesouro passou a recorrer às emissões de notas e títulos de médio prazo, conhecidos como *greenbacks* (por terem a cor verde em seu verso), e em 1862, os pagamentos em espécie foram suspensos, em preferência a estes títulos. Para maiores detalhes, ver BENSEL (1990), pp.262-65.

No caso europeu, observam-se diferentes fenômenos que engendraram o aumento da especulação e a posterior crise do sistema. No início da década de 1850, a Europa (e principalmente a Inglaterra) passava por um período de prosperidade por conta do reaquecimento do sistema produtivo após o fim da guerra entre a Prússia e a Áustria em 1851-52, bem como pelo recebimento de juros e dividendos do *boom* de empréstimos da década de 1840[200].

Não obstante, a descoberta de jazidas auríferas na Califórnia e na Austrália trouxe grande influxo de riqueza para os cofres ingleses, dando início a um ciclo de investimentos em companhias ferroviárias e aplicação em terras de além-mar[201].

Tais conjunturas permitem-nos verificar a preeminência inglesa nas relações econômicas em âmbito mundial. A articulação das classes dominantes, em que se destacam banqueiros, comerciantes e industriais, com o Estado através de suas instituições militares, abriu espaço para a massiva expansão de transações comerciais sob liderança inglesa e o espraiamento de seus produtos em praças de além-mar, sobretudo em relação a antigas colônias, em que devemos destacar o Brasil.

Com efeito, o esforço inglês em relação à antiga colônia portuguesa, após a abertura de seus portos em 1808, e os tratados de comércio celebrados nos anos seguintes, visavam a manutenção e expansão de seu volume de comércio com o ingresso deste novo mercado nos circuitos internacionais de consumo, em especial após diversos anos de balança comercial favorável aos portugueses. Na base destes superávits favoráveis a Portugal, estava sua possessão sul-americana:

---

[200] A respeito da onda de empréstimos, notoriamente de origem britânica na década de 1840, ver maiores referências em PETTIS (2001).

[201] Para uma versão sintética da análise da Crise de 1857 em solo europeu, KINDLEBERGER (2000) fornece algumas considerações. Visões mais aprofundadas a respeito da economia britânica no período, por sua vez, são obtidas em CROUZET (1982). Para uma explanação mais detalhada a respeito dos descobrimentos de jazidas na Califórnia e na Austrália, ver VILAR (1980).

> O fenômeno estava certamente no Brasil. Na diversificação de sua produção agrícola, alimentos e matérias-primas, que aprovisionavam a metrópole portuguesa, sustentavam o desenvolvimento de uma indústria têxtil e ainda produziam excedentes reexportáveis, sobretudo a matéria-prima mais valiosa, escassa e estratégica em tempos de Revolução Industrial: o algodão[202].

O mercado brasileiro configurava-se como espaço privilegiado inglês desde o início do século XIX, quando por força de tratados comerciais que conferiam aos britânicos significativas vantagens comparativas, representava cerca de 81,1% do total de exportações inglesas para a América Latina (1812)[203], considerando-se sobretudo sua economia fortemente dependente de matérias-primas para o abastecimento de sua indústria, e o expressivo crescimento da produção de gêneros têxteis na Inglaterra desde o final do século anterior (cerca de 9,7% ao ano entre 1780 e 1801).[204]

Observamos, assim, que os movimentos encetados pela Inglaterra ao longo do século XIX caracterizam manifestações claras de uma forma distinta de domínio colonial, ainda que de forma informal, através de um modelo dito imperialista de comércio livre[205]. E tal evolução econômica se sustentaria, pelo lado político, por uma condição privilegiada, e hegemônica, da Inglaterra no que diz respeito a seus meios militares, que pressionavam significativamente os gastos públicos: '*Há, portanto, uma nítida correlação entre a operosidade fiscal do Estado e a geopolítica do imperialismo, que se traduz na elevação persistente dos investimentos públicos nos gastos militares, especialmente com a Royal Navy, realizada por ministros aristocratas*', conforme afirma José Jobson A. Arruda[206].

---

[202] ARRUDA (2008), p.53.
[203] Em 1820, a participação brasileira girava em torno de 69,9% do total exportado para a América do Sul (ARRUDA(2008), pp.54-5).
[204] CRAFTS (1987), p.2.
[205] A respeito deste tema, em especial, ver CAIN & HOPKINS (1993).
[206] ARRUDA, Op.Cit, p.50.

E por fim, no campo das operações militares, deve-se registrar dois fenômenos de grande importância. Em primeiro lugar, a eclosão da Guerra da Criméia frustrou boa parte da euforia de investimentos do mercado europeu. E em segundo lugar, o início do chamado Grande Motim na Índia (também conhecida como a Revolta dos Cipaios), em 1857, paralisaria este grande mercado consumidor de produtos britânicos, conquanto também provocava o aumento dos gastos militares pelas autoridades inglesas[207]. Desloca-se novamente, assim, o foco dos agentes e investidores sobre as esferas da acumulação e da especulação.

Explicitadas, portanto, algumas das nuances que permeiam a Crise de 1857, momento capital deste trabalho, e levando-se em conta os principais mecanismos de especulação no contexto do padrão-ouro, caberá verificar o modo como tais mecanismos se reproduziram no Brasil, e como as autoridades monetárias – imbuídas, conforme a orientação de seus *policy-makers*, de posturas diferenciadas a respeito da condução da política de emissão do meio circulante – reagiram a tais conjunturas de instabilidade.

O próprio Bernardo de Sousa Franco ,que assumiria o Ministério da Fazenda em Maio de 1857, faz referência a esta questão:

> Decidi-me a publicar este pequeno opúsculo pela consideração de que em um país novo e falto de capitais como o Brasil, é-lhe serviço importantíssimo procurar desenvolver seus trabalhos e lançar mão das instituições de crédito como o mais poderoso meio de aproveitar os capitais desempregados, pô-los a serviço da indústria, e como que os duplicara em seu benefício.[208]

[207] ARRUDA (2003), p.291.
[208] Citado por GREMAUD (1997), p.89. Ver também ALMEIDA (2010), p.82.

E a respeito da preferência pela circulação de papel-moeda e pela liberação do direito de emissão, afirma o mesmo Sousa Franco:

> No ponto de vista exclusivo da segurança a moeda metálica é preferível a todas, mas não é esta condição única da bondade do meio circulante. A moeda metálica dificulta a sustentação e estabelecimentos de crédito, que tão necessários são aos países industriosos; embaraça as transações pela dificuldade de transporte e contagens; e perdem-se neste sistema os lucros da aplicação dos metais aos outros diversos usos a que são indispensáveis, para os ter somente empregados na fatura das moedas em que podiam ser substituídos até certo ponto por matéria menos dispendiosa[209].

A princípio, o ministério registra ações de limitado alcance, afirmando-se apenas um aparente estado de tranquilidade nas finanças do Estado, dado que, naquele momento, estavam pagas todas as suas despesas e gastos correntes, bem como por haver disponibilidade de ativos nos cofres do tesouro, além de não terem sido emitidos títulos do Tesouro para cobertura de dívidas.

Neste ínterim, deve-se registrar o decreto de 26 de agosto, que autorizava o governo a realizar negociações de empréstimos para a Estrada de Ferro D. Pedro II, bem como a outras companhias ferroviárias, que tivessem o objetivo de prospectar áreas com potencial e nelas coordenar a construção de estradas de ferro, em especial nas províncias de Pernambuco, Bahia e São Paulo.

Cabe enfatizar, ainda, que a ação de Sousa Franco no Ministério da Fazenda priorizava, grosso modo, o estabelecimento de novos bancos de emissão, para satisfazer a demanda por moeda corrente, visando atender, em maior grau, aos interesses das províncias por crédito para o seu desenvolvimento, bem como aos empresários urbanos.

[209] Citado por GREMAUD (1997), p.90. Ver também ALMEIDA (2010), p.82.

Na gestão de Sousa Franco, aprovaram-se os estatutos das seguintes instituições: *Banco Comercial e Agrícola*; *Banco do Rio Grande do Sul; Banco do Maranhão*; *Banco Rural e Hipotecário; Banco da Bahia* [210].

A atividade destes bancos manteve-se por algum tempo, até que a modificação da Lei Bancária de 1860, no ano de 1866, na esteira da grave crise bancária desencadeada dois anos antes, retirou a estes (e a quase todos os outros bancos) o direito à emissão[211].

Verifica-se, assim, um processo de legitimidade do governo aos mecanismos de especulação, dado que as companhias de estradas de ferro gozavam, geralmente, de garantias de remuneração do governo, sob forma de juros, ao capital aplicado, tornando-se investimentos de rentabilidade razoável e baixo risco. Sob tal orientação de política econômica, ditada pelo liberal Sousa Franco e contrária aos pressupostos conservadores dos gabinetes anteriores, '*a resistência saquarema claudicava no Parlamento'*, conforme a interpretação de Tiago Gambi[212].

Em Oliveira Lima, ainda, tem-se atilada abordagem a respeito do tema em questão:

> A politica utilitária iniciada pelo Marquez de Paraná em 1853, o qual pessoalmente não acreditava muito na utilidade das estradas de ferro mas buscava pacificar a politica pela industria, desviando para esta o dinheiro antes empregado no trafico de escravos, depressa offereceu no reverso da medalha a representação do jogo de bolsa que foi sua conseqüência natural, n'uma antecipação reduzida do encilhamento dos primeiros mezes da Republica. (...) o próprio ministro da Fazenda de 1857 e 1858, que era Sousa Franco, deixou-se arrastar nesse declive[213].

[210] SOARES (1865), p.47. Ver também GAMBI (2010), pp.253-54.
[211] CALÓGERAS (1960), p.116-17.
[212] GAMBI (2010), p.253.
[213] LIMA (1927), pp.188-89. Ver também ALMEIDA (2010), pp.83-4.

2.2.A Crise de 1857

Uma discussão pode ser percebida em torno do fator desencadeador da Crise de 1857. Charles Kindleberger, por exemplo, manifesta uma posição ao afirmar que o movimento se iniciou com a falência da seguradora *Ohio Life & Trust*, em 24 de Agosto. Esta situação teria sinalizado aos credores e investidores que a bolha especulativa, 'ancorada' sobre companhias e movimentação de ações, estaria entrando em colapso[214].

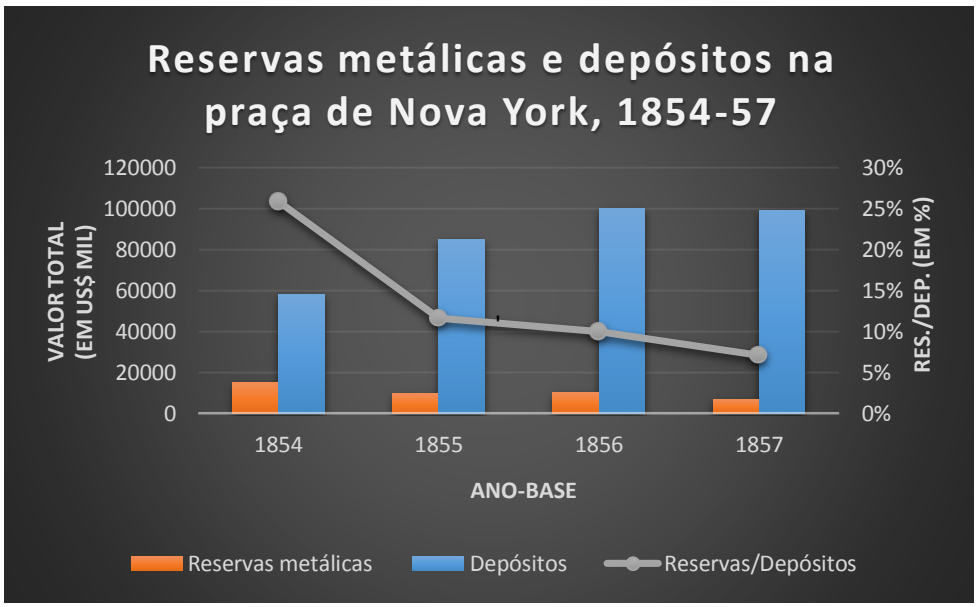
Estes agentes, imbuídos pelos conhecidos e tradicionais temores quanto à solvência das casas bancárias, comuns a momentos de instabilidade que se sucedem a *booms* de oferta de ativos financeiros, recorreram aos bancos a fim de liquidar suas posições de caráter especulativo e retornar a aplicações de corte conservador, ou em saques em moeda corrente. Os bancos, porém, fortemente alavancados por conta dos créditos concedidos com relativa facilidade nos anos anteriores, não conseguindo fazer frente à demanda por saques, passam, progressivamente, a entrar em falência.

Em decorrência deste primeiro movimento nos Estados Unidos, registram-se corridas bancárias também na Europa, com vistas à troca das notas e títulos bancários, além das participações acionárias, por moeda corrente. Na Grã-Bretanha, que ainda então era a praça central do sistema monetário, o Banco da Inglaterra reajusta suas taxas de juros, elevando-as a 10%, a fim de reduzir o volume de saques e evitar a descapitalização completa[215].

A alta dos juros afetará todo o sistema monetário europeu, conquanto outros Bancos Centrais passam a elevar suas taxas de redesconto a fim de evitar perdas maciças de recursos através do esgotamento da conta capital. Convém lembrar, neste sentido, que os

[214] KINDLEBERGER (2000). Tiago Gambi, em sua tese de doutoramento, também se alinha com o pensamento do referido autor – Ver GAMBI (2010), p. 258.
[215] CARVALHO (1927), p.523.

bancos estadunidenses, contribuindo para a aceleração do ‘pânico’, operavam com níveis baixos de reservas, conforme se pode depreender através do Gráfico 10:



Fonte: JÚGLAR (1989), p.87.

Uma segunda abordagem para explicar a eclosão da Crise, ainda segundo Kindleberger[216], incide sobre o setor agrícola: a Guerra da Criméia, ocorrida entre 1853 e 1856, retirou do mercado todo o suprimento de produtos agrícolas russos, em especial o trigo. Neste sentido, os produtores rurais na Europa Ocidental – notoriamente os ingleses, após a revogação das Leis dos Grãos em 1846[217] – passaram por uma pequena *Golden Age* que lhes permitiu centralizar capital e aplicá-lo em investimentos (ou

[216] Além de Kindleberger (2000), a discussão é proposta por HILL (1985)

[217] As leis dos grãos, promulgadas em 1815, via de regra, configuravam-se em medidas de forte caráter protecionista, como forma de criar reservas de mercado para os produto agrícolas ingleses: As chamadas *corn laws* proibiam a importação de alimentos da Europa Continental. Foram duramente criticadas por David Ricardo, que argumentava que tais leis, conquanto protecionistas, não obstante favorecerem a elevação dos preços dos alimentos no mercado interno (dada a ausência de concorrência), possuíam também o efeito de concentrar a renda nos setores ditos ‘atrasados’, controlados pela nobreza rural. Foram revogadas durante o mandato de Robert Peel como primeiro-ministro, em 1846.

especulações) sobre terras públicas e outros bens estatais, além de outras aplicações de altas rentabilidade e risco.

Com o fim do conflito e o progressivo retorno do trigo russo ao mercado, associado a uma superprodução de grãos na colheita de 1857, estes produtores param de perceber os ganhos extraordinários anteriormente verificados; por terem aplicado seus fundos em projetos de risco elevado, sua descapitalização será uma consequência clara[218].

Uma terceira vertente, por sua vez, busca deslocar a motivação para o desencadeamento da crise a uma brusca oscilação do volume do meio circulante: como resultado da descoberta de jazidas de ouro na Califórnia, estabeleceu-se toda uma infraestrutura de serviços e logística para atender a região, que recebeu imigrantes e aventureiros de toda espécie, em um processo de 'febre do ouro', comum aos processos de encontro de áreas auríferas. Contudo, o transporte do ouro se dava por via marítima, *via* Panamá (ainda sem o canal que lhe conferiu notoriedade). [219]

Em 11 de Setembro de 1857, o vapor de bandeira norte-americana USS *Central America* naufragou em meio a uma forte tempestade. O navio carregava uma carga de ouro da Califórnia recém-minerado, em lingotes e moedas de vinte dólares, de valor estimado em US$ 100 milhões (em valores da época).

Desta forma, impossibilitados de honrarem seus compromissos financeiros, dado o afundamento deste estratégico navio cujos seguros não eram capazes de cobrir o total da

[218] HILL(1985), p.98. PRADO (1991), p.241.
[219] PETTIS (2001), p.65; GUIMARÃES (2012), p.188. Ver ainda ALMEIDA (2010), pp.86-7.

carga de ouro embarcada, bancos e corretoras em New York fecharam suas portas, disseminando assim a crise[220].

De todo modo, ao fim de Agosto a crise já se manifestava nos Estados Unidos[221]. Após o colapso da *Ohio Life*, a *Mechanics' Banking Association*, um dos bancos mais antigos dos EUA, suspendeu operações por falta de reservas disponíveis. Esta quebra foi seguida pelo *Pennsylvania Bank* e pelo *Maryland Bank*. Os protestos em cartório sobre os títulos destes bancos começaram a aparecer; primeiramente, para somas pequenas[222], avolumando-se com a progressão da crise. A 13 de Outubro, por fim, todos os bancos norte-americanos suspendem operações de conversão de títulos em moeda nacional, como forma de evitar o enxugamento total das reservas metálicas.

No verão de 1857, os primeiros rumores da crise na América chegaram à Europa, com algumas semanas de atraso. Em meio ao pânico e à corrida bancária que se estabeleceram, o Banco da Inglaterra eleva suas taxas de juros; mas suspende, por outro lado, o *Peel Act* de 1844, que fixava a conversibilidade total da libra em ouro; dá-se espaço para a emissão de natureza fiduciária.

Será na Alemanha, porém, que são evidenciados efeitos mais adversos: De fato, o sistema bancário vinha operando com baixos níveis de reservas a fim de sustentar os empréstimos para a região da Escandinávia e mesmo para a Rússia, dado o fim iminente da Guerra da Criméia. Para escapar da primeira onda de pânico, os bancos alemães,

---

[220] Esta visão a respeito da Crise de 1857 não encontra respaldo amplo no debate internacional. Apenas alguns autores norte-americanos, tais como Binu Koshy (1998) e Gary Kinder (1998) defendem-na, alegando que o naufrágio do *USS Central America* foi o fator disseminante do pânico de 1857.
[221] JÚGLAR (1989), p.85.
[222] As primeiras letras de protesto, datadas de Setembro de 1857, fazem menção a valores em torno de 250 dólares, em média (JÚGLAR (1989), p.85-87).

liderados pela praça de Hamburgo, formam uma liga a fim de garantir a manutenção das operações de redesconto, a 21 de Novembro de 1857[223].

Dois dias após, porém, duas importantes casas comerciais da região abrem falência e dissemina-se a Crise: em 1º de Dezembro, diversos estabelecimentos que mantinham relações comerciais com a Inglaterra e com a Suécia fecham suas portas, incluindo duas das mais antigas firmas de *trading*, como *Conrad Warneke*, e *Lorent & Co*.

Em seguida, o governo alemão iniciou uma série de contatos com grandes casas bancárias europeias no sentido de obter um empréstimo substancial que garantisse a solvência de seu sistema bancário. Contudo, elas não puderam satisfazer a esta demanda, por estarem operando muito além do limite de suas reservas, fornecendo empréstimos a outras economias também afetadas pela crise[224].

Por fim, a 8 de Dezembro, quando a bancarrota ameaçava todo o sistema bancário na região de Hamburgo, o Tesouro Austríaco forneceu-lhe um grande empréstimo a fim de atender o resgate de títulos e manter a operacionalidade das casas bancárias, com o envio de um trem lacrado, repleto de prata; este metal seria logo utilizado como fonte de conversibilidade de notas bancárias[225].

Contudo, isto não seria o fim. Até o final de 1858, 145 casas bancárias europeias encerraram suas atividades. As consequências desta instabilidade resultaram em desemprego e baixas taxas de crescimento no biênio 1857-58. Será sobre o Brasil, porém, que esta crise se abaterá de forma mais significativa, por conta da limitação de seus estoques em moeda metálica para manter a funcionalidade do sistema.

---

[223] GAMBI (2010), p.270.
[224] A própria casa *Rothschild*, para o caso brasileiro, será fornecedora de um importante empréstimo de consolidação para o Tesouro Nacional no início de 1858.
[225] Kindleberger (2000) coloca este empréstimo – conhecido como a operação do *Sillberzug* – como o ponto final da Crise de 1857 no espaço europeu.

2.2.1. Brasil: Crise e recuperação

A 3 de Novembro, através do vapor *Conrab* que aportava, vindo dos Estados Unidos, os rumores da instabilidade naquele país chegaram ao Brasil, dando conta de que os bancos de Nova York haviam suspendido seus pagamentos[226]. Diante desta situação, os credores europeus e dos Estados Unidos aqui residentes passaram a pressionar o Tesouro – e seu operador, na qualidade de emissor da moeda de curso forçado, o Banco do Brasil – a liquidar seus débitos, gerando evasão de moeda metálica e até mesmo o embarque de mercadorias, em momentos nos quais o estoque de ouro era insuficiente para honrar as dívidas[227].

O rápido desdobramento dos eventos é significativo: frente às insistentes demandas dos credores (nacionais ou estrangeiros), o estoque de ativos monetários do Império passava a perder suas reservas, dada a contínua drenagem de recursos com o intuito de evitar grandes desvalorizações cambiais que não tardariam a ocorrer.

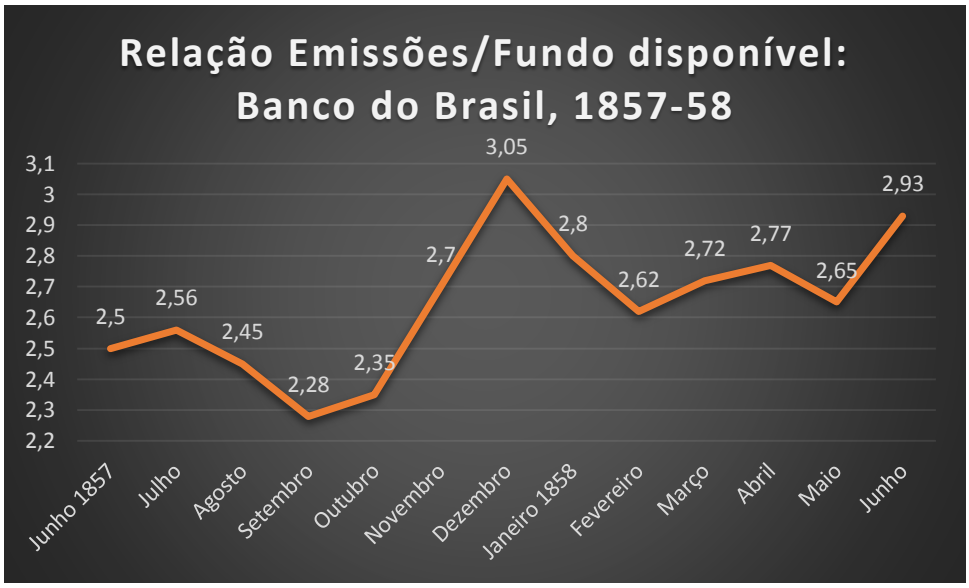
Como a colocação de títulos no mercado e venda de ativos imóveis, com vistas à obtenção de divisas, era uma atividade lenta e permeada de riscos, o governo apelará para a atitude mais dolorosa: suspendeu a conversibilidade entre notas do Tesouro e moedas metálicas, a 11 de Novembro. O comércio externo, por sua vez, entra em processo de estagnação, uma vez que os vendedores estrangeiros passam a exigir pagamentos à vista para a cessão de seus produtos, desaparecendo o sistema de compra por consignação[228].

[226] PRADO (1991) p.243. Há que se ter em conta que o Brasil só interligou-se de forma plena com os 'centros civilizados', como afirmava o Barão de Mauá, em 1874, com a inauguração do telégrafo por cabo submarino, por iniciativa do próprio Mauá. Antes desta data, eram os paquetes e navios diversos que traziam as notícias de outras regiões do globo. Eram, em verdade, os 'paquetes', navios de linhas regulares entre o Brasil e os demais centros, que traziam as principais notícias do que estaria acontecendo nas praças internacionais. Ver também GAMBI (2010), p.258.
[227] GAMBI(2010), pp.259-60.
[228] VILELLA (1999), pp.2-8.

Ainda após a suspensão da conversibilidade dos títulos, a evasão de capitais prosseguia: os embarques de ouro para a Inglaterra, e a consequente desmonetização da economia nacional, foram frequentes durante o período. O próprio Banco do Brasil teve seus estoques, medidos em torno do montante de fundos disponíveis, bastante reduzido:

> "O Banco do Brasil, sendo nesta praça o único reservatório de capital monetário para a satisfação do comércio exterior, devia ser o primeiro a sofrer os resultados daqueles acontecimentos. O seu fundo disponível foi seriamente ameaçado e, de fato, dentro de dez meses, este fundo sofrera o desfalque de 4.714:123$847, desfalque que prometia aumentar rapidamente pelos pagamentos forçados de recâmbios e pedidos de remessa por parte de credores nas praças em crise."[229]

O Gráfico 11 ilustra esta tendência:



Fonte: VILELLA (1999).

Diante desta conjuntura de incerteza a respeito das finanças públicas do Império, bem como sobre a solvência de seus estabelecimentos bancários, os agentes passaram a

[229] Relatório do Banco do Brasil de 1858, citado por MONTE ALEGRE (1972), pp.147-8. Ver também ALMEIDA (2010), p.90.

recorrer ao setor privado para a obtenção de créditos. As casas mais demandadas – *A.J.Alves Souto e Cia*, e *Mauá, McGregor e Cia* – sobreviveram ao primeiro momento da crise, principalmente por conta do tratamento concessivo do Banco do Brasil, que suplementou suas dotações em moeda metálica e negociou acordos para a obtenção de créditos externos, notoriamente britânicos – a saber, *Rothschild & Sons*, no montante de £600.000 – agindo como um emprestador de última instância. A orientação do governo era clara, neste sentido: deter a marcha da desvalorização cambial e evitar a fuga de capitais e a consequente desmonetização da economia[230].

Este empréstimo se aloca na esteira de negociações entre o Banco do Brasil e importantes casas bancárias europeias, possíveis graças ao aval do Império, para a cessão de créditos aos bancos nacionais. A princípio, em 1º de dezembro de 1857, o governo forneceu aval para a tomada de um empréstimo de £340.000, ou 3.000 contos de réis (o que equivalia a 27,63% do fundo disponível do Banco no período).

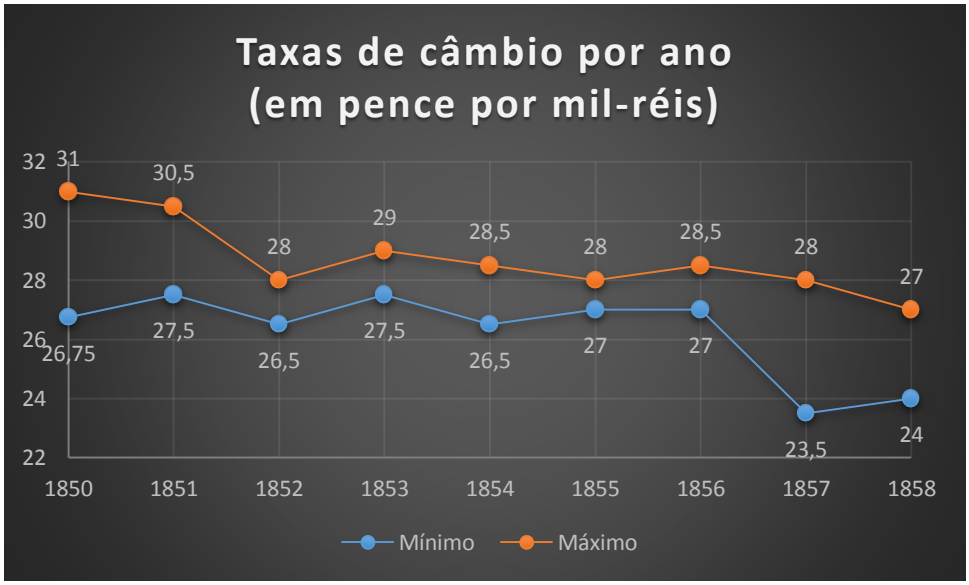
Não obstante, a 4 de dezembro, as autoridades monetárias, julgando que este montante seria insuficiente para recuperar as atividades do sistema financeiro nacional, pressionaram o Governo a fim de que este cedesse um aval para um novo empréstimo no valor de £600.000.

Conforme os dias passavam e mais notícias adversas chegavam ao país a respeito do pânico instalado nas praças europeias e norteamericanas, o mil-réis continuava a desvalorizar-se, chegando ao valor de 23,5 *pence* em 31 de dezembro, o mais baixo do ano, conforme será possível verificar a partir do Gráfico 12, que se segue.

Sobre estas informações, podemos perceber que o *spread* entre as taxas máxima e mínima no Império é razoavelmente pequena entre os anos de 1852 e 1856, período este

[230] FRANCO (1948); GUIMARÃES (2012); GAMBI (2010), pp.261-62.

ocupado em grande parte pelo Gabinete Paraná. O processo de ajuste do câmbio após o ano de 1846, em associação com o enxugamento das moedas falsas em circulação, bem como o limitado número de estabelecimentos bancários com a capacidade de emissão, certamente terá contribuído de maneira significativa para a estabilização do câmbio nos anos subsequentes[231].



Fonte: MARANHÃO (org.), 1983, p.296.

O ano de 1858, a princípio, não trouxe respostas mais amplas do governo para o enfrentamento da recessão. A 9 de Janeiro, o Banco do Brasil anuncia que prosseguiria vendendo letras de câmbio na praça londrina, ao valor de 25 *pence* por mil-réis (portanto

[231] A respeito da circulação de moedas falsas e o aumento da fiscalização do governo sobre esta situação, faz referência o escritor José de Alencar, em tom de sátira: '*O crime de moeda falsa é um dos mais severamente punidos em todos os países, porque ameaça a fortuna do Estado e a dos particulares. Entretanto não acho razão no legislador em ter punido unicamente o falsificador de moeda, deixando impunes muitos outros falsificadores bem perigosos para a nossa felicidade e bem-estar, Todos os dias lemos nos jornais anúncios de dentistas, de cabeleireiros e de modistas, que apregoam postiços de todas as qualidades, sem que a Lei se inquiete com semelhantes coisas. (...) Um homem qualquer que nos dá a descontar uma letra de uns miseráveis cem mil réis, falsificada por ele, é condenado a uma porção de anos de cadeira. Entretanto aqueles que falsificam uma mulher, e que desgraçam uma existência, enriquecem e riem-se à nossa custa.*' ALENCAR (1955?), pp.90-91.

desvalorizados em relação à taxa 'oficial') objetivando captar fundos para a manter o pagamento de saques, enquanto o governo não abrisse novas linhas de crédito para a sustentação da casa bancária. Em resposta, para evitar o aumento da especulação, o governo colocou 1.000:000$000 (mil contos de réis) à disposição do Banco para o fortalecimento de seu caixa[232].

Ao final de Janeiro, uma vez que a situação nas praças europeias ainda não havia se modificado, o Banco do Brasil encontrou sérias dificuldades para honrar seus compromissos de pagamento a partir do lançamento de novos títulos, passando, neste momento, a dispor também de suas reservas em ouro, reduzindo-as significativamente; em Março, o Banco do Brasil retirou 700 contos de suas Caixas Filiais, para fazer frente à demanda por moeda corrente.

A conjuntura adversa começou a reverter-se apenas em meados de 1858. Neste momento a casa bancária *Mauá, McGregor & Cia*., com a possibilidade de restauração da paridade-ouro do mil-réis, lança com apoio do Banco do Brasil algumas letras de câmbio em Londres, com valor inicial de £400.000, em Março, atingindo um total de £810.000 até Junho. Neste mesmo momento, os níveis de comércio já se restabeleciam na praça londrina, e o sistema bancário norte-americano havia conseguido absorver as perdas decorrentes da quebra de bancos e companhias de crédito[233].

No Brasil, acertaram-se os últimos detalhes, ainda em Junho, para a tomada de um empréstimo de £1,4 milhão, para o prosseguimento das obras da Estrada de Ferro D. Pedro II. Por fim, a safra de café de 1858 e sua valorização também elevaram a demanda por moeda internamente, o que possibilitou uma significativa valorização: em Agosto, a

[232] GAMBI (2010), p.273.
[233] CALÓGERAS (1960), p.111.

taxa de câmbio havia subido para 26,55 *pence* para cada 1$000, nível bastante próximo ao acordado na lei de Setembro de 1846.

Contudo, o esforço para a revalorização do câmbio prosseguiria: a 12 de Dezembro de 1858, um novo Gabinete foi formado, liderado pelo Visconde de Abaeté, tendo Salles Torres Homem, Visconde de Inhomirim, como Ministro da Fazenda.

Sua visão a respeito da política econômica era estritamente diversa daquela adotada por Sousa Franco: Em um viés nitidamente metalista, Torres-Homem afirmaria, como já o fizera em momentos anteriores[234], que o aumento da emissão de papel-moeda, desprovido de lastro, praticado ao longo dos anos e acentuado durante a Crise de 1857, era o agente causador dos aumentos no nível de preços, da desvalorização da taxa de câmbio e descenso dos salários, bem como impediria o desenvolvimento industrial[235].

> O combate que Sales Torres Homem ofereceu, tenaz, constante, demolidor, ao ministro da Fazenda do gabinete do Marquês de Olinda, foi leal, sem o disfarce do anonimato (...) Quem folhear os anais da Câmara dos Deputados e analisar os debates então travados testemunhará não só a superioridade de Sales Torres Homem sobre o seu adversário, como a pugnacidade com que se empenhou em destruir a política financeira de seu antecessor (...) como resultado da súbita transformação da economia do país, (onde) os capitais vantajosamente empregados (antes de 1850) no tráfico de escravos, produzindo lucros fabulosos, foram destinados a especulações perigosas em que a avidez dos ganhos ignorava os riscos das empresas.[236]

---

[234] '*Na sessão de 58, Torres-Homem investiu contra Sousa Franco, oppondo a unidade da emissão à pluralidade deste, a quem censurou a incoherencia da liberdade ampla que defendia com a liberdade restrita que adotara, com um regimen de autorização*'. CARVALHO (1927), p.523.

[235] '*Deplorava Sousa Franco que a crise commercial que se declarou em 57 não desse logar a fazer resaltar a efficacia da medida que tomou* [o aumento das emissões e a descentralização da capacidade emissora do Banco do Brasil], *sendo uma inverdade a insufficiencia que se allega, tanto mais quanto era uma realidade a solidez dos novos bancos, cuja emissão não poderia exceder o capital realizado e effectivo, garantido por titulos acreditados*'. CARVALHO (1927), p.522. Em Pires do Rio, ainda, está a citação de Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí: 'Se convêm edificar nosso sistema monetário sobre papel inconvertível, então seja o governo que o fabrique; não se dê a associações particulares o direito de se locupletarem à custa dos sofrimentos do povo'. Citado por PIRES DO RIO (1922), p.111.

[236] MAGALHÃES JR. (1956), p.28. Ver também ALMEIDA (2010), p.99.

O governo ofereceria grande margem de ação à pasta da Fazenda, como forma de sanar os efeitos da crise do ano anterior. Afirma Francisco Iglesias a este respeito:

> "A escolha do novo ministro da Fazenda era como que todo um programa, a certeza de que as questões financeiras continuariam a ter o maior realce e agora em linha oposta à que se seguira antes. Nessa substituição de nomes há uma prova nítida da falta de firmeza administrativa, negação de qualquer continuidade.[237]"

Em Joaquim Nabuco, temos linha paralela, uma vez que o autor enfatiza a preeminência da pasta da Fazenda naquele momento, o que permitiu que Torres-Homem pudesse sugerir as rígidas medidas que se verificaram:

> O Gabinete de 12 de Dezembro de 1858 pode ser chamado o Gabinete *Abaeté-Salles Torres-Homem*, como o anterior, *Olinda-Sousa Franco*. A questão financeira tinha a supremacia: a pasta da Justiça, todas as outras, eram secundarias no momento. O Presidente do Conselho, figura do passado, desde muito simples espectador político, escondia-se na Marinha[238].

No esforço de incentivar a formação de um estoque de moeda metálica compatível com as emissões bancárias em curso, Torres Homem suspendeu, como primeira medida, a autorização recebida pelo Banco do Brasil, a 5 de fevereiro de 1856, para a circulação de notas bancárias com volume três vezes superior ao de reservas, já descrita em tópico anterior.

Mesmo que esta medida permitisse que o limite de emissões fosse ao dobro do fundo disponível, já se configura um primeiro esforço em combater a dinâmica especulativa e a emissão sem lastro. As medidas de contração da base monetária

[237] IGLESIAS (1982), pp.70-1.
[238] NABUCO (1949), p.34. Citado por ALMEIDA (2010), p.100.

deveriam, ainda, atingir todos os outros bancos privados, dado que também lhes foi retirada a capacidade de livre emissão[239].

Realizou-se ainda, em abril de 1859, uma ampla reforma sobre as casas bancárias então em operação, principalmente na Corte, visando o restabelecimento da circulação metálica no prazo máximo de três anos; da mesma forma, pretendia-se que apenas o Parlamento fornecesse autorizações de funcionamento a bancos emissores, ou que liberasse a capacidade de emissão às casas bancárias já existentes.

Concederam-se, ainda, autorizações para o funcionamento de dezoito companhias e bancos, porém nenhuma delas conseguiu atender aos requisitos do governo para o início de suas operações, sejam companhias de seguros, de investimento ou bancos, tais como o Banco de Crédito Sul-Americano.[240]

Quanto à necessidade imperiosa de tais medidas, afirma Pandiá Calógeras:

> A orgia inflacionária [da gestão de Sousa Franco] teria de ser reprimida e, para isso, era indispensável tato excepcional, porquanto as concessões inconstitucionais feitas pelo Ministro Sousa Franco, em 1857-58, haviam criado relações econômicas cuja abolição imediata teria podido conduzir a uma derrocada, capaz de levar de roldão os próprios elementos que haviam resistido à recente crise.
>
> O frenesi especulativo apresentava perigos muito sérios, que era preciso conjurar sem provocar ruínas.[241]

Em junho, Torres-Homem enviou novo projeto à Câmara dos Deputados, requisitando a total conversibilidade das notas em ouro, inclusive dentro do Banco do Brasil, além da obrigação imposta sobre as casas bancárias a recolherem, em prazo de

[239] CARVALHO (1927), p.529; GUIMARÃES (2012), pp.194-6.
[240] CALÓGERAS (1960), p.121; MONTE ALEGRE (1972), p.174. Ver ainda GAMBI (2010), p.289.
[241] CALÓGERAS (1960), p.120. Citado por ALMEIDA (2010), p.101.

seis meses após a aprovação da lei, todas as notas emitidas após maio de 1859. Seriam nomeados, ainda, inspetores do Governo para os bancos, a fim de fiscalizar as atividades de emissão.

Durante o Gabinete Silva Ferraz, a respeito das leis que atingissem a esfera financeira, é conveniente abordar a Lei Bancária de 1860 e a criação de marcos decisórios para o estabelecimento *das Caixas Econômicas e Montes de Socorro*, na área da Corte.

Conforme o *Relatório do Ministério da Fazenda de 1859*, a Crise de 1857 gerou, no Brasil, a falência de 139 companhias e um prejuízo estimado em 20 mil contos de réis. Não se efetivaram falências sobre casas bancárias, visto que o apoio governamental para a captação de créditos externos foi fundamental para a sustentação do sistema, ao contrário do movimento ocorrido nos Estados Unidos.

Este *Relatório* formatou-se a partir da constituição de uma comissão de inquérito, por *Aviso do Ministério da Fazenda*, a 10 de Outubro de 1859: dada a efervescência das discussões a respeito das causas que engendraram a Crise de 1857, bem como sobre as posturas a serem adotadas pelo Banco do Brasil no que concerne à condução do meio circulante, o novo Gabinete enviou uma série de questionários a comerciantes, banqueiros e outros empresários.

Seu objetivo era colher opiniões sobre a conduta da política econômica, em especial na esfera cambial, bem como sobre as possíveis conexões, do ponto de vista dos agentes, entre recessões externas e seus impactos sobre a economia brasileira[242].

[242] FERNANDES (1974), pp.5-9. Citado por ALMEIDA (2010), p.106.

Digladiavam-se, assim, interesses antagônicos entre os defensores da livre conversibilidade e do aumento das emissões, como forma de satisfazer a demanda por meio circulante e possibilitar a expansão dos investimentos, e os metalistas convictos, adeptos da prudência na emissão e aos preceitos do Padrão-ouro. Tal debate, em síntese, embute mesmo uma discussão a respeito da condução do futuro do Estado:

> O exame do vasto material, reunido sob a forma de depoimentos escritos e dados estatísticos diversos, evidencia as múltiplas fragilidades da então incipiente economia brasileira, quando o principal fiador do comportamento cambial era o resultado do balanço mercantil. É curioso observar o conflito de teorias econômicas, onde papelistas se opunham a defensores da conversibilidade; defendia-se e promovia-se a fusão de bancos porque se reputava perigosa a competição entre eles e, numa simples transposição de Gabinete, passava-se do monopólio da emissão à pluralidade.
>
> A economia nacional vivia o contraste do desenvolvimento, marcado pela execução simultânea de inúmeros projetos, vinculados à formação da infraestrutura de uma nação em andaimes, de estradas de ferro, iluminação a gás, construção naval, face a uma consciência que estava longe de ser burguesa ou capitalista, porque enraizada ainda no escravismo feudal. As duas forças eram de conciliação difícil.[243]

Nesta linha de raciocínio, uma das causas apontadas para a crise cambial, conforme a referida comissão, residia na manipulação do mercado cambial por parte de bancos e comissários do café, que forçaram a desvalorização do câmbio para dar impulso às exportações e impedir a falência de seus clientes. No entanto, aqueles agentes que tivessem dívidas em moeda estrangeira rapidamente entrariam em colapso.

Retoma-se, neste aspecto, a linha metalista, uma vez que se defende também o fim das concessões de emissão de títulos bancários sem lastro, e seu retorno às mãos do Governo através do Banco do Brasil.

[243] MONTE ALEGRE (1972), p.154; LIMA (1978), PP.95-6.

Em suma, as lições da Crise de 1857 deveriam ser utilizadas na formação de políticas novas, tal como se verificou na Lei Bancária de 1860, e seu foco na contração do limite de emissões pelo sistema bancário nacional.

A Lei Bancária de 1860 também ficaria conhecida como *Lei dos Entraves*: prosseguindo o trabalho iniciado por Torres-Homem, Silva Ferraz lançou um pacote de medidas que visavam condições de aceleração do crescimento com estabilidade de preços[244]. Sua concepção buscava restringir o funcionamento dos bancos no Brasil: estes não poderiam emitir títulos em proporção superior ao realizado no primeiro semestre de 1860, e obrigatoriamente deveriam possuir garantias, na forma de ouro ou outros bens, para a cobertura dos depósitos contratados.

Na mesma linha, o limite para emissão do Banco do Brasil foi limitado ao dobro do fundo disponível; e caso um banco não pudesse resgatar seus títulos por falta de caixa, o governo estaria autorizado a intervir e declarar falência da casa[245].

A lei restringia, ainda, a atividade especulativa através da imposição de restrições à formação de sociedades anônimas, cujo funcionamento seria autorizado apenas por decreto governamental[246], notoriamente no setor bancário, e da restrição da atividade da agiotagem[247].

O processo emissor, a partir da lei, foi retido: Todos os bancos foram de alguma forma atingidos pelas medidas aprovadas, inclusive o Banco do Brasil, e tiveram de

---

[244] PELÁEZ & SUZIGAN (1980), pp.118-19; MONTE ALEGRE (1972), pp.153-58; HANLEY (2005), pp.32-33. Ver ainda GUIMARÃES (2012), pp.197-202.
[245] CALÓGERAS (1960), pp.125-26.
[246] O termo 'entrave' advém do debate relacionado à restrição às sociedades anônimas: como, na indústria, a captação de recursos para a implementação de projetos e inversões se dá, via de regra, pelo lançamento de ações e formação de empresas de capital aberto, a restrição ao 'espírito de associação', nos termos de Mauá, seria um forte entrave ao desenvolvimento industrial.
[247] BUENO (2002), p.20.

realizar uma forte redução de suas emissões, deparando-se com dificuldades na conversão de suas notas bancárias, eliminando assim a autonomia de emissão dos bancos.[248]

Porém o limite estabelecido na Lei de 1860, grosso modo, não foi cumprido. Para o Banco do Brasil, especialmente, a implementação da Lei gerou grande dificuldade, dado que sua condição de *banqueiro do governo*, na ausência de um Banco Central ou outra instituição equivalente, impunha-lhe a condição de trabalhar conjuntamente com o Governo em momentos de especulação e crise:

> O Banco possuía numerosos motivos para se queixar da Lei de 1860, tendo sido privado da possibilidade de assistir o Governo durante as crises e de manter a emissão em montante superior ao dobro do fundo disponível. Além disso, suas operações haviam sido restringidas pelas cláusulas da lei sobre as notas de menor valor e pelos limites do fundo disponível. (...) Assim, o sistema bancário estava ameaçado de liquidação devido aos rendimentos desfavoráveis, existindo a possibilidade de o Banco do Brasil converter-se num banco de redescontos e depósitos apenas, devido à restrição do direito de emissão[249].

Um segundo aspecto que deve ser levado em conta sobre os aspectos econômicos do gabinete Ferraz é o surgimento das chamadas *Caixas Econômicas* e *Montes de Socorro*: com a promulgação da Lei Bancária, e a necessidade imperativa de garantias aos depósitos a partir de metais preciosos ou outras formas de bens, criava-se, portanto, um importante precedente na dinâmica do mercado bancário.

Considerando-se a natureza restritiva e mesmo elitista do setor bancário no Segundo Reinado, cujas cláusulas de exigência de fundos por parte dos correntistas eram distantes dos ganhos médios percebidos pela população local, é preciso considerar a inexistência, ao menos até 1860, de instituições estatais com viés 'popular' no que toca à

[248] GREMAUD (1997), p.149. Sebastião Soares, escrevendo em 1863, comenta: 'É minha opinião que a Lei de 22 de Agosto de 1860 veio cercear innumeros abusos e matar o immoral jogo da agiotagem das ações de companhias não-approvadas; mas, como seus effeitos tinhão de efectuar-se rapidamente, conduzio a uma liquidação forçada muitas casas, que com tempo se terião consolidado.' SOARES (1865), p.60.
[249] PELÁEZ & SUZIGAN (1981), p.125. Citado por ALMEIDA (2010), p.108.

cessão de créditos, formação de poupanças e depósitos de pequena monta; em outros termos, não se verifica uma *bancarização* da população. É neste contexto que surge a *Caixa Econômica e Monte de Socorro* na Corte, no Rio de Janeiro, em Janeiro de 1861.

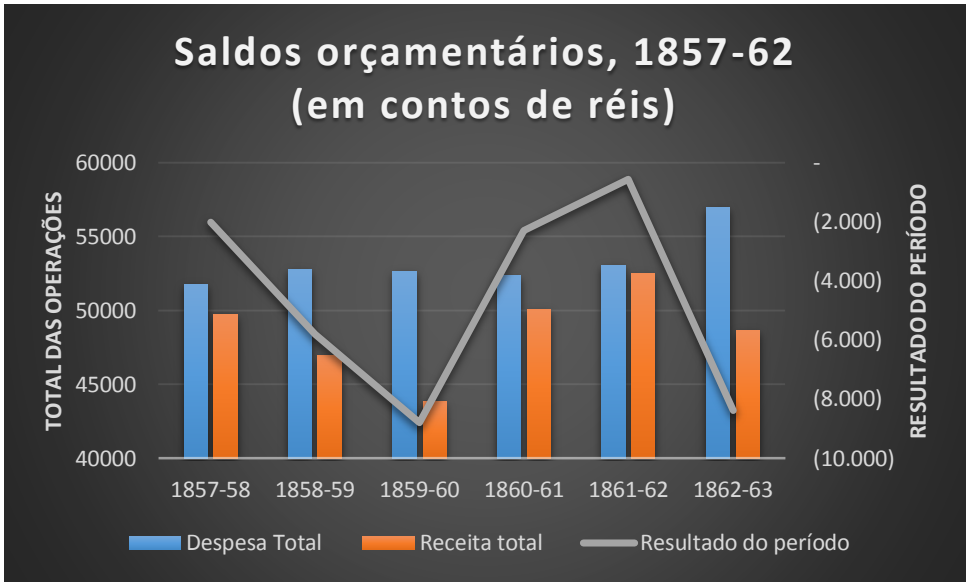
Por sua vez, o *Monte de Socorro* destinava-se a oferecer empréstimos à população de média e baixa renda na Corte e adjacências; trata-se, juntamente com a *Caixa Econômica*, de uma primeira iniciativa no sentido de amealhar as classes 'menos favorecidas da fortuna' e integrá-las aos circuitos de acumulação, ainda que com montantes bastante inferiores ao que eram operados por comerciantes de grosso trato, empresários e outros especuladores.

Em resumo, o Gabinete Silva Ferraz registra severas regulamentações sobre o funcionamento das instituições financeiras, restringindo-lhes os direitos de livre emissão, e enceta apoio à poupança dos cidadãos através de instituições de crédito popular:

> 'O ministro da fazenda queria deter a especulação que criava emprezas mal calculadas, a exagerarem as posses dos empresários, e a incitarem a ambição e o luxo, immobilizados os capitães fluctuantes que assim enfraqueciam a producção. Aconselhava a fundação de caixas econômicas e montes de soccorro: aquellas acauteladoras do futuro das famílias, estes attenuadores dos rigores da desgraça, dizia elle.'[250]

Por fim, a respeito da dimensão orçamentária durante a segunda fase dos gabinetes da Conciliação, tem-se o Gráfico 13:

[250] CARVALHO (1927), p.534. Citado por ALMEIDA (2010), p.112.



Fonte: CASTRO CARREIRA (1980)

No início do segundo gabinete liderado por Caxias, em 1861, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, assume a pasta da Fazenda. Nota-se nesta gestão a preocupação com a estagnação da arrecadação pública, *pari passu* ao aumento da dívida externa, fruto dos empréstimos contraídos no exterior para o desenvolvimento e serviço das ferrovias que começavam a rasgar os sertões mais distantes do território.

A respeito da manutenção dos compromissos da Lei Bancária de 1860, sobre a questão das emissões, Paranhos procurou manter suas orientações, porém, tal como se observa, a relação entre emissões e reservas em caixa não alcançou, durante sua gestão (até 24 de maio de 1862), o valor preconizado pela Lei, de 2 para 1.

Pelo contrário, o Visconde recebeu, do Gabinete anterior, o controle das emissões dos bancos do Império dentro de uma relação favorável (1,8 para 1), porém a manutenção deste patamar não foi possível, dados os constantes déficits na balança comercial, em função do aumento das importações, que drenavam recursos internos através da demanda por moeda forte, desvalorizando o mil-réis.

3. Premissas e encaminhamentos

Neste capítulo, analisamos os diferentes grupos que compuseram, no Segundo Reinado, o Conselho de Ministros no período compreendido entre 1853 e 1862. O exame deste período permite-nos, como breve síntese, validar duas considerações, a respeito das trajetórias política e econômica destes gabinetes.

A primeira delas, de natureza política, mostra-nos que há um *ideal conciliatório*, de acomodação das diferentes correntes partidárias, nos grupos que compuseram o que chamamos aqui de segunda fase dos gabinetes da Conciliação; mais que isso, torna-se claro que há um progressivo esvaziamento deste ideal, situação que se catalisa por duas situações, quais sejam, a emergência de quadros conservadores 'menos moderados', sobretudo no segundo gabinete Caxias; sendo aqueles pouco capazes de encetar um movimento de acomodação de distintos interesses político-partidários, o que levaria a um racha nas instâncias do Poder Legislativo.

Do mesmo modo, não mais se verificavam no exercício do poder líderes do padrão de Carneiro Leão, Eusébio de Queirós ou mesmo de Rodrigues Torres, por exemplo; figuras estas capazes de, com base em seus poderes de natureza pessoal e influência quase carismática, aglutinar estas castas partidárias permeadas de antagonismos entre si.

Na questão econômica, observa-se no início da década de 1860 o surgimento de profundas dissensões que, por vezes, inviabilizarão os trabalhos das autoridades monetárias. Havia uma nítida resistência a várias medidas que, é importante recapitular, estariam destinadas a sanear as finanças nacionais – entenda-se aqui sanear o meio

circulante, em boa parte – após o estouro da 'bolha' especulativa, acelerada pelo excesso de emissões dos bancos, em 1857.

Estas contestações levaram, por exemplo, à ingovernabilidade do grupo de ministros chefiado por Abaeté (1858), que não encontrando melhores meios para a sua sustentação, apresenta renúncia coletiva. A necessidade de estabilização do meio circulante se mostra, assim, como uma condição *sine qua non* para a estabilidade do processo de representação política, e, no limite, para a manutenção da estabilidade e soberania do próprio Império.

Visualizava-se, assim, um grande esforço do Ministério da Fazenda no sentido de evitar a eclosão de novos pânicos financeiros e falências de bancos, tais como em 1857. Efetivamente, as condições econômicas para o Brasil foram favoráveis durante os anos que se seguiram. No entanto, a médio prazo o sistema daria sinais de fraqueza: novas falências e corridas bancárias – onde se destaca o caso da *A.J.A. Souto* – ocorreriam mais adiante, ao longo da Crise de 1864.

Nossa análise procurou contemplar, portanto, à luz da ação política, um modelo de desenvolvimento econômico que passa pela adesão brasileira a um regime monetário/cambial que caracteriza sua inserção nos circuitos do capital. Esta inserção, a partir de uma hegemonia política britânica, garantida por seus meios militares e pela pujança de seu parque industrial, de alta produtividade e que garantia a participação inglesa em quase a metade dos bens transacionados no mundo no mesmo período[251], consolida um padrão agrário-exportador dentro da nova divisão internacional do trabalho que decorria do imperialismo britânico de livre-comércio.

[251] CRAFTS (1987), p.4.

CAPÍTULO III

FONTISMO E REGENERAÇÃO: ESTRUTURAS DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA (1851-1868)

1.Considerações iniciais

Nesta seção do trabalho, buscamos compreender o desenvolvimento das estruturas econômicas e políticas do Reino de Portugal na década de 1850. A partir de medidas como a adesão portuguesa ao regime do Padrão-Ouro, e de reformas institucionais como o Ato Adicional de 1852, poderemos, através do entendimento deste arcabouço, construir uma perspectiva comparada que melhor permita compreender as estruturas políticas e econômicas do Império brasileiro ao longo do mesmo período.

Com efeito, outrora unidos a partir do pacto colonial, Portugal e Brasil assumiram conduções distintas de seu tecido social a partir de 1822. Este último país, recém-independente, tal como afirmamos no capítulo anterior, engendra sua emancipação política já sob a força de compromissos financeiros assumidos com sua antiga metrópole, que o levam a assumir tomadas de crédito e engendram-lhe uma situação de progressivo endividamento.

Aquela primeira nação, por sua vez, aproximando-se do oitavo século de existência, passaria por crises políticas importantes no mesmo período, que culminariam em sedições armadas e conflitos bélicos no seio da própria dinastia reinante.

Será, efetivamente, apenas após três décadas de instabilidade e conflito, que serão implementadas medidas que tivessem por meta reestruturar o tecido social e aplacar parte das tensões imanentes nas esferas política e econômica de Portugal. O estudo destas

medidas e seu alcance sobre a ordem desta sociedade constituem os objetivos deste capítulo.

Para a consecução desta meta, adotaremos uma abordagem metodológica distinta daquela realizada no capítulo anterior. Não efetuaremos uma clivagem entre medidas de natureza política e econômica, em análises separadas. Não é oculta nossa intenção principal de, a partir do caso português, compreender melhor o desenvolvimento da economia brasileira no século XIX, de tal sorte que o estudo das estruturas social, política e econômica de Portugal visam corroborar a proposta mencionada

Trata-se, novamente, de discorrer sobre a ação de homens de Estado, reunidos em grupos políticos com claros propósitos para a condução do país, e que, uma vez reunidos em gabinetes e conselhos – tratados em Portugal como 'governos da Monarquia Constitucional' – tencionavam, em uma etapa bem definida da História Econômica deste país, tirar a nação do atraso e da perda de sua posição como *player* global na ordem política.

Com este objetivo, realizaram-se reformulações significativas no campo político, visando reestruturar a relação entre Executivo e Legislativo, e trazendo definitivamente os preceitos liberais para as terras lusitanas, através do sufrágio popular – ainda que censitário, como observaremos – e da alternância partidária. Ficaria conhecida esta etapa da organização política em Portugal como a *Regeneração*, a partir de 1851, e que constitui ponto vital de análise neste capítulo.

Em paralelo, foi encetada uma política econômica mais agressiva, a ser também estudada, sendo ela, ainda, corporificada em um homem, qual seja, Fontes Pereira de Melo, Ministro de Obras Públicas, Comércio e Indústria. Era o início do chamado

Fontismo, enquanto projeto de intervenção do Estado sobre a economia, na forma de uma política de investimentos em obras públicas, em especial.

Fontismo e *Regeneração*, enquanto ações de renovação da condução do Estado, prestam-se intensamente, portanto, aos objetivos desta seção do trabalho: poderemos compreender melhor os padrões de desenvolvimento em Portugal, sob a égide de uma organização do sistema financeiro em âmbito internacional, na forma do Padrão-Ouro, a partir de 1854.

Para dar cabo destes objetivos, dividiremos este capítulo em dois tópicos principais. Apoiamo-nos primordialmente no cotejo entre fontes e a bibliografia disponível, que, apesar dos avanços assombrosos dos meios virtuais, ainda parece-nos significativamente escassa.

Na primeira parte, retrocedendo o esforço de análise aos eventos que se sucederam à invasão napoleônica (1807), estabelecemos um ponto de partida para estudo na chamada Revolução Liberal de 1820, a fim de seja possível discorrer a respeito dos antecedentes políticos e sociais que engendraram a emergência do movimento Regenerador.

No segundo tópico, trataremos em conjunto destes movimentos de ação política e intervenção sobre a ordem econômica do Estado, expressas na Regeneração e no Fontismo, e suas medidas principais ao longo do período em questão. Verificaremos, ainda, a organização do tecido econômico e, concomitantemente com as análises engendradas no capítulo anterior, realizaremos, ainda que de forma breve, algumas considerações a respeito da organização bancária e dos 'sub-circuitos de acumulação', expressos nas organizações populares de crédito e sociedades de depósitos. Seguem-se alguns encaminhamentos, embasando as considerações finais.

2. Representação política no Reino de Portugal

2.1.A Monarquia Constitucional: Antecedentes e configurações

Em Portugal, o que se observa em meados do século XIX é um processo de intensa reorganização do aparato político de Estado, após o turbulento período das invasões napoleônicas e da série de revoltas observadas nas décadas de 1820-30. Após esta época de comoção social, emergirá um Estado juridicamente modernizado, fundamentado em uma monarquia parlamentar, porém ainda com sérios anacronismos em suas estruturas econômicas e sociais.

Com efeito, naquele momento esta nação ainda não havia dado os passos decisivos que permitissem a formação de relações capitalistas de produção e consumo. Estando ainda ligado às estruturas do Antigo Regime, caberia à toda uma nova geração de dirigentes políticos implementar políticas que redirecionassem o Reino no sentido de um Estado industrializado como tal.

Por apego à brevidade, estabelecemos um marco inicial para a análise da situação política portuguesa na *Revolução Liberal de 1820*.

Efetivamente, após a derrocada de Napoleão Bonaparte e o restabelecimento dos arranjos políticos na Europa Ocidental, Portugal já não mais se encontrava sob influência direta de potências estrangeiras ou sob risco de nova invasão. Contudo, a aparente procrastinação de D. João VI (já coroado rei, desde 1816), em retornar à metrópole, após sua saída intempestiva em Novembro de 1807 rumo ao Brasil[252], associada às posturas discricionárias do governador militar de Portugal, Marechal William Beresford, dão azo para o descontentamento de alguns dissidentes políticos, que veem neste aparente vazio

[252] ARRUDA (2008a, 2008b.). Ver ainda TASSO (2010).

de poder uma oportunidade para a eclosão de movimentos sediciosos que visassem estabelecer reformas no arranjo político português[253].

A primeira destas tentativas ocorre em 1817. A conspiração liderada (ao menos hipoteticamente) pelo general Gomes Freire de Andrade, e punida com o seu enforcamento e o de diversas outras lideranças, colocando termo à chamada 'Conspiração de Lisboa', permite evidenciar um quadro latente de revoltas internas, que se manifestariam com todo vigor três anos depois[254].

Efetivamente, as tendências anti-britânicas e os apelos de reforma no conjunto do poder se intensificaram, sobretudo em um contexto econômico adverso, em função de um biênio de colheitas mal-sucedidas e alta generalizada de preços[255]. Não obstante, a situação adversa vivida pelo erário, assomada à dificuldade do Estado em manter sua solvência e o pagamento de suas dívidas, leva à contratação de novo empréstimo externo.[256]

Em um primeiro momento, as principais lideranças da Revolução conjuravam dentro do chamado 'Sinédrio' portuense, um grupo secreto, fundado em 1818, de acadêmicos ligados à Maçonaria, liderado por Manuel Fernandes Tomás. Neste grupo, estudavam-se as recentes insurreições na América Espanhola, o aparato constitucional gerado por estes diferentes movimentos de emancipação política, bem como a decadente situação interna de seu próprio país.

---

[253] VICENTE (1993).
[254] HOMEM (2001), p.341. TENGARRINHA (2001), p.284.
[255] CABRAL (1981), p.69.
[256] PERES (1971), p.51.

Tendo decidido passar a um conjunto de ações, o grupo do 'Sinédrio' passou a cooptar juristas e militares descontentes com o *status quo* do Reino, tornado então, de acordo com seu ponto de vista, nada mais que simples protetorado, em função do governo militar britânico.

Pari passu a este movimento, ainda, os movimentos emancipacionistas no Brasil já começavam a afetar as finanças nacionais, conforme aludia o Rei, em profundo desagrado:

> A nação portuguesa está consternada pela perda importantíssima de navios e carregamentos causada pelos insurgentes (brasileiros, n.a)... O comércio está reduzido desde que Portugal deixou de ser o entreposto dos géneros coloniais do Brasil; vê-se a agricultura arruinada pelo baixo preço do grão estrangeiro que inundou o reino, donde resulta o abandono da cultura que o lavrador não pode continuar sem perda e, por conseguinte, a queda de todas as rendas em géneros...[257]

A situação econômica de Portugal beirava o colapso no fim da segunda década do século XIX, conforme a análise acurada de José Tengarrinha: A perturbação do comércio internacional e da obtenção de matérias-primas em virtude do Bloqueio Continental na década anterior, associada às más colheitas, anteriormente citadas, deprimem os saldos comerciais portugueses – cujo déficit dobra, em termos nominais, ao longo de apenas sete anos (de 2 milhões de cruzados em 1811 para mais de 4 milhões em 1818). [258]

Concomitantemente, a permanência prolongada da Corte no Rio de Janeiro engendrava grave risco sobre a segurança institucional, com o temor de uma iminente desagregação do território. Diante do quadro político em tela, a agudização da repressão

[257] Citado por CABRAL, op.cit, p.70.
[258] TENGARRINHA, in MATOS (2002), pp.28-31.

aos movimentos políticos reformistas (com consequente elevação de despesas com as forças armadas) tornava-se lugar-comum em Portugal[259].

Em Janeiro de 1820, ocorre uma insurreição, de tendências fortemente liberais, na fronteiriça Espanha, situação que fornece subsídios e incentivo à ação também em Portugal[260]. Ampliando-se o descontentamento geral, o Marechal Beresford vai ao Brasil e solicita a D. João VI maior amplitude de ação em sua Regência em Portugal – o que pode ser facilmente entendido nas entrelinhas da História como capacidade discricionária para reprimir seus opositores – no que, inclusive, é prontamente atendido. Ao retornar a 10 de Outubro, porém, Beresford é impedido de desembarcar: a Revolução Liberal já se encontrava a pleno curso.[261]

Eclodindo no Porto, a 24 de Agosto, o movimento angariou adeptos de várias camadas sociais, principalmente entre a Nobreza e o Exército Português, sobretudo entre os oficiais de alta patente. Exigiam os líderes o imediato retorno da Corte para Portugal, restaurando-se assim os nexos de poder entre a metrópole, as colônias e a própria Inglaterra - principal exigência dos militares - e a reformulação do ordenamento jurídico-constitucional, através da elaboração de uma Carta Magna, nos moldes da espanhola Constituição de Cádiz (promulgada a 19 de Março de 1812 na cidade homônima) que contemplasse melhor os direitos da população[262].

---

[259] Joaquim Romero de Magalhães, na introdução a BALBI (2004), p.14.
[260] É importante enfatizar que na década de 1820 rebentaram diversos movimentos revolucionários na Europa Ocidental, com especial destaque para a emancipação grega sobre o Império Otomano em 1829. Para maiores detalhes, ver HOBSBAWM (1989), cap.5.
[261] AMEAL (1942), pp.598-99. SÉRGIO (1977), p.127. ARRUDA (2004), pp.211-12. Ver também CORREA (1930), p.211.
[262] CALERO, in BERBEL & OLIVEIRA (2012), pp.23-29. COSTA (2001), pp.50-51.

Neste ínterim, Manuel Tomás, membro ativo do já aludido 'Sinédrio' português – agora desagregado, tendo em vista a ascensão deste grupo aos centros de decisão – assume a liderança da administração do Estado, sob a denominação de uma *Junta Provisória do Governo Supremo do Reino*, a qual ditaria os rumos do Estado até o ano seguinte (1821).

Contudo, a revolta liberal logo começaria a soçobrar em termos de adesões: algumas lideranças mais exaltadas à direita, sobretudo nos meios militares, reúnem-se e passam, grosso modo, a *conjurar dentro da conjuração*: Com efeito, a 11 de Novembro, no dia de São Martinho de Tours, estes elementos lançaram uma insurreição armada, conhecida como a Martinhada. Sem grandes êxitos, esta sedição logo malograria, com seus líderes sendo postos no cárcere e afastados do centro do poder[263].

José Tengarrinha, em paralelo, sintetiza este período de instabilidade política, que ainda se encontrava em suas fases mais seminais, como parte de um fluxo de longo prazo, que transformaria as estruturas políticas e econômicas de Portugal:

> Não de tratava, pois, de uma simples viragem resultante de factores circunstanciais e fortuitos. Fenómeno intenso e aparentemente de curta duração, a crise significava, na verdade, a fase decisiva de uma longa evolução. Só assim se compreende que atingisse os fundamentos do sistema e, portanto, pusesse em causa a própria natureza da organização social e política, já incapaz de encontrar soluções através de ajustamentos internos. [264]

Em Janeiro de 1821, convocaram-se os deputados para as chamadas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, conhecidas também como *Cortes de Lisboa*. Esta instituição configura uma espécie de Parlamento (embora não no sentido pleno da palavra, pois naquele momento ainda não havia uma permanência da Casa legislativa) cuja

[263] DIAS (1980), p.273.
[264] TENGARRINHA, Op.Cit, p.32.

implementação remontará a séculos antes[265], e que era reunido sob a necessidade de alguma discussão porventura mais premente, ou por outra, em tempos de crise política – a última das chamadas 'Cortes Gerais', com efeito, havia sido convocada em 1699.

Já sob a influência da liberal 'Constituição de Cádiz', a designação dos representantes se deu através de sufrágio indireto e voto censitário: os homens maiores de idade, empregados, elegiam os chamados 'eleitores de comarca', que reunidos na capital de cada província, elegiam os delegados para as Cortes Constituintes, ao final do ano de 1820. Da mesma forma, em virtude de conflitos internos, decorrentes de discrepância de visões a respeito da condução dos trabalhos em plagas lusitanas, alguns deputados eleitos no Brasil deixaram de fazer parte da reunião.

Nestas Cortes, discutiram-se temas de fundamental importância para a condução dos negócios do Reino, como o estabelecimento de um controle administrativo mais amplo sobre as possessões ultramarinas do Brasil, em detrimento da posição de Reino Unido assumida em 1815, posição esta que levou os deputados brasileiros a enfrentarem seus congêneres 'metropolitanos'[266].

Outros temas de ordem geral, tais como a implementação da vacina obrigatória – tema pioneiro, dado que no Brasil este tema interpôs-se como relevante mais de oitenta anos depois, e ainda assim causando revoltas e protestos da população – e da extinção do papel-moeda, a fim de iniciar o saneamento das finanças portuguesas. Estas medidas, porém, aparentemente caíram no esquecimento.

---

[265] Ver detalhes em Memórias de Litteratura Portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo 2, 2ª edição. Lisboa: Thyprographia da Academia, 1869. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=jb9LAAAAcAAJ&dq=Cortes+de+Lisboa+de+1323&source=gbs_navlinks_s. Acesso em 01/02/2013.

[266] NEVES, in VAINFAS (2008), pp.177-79.

De matéria relevante, por fim, cabe enfatizar que a 9 de março foram aprovadas as chamadas ‘Bases da Constituição’, que pavimentariam o caminho para a promulgação da Carta Magna de 1822.[267]

A eclosão da Revolução Liberal e a implementação das Cortes trazem D. João VI de volta a Lisboa, acompanhado de sua mulher, D. Carlota, e do filho mais novo, D. Miguel. Deixara o rei no Brasil seu filho mais velho, D. Pedro, para manter as funções de Regente. 'Contrafeito porém temeroso', D. João VI submete-se às exigências dos revoltosos no sentido de implementar uma Constituição com participação popular[268].

Dentro deste mesmo quadro, já em 1822, ocorrem movimentos de suma relevância, dos quais cabe destacar três, a saber, a fundação do Banco de Lisboa (decreto de 31 de dezembro de 1821), cujo objetivo principal residia em efetuar o recolhimento do excesso de meio circulante em Portugal após a emissão excessiva decorrente das guerras dos vinte anos anteriores[269]; a promulgação da Constituição, que inaugura o período da Monarquia Constitucional, e a independência, unilateral, do Brasil, anteriormente elevado à condição de Reino Unido com Portugal e Algarves.

Pelo lado político, a promulgação da Constituição de 1822 foi um marco decisivo para a consolidação de um novo regime de governo em Portugal. Ratificadas por D. João VI sob pressão direta das Cortes, a 1º de Outubro daquele ano, e impregnadas pela ideologia liberal, temos que as medidas implementadas destinavam-se, grosso modo, a eliminar o caráter absolutista de governo por parte do rei, tais como:

---

[267] http://debates.parlamento.pt/diary.aspx?cid=mc.c1821&num=&date=1821-03-09. Acesso em 10/04/2015.
[268] HOMEM (2001), p.341; GARCIA (1981), pp.186-188.
[269] MARTINS (1953), p.247; CORREA (1930), p.213.

i. A ratificação dos direitos e deveres individuais dos cidadãos (através da garantia da liberdade, igualdade, segurança e propriedade);

ii. Firmando a prevalência de uma Monarquia Constitucional, a autoridade do Rei provinha da Nação e de sua Carta Magna, ao invés de uma ordenação divina e/ou sobrenatural, eliminando seu caráter sagrado;

iii. A eliminação de prerrogativas ao clero e à nobreza;

iv. A independência dos três poderes políticos (ao invés de concentrá-los nas mãos do rei, como no regime absolutista);

v. O Poder Legislativo seria exercido pelas Cortes, eleitas pelo povo (cujo direito de voto seria assegurado).

Em um texto pioneiro e com características essencialmente liberais, frutos da Constituição de Cádiz, o texto da Carta Magna portuguesa procurava enfatizar vigorosamente a soberania do país: Deveras, após sucessivas invasões francesas, vivendo como protetorado britânico e extremamente carecido em suas bases econômicas após quinze anos de conflitos, procuravam os portugueses reafirmar seu papel como Estado independente, contrário a influências externas e protecionismos militares sobre seu território, conforme consignado no artigo 20º do referido texto:

> A Nação Portuguesa é a união de todos os Portugueses de ambos os hemisférios (...) A Nação não renuncia o direito, que tenha a qualquer porção de território não compreendida no presente artigo[270]

Esta Constituição, porém, já trazia em seu bojo profundas dissensões, que se manifestariam com força poucos meses após sua promulgação. A perda do Brasil como possessão ultramarina – que, apesar de reconhecida apenas em 1825[271], já trazia perdas

[270] http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1822t2.html. Acesso atualizado em 11/04/2015.
[271] MAGALHÃES (1999). TAMMONE (2012), conclusões.

imediatas no comércio e no acesso facilitado a matérias-primas e mercados consumidores – e a carestia geral observada na própria Metrópole, agregavam, pelo lado econômico, tensões políticas que culminariam em novos levantes e sedições, como veremos adiante. Sobre este particular, expressa-se António Sérgio:

> A independência do Brasil, proclamada por D. Pedro, foi o acto profundamente revolucionário. O caso agora era gravíssimo, porque destruía os alicerces da economia nacional. A Constituição de 1822 é uma ingênua vestimenta, debaixo da qual a sociedade continua como até aí: Não se lhe tocara nas fontes vitais; agora, porém, ou voltava o Brasil a ser colónia, alimentando a metrópole com as suas riquezas (o que não passava de uma quimera), ou, se não voltasse, tinha-se de organizar a metrópole para a sua autossuficiência, e, para isso, de modificar profundamente as condições jurídicas da produção[272].

A reação ao texto constitucional, em Portugal, vem a partir da rainha, D. Carlota, e do príncipe D. Miguel, segundo na linha de sucessão, que, constituindo-se líderes do movimento absolutista, de regresso às antigas instituições, e rejeitando a Constituição de 1822, jurada por D. João VI, encetam uma série de levantes e motins destinados a alterar o equilíbrio de poder alcançado na Revolução Liberal em prol de um 'pseudo-projeto' – que na verdade não existia, haja visto que a pretensão maior era restaurar o exercício do poder anterior a 1820 – que fosse capaz de agradar aos setores mais tradicionalistas da população e de parte da família real, que apoiava a manutenção do regime absoluto de governo.

Efetivamente, a década de 1820 seria pontuada por diferentes movimentos sediciosos à esquerda e à direita da Revolução Liberal, estabelecendo as instáveis bases políticas que culminariam na guerra civil da década seguinte.

[272] SÉRGIO (1977), p.133.

A primeira destas insurreições mencionadas ficou conhecida como golpe de Vila Franca de Xira, ou, mais popularmente, 'Vilafrancada', e que foi desencadeada a 23 de maio de 1823[273]: A invasão da Espanha por tropas da coalizão militar conhecida como 'Santa Aliança', formada por tropas da Áustria, Prússia e do Império Russo, que advogando o direito de intervenção em quaisquer pontos do território europeu onde porventura houvesse casas reais sob ameaça de enfrentamento e/ou abdicação forçada, reconduziram ao trono o Rei Fernando VII, e animaram sobremaneira as lideranças com tendências anti-liberais e parte da família real, em prol de um levante do mesmo gênero nas terras portuguesas[274].

Neste ínterim, soldados de um regimento do Exército, insuflados por D. Miguel, revoltaram-se, exigindo a retomada do regime absolutista e dando vivas ao rei absoluto, o próprio D. Miguel, que faz uma proclamação investindo-se do poder. Habilmente, porém, D. João VI assumiu o controle do levante, para posteriormente poder abafá-lo com eficácia.

Utilizando-se dos meios militares dispostos no Regimento de Infantaria 18, que manteve-se fiel a ele, e sem abrir mão de seu juramento à Carta Magna – em que pese o fato de ter decretado a suspensão temporária de sua vigência – o Rei logrou êxito em dominar as tendências ultraconservadoras que poderiam alterar drasticamente o quadro político: prometeu reformas na Constituição, agregou alguns liberais mais exaltados a seu grupo de governo e promoveu D. Miguel a Generalíssimo do Exército.[275]

[273] HOMEM (2001), p.342
[274] CARDOSO (2006), pp.262-65
[275] CARDOSO, Op. Cit; TORGAL (1980). Ver também ALEXANDRE (1993), conclusões.

A segunda revolta ficaria conhecida como 'Abrilada', ocorrendo a 30 de Abril de 1824. Foi liderada novamente por D. Miguel, com o apoio tácito de sua mãe, que aprisionou importantes líderes aliados a D. João VI, pois qualificava-os como liberais e hostis ao regime político então vigente e submisso ao Rei – aparentemente, tencionando tomar-lhe o trono. Entre as importantes figuras do Reino postas a ferros, encontravam-se o Intendente Geral de Polícia e o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Marquês de Palmela, que posteriormente, já transfeito em Duque, viria a liderar um dos gabinetes da Monarquia Constitucional.

D. Miguel cercou, ainda, o palácio onde se encontrava o rei e seu conselheiro, o antigo governador militar, Marechal Beresford. Da mesma forma, o príncipe, em arroubos de revolta típicos do catolicismo tradicionalista, pretendia acabar com a 'pestilenta cáfila de pedreiros-livres' das lojas maçônicas, que, a seu ver, interfeririam tenazmente no quadro político da nação[276].

A revolta, porém, não obtém êxito: D. Miguel é deposto do cargo de comandante, exonerado de todas as suas demais funções, e exilado na França, para alegadamente 'completar a sua instrução'[277]. Sua apoiadora e mentora intelectual, D. Carlota, é finalmente internada no Palácio de Queluz.

Os meses finais de vida de D. João VI, ainda, podem ser referenciados pelo definitivo reconhecimento, por parte de Portugal, da emancipação política do Brasil.

[276] CARDOSO, Op.cit, p.270; CORREA (1930), p.218.
[277] HOMEM(2001), p.342

As conversações entre ambos os Estados a respeito do reconhecimento da Independência brasileira sucederam-se rapidamente; entretanto, apenas a partir de 1823 é que se estabelecem espaços de negociação permanentes visando ao reconhecimento da emancipação e o restabelecimento das relações comerciais entre estes países.

Vale lembrar que, neste mesmo contexto, importantes *policy-makers* no cenário político global impunham-se ou reapareciam sob a força das novas demandas: Com efeito, retorna à baila o Ministro de Relações Exteriores britânico, Sir George Canning[278], que, colocando-se na posição de mediador, busca negociar acordos comerciais e o reconhecimento da Independência brasileira por parte dos Estados Unidos, que opõem resistência em virtude da permanência da monarquia dos Braganças na condução do jovem Império[279]

A 30 de Agosto de 1825, é assinada a Carta de Confirmação do tratado de paz e aliança entre as duas nações e seus respectivos governantes, pai e filho, Pedro I do Brasil e João VI de Portugal. Além do pagamento, por parte do Brasil, de dois milhões de esterlinos para Portugal, obtidos por meio de empréstimo, conforme enfatizamos no Capítulo II deste trabalho, o tratado igualmente contemplava, entre outras cláusulas:

i. O compromisso, por parte do Brasil, de não aceitar propostas de união política, por outras colônias portuguesas;
ii. A proteção aos direitos dos cidadãos destes países, como os de nações 'mais favorecidas e amigas';
iii. A restituição de bens e investimentos apresados por ambas as nações, entre si, no contexto do movimento emancipacionista;

[278] Maiores detalhes sobre a atuação de Canning na crise política de 1807 em Portugal e a vinda da Família Real ao Brasil são descritos acuradamente em ARRUDA (2008).
[279] MAGALHÃES (1999), PP.29-30.

iv. O restabelecimento das antigas relações comerciais e o pagamento de 15% de impostos de consumo sobre as mercadorias transacionadas entre si, em seus portos.[280]

Alguns meses depois, a morte de D. João VI lança Portugal em uma nova crise política, que perduraria por quase mais uma década. Seu passamento abriu uma disputa sucessória para o Trono em Portugal: Sem herdeiros presuntivos aptos a assumir o trono, haja visto que D. Pedro governava o Brasil e D. Miguel estava exilado na Áustria, o Rei nomearia, quatro dias antes de morrer (possivelmente envenenado por arsênico)[281], uma Regência presidida pela infanta Isabel Maria, auxiliada por um Conselho de Regência onde pontificavam, entre outros, o patriarca de Lisboa e o Conde dos Arcos, penúltimo vice-rei do Brasil.

A Regência de D. Isabel abre espaço para conflitos entre *pedristas* e *miguelistas*: Enquanto os primeiros propunham o retorno de D. Pedro (Pedro IV de Portugal, Pedro I do Brasil) ao poder - o que poderia inclusive confederar Brasil e Portugal, os últimos propunham a coroação de D. Miguel, uma vez que ao assumir o trono do Brasil, D. Pedro, tal como um Esaú forçado pelas instituições políticas, teria aberto mão de seu direito de primogenitura.

[280] MAGALHÃES (1999), pp.32.

[281] A questão do envenenamento de D. João VI e sua morte é tema recorrente na história e literatura portuguesas. A rápida evolução dos sintomas verificados *de visu* por médicos e testemunhas idôneas – convulsões, vômitos e náuseas frequentes – sugere, efetivamente, um quadro de envenenamento por produto químico; qualquer manual de patologia básica, ou mesmo de enfermagem, observa estes postulados. Pesquisas efetuadas na década de 1990 notificaram o achado de restos de arsênico, suficiente para matar ao mínimo duas pessoas, entre as vísceras restantes e conservadas do Rei; entretanto, a questão não está fechada. Sobre este tópico, como ponto de partida alusivo, ver 'o assassinato de D. João Vi', em http://ensina.rtp.pt/artigo/assassinato-d-joao-vi/ . Acesso atualizado em 14/04/2015.

D. Pedro, retornando do Brasil e assumindo o trono, a princípio abdicou de seu presumido direito, após oito dias de exercício do poder, em nome de sua filha, D. Maria da Glória, então com nove anos de idade, diante de um compromisso de casamento futuro com D. Miguel e a observância, por parte deste, da Carta Constitucional de 1826, outorgada pelo imperador do Brasil no seu curtíssimo mandato sobre o Reino[282].

Sobre este aspecto, convém enfatizar alguns detalhes. Por ter sido outorgada por D. Pedro, ao invés de ditada pelas Cortes, esta Constituição não seria reconhecida como tal. Contudo, foi a que mais perdurou na história da Monarquia Constitucional Portuguesa, recebendo algumas modificações na forma de *Actos Adicionais* (como em 1852, conforme veremos), porém esteve vigente de Abril de 1826 a Outubro de 1910, com a implantação da República (salvo breves interregnos, em função de revoluções e revoltas institucionais).

Redigida em grande medida por D. Pedro ainda no Brasil, e outorgada por ele como 'dádiva' a seus súditos, esta Carta Constitucional retira parte das medidas liberais implementadas pela via das Cortes quatro anos antes. O aparente 'radicalismo' do texto de 1822 tornou a Carta de 1826 bastante moderada, porém restaura parte das instituições políticas afetadas pela Constituição anterior, em um meio-termo entre absolutistas e liberais[283].

Por exemplo, previa-se que o exercício do poder era reservado ao Poder Executivo, corporificado na figura do monarca, porém caberia a este ditar os rumos da nação apoiado em um dispositivo político formado pelos Ministros de Estado. A eles cabia auxiliar o Rei em suas atividades, porém jamais colocando-o sob sua subserviência;

[282] GARCIA (1981), pp.188-9.
[283] SÉRGIO, Op. Cit, p.134.

D. Pedro toma para si a 'chave da organização política', através da instituição do Poder Moderador, tal como na Constituição brasileira de 1824[284]. A partir deste direito, passível de exercício de forma discricionária, facultava-se ao Rei a possibilidade de convocar e dissolver Cortes Gerais e/ou Extraordinárias, sancionar decretos e escolher os membros que viriam a compor seu Conselho de Estado.

Alguns privilégios reservados à nobreza foram restituídos. Mantinha-se, ainda, a existência dos outros três poderes, tal como na Constituição de 1822, porém se estabelece o voto censitário, com o limite inferior de renda de 100$000 para o cadastramento de eleitores[285].

Visando dirimir parte das tensões que separavam as classes dirigentes portuguesas, D. Pedro acabou contribuindo, enfim, para um novo acirramento dos ânimos: Liberais que viam na carta um regresso, uma vez que algumas regalias aos estratos da nobreza haviam sido novamente concedidas, rebelaram-se. Neste quadro, foram imitados pelos absolutistas, que viam na Carta uma oportunidade de retorno aos padrões políticos anteriores.

Mais que isto, ainda, os segmentos absolutistas tinham como clara a vocação de D. Miguel para o exercício do poder: a abdicação de D. Pedro não seria legítima, uma vez que ele teria aberto mão de seus direitos sobre o trono no momento em que se torna imperador do Brasil.

A respeito destas tensões, expressa-se João Ameal:

> Que é, no fundo, a 'Carta Constitucional'? Um estatuto representativo das teorias do individualismo liberal, em que, mantendo certas fórmulas e certas aparências, se abre o passo à Revolução. (...) Foi elaborada no Rio por D. Pedro; bem merece, pois, o epíteto de franco-anglo-brasileira. Portuguesa é

[284] OLIVEIRA (2012), pp.219-251.
[285] FERNANDES (2012); GARCIA (1981), pp.190-91.

> que não, visto em nada atender às tradições, aos costumes, aos desejos e necessidades da Nação, que os seus autores – todos estrangeiros – ignoram. [286]

.

Dois anos após a outorga da Carta Constitucional, em 1828, D. Isabel abdica em favor de D. Maria da Glória, a qual já estava prometida em núpcias a seu tio D. Miguel, nomeado como Regente por D. Pedro até a maioridade da Infanta. Esta sucessão, porém, não é legitimada por D. Miguel, que, mesmo tendo jurado a Carta Constitucional ainda em seu exílio em Viena, ao retornar para Portugal advoga para si poderes de rei absoluto, tendo o apoio dos membros do partido miguelista, sendo assim aclamado e dissolvendo a estrutura de poderes proposta pela Carta Constitucional, na forma das Câmaras e outros órgãos do Poder Legislativo[287].

Este movimento dá início à chamada Guerra Civil Portuguesa, entre 1828 e 1834. Na metade deste percurso, em 1831, D. Pedro abdica do trono do Brasil em favor de seu filho, Pedro de Alcântara (futuro Pedro II) e parte para Portugal a fim de fazer valer seus direitos de sucessão.

Somente seis anos após, em 1834, com a chamada Concessão de Évora-Monte, que coloca fim ao conflito armado, que Portugal entraria novamente em um período de tranquilidade política, ainda que relativa, posto que sujeita a crises: Restabelece-se, neste momento, o regime de Monarquia Constitucional, banindo-se D. Miguel e seu regime absolutista[288]. D. Pedro IV, vitorioso no conflito, havia sido confirmado no trono português, porém morreria um mês após o acordo. Sua irmã, D. Isabel Maria, assume a

[286] AMEAL, Op.Cit, p.629.
[287] PERES, Op. Cit, p.143; CORREA (1930), P.219.
[288] MARTINS (1953), p.88.

regência em prol de D. Maria da Glória, até que esta complete a idade necessária para assumir o governo da nação. [289]

Esta aparente tranquilidade, porém, duraria apenas dois anos, e não pode ser, via de regra, denominada 'tranquilidade' somente porque não havia revoluções e levantes em curso. Com efeito, trazendo a discussão para a esfera econômica, podemos ter em conta que os quatorze anos de revoltas, associados à perda de possessões ultramarinas e à diminuição do comércio com as antigas colônias, abriram espaço para que, ao fim destes três lustros, emergisse um país literalmente esfalfado; o Reino não conseguia amealhar tributação suficiente para fazer frente a seus compromissos, sendo assim cada vez mais obrigado a recorrer aos tradicionais mecanismos de sobrevivência: Impressão de papel-moeda e tomada de créditos.[290]

No que toca à primeira medida, observa-se que ao longo da guerra civil, não havia meio circulante disponível nas regiões conflagradas, e todo o saldo em moeda havia sido empenhado para a sustentação do conflito. Deste modo, pelo lado de D. Pedro, permite-se o curso livre de moedas estrangeiras como soberanos ingleses, pesos espanhóis e patacas brasileiras, com o intuito de ao menos garantir as transações básicas da vida material. No início de 1833, ainda, a prata dos conventos dos Açores foi açambarcada para a cunhagem de novas moedas.[291]

No que toca ao segundo ponto, o governo recorreu a empréstimos de mercadores do Porto e ao lançamento de títulos de dívida pública na praça de Londres, utilizando-se

[289] HOMEM (2001), p.344.
[290] MATA(2002), pp.33-35.
[291] SERRÃO, Op. Cit, pp.259-60.

dos recursos da alfândega do Porto para garantir a solvência dos pagamentos. Ainda assim, a crise persistia. Esta situação crítica tornou-se mais evidente a partir de 1834, com o término do conflito, uma vez que, além dos mecanismos supracitados, o governo lançou mão de uma política de cessão de ativos e bens do Estado, dispostos em hasta pública. Este interregno, onde quatro gabinetes alternaram-se na condução dos negócios do Reino ao longo de dois anos, ficaria conhecido como o *Devorismo*[292].

Em Setembro de 1836, ocorre um novo levante, de caráter também liberal, mas com laivos republicanos, e liderado pelo deputado Passos Manuel, que ficaria doravante conhecida pelo nome de *Revolução de Setembro*.

Na verdade, os sintomas de tensão política se avizinhavam já há alguns meses: Os resultados pouco efetivos observados pela venda dos bens públicos – amealhados, em boa medida, por próceres dos gabinetes e suas respectivas pastas, como alude Joaquim Serrão – bem como o descrédito das atividades parlamentares, perante o depauperamento das estruturas econômica e social do povo português, traziam grande insatisfação. A eclosão de uma revolta na Espanha, o *Motim da Granja de Sán Ildefonso*, que restabeleceu a liberal Constituição de Cádiz, de 1812[293], favoreceu sobremaneira os interesses aos liberais mais exaltados, que, demandando Lisboa, recebiam entusiástico apoio da população[294].

Nesta nova sedição, os revoltosos, apoiados pela Guarda Nacional, proclamaram a retomada do uso da Constituição de 1822, de caráter fortemente liberal, conforme

[292] FERNANDES (s.d.); ALVES (s.d.); SERRÃO (1995), pp.69-70; GARCIA (1981), p.194.
[293] VIADEL (2011); GARCIA (s.d.).
[294] SERRÃO, Op.Cit, pp.73-74.

aludimos. A reação governamental foi fraca, e as tropas regulares acabaram, afinal, confraternizando-se com a Guarda. Sem opções, a rainha, D. Maria II, filha de D. Pedro IV de Portugal, jura a Constituição supracitada e forma um novo gabinete ministerial, com os homens que naquele momento representavam a opinião *mainstream*.

Passos Manuel, líder do movimento revolucionário, tornou-se Ministro do Reino, uma combinação de cargos onde se acumulavam as pastas da Educação, da Justiça e da Casa Civil. Iniciava-se assim um importante período político em Portugal conhecido como *Setembrismo*, onde vigoraram os preceitos da liberal Carta Magna de 1822[295].

Cabe ainda enfatizar, em um parênteses da História, que o derrotado D. Miguel não se fazia esquecer: Em carta a seus apoiadores, afirma que o teriam entre eles em Portugal 'muito em breve', mesmo que o *momentum* do grupo absolutista já estivesse, por ora, superado[296].

Contudo, a reação viria algum tempo mais tarde; por não aceitar plenamente a retomada da liberal Constituição de 1822, a rainha tenta um golpe-de-mão contra o ministério *vintista* então empossado. Este movimento seria conhecido como *Belenzada* - posto que no Palácio de Belém a rainha mandou publicar proclamação restaurando o uso da Carta Constitucional de 1826.

O golpe, porém, em vista do apoio do Exército e da Guarda Nacional ao ministério empossado em Setembro, malogrou. Igualmente, contribuiu de forma decisiva para a derrota do movimento encetado pela rainha o impacto negativo de um grupamento naval enviado pela Inglaterra para a salvaguarda dos interesses da casa real, seguida pelo

[295] Idem, p.75.
[296] http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1836.html. Acesso atualizado em 17/04/2015.

desembarque de fuzileiros ingleses – fato este que irritou a todos os grupos no condomínio do poder, em uma aberta intervenção britânica (novamente) em domínios lusitanos.[297]

Dois anos após, promulga-se uma nova Carta Magna, a Constituição de 1838, que trazia uma postura relativamente equidistante em relação ao jogo do poder entre absolutistas e liberais.

De fato, urgia uma solução de compromisso: A manutenção da estrutura tripartite de poderes foi mantida, porém a chefia do Poder Executivo foi confiada ao monarca, cujo direito lhe facultava nomear e demitir ministros, bem como vetar leis votadas pelo Parlamento, conforme as presumidas necessidades do Estado – necessidades estas, naturalmente, sentidas pelo monarca. O Poder Legislativo seria bicameral, formado pelo Senado e Câmara de deputados, eleitos por sufrágio direto e censitário.[298]

Em suma, o Setembrismo até poderia caracterizar-se, no limite, como uma primeira etapa de um processo, que se prolongaria ainda por quinze anos, de sedimentação política das tensões que permeavam o tecido social português[299]. De fato, houve um novo arranjo institucional que permitiu o surgimento de uma Constituição mais moderada, e não se registraram, nestes primeiros seis anos, movimentos militares ou sedições de maior importância.

É, porém, também verdadeiro ter-se em conta que este período da história política daquela nação pouco guarda em si a noção de 'estabilidade'; com efeito, notam-se profundas dissensões, marcadas pelas escaramuças constantes entre a Rainha, em

[297] BONIFÁCIO (1984); SERRÃO, Op. Cit, p.82-84.
[298] Idem, p.93.
[299] SILBERT (1972).

conjunto com seus apaniguados, e os próceres do Reino que assumiram cargos na administração de seus negócios.

O fato de não se manifestarem levantes armados não simboliza que não tenham, por sua vez, existido: De fato, sublevam-se os Marechais Saldanha e Terceira em 1837; outras escaramuças registram-se em diversos locais no período. E, por fim, a monarquia tradicional, representada por D. Miguel, ainda deixava suas marcas: De fato, nos rincões mais afastados do território, ainda digladiavam-se forças regulares do Reino e magotes de bandoleiros defensores do Rei Absoluto, tais como o famoso Remexido, o 'Robin Hood' lusitano, líder de uma verdadeira guerrilha miguelista na província do Algarve, sendo este, após diversas derrotas militares impostas aos portugueses, capturado e fuzilado também no ano de 1837.[300]

No período do Setembrismo vemos, ainda, uma guinada para o radicalismo político, com a readoção da Carta Magna de 1822 e a tentativa de isolamento do poder real, moderada, como solução de continuidade, na Constituição de 1838[301]. Estas guinadas, à esquerda e à direita do pensamento político liberal, conduziriam a nação para um novo arranjo político, que seria corporificado na Regeneração portuguesa de 1851.

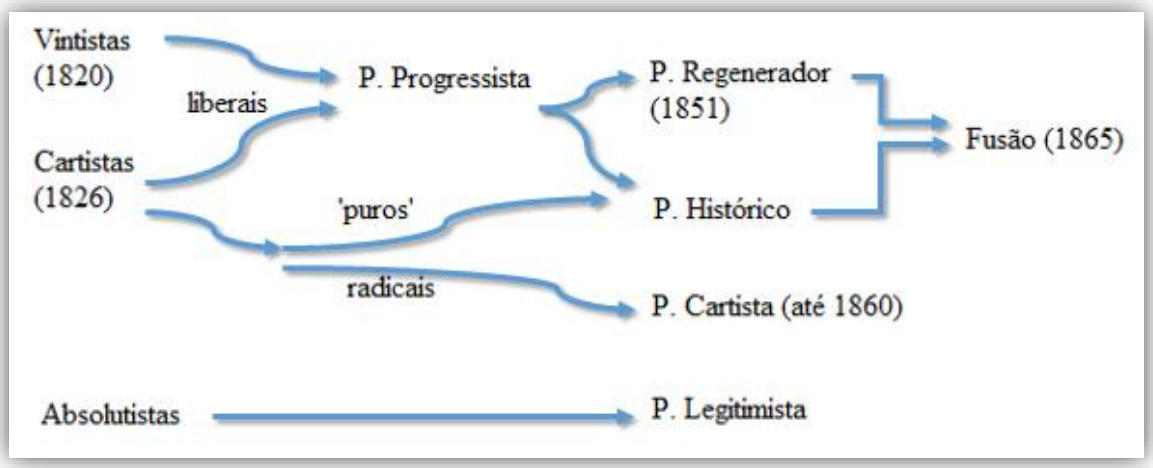
2.2.Conformações político-partidárias em Portugal: Algumas considerações

De maneira análoga ao quadro político brasileiro, as principais correntes partidárias portuguesas organizaram-se a partir da década de 1850. Partidos em momentos anteriores efetivamente existiam, porém não haviam ainda arregimentado seus membros

[300] MELLO (2013).
[301] FERREIRA (2011), p.26.

de modo formal: Antes de 1850, os movimentos partidários referidos são, basicamente, grupos de aristocratas e burgueses fracamente organizados.[302]

Ainda que partilhassem de um ideário comum, conforme seus pontos de vista, não se destacavam por um *modus operandi* próprio. Na Figura 06 que se segue, delineia-se a estrutura político-partidária na sociedade portuguesa entre 1820 e 1865:



Fonte: RAVARA (1976).

A partir da década de 1820, com a Revolução Liberal e a subsequente Carta Constitucional de 1826, digladiaram-se no âmbito do Parlamento correntes ditas vintistas, cartistas e miguelistas/absolutistas.

Em linhas gerais, o *vintismo* pode ser compreendido como o pensamento político dominante em Portugal entre 1820 e 1823. Desenvolveu-se a partir da eclosão da Revolução Liberal do Porto e conseguiu presença nos círculos de exercício do poder até os anos 1823/24, quando a série de levantes de D. Miguel levaram D. João VI a decretar a suspensão dos trabalhos das Cortes.

[302] SARDICA (1997), p.755.

Via de regra, não houve a formação de um partido *ipsis litteris* que arregimentasse todos os partidários do ideário vintista. Aliás, este ideário, apesar de característico de um momento específico na história, poderá ser encontrado em diversos outros momentos na formação dos partidos da Monarquia Constitucional.

Compostos em grande parte por profissionais liberais, os chamados *vintistas* pregavam soluções liberais para as limitações políticas e econômicas de Portugal, conforme abordamos anteriormente. Seu objetivo consistia em promover a reabilitação social do país, através de uma aliança entre o Rei e os agentes políticos corporificados nas Cortes. Deste modo, visavam ao estabelecimento de um regime constitucional, bem como o fim do absolutismo real, constituíam-se cláusulas pétreas de ação.

A Constituição de 1822, neste sentido, marca um primeiro grande momento na consolidação de uma experiência parlamentar em Portugal, e um reequilíbrio no jogo do poder. Com as revoltas miguelistas, a partir de 1823, o projeto liberal representado pelo vintismo perdeu parte significativa de sua influência; não foi, porém, tolhido em definitivo, tendo sido agregado a outras correntes políticas, conforme frisamos no parágrafo anterior.

Por sua vez, os chamados *cartistas* representam uma corrente política de tendência mais conservadora, embora ainda filiada às hostes liberais. Centrados em torno da Carta Constitucional de 1826, outorgada por D. Pedro IV (daí o termo que os define), e que limitava o raio de ação das Cortes e reconcentrava parte do poder nas mãos do soberano com a instituição do Poder Moderador, os cartistas defendiam as reformas liberalizantes dos vintistas, embora sem o equilíbrio de poder representado na Constituição de 1822.

Progressivamente, os cartistas moderados, com tendências mais liberais, incorporaram-se ao Partido Progressista, na década de 1830 na esteira da Revolução de

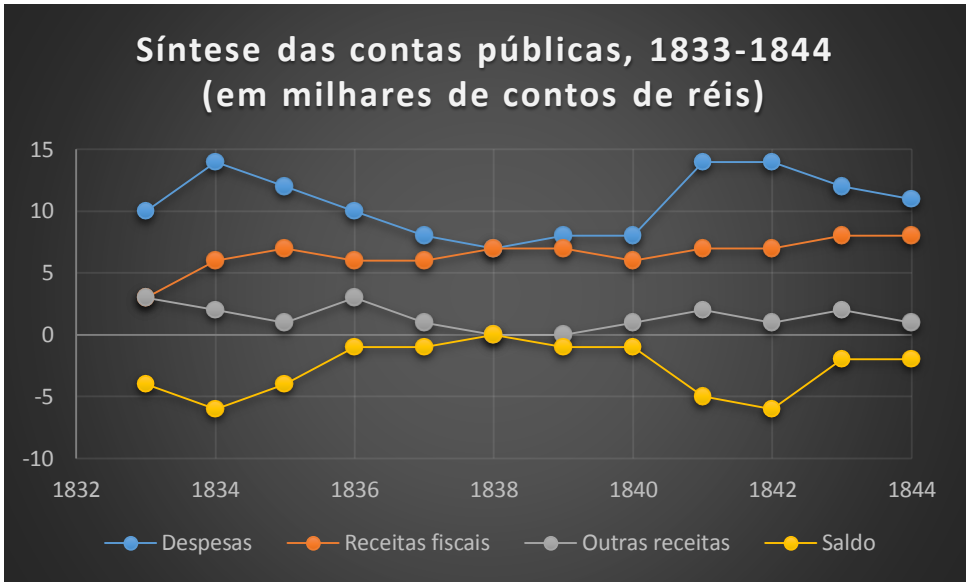
Setembro. Os cartistas 'puros' se agregarão em 1851 no chamado Partido Histórico; os últimos elementos, mais radicais, formarão o Partido Cartista, de pouca expressividade e dissolvido no ano de 1860.

Por fim, a corrente absolutista estava diretamente ligada aos partidários de D. Miguel, vencidos na Guerra Civil Portuguesa de 1828-1834. Propugnavam os absolutistas que o trono português estava vacante desde a eclosão do conflito armado, e pregavam o retorno de D. Miguel ao poder. Concentraram-se eles no chamado Partido Legitimista, que também teve pouca expressividade.[303]

Após a vitória do movimento cartista na guerra civil da Patuleia (1847), tomava corpo uma corrente ideológica que tinha por objetivo reconfigurar o quadro político de Portugal, trazendo de volta, na medida das possibilidades, a pujança econômica dos tempos idos, através da renovação do sistema político e também de um maciço programa de investimentos em infraestrutura que visasse dotar a nação de condições ideais para o seu desenvolvimento, superando gargalos, normalmente atribuídos à débil estrutura de governança das antigas administrações, bem como ao tempo e recursos despendidos com conflitos armados, que não permitiriam a Portugal equiparar-se às demais nações europeias.

Entretanto, tal sistema não era de todo sustentável: Como veremos, em Portugal não havia um setor privado forte, logo tem-se que a grande maioria dos investimentos foi financiada pelo Tesouro, através de financiamentos externos e do endividamento progressivo do Estado[304]. O Gráfico 14, que se segue, ilustra a tendência:

[303] SARDICA, Op. Cit, p.758.
[304] HOMEM, Op. Cit, p.347.



Fonte: VALÉRIO (2001).

2.3.O Cabralismo

Em 1842, um novo golpe de Estado, liderado por Antônio Bernardo da Costa Cabral, inauguraria outro momento político: um governo com características progressivamente ditatoriais, liderado pelo político supracitado, e que o uso da Carta Constitucional de 1826. Neste mesmo ano de 1842, Costa Cabral é nomeado Ministro do Reino - inicia-se ali a fase do *Cabralismo*, o primeiro governo da fase liberal a se completar - não, porém, sem a ocorrência de insurreições, tal como veremos.

O *Cabralismo* pode, de maneira mais abrangente, ser entendido como uma importante etapa de reordenamento político e social em Portugal, antecedendo o processo de reformas econômicas a partir de 1851, apesar das características discricionárias de exercício do poder por parte de seu líder principal – expressas na arbitrariedade do uso dos recursos estatais e da adoção indiscriminada de uma postura fisiológica no exercício do poder – e dos movimentos sediciosos igualmente observados.

Uma das primeiras conquistas do governo de Costa Cabral foi a promulgação do Código Administrativo de 1842, que regulava o funcionamento e organização administrativa dos territórios portugueses. Atuando como legislação paralela aos parâmetros constitucionais, e tendo por objetivo organizar a vida social da população, o Código de 1842 complementava alguns pressupostos do Código anterior, datado de 1836, e de inspiração liberalizante, mais alinhada aos desideratos do movimento da Revolução de Setembro. [305]

São aí regulamentadas as atividades dos Conselhos Municipais e Câmaras, das juntas paroquiais e suas fábricas – é importante ter em vista que, tal como no Brasil, cujas ligações entre Igreja e Estado só foram abolidas no Decreto 119 A de 1890, em Portugal estas mesmas instituições mantiveram-se administrativamente unificadas, através do regime do Padroado Régio, até o século XX.[306]

No Código, ainda, estão consignados os pré-requisitos para o exercício do sufrágio por parte dos cidadãos – mantendo-se o padrão censitário, e excluindo-se deste direito os clérigos, estrangeiros não-naturalizados, os menores de vinte e cinco anos, escravos libertos, criados de servir e todos aqueles que estivessem em situação de insolvência financeira.

Um aspecto importante, no campo econômico, a ser ressaltado neste momento, é a promulgação de um novo código fiscal para Portugal, a 19 de Abril de 1845. Através deste projeto, Cabral pretende realizar uma ampla reforma fiscal que melhore a estrutura arrecadatória e reordene os perfis de tributação. Para dar cabo a este fito, o projeto cabralista elimina as antigas obrigações dizimais, substituindo-as pelas chamadas

[305] GARCIA (1981), pp.197-99.
[306] ALMEIDA (2007).

contribuições de repartição, ou seja, taxações que incidissem sobre categorias definidas da atividade econômica.

A contribuição de maior importância incidiria sobre os bens imóveis, notoriamente no setor urbano, em um modelo antecessor ao nosso Imposto de Propriedade Territorial Urbana (IPTU): Sendo as propriedades arroladas pelas administrações municipais, a partir de uma 'matriz predial', seria calculado o montante do imposto proporcionalmente a partir de seus rendimentos.

Da mesma forma, estabeleciam-se tributos sobre os rendimentos do trabalho, conforme a capacidade produtiva e a natureza das profissões dos indivíduos. Por último, a contribuição pessoal incidia generalizadamente, onerando os cidadãos com taxas gerais correspondentes a dois dias de trabalho ao ano.[307]

O período do Cabralismo ficaria igualmente conhecido, porém, pelas características nebulosas que envolveram a administração pública durante sua vigência. De fato, D. Maria II cumulou Costa Cabral de benesses e títulos em troca do apoio do mesmo à sustentação do Trono. Elevado à dignidade de Conde de Tomar (1845), Cabral traz para junto de seu condomínio do poder membros de sua própria família: Nomeia o irmão João Rabelo a presidente da Câmara dos Deputados, e o outro irmão, José Bernardo, a Ministro da Justiça. Não obstante, ainda usufrui, à larga, dos recursos estatais para benefício pessoal.

Maria de Fátima Bonifácio, em análise fortemente incisiva, faz alusão à situação apresentada:

> Afora o círculo dos seus fiéis, (Costa Cabral, n.a.) era odiado de cima a baixo na escala social. O seu êxito político suscitou despeito generalizado. O seu rápido enriquecimento causou escândalo e também invejas inconfessáveis.

[307] VASQUES (2009).

> Ninguém perdoava que o plebeu ainda há pouco conhecido por morar numa modesta casa a Buenos Aires e trajar um reles casaco com gola de chibo em breve habitasse um sumptuoso palácio na Calçada da Estrela, possuísse um castelo em Tomar e uma quinta na Mealhada. Subira ao poder em 1842, nada tendo de seu, e em 1845, apenas três anos depois, era já o que se via. Possuía equipagens e dava festas espaventosas; o recheio das suas casas era luxuoso; a mulher vestia-se na mais cara modista de Lisboa, a francesa Levaillant.
> Os jornais dissecavam os seus haveres, contabilizavam as luvas recebidas por contratos firmados pelo Estado com companhias particulares, calculavam o montante da sua fortuna e discutiam a origem dela. Os epítetos de «concussionário» e «ladrão» colaram-se à sua pessoa como a pele se cola ao corpo. Aparentemente, a sua notória e escandalosa corrupção não impressionava a rainha, de quem se tornara o favorito, que o elevou a conde em 1845 e que o honrava hospedando-se com a corte no castelo dele em Tomar. O espectáculo do plebeu alcandorado aos píncaros do poder e da glória esporeava a verrina dos seus inimigos. A aristocracia, regra geral, envolveu-o num fundo desprezo. Costa Cabral parecia desafiar tudo e todos[308].

Torna-se patente, a partir da situação apresentada, que o governo anteriormente aclamado pelo povo logo seria alvo de sua ojeriza. Deveras, o afastamento das instâncias sociais intermediárias do centro do poder, associado à reforma fiscal apresentada pelo governo, com o aumento da carga tributária, e o reordenamento da vida pública com o novo código administrativo, acirraram os ânimos da população.

Este quadro geral também foi, de certa forma, açambarcado pelas lideranças oposicionistas ao regime, notoriamente associadas, ainda, aos absolutistas e miguelistas, há anos afastados do centro do poder e que se utilizariam daquela situação de desordem para trazer de volta à luz seus antigos projetos políticos[309].

Bastaria uma pequena centelha para que estas tensões explodissem em novos motins: Tal foi o que ocorreu em Março de 1846, na província do Minho, freguesia de Fontarcada: Descontentes com os novos ordenamentos do Ministro do Reino, que manda colocar em prática a proibição de realizar sepultamentos dentro das igrejas, um grupo de

[308] BONIFÁCIO (2003), pp.1250-51.
[309] PEREIRA, Op. Cit, p.326.

mulheres exalta-se e, armadas de chuços e varapaus, procedem ao enterro de uma de suas pares dentro do recinto sagrado. Começava ali a chamada *Revolução da Maria da Fonte*[310].

Mesmo que se tenham incluídas algumas possíveis alegorias – haja visto que não há consenso sobre a real identidade da personagem 'Maria da Fonte', por exemplo – a contextualização principal dos eventos apresentados encontra consistência: com efeito, a proibição dos sepultamentos no interior das igrejas atingiu os brios de uma parcela significativa da população, sobretudo nos estratos mais simples, onde o sepultamento dentro do recinto sagrado era, em boa medida, passaporte seguro para a vida eterna e a ressurreição dos mortos.

É preciso, porém, aprofundar um pouco a análise: a revolta da Maria da Fonte se aloca em um quadro de descontentamento das populações interioranas com as ordenações cabralistas, com a carga tributária nova e o incremento da arrecadação – fato este que leva os/as revoltosos (as) a sempre procurarem destruir os arquivos públicos, para eliminar as chamadas 'matrizes prediais'. Neste sentido, ainda que a revolta inicialmente não se tenha direcionado contra o poder central[311], o eco tradicionalista, que clama pela volta de D. Miguel, se coloca como um evidente clamor da população pela conservação das antigas estruturas de poder, que sempre balizaram sua organização social.

O povo, como na Revolta da Vacina do Brasil de 1904, subleva-se contra a saúde pública; coloca-se a favor da pestilência e dos sepultamentos malsãos. Porém mais que isso, revolta-se contra uma presumida interferência do poder público sobre sua vida em

[310] PERES, Op. Cit, pp.311-12.
[311] PEREIRA, Op. Cit, p.327.

comunidade, e seus doutrinamentos morais e espirituais, a partir das reformas propostas por Costa Cabral.

A reação do governo, como geralmente ocorre em conjunturas de fragilidade institucional, oscilou entre a exceção anexada à repressão[312], e a barganha, o jogo político. A 20 de Abril, o Ministro do Reino, Costa Cabral, principal alvo dos revoltosos, vai à Câmara dos Deputados e discursa, em um tom de autocontrole, mas que deixa entrever o desassossego daqueles dias tortuosos.

Atribui a elementos miguelistas a eclosão do levante, e solicita poderes mais amplos para abafar o conflito, no que será atendido.

Diz-nos a fonte primária, respeitando-se a grafia da época:

> O Sr. Presidente:—Tem a palavra o Sr. Ministro do Reino por parte do Governo.
> O Sr. Ministro do Reino:—Sr. Presidente, é chegado o momento, em que o Governo entende que deve comparecer na presença do Corpo Legislativo para dar conhecimento dos factos, e dos acontecimentos, que hão tido logar na província do Minho.
> O Governo tem a lamentar que, ainda uma vez, tenha de pedir ao Parlamento poderes extraordinários e discricionários, a fim de poder supplantar uma revolta, que acaba de apparecer naquella provincia, revolta, cujo característico, no meu entender, é bem differente, daquelle que hão distinguido algumas outras, que hão tido logar nos annos passados. O Governo considera este negocio da mais alta importância, porque vê symptomas, que ameaçam não só a propriedade dos cidadãos, já altamente offendida, mas que ameaçam as instituições, e o Throno da Rainha !
> Sr. Presidente, o Governo tem a lamentar que, uma fracção do partido liberal se deixe levar pelo espirito de opposição, que faz ao Governo, até ao ponto de dar força a um partido vencido em Evora-Monte, e que devem julgar-se sem força ainda por muitos annos, para poder apparecer na arena politica; o Governo tem comtudo a certeza de que, muitos dos individuos que pertencem a essa fracção, bem longe de apoiarem, abominam os acontecimentos, que hão lido logar em Braga, e naquelle districto; (apoiados) o Governo sabe que, os homens que pertencem a esse partido, mas que são amantes do Throno da Rainha, e da prosperidade do paiz, nâo teem levado a bem semelhantes acontecimentos...[313]

[312] 'Durante a segunda quinzena de Abril, o exército combate 'bandos furiosos e obstinados' nos concelhos de Guimarães, Cabeceiras de Basto, Viana, Barca, Amarante, apenas conseguindo manter o controle das cidades, porquanto nas aldeias, era o povo que levava a melhor...' PEREIRA, Op. Cit, p.328.
[313] Actas do Parlamento, 20/04/1846.

Perante a situação apresentada, e dado o clima de sublevação que cada mais passava a acentuar-se, a rainha aceita o pedido de suspensão das garantias constitucionais por sessenta dias: Portugal passa a estar sob estado de sítio. A evolução dos acontecimentos, porém, precipita a queda de Costa Cabral, demitido por D. Maria II ainda no mês de maio[314]. Um novo gabinete, capitaneado pelo 1º Duque de Palmela, é formado, a fim de acalmar e estabilizar as tensões no Reino.

Como, de forma geral, a 'Maria da Fonte' não era um levante tradicional, por não possuir bandeiras de luta bem definidas, a revolta, por si, e com a intervenção militar nas províncias do Norte, minguou já em meados de 1846. Alguns avanços, porém, foram obtidos, o que de certo modo trouxe a sensação de vitória aos anti-cabralistas: os irmãos Cabral e parte de sua coorte foram alijados do poder, e novas eleições seriam marcadas para o dia 11 de Outubro.

Os ânimos exaltados, aparentemente, arrefeceram. No entanto, a partir de Madrid, Costa Cabral consegue organizar a demissão do gabinete de Palmela e a nomeação do marechal Saldanha para a presidência do Conselho de Ministros. Suspendem-se, novamente, as garantias constitucionais no dia 7 de Outubro.

Este movimento palaciano que ficaria conhecido como a Emboscada, precipita a eclosão de novos conflitos armados. No Porto, uma junta governativa, liderada pelo 1º Conde das Antas – que lideraria o dispositivo militar dos insurretos – põe a ferros e posteriormente expulsa da cidade o Duque da Terceira, legado real com a função de conter os revoltosos ligados à 'Maria da Fonte'. Os liberais radicais, conhecidos em Portugal como os 'patuleias', pegavam em armas: Iniciava-se a Guerra da Patuleia (1846-47).

[314] PEREIRA, Op. Cit, p.329.

Após algumas escaramuças iniciais, nas quais tornava-se evidente a incapacidade das tropas realistas, inicialmente em menor número e com lealdade duvidosa[315] a fazer frente aos revoltosos, ambas as hostes iniciam uma guerra de atrito, sem batalhas em campo aberto. Inicialmente, ambos os lados adotam uma postura defensiva, enquanto procuram arregimentar apoios.

Pelo lado dos setembristas, dos liberais radicais comprometidos com o levante, novas praças aderiam à revolta: Na região do Tejo, no Porto, em Coimbra. Já pelo lado dos legalistas, era Costa Cabral em Madrid, onde exercia mandato de embaixador, que encetava contatos visando obter o apoio militar dos espanhóis para colocar termo ao conflito.

E, *last but not least*, os antigos *miguelistas* ainda procuravam jogar com algumas cartas: Na freguesia de Peso da Régua, um grupo de guerrilheiros ocupa a cidade e dá vivas ao exilado D. Miguel. Na tentativa de expandir seu raio de operações, dirigem-se à vizinha cidade de Vila Pouca de Aguiar, onde sofrem fragorosa derrota e têm seu líder, gen. McDonell, passado pelas armas naquele local.

Já em Torres Vedras, a 22 de Dezembro, reabrem-se as trincheiras da época da invasão napoleônica e quebra-se este impasse, quando tropas legalistas lideradas pelo marechal Saldanha, em superioridade de homens e artilharia, batem as tropas sublevadas do Conde do Bonfim, ali acantonadas, impingindo-lhes importante derrota.[316]

Este resultado positivo, porém, não seria rapidamente assimilado: seriam ainda necessários mais cinco meses até o fim das hostilidades. Apenas com a intervenção militar da Quádrupla Aliança, cujas tropas – espanhóis invadindo o Norte de Portugal por terra,

[315] Serrão, Op.cit, v.8, p.110; PEREIRA, Op. Cit, p.331.
[316] MATOS (2006).

uma armada inglesa bloqueando portos e apresando navios rebelados, franceses oferecendo 'apoio simbólico' e portugueses em uma arrancada final – conseguirão, finalmente, sufocar os patuleias no final de Maio de 1847. A 1º de Junho, a Junta do Porto declara aceitar a proposta de armistício, ratificado na Convenção de Gramido, assinada a 30 de Junho do mesmo ano[317].

Miriam Halpern Pereira, a respeito dos resultados práticos dos conflitos de 1846/47, sintetiza:

> O esmagamento da Patuleia, cuja direção política pertenceu a miguelistas e setembristas, representou portanto o afastamento do poder político, não das camadas populares, mas simultaneamente de dois grupos muito diferentes da classe dominante. O primeiro, constituído pelos miguelistas, pretendia um regresso impraticável ao passado. Os setembristas desejavam pelo contrário prosseguir a revolução burguesa inacabada e constituíam sem dúvida o grupo mais disposto a lutar pela independência nacional. O seu afastamento do poder teve consequências decisivas e irreversíveis na história posterior; pela não-realização rápida de modificações sociais fundamentais para o crescimento econômico, pela escolha de uma política de livre-câmbio numa situação internacional já díspar, Portugal atrasou-se de tal forma que perde a independência econômica e no fim do século a própria independência política virá a ser gravemente ameaçada.[318]

Os elementos políticos ligados a Costa Cabral mantiveram-se no poder ainda por mais quatro anos; Cabral, inclusive, seria alçado à chefia do governo novamente, no ano de 1849. Porém, o cenário institucional é completamente diverso: Há como que uma fadiga generalizada; um fastio, em todos os campos da administração portuguesa, com as décadas de revoltas, golpes de mão e contragolpes, abdicações, batalhas, guerrilhas e sedições, observadas nos trinta anos anteriores. A insatisfação ganhava, ainda, contornos claros através dos meios de comunicação, submetidos à censura através da 'lei das rolhas', de Agosto de 1850[319]. Os liberais, embora alijados do poder, ainda mantinham certa

[317] RIBEIRO (1988), p.305; PEREIRA, Op. Cit, p.332.
[318] PEREIRA, Op. Cit, p.335.
[319] VARGUES (2007).

capacidade de articulação, buscando tréguas com vistas a uma nova era em Portugal. Chegava ao fim, em morte lenta, a etapa política do Cabralismo.

Pouco decantados na literatura, os cabralistas deixam atrás de si um rastro de lutas fratricidas, tentativas de reordenamento dos quadros político e institucional, denúncias de concussão e nepotismo, entre outros. Amadeu Homem, por exemplo, não poupa palavras em sua qualificação:

> Mais que o retorno à constitucionalidade cartista, o cabralismo assumirá o significado de uma prática venal, maniqueísta e personalista no desempenho do poder. As perseguições aos adversários políticos, as grosseiras violações das praxes eleitorais, o alastramento do favoritismo e da corrupção e a proteção descomedida dispensada por D. Maria II ao seu valido determinaram que o cabralismo tivesse permanecido como uma memória pouco edificante da história contemporânea portuguesa.[320]

Torna-se evidente, portanto, que urgia um processo de reformas no arcabouço político português; reformas estas que tivessem por intuito, a partir dos modestos avanços em alguns campos econômicos da gestão de Costa Cabral, trazer estabilidade às finanças e iniciar uma etapa de desenvolvimento da nação.

Para tal, as diferentes facções políticas teriam de abrir mão de parte de seus posicionamentos em prol de um projeto unificado. Terminava o ciclo de combates e dissensões. O que estava em jogo, portanto, como veremos a partir do próximo tópico, era nada menos que o objetivo maior de *regenerar* as estruturas do combalido tecido social português.

[320] HOMEM (2001), p.345. SARDICA (1997), p.763.

3. A Regeneração: Reformas políticas e econômicas em Portugal

Neste tópico, tencionamos efetuar algumas explanações a respeito das estruturas sociais portuguesas durante o período da Regeneração, que se estende, em um primeiro grande momento, entre os anos de 1851 e 1865.

O recorte temporal parece-nos justa para os objetivos desde capítulo tendo-se em vista que ele se coloca em uníssono com o recorte proposto no capítulo anterior, permitindo-nos uma visão mais acurada dos processos de desenvolvimento de Brasil e Portugal ao longo do período em tela. Sendo assim, buscamos agora enfatizar alguns dos condicionantes principais que engendraram e viabilizaram o movimento de concertação política e econômica supracitado.

A partir dos dois campos de estudo propostos, na política e na economia, torna-se possível entender o alcance e os limites do desenvolvimento do Reino. Para dar cabo a esta tarefa, porém, apoiamo-nos em alguns momentos específicos da história portuguesa que atuarão como lastros para melhor balizar nossa análise.

Pelo campo político, a partir do *Acto Adicional de 1852*, poderemos estabelecer uma compreensão efetiva do movimento político em Portugal na década de 1850. Sob o signo da economia, complementarmente, refletiremos sobre alguns pontos de ação, tais como a adoção do regime do padrão-ouro (1854) e o processo de investimentos públicos, tratados como motor para o desenvolvimento econômico da nação, materializado no período conhecido como *Fontismo*.

3.1. A Regeneração em curso

A movimentação de forças políticas para o estabelecimento da Regeneração em 1851 em Portugal encontra raízes no anterior governo da Monarquia Constitucional,

liderado por Costa Cabral. Com efeito, o país sai depauperado da 'Convenção de Gramido', que finalizou, através de intervenção estrangeira, a Guerra civil da Patuleia. A administração de Cabral em suas etapas finais pouco contribuiria para a melhoria do quadro; o progressivo aparelhamento da máquina burocrática, em livre associação com práticas nepotistas por parte do Ministro do Reino, acelerou sobremaneira, como vimos, a oposição em torno de seu governo.

Neste contexto, manifesta-se a aproximação de intelectuais como Alexandre Herculano e Almeida Garrett com liberais moderados, ligados à Revolução de Setembro, dispostos a 'baixar armas' contra elementos liberais mais radicais em prol da reconstrução do país. Por fim, a este grupo unem-se velhos cabos de guerra como o Duque de Saldanha, que lideraria o levante armado que instauraria esta nova etapa da história política portuguesa.

A 7 de Abril, Saldanha consegue o apoio de alguns regimentos do exército, simpáticos ao ideal Regenerador e ao carisma pessoal de seu primeiro líder. Frente à fraca oposição esboçada por D. Fernando, consorte da Rainha D. Maria II, outros batalhões amotinam-se, e a revolta – que tinha por objetivo a reforma da Carta Constitucional de 1826 e a queda do governo de Costa Cabral – passa a tomar vulto.

Em uma postura de tentativa de acomodação das forças políticas que então saíam às ruas, a Rainha depõe Costa Cabral, que exila-se na Espanha. Mesmo sendo nomeado um novo gabinete, liderado pelo Duque da Terceira, as tensões não refreiam: Entrando em Lisboa a 15 de Maio, Saldanha é aclamado presidente do Conselho de Ministros dois dias depois[321].

[321] HOMEM, Op. Cit, p.346.

Para a delimitação teórica do termo 'Regeneração', é possível entendê-lo, em linhas gerais, como uma concertação política que pudesse extirpar as raízes do atraso português em relação à comunidade internacional. As lutas intestinas que se arrastavam desde 1807, associadas a uma política contínua de 'terra arrasada' na esteira dos motins e rebeliões políticas, eliminaram o vanguardismo de Portugal nos quadros político e econômico da época. Tornava-se urgente, neste sentido, um arco de alianças que trouxesse estabilidade política ao país, viabilizando assim programas de investimento, que pudessem mitigar os males do atraso, bem como favorecer a entrada de capitais externos como motor de desenvolvimento para o país[322].

Assim sendo, a partir de 1848 passam a conjurar-se forças então antagônicas sob o manto da Regeneração: Liberais, moderados ou radicais, cartistas e setembristas, e mesmo velhos aliados de D. Miguel e do absolutismo. O que se colocava em jogo, portanto, além da estabilidade, era o crescimento do país. Afirma Joaquim Serrão:

> O movimento de 1851 se fez acompanhar de uma ânsia de justiça social que apenas podia realizar-se pela via do progresso material. Não bastava o estabelecimento da paz civil, como se os problemas em suspenso na sociedade portuguesa se resolvessem pela instauração da concórdia. A Regeneração tinha igualmente de se definir por um reformismo actuante, vencendo todas as barreiras que se erguessem contra este projecto.[323]

A grosso modo, o ideário da Regeneração já perpassava o debate político em Portugal há vários anos. Desde as primeiras agitações aqui estudadas, a partir de 1817,

[322] CORREA (1930), p.231.
[323] SERRÃO, pág. 15.

lideradas por Gomes Freire de Andrade, já havia menção ao ideário: diversas lojas maçônicas em território português levavam a denominação 'Regeneração'.

Em 1822, um periódico português impresso em Londres, *O Campeão Português em Lisboa, ou O amigo do povo e do Rei Constitucional*, publicava, no aniversário da Revolução do Porto, algumas referências a respeito de um 'tipo ideal' digno de ser votado:

> Cidadãos Eleitores! Na minha primeira Carta vos disse eu que diante de vossos olhos e da vossa consciência tivésseis sempre uma medida invariável, pela qual houvésseis de medir os homens antes de nelles votares; e que esta medida era a reunião de diversas virtudes no mesmo individuo. Como eu as tenha por muito essenciaes, e como ellas mereçam estar sempre mui vivas na lembrança dos honrados eleitores, que quiserem acertar, por isso as repetirei ainda agora, na persuasão em que estou de que tanto se requerem nos que devem ser eleitos para Deputados e Representantes do povo, como para juízes ordinários, e officiaes das camaras. São essas virtudes as seguintes: I. um patriotismo puro e desinteressado,; ou um amor decidido por esta *nossa feliz Regeneração*, que do ínfimo estado de escravos nos ergueo até a nobre altura de cidadãos, ou homens livres...[324]

Como se nota, o debate em torno da temática da Regeneração não era recente, tampouco seu ideário. Todavia, apenas em 1851 que há um *momentum* político em Portugal que tenha permitido uma conjuntura favorável à implementação desta forma de ação política.

Um dos primeiros movimentos do governo de Saldanha, como gesto de boa fé para com antigos elementos adversários, foi o de expedir decreto revogando a decisão de excluir da Câmara os deputados que houvessem jurado lealdade a D. Miguel. Com esta

[324] *O campeão português*... disponível em https://books.google.com.br/books?id=VMUtAAAAYAAJ&pg=PA323&lpg=PA323&dq=nossa+feliz+Regenera%C3%A7%C3%A3o.&source=bl&ots=q3LZMSEove&sig=QaFNzCf_LasL9BPacJeRpbwHEtU&hl=pt-BR&sa=X&ei=ijI5VdK0F8ezggSJloOQBg&ved=0CB0Q6AEwADgK#v=onepage&q=nossa%20feliz%20Regenera%C3%A7%C3%A3o.&f=false. Acesso atualizado em 23/04/2015.

ordem, Saldanha enceta uma aproximação com antigos realistas, pacificando antigas rivalidades e englobando-os ao poder.

Um segundo avanço, digno de nota, é o Acto Adicional promulgado a 5 de Julho de 1852. Nela, é possível perceber uma alteração significativa em diversos preceitos da Carta Constitucional de 1826 e introduz novas temáticas, quais sejam:

i. A eleição direta para cargos no Parlamento, em detrimento do modelo indireto, de colégios eleitorais. Mantinha-se, porém, o limite mínimo de renda de 100$000 para o exercício do voto;
ii. Um esboço de reforma fiscal, através da vinculação de receitas a suas finalidades designadas por lei, bem como através da instalação de um Tribunal de Contas;
iii. O direito facultado às Cortes de intervirem na administração pública na forma de Comissões de Inquérito;
iv. A possibilidade de adoção de leis regionais para a condução da administração pública nas províncias ultramarinas e colônias;
v. A abolição da pena capital para crimes de natureza política.[325]

Este projeto, que tem algumas características típicas de processos modernos da chamada *accountability democrática*, tinha por intuito melhorar o saneamento das finanças portuguesas e criar, em larga escala, um ambiente decisório favorável para novas oportunidades de inversão.

[325] O texto, na íntegra, pode ser encontrado em http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1049.pdf. Acesso em 21/04/2015. Sobre o exercício do voto, ver CRUZ (2004), pp. 441-51.

Pelo lado econômico, faz-se mister retomar alguns pontos explicitados no primeiro capítulo deste trabalho, haja visto que uma das principais inovações em Portugal nesta data resulta da adesão deste país ao regime do Padrão-ouro.

Conforme vimos, a retomada do comércio exterior, após os graves constrangimentos impostos ao aparato produtivo português ao longo dos conflitos armados, já estudados, e a crescente associação de Portugal com a Grã-Bretanha, tornava a adesão de Portugal ao Padrão-Ouro um processo de favas contadas. Aderindo ao regime em 1854, são o primeiro país europeu – além da Inglaterra, naturalmente – a acatar as 'regras do jogo'.

No caso português, as crises financeiras de maior vulto ocorreram em 1846-7 e 1876.

Para o primeiro caso, parte das raízes da crise reside em uma das primeira tentativas de arranque ao desenvolvimento econômico português: o decreto, publicado a 2 de Janeiro de 1846, que estipulava a criação da *Companhia de Obras Públicas*, cuja vocação, ao invés de constituir-se em empreiteira de projetos, era a de captar fundos para a construção de uma rede de estradas em Portugal. No entanto, a falta de capitais nacionais e a situação lastimável do erário público comprometeram a viabilidade deste projeto: com efeito, o que se observou foi o surgimento de diversas outras companhias fornecedoras de crédito ao governo, favorecendo a especulação.[326]

No mesmo quadro, tem-se que os graves distúrbios sociais decorrentes do levante da Maria da Fonte, do golpe da Emboscada e da guerra da Patuléia afetaram drasticamente as finanças portuguesas. As autoridades monetárias, neste sentido, declararam a

[326] MARTINS (1953), pp.250-1.

inconvertibilidade das notas do Banco de Lisboa em ouro, colocando-as sob curso forçado, em fins de maio de 1846; *pari passu* a esta medida, recorreram aos créditos do Banco de Portugal, sob a forma de notas inconvertíveis do Banco de Lisboa, para financiar a guerra civil da Patuléia[327].

A desvalorização da moeda que se seguiu contribuiu para que se manifestasse o caos na circulação metálica, conforme abordam Nunes e Valério (2005). Segundo os autores, os agentes econômicos passaram a entesourar moeda forte e, mais que isto, a aceitar como moeda legal, além das moedas portuguesas, notas bancárias e moedas estrangeiras. Afirmam os mesmos:

> O objectivo desta verdadeira Babel monetária, que era estabelecer a fluidez da circulação metálica, ficou, evidentemente, longe de ser atingido. A conjugação da crise bancária com os problemas da circulação metálica fez com que, em meados do século XIX, a circulação monetária portuguesa tivesse regredido para o nível de meados dos anos 30 do mesmo século, perdendo todo o aumento conseguido entre meados dos anos 30 e meados dos anos 40[328].

Entre as medidas adotadas pelas autoridades monetárias portuguesas com o objetivo de minorar os efeitos da crise de 1846-7, é importante frisar, além da inconvertibilidade das notas do Banco de Lisboa, a aprovação para funcionamento do Banco de Portugal, em 1850 (com a fusão do então extinto Banco de Lisboa[329] e da Companhia Confiança Nacional), e uma primeira reforma da circulação de moedas de ouro, em 1851, com o recolhimento de todas as moedas estrangeiras (exceto as britânicas), e sua recunhagem em novas moedas nos valores entre 1 mil réis (quinto de coroa) e 5 mil réis (coroa)[330].

---

[327] LAINS (2002), pp.39-49. VALÉRIO, Op. Cit, p.16.
[328] NUNES e VALÉRIO, in LAINS e SILVA (orgs.) (2005), pp.288-89.
[329] O Banco de Lisboa teve suas atividades suspensas em 1846 – ver MARTINS (1953), p.248.
[330] MARTINS, Op. Cit, p.259. CORREA (1930), p.215.

3.2. O Fontismo

A mudança no ambiente politico português através do movimento da Regeneração trouxe, para a pasta do Ministério do Reino um jovem deputado denominado António Maria Fontes Pereira de Melo (1919-1887).

A percepção de Fontes no que diz respeito à reestruturação da economia portuguesa ia de encontro ao pensamento de diferentes membros influentes do Reino quando do início da Regeneração: Havia-se como notória a percepção do atraso português em relação às nações europeias em diversos campos, notoriamente no que tange ao progresso técnico e à infraestrutura urbana e de transportes.

Com efeito, embora Portugal se caracterize, em sua área metropolitana, como um país de dimensões relativamente modestas – apenas 91 mil km², pouco menor que o estado de Santa Catarina[331], as ligações entre os principais centros eram muito deficientes. A principal via de ligação entre ás áreas sul e norte do território se dava por mar, ou pelos rios que banhavam o país. Havia poucas estradas, nenhuma macadamizada, muito menos um caminho de ferro, em 1851.

A projetada estrada que ligaria Lisboa ao Porto seria interrompida a menos de 2/3 do total, chegando apenas a Coimbra[332]. Por fim, os viajantes mais desavisados que porventura se aventurassem pelos caminhos de terra, de conservação questionável, poderiam facilmente sujeitar-se a serem abordados por grupos de salteadores.

Tal situação, naturalmente, engendraria graves constrangimentos aos fluxos comerciais – viáveis apenas em regiões litorâneas – e deprimira o crescimento econômico

[331] Para os dados de Portugal, http://www.portugal-live.net/P/essential/general.html. Para Santa Catarina, ver http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm. Acesso atualizado em 28/04/2015.
[332] CASTRO (1946), p.96.

da nação. Somente com uma política orientada de investimentos nestas áreas, acreditava-se, seria possível recuperar o atraso português após várias décadas de revoltas e colocar a nação novamente na posição de *player* global.

Esta orientação de pensamento, voltada a investimentos de infraestrutura em termos de política de Estado, na verdade, ia de encontro a tendências que se manifestavam por toda a Europa em meados do século XIX. Em Paris, o barão Hausmann iniciava uma intensa modernização do centro e entorno da capital. Em Londres, Joseph Bazalgette eliminava boa parte dos problemas de saúde pública da cidade e suas pestilências através da construção de um ambicioso sistema de esgotos e saneamento básico. Por fim, ao final da década, na distante Suez, o engenheiro Ferdinand de Lesseps rasgaria um canal, aventado desde tempos faraônicos, destinado a unificar os mares Mediterrâneo e Vermelho e reduzir drasticamente o tempo e os valores de frete no comércio entre Ásia e Europa.

Em Portugal, Fontes Pereira de Melo, enquanto homem forte do movimento Regenerador, e convidado por Saldanha para tomar posto no novo Gabinete[333], assumiria para si a responsabilidade de encetar um projeto de modernização do aparato de Estado, onde, através de investimentos pesados em infraestrutura, o Estado atuaria como indutor de investimentos privados, ampliação dos negócios e desenvolvimento do país, gerando crescimento econômico.

Para dar cabo a estas medidas, em 30 de Agosto de 1852, Fontes criaria o Ministério das Obras Públicas, desmembrando algumas funções do Ministério do Reino

[333] MÓNICA (1997), p.734.

voltadas para o setor de obras públicas, e o assumiria para si, na tentativa de gerar sustentação institucional às políticas aventadas.

Indo além da criação do Ministério, era necessário a Fontes criar dinheiro, ou viabilizar sua obtenção, haja visto que a dívida pública se aproximava, nesta época, de 100% do orçamento estatal. Para isto, Fontes suspendeu os pagamentos da dívida em dinheiro, substituindo-os pela emissão de bônus de dívida, para os credores do Estado e, em um primeiro momento, aos funcionários públicos com proventos em atraso. E, em medida ainda mais polêmica, confiscou, no mesmo dia, todos os ativos do Estado – propriedades, pensões e fundos de amortização da dívida. Sob a ideia de que 'A nação pode e deve pagar mais do que atualmente paga', Fontes levava, de roldão, visões contestatórias a respeito do progresso em Portugal.

Uma das principais visões de Fontes a respeito da indução do desenvolvimento econômico passava pelo investimento em infraestrutura viária, sobretudo naquele setor que ficaria consagrado como um dos ícones da Segunda Revolução Industrial, os caminhos de ferro. Com efeito, a 7 de Maio de 1853 iniciavam-se as obras do primeiro trecho da linha férrea de cerca de 45 quilômetros, que ligaria Lisboa à freguesia do Carregado, inaugurada em 1856[334].

Em discurso proferido na Câmara dos Deputados, Fontes enfatiza o papel saneador de suas medidas, e seu impacto na consolidação da soberania de sua nação:

> '(...)hoje nenhuma nação, nem mesmo as grandes, tratam de conquistas; contentam-se com o seu território, mas de que trata cada uma é de melhorar as condições desse território que herdou de seus maiores e entrega-lo aos seus filhos melhorado. É obrigação que nós temos; é a obrigação que nos impõe a natureza e a sociedade; nós não vivemos só para viver, vivemos para progredir,

[334] AMEAL (1942), p.683; CORREA (1930), p.236.

> para melhorar o país em que nascemos, entregando-o aos nossos descendentes melhor do que o recebemos de nossos pais'[335]

A política de soerguimento econômico da nação portuguesa passava, ainda, pela necessidade de um sério reordenamento do aparato fiscal. Para financiar suas obras de modernização, Fontes Pereira de Melo promoveu a captação de recursos no exterior, através de financiamentos privados e pelo lançamento de títulos de dívida no *Stock Exchange* em Londres. A contrapartida, exigida, porém, passava pelo aumento dos impostos, para que se aumentasse a capacidade de pagamento das autoridades monetárias e se recuperasse a confiança dos credores nas instituições portuguesas, notoriamente o Banco de Portugal[336].

A realidade do aumento dos impostos, porém, cobraria pesado tributo às aparentes vitórias de Fontes em sua política de investimento: o projeto de aumento de impostos foi largamente criticado pela oposição, inclusive por partidários do antigo ministro Costa Cabral. Da mesma forma, um biênio de colheitas malsucedidas em território português ampliou a carestia e trouxe severa insatisfação à população.

E, não obstante, algumas querelas entre Fontes e D. Pedro V, que assumiria o trono ao atingir a maioridade em 1855, minaram o relacionamento daquele ministro com o Trono. Esgotando-se o governo na matéria política, o Rei despede o governo de Saldanha em 6 de Junho de 1856; Fontes deixa o Ministério das Obras Públicas neste mesmo momento[337].

---

[335] MÓNICA, Op. Cit, p.49.
[336] idem, p.43.
[337] CORREA (1930), p. 240.

Fontes Pereira de Melo retornaria como Ministro do Reino em 1859. Neste mandato, ficaria destacada em sua participação a reforma da lei eleitoral, promulgada neste mesmo período, e que abria espaço para uma forma mais democrática de participação política do povo, em uma inspiração liberal: Mantendo-se o voto direto e secreto, e os limites censitários da legislação anterior, de 1852, ampliavam-se agora os círculos eleitorais, para o número de 165, em todo o território.

Em 1865, Fontes volta a ocupar cargo de projeção, como Ministro da Fazenda. Encontra, aí, espaço favorável para retomar suas práticas e políticas de fomento a obras públicas, ainda que em um cenário de restrição de crédito e de impostos. Completamente crédulo em sua política de apoio à construção de caminhos de ferro e vias públicas para a indução do desenvolvimento, Fontes pronunciaria sua famosa expressão: *'Acima do cavalo da diligência, está o tramway; acima deste, a locomotiva; e, acima de tudo, o progresso'*.[338]

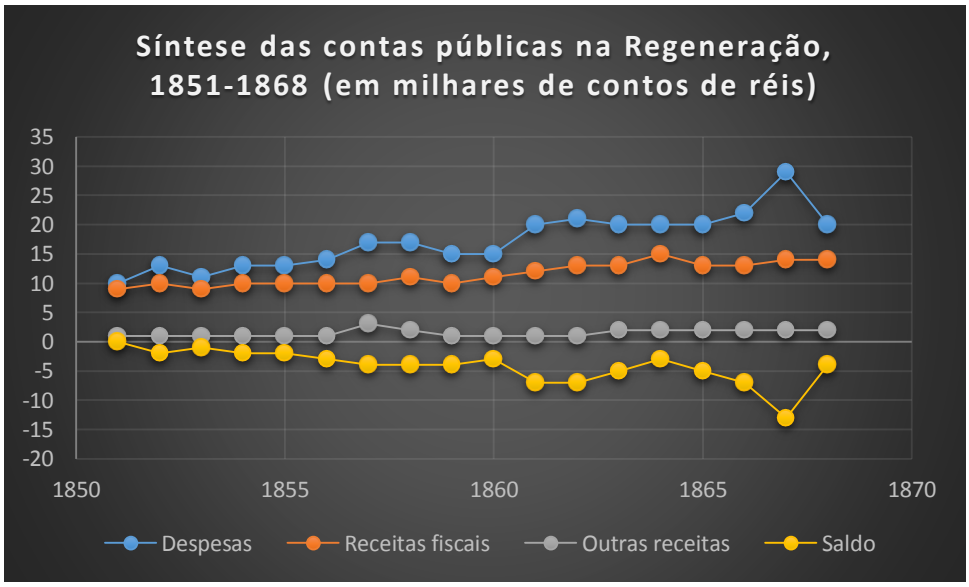
Algumas iniciativas de vulto são observadas neste momento: Em Novembro de 1866, abre-se a primeira ferrovia a conectar Portugal ao restante da Europa, através da freguesia de Badajoz. Da mesma forma, procedeu-se a um esforço reformista nas Forças Armadas, sobretudo através da compra de armamento e da melhoria de instrução aos cadetes e à soldadesca.

Contudo, Fontes recorria, como em 1856, ao aumento da carga tributária para viabilizar seu programa de reformas. Sua tentativa de atualização da política fiscal passava não apenas pela redução de despesas, mas pelo aumento dos impostos que incidissem sobre as classes mais abastadas. O déficit das contas públicas aumentava, cerca de 62% entre 1867 e 1868. E como contributo final à desorganização do quadro

[338] MÓNICA, Op. Cit,, pp. 77-78.

econômico português, o início da Guerra do Paraguai estancou drasticamente o envio de recursos dos emigrantes para o país[339]. Em Janeiro de 1868, os comerciantes do Porto, organizados e com uma bandeira de luta que pugnava pelo fim dos impostos sobre bens alimentícios e outros de consumo do poviléu, sublevaram-se: Com a revolta da *Janeirinha*, esboroava-se o último governo Regenerador[340].

Através do Gráfico 15, que se segue, podemos observar, de forma esquemática, o movimento de degeneração das contas públicas em especial na década de 1860:



FONTE: VALÉRIO (2001).

Em um balanço retrospectivo, o período abrangido pela política de Fontes Pereira de Melo e seus apaniguados denota um salto expressivo de desenvolvimento de infraestrutura no território continental: Com efeito, abriram-se cerca de mil e oitocentos quilômetros de estradas, além de quarenta e dois quilômetros de ferrovias e outras em

[339] MATA (2002), pp. 47-50.PEREIRA (1971), pp.283-95.
[340] MÓNICA, Op. Cit, pp.85-87.

planejamento; além de ter-se implementado linhas de telégrafo de Lisboa ao Porto (1855)[341], e dali para a Espanha.

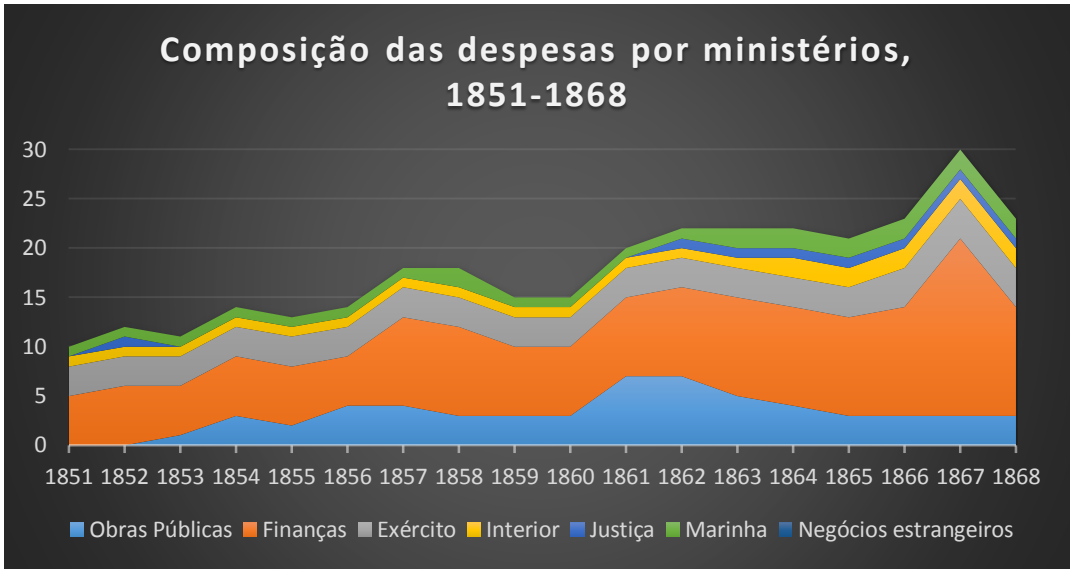
Fontes ocuparia o cargo de presidente do Conselho de Ministros por mais duas vezes, até sua morte em 1887, mantendo-se a mesma política de investimentos e obras públicas. Os exportadores passaram a ter maior facilidade para escoar a produção dos pontos mais enquistados no interior do território, notoriamente azeite, carne e derivados de trigo[342].

Duas características podem ser atribuídas às suas gestões nos negócios do Reino: Primeiramente, Fontes conseguiu garantir aos investidores estrangeiros um arcabouço institucional favorável para decisões de aporte de capital; em seu tempo, houve uma drástica redução no número de motins, insurgências e golpes de mão, que tanto afastavam os agentes possuidores de capital e traziam grave instabilidade política.

Em segundo lugar, e em ligação com a dinâmica citada, Fontes conseguiu amealhar para si tamanha influência que os resultados de sua ação política, tais como as reformas do Marquês de Pombal no século anterior, confundiram-se e se sobrepuseram à sua própria ação individual. Suas gestões marcam uma *Golden Age* na história de Portugal que seria doravante conhecida e celebrada como o *Fontismo*.

A influência de Fontes, em especial para a década de 1850, pode ser visualizada no Gráfico 16, que se segue. Nele, observamos a significativa porcentagem de recursos destinados a obras de investimento através do Ministério das Obras Públicas:

[341] CORREA (1930), p.248.
[342] CLARENCE-SMITH (1985), p.13.



FONTE: VALÉRIO (2001).

4. Premissas e encaminhamentos

Ao longo deste capítulo, procuramos deslindar alguns aspectos relacionados às estruturas política e econômica do Império Português em meados do século XIX. O exame destas estruturas permite-nos efetuar algumas reflexões mais abrangentes a respeito da condução das estruturas e conceitos de desenvolvimento econômico da nação e suas orientações em termos de política econômica, com menção especial à adesão deste país ao regime do Padrão-Ouro.

Durante todo o capítulo, enfatizamos os movimentos de cunho liberalizante que agitaram o cenário político em Portugal, desde 1820, passando pelos setembristas de 1836, pelos cabralistas de 1842, até a Regeneração de 1851-68. Na verdade, podemos observar diferentes escalões de concepção liberal nos discursos dos *policy-makers* portugueses.

A Figura 06, consignada anteriormente, permitiu-nos ver que as tentativas de implementação de regimes liberais *de facto* – através do livre acesso popular ao voto, da

democracia participativa e do incentivo à livre empresa individual – vieram na esteira das graves turbulências políticas, e da ameaça à própria sobrevivência material do país no início do século.

Premidos entre franceses acantonados na fronteira espanhola, e ingleses marchando em suas próprias terras e forçando a celebração de tratados de comércio que condicionavam o acesso a suas mercadorias, a custo menor, fazendo soçobrar os produtores portugueses, os indivíduos que compunham a *intelligentsia* lusa desdobraram-se no sentido de restaurar posições de soberania nacional e renovar estruturas políticas, econômicas e culturais, em que pese sua posição econômica fortemente subordinada aos interesses britânicos, em um movimento imperialista de livre comércio, em uníssono com a situação brasileira, conforme menciona Mirian H. Pereira:

> A história de Portugal durante a segunda metade do século dezenove ilustra o caso dos países cuja industrialização foi bloqueada pela Grã-Bretanha. Aproveitando a precocidade de sua Revolução Industrial, a Grã-Bretanha procurou dominar o mercado mundial de produtos industriais: era-lhe para isso necessário impedir a industrialização das outras nações europeias. (...) Em Portugal, a concorrência industrial inglesa quase obstruiu a incipiente mecanização da indústria no princípio do Século XIX. Contudo, a partida encontrava-se longe de estar ganha então. A burguesia empreende durante a primeira metade do século uma luta pertinaz contra a crescente asfixia da economia nacional portuguesa pelo imperialismo britânico. Só em 1846-47, será vencida pela força das armas espanholas e britânicas.[343]

O movimento da Regeneração, nesta linha de raciocínio, pode em uma primeira aproximação ser entendida como a experiência mais bem-sucedida de concertação política, em cerca de setenta anos de história portuguesa, e que conduzirá o país a um salto de desenvolvimento de suas estruturas econômicas. Contudo, é preciso aprofundar esta análise. As décadas de 1850 e 1860, em Portugal, são marcadas sim por um clima de

[343] PEREIRA, Op. Cit, p.351.

estabilidade política; é fato que por vezes ocorreram episódios de amotinamento neste período, porém são exceções que confirmam a concepção aqui proposta.

Todavia, esta renovação política, e a tentativa de renovação das estruturas econômicas através das políticas de Fontes Pereira de Melo, careceram de alcance e escopo: A renovação liberal proposta pelas lideranças portuguesas, desde a Revolução de 1820, passava por um cenário de rigidezes econômicas, de deficiências graves no erário e da ausência de um *animal spirits* keynesiano das classes abastadas em Portugal, que inibia investimentos em prol do crescimento e modernização da malha produtiva do país.

Assim, a implementação do regime do Padrão-Ouro, em 1854, constitui uma iniciativa clara no sentido de restaurar a confiança dos investidores internacionais nas estruturas portuguesas; porém, as deficiências do setor interno, das estruturas arcaicas e das resistências apresentadas, traziam notórios embargos ao desenvolvimento. A queixa de Fontes sobre a falta de dinheiro apontada pelos seus críticos para as obras públicas propostas, neste sentido, é muito clara:

> ‘Não há dinheiro para isso!’ Não há dinheiro para nada. Aqui não há dinheiro, senão para se estar agarrado às tradições velhas, à desgraça das nossas vias de comunicação, à nossa falta de vida, à miséria pública, não há dinheiro senão para isso. (...) um homem que for de Lisboa viajar por essa Europa vem com grande sentimento da nossa inferioridade.[344]

O próprio movimento do Fontismo, neste sentido, também comporta uma análise crítica: é inegável que esta política econômica trouxe sinais claros de desenvolvimento ao país, através da melhoria da infraestrutura de comunicações e transportes e facilitando o comércio de mercadorias. Contudo, enquanto financiados integralmente pelo erário público, na ausência de um setor privado interno pujante, estes investimentos atrelaram-

[344] MÓNICA, Op. Cit, p.48.

se profundamente ao aumento da exposição externa através da tomada de créditos e de endividamento, bem como sobre aumentos da carga tributária, com as naturais consequências deletérias em termos de revoltas e protestos da população. Da mesma forma, ampliando o acesso ao consumo, tais obras estimulam a importação de bens e deprimem, ainda mais, os saldos comerciais portugueses[345].

Em suma, o Fontismo representa, inegavelmente, um avanço e um desenvolvimento, mas que trouxe em si o germe da exacerbação de dissensões na estrutura econômica que levariam, inevitavelmente a distúrbios políticos e sociais em momentos posteriores.

Nossa iniciativa, portanto, à medida que discute alguns destes elementos da estrutura econômica em Portugal, abre espaço para, em um esforço de perspectiva comparada, verificar os limites e resistências ao desenvolvimento deste país e de sua ex-colônia, conforme refletiremos nas conclusões que se seguirão.

[345] SÉRGIO, Op. Cit, p.138

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se atingir o final de uma tese, um dos movimentos mais naturais resume-se em realizar uma nova viagem metodológica: Retornamos ao seu preâmbulo, para avaliar e mensurar a aplicação de nossas hipóteses ao longo do estudo realizado.

A partir desta proposta, podemos elencar algumas premissas, que nos serviram de base para a execução dos temas anteriormente delineados, e que se colocam como inferências do estudo das fontes e bibliografia anteriormente descritas e elencadas.

1.Desde a sua concepção, este trabalho propôs-se a realizar um estudo comparativo. Nossa experiência, relativamente limitada, no campo historiográfico permite-nos ver, em uma primeira aproximação, que estudos de perspectiva comparada têm progressivamente sido abandonados, em detrimento das particularidades, dos temas específicos e da delimitação histórica. Não postulamos tal forma de ação. Acreditamos que o método comparativo, sobretudo na seara da História Econômica, permite-nos maiores possibilidades de compreensão de fenômenos e captação de movimentos em escala global.

Em outras palavras, quando abandonamos a esfera do particular e adotamos um olhar diferente, a partir do enfoque comparativo, cremos que é possível efetuar um movimento de retorno com maior amplitude de compreensão ao pesquisador. Sobre este particular, afirma Roberto Silva, cuja dissertação de mestrado enfatiza o uso do método comparativo nos estudos de Celso Furtado na década de 1940: '[o método comparativo em História] *tem uma perspectiva compreensiva, buscando utilizar a experiência*

conhecida para alargar o escopo do conhecimento sobre outras sociedades, outros processos históricos (grifo do autor) '.[346]

Não pretendemos, vale dizer, deter-nos em discussões mais amplas sobre o método comparativo em História; porém, adotando-se um olhar a partir de Portugal, podemos auferir uma síntese compreensiva mais ampla sobre o Brasil. Enfatizamos, deste modo, a partir das reflexões propostas por Boris Fausto e Fernando Devoto, os benefícios advindos deste método para a compreensão de um objeto maior:

> Não deixa de ser surpreendente a desconfiança da maioria dos historiadores em relação ao comparativismo. É evidente que comparar está na base mesma da tarefa do historiador, ainda que não o proclame nem o faça de maneira explícita. A própria ideia de que cada fato histórico é individual, único, pressupõe uma comparação com todos os outros que seriam diferentes. (...) E mais, os próprios critérios que o historiador utiliza para analisar o passado remetem a uma implícita comparação com seu presente, que serve de parâmetro para a análise.[347]

2. O método proposto, é importante enfatizar, embute riscos. Propusemo-nos a estudar padrões de desenvolvimento em nações distintas, com ênfase nos campos político e econômico e as formas de ação pelos grupos de poder e *policy-makers* nestes países. Trata-se de ao menos quatro praças-fortes que requerem exame acurado: o esforço de contemplar mais de uma realidade pode, por vezes, não dar a devida atenção a absolutamente nada. Estivemos cientes destas dificuldades já na gênese desta tese.

Por outro lado, acreditamos na viabilidade de um estudo cuja temporalidade abranja estas duas dimensões. Pudemos verificar (e traremos este ponto à baila novamente) um senso bastante intenso de determinismo entre instituições e momentos políticos em Portugal e Brasil, e que por si só determinam também a conduta dos homens e suas formas de ação no campo das finanças, na seara das ações econômicas – assim

[346] SILVA (2010), p.126.
[347] FAUSTO & DEVOTO (2004), p.10.

como outras dimensões, no campo das ideias, da filosofia, da cultura e da religião, também são condicionantes da vida dos homens e suas ações.

Esta pesquisa procurou fazer jus a esta realidade, trazendo enfoque a estas determinações. Somente com a compreensão destes elos é possível realizar um estudo de maior escopo, uma História aberta a outros determinismos de igual significado e relevância, como afirma José Jobson A. Arruda em entrevista televisiva recente:

> [Uma visão de fazer Histórica Econômica é crer que] A dimensão econômica é autossuficiente... O político quando entrava, era porque era regime absolutista na Europa, e aqui tinha um regime de monopólio..., o político entrava de forma complementar; o econômico, a lucratividade, a exploração eram o fundamental. Hoje se fosse fazer a mesma [tese, n.a.], não faria igual. A História tem que ser aberta. Esta História que fiz era fechada, no sentido que você circunscreve no nível da materialidade e fica fechado nele. Você pode apontar algumas relações com os outros níveis, pegar algumas iterações, mas você não entranha os outros segmentos na sua análise. Isto é a História fechada. Tem validade? Tem validade. (...) Ela serve em si, é um conhecimento, mas ela só se constituirá em uma História de fato se ela servir a uma *Macrohistória*, aquela em que ultrapassaria esse nível da materialidade imediata, pegaria os outros níveis que estão entrelaçados, *não necessariamente no sentido de entender que todos os outros são determinados pelo econômico, mas que podem em determinadas circunstâncias ser determinados pelo político,[ou mesmo, n.a.] pelo cultural*[348].

Não pretendíamos, saliente-se, realizar uma exegese aprofundada no que toca a Portugal e suas instituições políticas, financeiras, sociais, culturais; há alentados estudos já realizados, e outros a caminho, que se debruçam sobre temáticas semelhantes e tão relevantes quanto a que propusemos neste espaço. De todo modo, o cotejo das instituições supracitadas torna-se útil para deslindarmos as nuances, as facetas do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro ao longo do período que nos propusemos a analisar.

[348] ARRUDA (2014). Os grifos são nossos.

3. Os particularismos da formação do pesquisador, cremos, exercem um papel determinante na opção e execução do conteúdo e forma do trabalho tal como ele é proposto. Entendemos – embora não sem um exame acurado de várias outras iterações – que um trabalho sobre padrões de desenvolvimento econômico possa vir a orientar-se, de forma natural, para o objetivo de entender a prevalência do misterioso ente conhecido como o 'econômico', ou o 'financeiro', sobre as demais relações sociais.

O economista de formação, via de regra, enfocará em seu estudo estes temas de maior amplitude. Ele não irá descurar-se dos detalhes, dos *players* do jogo, aspectos estes que se inserem na 'teia ampla da macro-história', na feliz expressão da José Jobson A. Arruda[349] – basta um exame rápido da bibliografia disponível para que constate a miríade de excepcionais trabalhos na linha da história das empresas, das instituições, dos empresários.

Mais que isto, o pesquisador terá estes aspectos por determinantes, no sentido de entender sua contribuição para a dinâmica dos *grandes movimentos* – movimentos de lucratividade e capacidade de investimento de um país, de sua inserção nos circuitos do comércio e do capital em âmbito internacional, de sua capacidade de barganha e dissuasão frente às 'regras do jogo' político, entre uma série de possibilidades. Aqui temos o que nos propusemos a realizar: um estudo comparativo nos termos de uma história dos movimentos macroeconômicos e do ainda incipiente mercado financeiro e de seus mecanismos de controle através da instituição do Padrão-Ouro.

4. Durante a tessitura desta tese, que finaliza um ciclo de quase uma década de ensaios sobre conjunturas políticas e econômicas do Império brasileiro, a partir de monografia de conclusão de curso apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp em

[349] ARRUDA (1999),

2007, foi-nos possível ter em conta que, a despeito da grande quantidade de estudos, artigos, livros e teses trazidos a público, sobretudo nos últimos vinte anos, ainda há um *lag* significativo de trabalhos sobre o período em questão nos âmbitos acadêmico e editorial, sobretudo entre o movimento da Maioridade (1840) e o início da Guerra do Paraguai (1865).

A disponibilidade de material, vale enfatizar, é imensa, e acessível a partir dos avanços tecnológicos de anos recentes; uma busca rápida trouxe-nos, em um primeiro momento, mais de uma centena de teses que se circunscreviam ao nosso tema. Não conseguimos abranger esta totalidade, embora tampouco isto tenha em algum momento consistido em um de nossos objetivos. Todavia, é ponto pacífico enfatizar que, para as gerações posteriores, ainda há espaço, fontes e condições para novos estudos que contemplem a esfera econômica no período imperial.

Há um apelo significativo no estudo das relações políticas, econômicas, sociais do Século XIX: de fato, a efervescência cultural, a integração de mercados e os avanços tecnológicos da Revolução Industrial trazem melhorias de qualidade de vida em largo espectro, nos campos dos transportes de massa, da saúde pública – a monumental obra dos esgotos de Londres até hoje está entre nós como testemunha deste movimento – da cultura de massas através da literatura, da imagem.

O estudo do século XIX nos permite interpelar fontes históricas em formas diferenciadas: Nossos objetos e suas ações passam a ter fisionomias reais, registradas em fotografias e daguerreótipos; e, dependendo do recorte e do objeto selecionado, podemos até mesmo ouvi-las[350].

[350] 'This is Alexander Graham Bell's voice (1885)'. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=4lJ6Pwb15JY. Acesso atualizado em 24/04/2015.

A partir das reflexões de natureza metodológica elencadas, podemos estabelecer alguns marcos conclusivos ao final de nossa pesquisa.

Durante a consecução dos trabalhos, mantivemos como objetivo primordial realizar uma análise sistemática, dentro da baliza temporal da História do Brasil conhecida como o Segundo Reinado, a respeito da política econômica desta nação e de Portugal na vigência do regime de paridade de moedas conhecido como o Padrão-ouro. Da mesma forma, realizando este cotejo entre as duas nações, procuramos estudar a evolução política de ambos os países, como forma de verificar a existência de orientações políticas e projetos claros por parte das lideranças e autoridades destes países em termos da condução de suas economias.

Nesta linha, o exame da bibliografia e das fontes primárias arroladas nos permite efetuar algumas ilações, concernentes aos ciclos econômicos no século XIX, sobre a situação política dos países em análise, da evolução de seus sistemas bancários e sobre a condução de suas políticas econômicas, seus limites e resistências. Por tratar-se de uma perspectiva comparada, e dada a amplitude dos temas propostos, não pretendemos, de modo algum, encerrar o estudo ou considera-lo como peça terminada. Tal como um *working in progress*, tencionamos, sim, utilizá-lo como embasamento analítico para posteriores discussões e argumentações.

Em um primeiro ponto a aclarar, abrindo a discussão para as questões relacionadas ao sistema bancário em Brasil e Portugal, cabe enfatizarmos que a economia portuguesa, ao integrar-se ao sistema do Padrão-ouro, detinha um nível de desenvolvimento de suas instituições financeiras mais avançado que o Brasil: Efetivamente, já na década de 1840 surgem instituições populares de depósitos, como os Montepios e Caixas Econômicas,

assomando-se a órgãos como o Banco de Lisboa e a Companhia Confiança Nacional; no Brasil, o desenvolvimento do sistema bancário se daria a partir de 1853, sete anos após a adesão ao padrão-ouro, a partir do lançamento da Lei Bancária, e instituições populares de crédito e depósito surgiriam apenas em 1861.

Em decorrência deste processo, o Banco de Portugal, ao atuar efetivamente como emprestador de última instância, conseguiu absorver, tanto quanto possível, os efeitos mais danosos das crises cambiais, em especial a de 1847. No Brasil, o Banco do Brasil também atuou como *lender of last resort*, principalmente durante o período imediato após Novembro de 1857, porém contando também com o apoio de importantes agentes privados, como Banco Mauá, McGregor e *Cia*, para a obtenção de créditos, junto às praças inglesas, para a manutenção da solvência do sistema bancário como um todo.

Em segundo lugar, é importante ressaltar que Portugal e Brasil guardam mais semelhanças do que diferenças ao longo de suas trajetórias políticas e econômicas no século XIX. A adesão pioneira ao regime do Padrão-ouro, os instrumentos de reação às conjunturas de crise, a política comercial com *players* econômicos mais fortes como a Inglaterra, colocavam Portugal e Brasil em um mesmo processo de condução de suas economias.

Ainda que se leve em consideração o fato de haver um *timing* diferenciado na eclosão de crises e outros fenômenos diversos que, via de regra, desviavam suas economias de um caminho virtuoso de crescimento, de todo modo é possível notar que as medidas em termos de política econômica adotadas por ambos os países guardam notória semelhança.

A adesão de Portugal e Brasil ao regime do Padrão-ouro, neste sentido, se dá nos quadros de uma série de conjunturas adversas, nas searas da política e da economia, e sobre as quais se interpõe a necessidade de um estudo.

Pelo lado político, observamos que estas nações vinham de um penoso processo de desagregação política, que remontava aos primeiros anos do século. Com efeito, as revoltas observadas no país durante o período Regencial (1831-40) e no início do Segundo Reinado (1840), bem como os sucessivos levantes após a Revolução Liberal do Porto, em Portugal (1820) tornavam patente a necessidade de instrumentos que permitissem, de algum modo, atender aos interesses dos diferentes agrupamentos políticos, que outrora digladiavam-se em lutas intestinas.

Esta reagregação política impõe o uso de fórmulas econômicas: A necessidade de créditos (principalmente externos) para o saneamento de despesas adquiridas no decorrer dos movimentos sediciosos, ou mesmo dos emancipacionistas (no caso do Brasil), bem como para atender aos interesses dos grupos pertencentes ao condomínio do poder, seria atendida de algum modo mais facilmente através da formação de um horizonte de expectativas favorável, que oferecesse confiança aos agentes econômicos a respeito da solvência de seus devedores.

Neste caso, a adesão ao Padrão-ouro, e ao compromisso da gestão sóbria das variáveis macroeconômicas, consistia-se em referência crucial de estabilidade. Verifica-se assim, em uma primeira aproximação, a influência da esfera política sobre a gestão econômica destas nações.

Havia ciclos, é um fato; sua alternância e seus períodos de ascensão e queda são próprios às orientações de cada autor, a partir de suas variáveis de referência - tais como a mudança do paradigma tecnológico, para Kondratieff, ou mesmo por conta das

distorções na estrutura de comércio, conforme Clément Juglar. E é justamente na profilaxia e prevenção destes ciclos que atuavam as autoridades no âmbito do regime do Padrão-Ouro, no sentido de minorar-lhes os efeitos e viabilizar novos negócios e tomada de créditos.

Pelo lado econômico, por sua vez, a necessidade do mesmo horizonte favorável a processos decisórios gera condições possíveis para a implementação do regime de paridade de moedas. Percebe-se no período uma série de períodos de crescimento econômico, seguidos por momentos recessivos. Estes ciclos econômicos, estudados no primeiro capítulo, ao abrirem espaço para incertezas a respeito da salubridade do *status quo* econômico das nações, comprometiam a capacidade dos governos de implementar políticas ativas de investimentos em larga escala e favorecer o ingresso de novos capitais em seus espaços econômicos.

Mais que isto, foi-nos possível observar, em especial para o caso brasileiro, esta significativa *contradição econômica*, que gerava tensões entre as necessidades de expansão dos negócios, e as necessidades de legitimidade internacional para o regime monetário do país.

Contudo, verifica-se também uma *contradição política*, qual seja, entre a necessidade de expansão de gastos do governo com as províncias (atendendo as demandas de suas respectivas elites e complexos econômicos), em um esforço de descentralização, e a preservação da associação financeira com as praças centrais, notoriamente a *City* londrina (e seus principais agentes, como a Casa Rothschild).

É factual que, em conjunturas de crise (melhor dizendo, como forma de enfrentá-las), os conservadores 'natos', tais como Torres-Homem, estão seguramente mais dispostos a 'cortar a própria carne', ou seja, adotar políticas mais restritivas na cessão de

créditos e na atividade da emissão, bem como na constrição ao ‘direito de associação’, manifestado pela Lei dos Entraves em 1860. E, por outro lado, as medidas do período Sousa Franco para enfrentar tais momentos de estabilidade possuíam um caráter relativamente ‘acomodatício’, passando por tomadas de empréstimos externos para equilibrar o meio circulante e evitar a desvalorização progressiva da taxa de câmbio.

Entretanto, o que realmente perpassa todas as medidas é, seguramente, a necessidade de um equilíbrio entre corresponder às demandas sempre crescentes das províncias (modelo privilegiado por Sousa Franco em 1857) e controlar a sua capacidade de livre emissão (de acordo com os conservadores). Os diferentes gestores das finanças do governo atuavam, portanto, acomodando estes distintos interesses. Todavia, durante o período analisado este esforço de acomodação não perdeu, de modo algum, a orientação principal, qual seja, o interesse estratégico de longo prazo, que residia na construção – de maneira centralizada – do Estado brasileiro no século XIX.

Devemos lembrarmo-nos que estamos tratando de uma fase crucial para o estabelecimento do modelo capitalista de produção. E é sobretudo nas crises, abordaria Marx, que no calor dos acontecimentos pôde dissertar sobre a Crise de 1857, o capitalismo cresce e se estrutura. Há crises econômicas e sociais em Portugal, há crises econômicas e sociais no Brasil.

Esta exposição, indubitavelmente, constitui-se como uma das consequências da própria integração financeira das nações em tela aos circuitos do capital em escala internacional, positiva ou negativamente: Ao mesmo tempo em que o fechamento do mercado norteamericano com a Guerra de Secessão favorecia as colheitas de algodão no Brasil, temos que o mesmo fechamento no Brasil por conta da Guerra do Paraguai estancava o afluxo de capitais dos portugueses emigrados. Da mesma forma, durante a

guerra da Crimeia, as restrições ao acesso ao mercado de trigo ofereceram contribuição significativa para a eclosão da Crise de 1857.

No contexto da inserção dos países em foco nos circuitos do capital, por fim, cumpre-nos lembrar que Brasil e Portugal, em que pese suas antigas trajetórias e a posição deste último como importante *player* na era moderna – agora assumem papeis de intensa subordinação: Sua inserção, periférica, torna-os ainda mais vulnerável a conjunturas adversas. Para o Brasil, observamos como a falta de legislações pertinentes e o rápido ingresso de capitais estrangeiros favoreceu sobremaneira as atividades especulativas em torno da praça do Rio de Janeiro. Em Portugal, conforme enfatizamos no terceiro capítulo, a confiança dos investidores somente começa a ser recuperada mediante a garantia de implementação de medidas impopulares como o aumento da tributação.

Todas estas dinâmicas, estes desafios na economia, porém, submetem-se a um desafio maior, que passa pela condição minoritária destas nações no jogo político global. Brasil e Portugal tiveram de lidar, em diferentes situações, com a ameaça das armas britânicas na defesa de seus interesses e da expansão de seu modelo de livre-comércio.

Para Portugal, esta situação coloca-a em posição ainda mais infortuna: Tendo de abrir mão de sua soberania e permitindo o livre acesso de tropas para sobreviver enquanto nação, nas guerras napoleônicas e na Guerra da Patuleia, ainda é forçado a recuar de seus interesses coloniais no Ultimato Britânico de 1890. Como podemos perceber, na expressão de José Jobson A. Arruda, o machado de Sheffield realmente possuía um gume afiado[351]. E John Bull não se peja de usá-lo nos troncos gastos e galhos pesados destes países.

[351] ARRUDA (2008), p.141.

Esta situação abre espaço para enfatizarmos mais uma sinergia entre as trajetórias destas nações. A desagregação, como vimos, foi um risco iminente em ambos os territórios por diversos anos. Para o Brasil, jovem nação, com território contínuo e de dimensões agigantadas, o risco maior passava pela secessão do país em âmbito regional. Em Portugal, esta situação assumia contornos que suplantavam seu território continental, passando pela possível perda de outras colônias. Por apego à brevidade e exiguidade temporal, não nos foi possível efetuar considerações a respeito das relações de Portugal com suas possessões ultramarinas; no entanto, temos que esta nação, através do Ato Adicional de 1852, passou a uma postura de maior indulgência política com seus domínios na África e na Ásia, conforme dissertamos no terceiro capítulo.

No início da década de 1850, em ambas as nações, observamos um processo em que diferentes facções políticas ensarilharam armas em prol da pacificação das tensões e promoção do crescimento, através da estabilização das instituições políticas e de uma concertação entre grupos distintos no exercício do Poder.

Conciliação no Brasil, *Regeneração* em Portugal, portanto, representam faces distintas de uma mesma moeda: a moeda da sobrevivência, do apelo à consciência nacionalista, de um projeto que, fomentado por liberais ou conservadores, consistia em uma visível tentativa de modernização do aparato político: O recurso ao voto, em lugar das armas.

Para um ponto final, cumpre-nos esboçar uma última consideração, em um movimento retrospectivo. Buscamos realizar um estudo comparativo original, estabelecendo hipóteses que versavam sobre permanências e rupturas das economias brasileira e portuguesa em meados do século XIX. *Conciliar, Regenerar*: sob estas

palavras de ordem, desenharam-se, concertaram-se a moderação e o crescimento. O alcance limitado de tais iniciativas, em virtude dos gargalos e contradições políticas e econômicas enfatizadas, não desabona a ação daqueles que se debruçaram sobre as dramáticas consequências de anos de lutas fratricidas e buscaram um horizonte pacífico e próspero às suas descendências. Caso tenhamos obtido êxito em demonstrar estas ações, estes projetos e seus resultados, damo-nos por satisfeitos, nesta simbólica, inexaurível e sobretudo esperançosa viagem pelos domínios de Clio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes

Actas do Parlamento de Portugal. Diversos anos.

Annaes do Parlamento do Brazil. Diversos anos.

Archivo Diplomático da Independência. Volume VI: Portugal. Rio de Janeiro: Lit. Fluminense, 1925.

Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Domínios e Nações Estrangeiras. Anos: 1796-1831. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (INE).

BALBI, Adrien. **Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve**. Imprensa Nacional-Casa da Moeda**:** Coimbra, 2004 [original de 1822].

CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1980

CAVALCANTI, Amaro. **Politica e finanças**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

Coleção de Leis do Império do Brasil. Diversos anos.

Coleção de Decisões do Império do Brasil. Diversos anos.

Collecção de mappas estatisticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de [1841-1860]. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

ÓNODY, Oliver. **A inflação brasileira (1820-1958)**. Rio de Janeiro: [s.n], 1960.

Relatório da Comissão de Inquérito nomeada por aviso do Ministério da Fazenda de 10 de outubro de 1859, a respeito do meio circulante no país. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861.

Report of the comissioners appointed to inquire into the constitution, management and expense of Royal Mint. 1849.

VALÉRIO, Nuno (org.). **Estatísticas Históricas Portuguesas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001.

2.Bibliografia consultada

ABREU, M. P.; LAGO, L. A. C. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, Texto para Discussão, n. 584, 2011.

AHAMED, Liaquat. Tradução de Donaldson Garschagen. **Os donos do dinheiro: os banqueiros que quebraram o mundo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, [1955?].

ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império:** Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Porto: Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, José Tadeu de. Ciclos de investimento e vulnerabilidade financeira no Brasil-Império: 1857-1864. *In*: Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica, 2008, FEA/USP. **Resumo dos trabalhos**. São Paulo: [s.n], 2008.

_____. **Transição política e política econômica no Brasil-Império: 1853-1862.** Dissertação (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2010.

AMEAL, João. **História de Portugal.** 2ª ed. Porto: Tavares Martins, 1942.

AMED, Fernando José; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: Edições SINAFRESP, 2000.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade o Oitocentos**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa Histórica – Teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

_____. Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. **In Revista da USP**, São Paulo, n.50, pp.66-79, 2000.

_____. **Nova História Moderna e Contemporânea**. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. O Sentido da Colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In TENGARRINHA, José (org). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo: EDUSC/UNESP, Portugal: Instituto Camões, 2001.

_____. O novo imperialismo britânico e o fenômeno Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.79, p. 22-33, set./nov., 2008a.

_____. **Uma Colônia entre dois Impérios: A abertura dos portos brasileiros (1800-1808)**. Bauru: EDUSC, 2008b.

_____. **História Econômica**. Entrevista à UNIVESP TV, 22/12/2014. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ExDVRGqXxhw. Acesso em 10/03/2015.

ASSUNÇÃO, Moacir. **Nem heróis nem vilões:** Curepas, caboclos, cambás, macaquitos e outras revelações da sangrenta Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BALZAC, Honoré de. Tradução de Léa Novaes. **Código dos homens honestos, ou, A arte de não se deixar enganar pelos larápios.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BARMAN, Roderick J. **Tradução de Sônia Midori Yamamoto**. Imperador Cidadão. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BASSOI JUNIOR, Emilio. **Uma breve história do dinheiro no Brasil.** Itu, SP: Ottoni Editora, 2011.

BASTIEN, Carlos; SOUSA, Rita Martins. **Para a história do pensamento monetário em Portugal no século XIX.** Instituto Superior de Economia e Gestão, Gabinete de História Econômica e Social, Documento de Trabalho/Working Paper, Lisboa, nº 32, 2008.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Centro e Periferia no padrão Ouro-Libra: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira? *In:* Encontro Nacional de Economia Política, XII, 2007, FEA/USP. **Resumo dos trabalhos**. São Paulo: [s.n], 2007.

_____. **A dependência em progresso**: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954). Tese – (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Renato. **Economia Internacional: Teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BEATTIE, Alan. Tradução de Diego Alfaro. **Falsa economia: uma surpreendente história econômica do mundo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BEIGUELMAN, Paula. **Formação Política do Brasil**. 2v. São Paulo: Pioneira, 1967.

_____. **Pequenos Estudos de Ciência Política**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1973.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Finança global e ciclos de expansão. In FIORI, José Luís (Org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BELLUZO, Luiz Gonzaga de Melo. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

BERBEL, Marcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs). **A Experiência Constitucional de Cádis: Espanha, Portugal e Brasil.** São Paulo: Alameda, 2012.

BENSEL, Richard Franklin. **Yankee Leviathan**: The origins of Central State Authority in America, 1859-1877. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BERNANKE, Ben; JAMES, Harold. The Gold Standard, Deflation, and Financial Crisis in the Great Depression: An International Comparison. *In* HUBBARD, R. Glenn (Org). **Financial Markets and Financial Crises**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.

BITTENCOURT, Circe (org.). **Dicionário de datas da história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007.

BOISVERT, G; NOVALES, A. G; TENGARRINHA, J. M. et al. **O Liberalismo Português no Século XIX: Livre cambismo / protecionismo.** Lisboa: Moraes, 1981.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. 1834-42: a Inglaterra perante a evolução política portuguesa (hipóteses para a revisão de versões correntes). **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 20, n. 83, p. 467-488, 1984.

_____. Um aristocrata no Cabralismo. **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 37, n. 165, 2003.

BORDO, Michael; KYDLAND, Finn E. The gold standard as a commitment mechanism. *In* BAYOUMI, Tamim; EICHENGREEN, Barry J; TAYLOR, Mark P. (Orgs). **Modern Perspectives on the gold standard**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BORDO, Michael; SCHWARTZ, Anna. **A retrospective on the Classical Gold Standard, 1821-1931**. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

BOTELHO JUNIOR, Cid de Oliveira. **Instabilidade financeira na primeira década republicana**. Dissertação – (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BOUÇAS, Valentim F. **História da dívida externa**. Rio de Janeiro: Edições Financeiras S.A, 1950.

BOXER, Charles. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. **O império marítimo português 1415 – 1825.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAGANÇA, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. **A intriga: retrospecto de intricados acontecimentos históricos e suas consequências no Brasil Imperial.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2012.

BRANCO, Camilo Castelo. **Maria da Fonte**. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Archivo diplomático da independência (Volume VI) Portugal.** Rio de Janeiro: Litho-typo. Fluminense, 1925.

BUENO, Eduardo. **Caixa: Uma História Brasileira**. Porto Alegre: Buenas Idéias/Metalivros, 2002.

BUESCU, Mircea. **História Econômica do Brasil: pesquisas e análises**. Rio de Janeiro: Edições APEC, 1970.

BURNS, Arthur; MITCHELL, Wesley. **Measuring business cycles**. New York: National Bureau of Economic Research, 1947.

CABRAL, Manuel Villaverde. **O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX.** 3ª ed. Lisboa: Regra do Jogo, 1981.

CAIN, P.J.; HOPKINS, A.G. The political economy of British expansion overseas, 1750-1914. **Economic History Review**, second series, v. XXXIII, n.4, p.467, 1980.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A política monetária do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CAPELA, José. **As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura, 1810 - 1842.** Porto: Ed. Afrontamento, 1979.

CARVALHO, William Almeida de. **Maçonaria, tráfico de escravos e o Banco do Brasil e outros temas maçônicos e histórias controversas.** São Paulo: Madras, 2010.

CARVALHO, Austricliano de. **Brasil Colônia e Brasil Império**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1927.

CARVALHO, Fernando Cardim et.al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

_____. A vida Política. In CARVALHO (org.). **A construção Nacional, 1830-1889**. Coleção História do Brasil Nação, 1808-2010 (dir. Lilia Moritz Schwarcz). Rio de Janeiro: Objetiva: 2012.

CASTRO, Paulo Pereira de. A 'experiência republicana', 1831 – 1840. In HOLLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, v.2, t.2. São Paulo: Difel, 1978a.

_____. Política e administração de 1840 a 1848. *In* HOLLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, v.2, t.2. São Paulo: Difel, 1978b.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo.** 31ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CASTRO, Armando. **Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa** (Fins do Séc. XVIII a Princípios do Séc. XX). Lisboa: Editora Cosmos, 1947.

CAVALCANTI, Amaro. **Politica e finanças**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

CECCO, Marcelo de. **Money and empire, the international gold standard, 1890 – 1914**. Oxford: Basil Blackwell, 1974.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*.** 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

CLARENCE-*SMITH*, *Gervase*. **O terceiro *império* português** (1825-1975). Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

COPÉRNICO, Nicolau. **Sobre a Moeda (1526)**. Tradução de Alessandro Henrique Poersch Rolim de Moura. Curitiba: Segesta, 2004.

CORRÊA, Francisco Antonio. **História Económica de Portugal**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1930.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

COSTA, Sérgio Corrêa da. **Brasil, segredo de Estado.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles - O exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império.** São Paulo: Hucitec: Ed. da UNICAMP , 1996.

COTTRELL, P.L. **British overseas investment in the ninetenth century**. Londres: Macmillan, 1975.

CRAFTS, Nicholas. The Industrial Revolution: Economic Growth in Britain, 1700-1860. In **ReFRESH (Recent Findings of Research in Economic & Social History)**. N.4, 1987.

CROUZET, François. **The Victorian Economy**. New York: Columbia University Press, 1982.

CRUZ, Maria Antonieta. Debates Parlamentares em torno do Direito de Voto no Portugal Oitocentista. **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**, v. 2, pp. 443-451, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2004.

DAINEZI, Plínio Marcos. **Análise dos processos e instrumentos de ordenação do território: comparação entre Brasil e Portugal**. 168 f. Tese - (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014.

DAWSON, Frank Griffith. **A primeira crise da dívida latino-americana: a City de Londres e a bolha especulativa de 1822-25**. São Paulo: Ed.34, 1998.

DICKENS, Charles. **Oliver Twist.** Tradução de Joaquim Maria Machado de Assis e Ricardo Lísias. São Paulo: Hedra, 2013.

DINIZ, Adalton Franciozo. Centralização política e concentração de riqueza: As finanças do Império Brasileiro no período de 1830 a 1889. **História e Economia**, São Paulo, v.1, n.1, pp. 47-66, jul/dez. 2005.

DIX, Steffen. As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa**. Análise Social**, vol. Xiv, 2010, pp.5-27.

DOSSE, François. Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos. **A história em migalhas: dos annales à nova história.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DUARTE, António Portugal; ANDRADE, João Sousa. **O funcionamento do padrão-ouro em Portugal: Análise de alguns aspectos macroeconômicos**. Disponível em http://www4.fe.uc.pt/portugal/docs/apresentacao_padrao_ouro_antonio_portugal_sousa_andrade.pdf. Acesso em 24/01/2013

DURÃO, João Ferreira. **Pequena História da Maçonaria no Brasil 1720 - 1882.** São Paulo: Madras, 2008.

EICHENGREEN, Barry J; LINDERT, Peter (Orgs.). **The International Debt Crisis in Historical Perspective**. Cambridge/London: The MIT Press, 1991.

_____. **A globalização do capital**: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

EISENBERG, Peter L. Tradução de João Maia. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840 - 1910.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

ESTEY, James Arthur. **Ciclos Econômicos: Sua natureza, causa e controle**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1965.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. Tradução de Sérgio Molina. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850 – 2002).** São Paulo: Ed. 34, 2004.

FERNANDES, Santiago. Mauá, o economista do Império; análise de sua crítica científica ao padrão-ouro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, abr/jun.1974.

FERNANDES, Suzana Cristina. **Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira**. Dissertação – (mestrado em História Econômica) – Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FERNANDES, Paulo Jorge. O sistema político na Monarquia Constitucional. **Ciclo de conferências "O Sistema Político Português, sec. XIX-XX: continuidades e rupturas"**. Lisboa: Biblioteca-Museu República e Resistência, 2008.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde do Uruguai. São Paulo: Ed. 34, 1999.

FERREIRA, Pinto. **Capitais estrangeiros e dívida externa do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

FERREIRA, Melo; SÁ, Fátima. O Conceito de Ordem em Portugal (séculos XVIII e XIX). **Revista Tempo**, Niterói, v. 17, n. 31, 2011.

FIGUEIREDO, Lucas. **Boa Ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social.** Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História do Banco do Brasil**. São Paulo: Instituto de Economia da Associação Comercial, 1948.

_____. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

FREEMAN, Chris; LOUÇÃ, Francisco. **Ciclos e Crises no capitalismo global: Das revoluções industriais à revolução da informação**. Porto: Ed. Afrontamento, 2004.

FREITAS, Newton. **História do Dinheiro: Do Escambo ao TED**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1986.

_____.**Formação econômica do Brasil**. 25.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

GALLAS, Alfredo O. G.; GALLAS, Fernanda Disperati. Tradução de Elisabete Hart. **As moedas contam a História do Brasil.** São Paulo: Magma, Editora Cultural, 2007.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O banco da ordem, política e finanças no Império brasileiro (1853 - 1866).** Tese - (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GARCIA, José Manuel. **História de Portugal – uma visão Geral**. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

GERMER, Claus Magno. A gestação dos elementos do 'padrão ouro-câmbio' antes de I Guerra Mundial e sua institucionalização no pós-guerra. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, Curitiba. **Resumo dos trabalhos**. Curitiba: [s.n], 1999.

GOLDSMITH, Raymond W. **Brasil 1850-1984: Desenvolvimento Financeiro sob um século de Inflação**. São Paulo: Harper e Row do Brasil Ltda, 1986.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

_____. Brazil from the middle of the nineteenth century to the Paraguayan war. In BETHELL, Leslie (org.). **The Cambridge history of Latin America**, v.3. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

GRANZIERA, Rui Guilherme. **Moeda e crédito no limiar do capitalismo no Brasil** (a outra história financeira). Tese – (doutorado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Das controvérsias teorias à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)**. Tese – (Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GRINBERG, Kátia. Verbete 'Conselho de Estado'. *In* VAINFAS (org.) **Dicionário do Brasil Imperial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Império e os Bancos Comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia, do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, e do Banco Comercial e Agrícola. *In*: III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, Curitiba. **Resumo dos trabalhos**. Curitiba: [s.n], 1999.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da sociedade bancária Mauá, Macgregor & CO (1854 - 1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & CO (1808 – 1840).** São Paulo: Alameda, 2012.

GUIMARÃES, Lucia. Verbete 'partidos'. *In* VAINFAS (org.) **Dicionário do Brasil Imperial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

HABER, Stephen. KLEIN, Herbert S. The Economic Consequences of Brazilian Independence. *In* HABER, Stephen (Org.). **How Latin America Fell Behind:** Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914. Stanford: Stanford University Press, 1997.

HANLEY, Anne. **Native Capital: Financial Institutions and Economic Development in São Paulo, Brazil, 1850-1920**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

HAWTREY, R.G. **The Gold standard in theory and pratice**. Londres: Longmans, Green & co., 1947.

HEPBURN, A. Barton. **A history of currency in the United States** (with a brief description of the currency systems of all commercial nations). New York: The Macmillan Company, 1915.

HILL, Charles Peter. **British economic and social history, 1700-1982**. Londres: Edward Arnold, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **A era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

_____. Tradução de Luciano Costa neto. **A Era do Capital, 1848-1875.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Tradução de Donaldson M. Garschagen. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840 - 2011.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOLLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, v.2, t.3. São Paulo: Difel, 1982.

HUME, David. On the balance of trade. *In* EICHENGREEN, Barry. **The gold standard in theory and history**. London: Methuen. 1985. (Publicado inicialmente em 1752).

HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo. *In* TENGARRINHA, José (org). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo: EDUSC/UNESP, Portugal: Instituto Camões, 2001.

HUERTA DE SOTO, Jesus. **Dinero, Crédito Bancário e Ciclos Económicos**. Madrid. Unión Editorial, 2009.

HUGON, Paul. **A moeda: introdução à análise e às políticas monetárias e à moeda no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1978.

IGLESIAS, Francisco. Vida Política, 1848-68. In HOLLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, v.2, t.3. São Paulo: Difel, 1982.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA PORTUGAL. **Estatísticas Históricas Portuguesas**. Coord. Nuno Valério, v.1, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Séries estatísticas retrospectivas**. Brasília, DF: IBGE, 1986.

JUGLAR, Clément. **A brief history of panics and their periodical occurrence in the United States**. Nova York: G.P. Putinam's Sons, 1989.

JÚLIO, J. C. R. S.O constitucionalismo setembrista e a Revolução Francesa. **Revista de História das Ideias**, v. 10, 1988.

JUNQUEIRA, Jéssica Sousa Santos; SILVA, Priscila Pereira; GUERRA,Wendell. **Ouro**. Disponível em http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc34_1/10-EQ-104-10.pdf. Acesso em 13/01/2013.

JUNQUEIRO, Guerra. **Pátria.** 6ª ed. Lisboa: Aillaud & Lellos, 1945.

KENWOOD, A.G.; LOUGHEED, A.L. **The growth of the international economy, 1820-2000**. Londres: Routledge, 1999.

KINDLEBERGER, Charles P. **Keynesianism vs. monetarism and other essays in financial history**. Londres: George Allen & Unwin, 1985.

_____. **Manias, pânico e crashes:** um histórico das crises financeiras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KOSHY, Binu; KINDER, James. **Columbus-America Discovery Group and the SS Central America**. Disponível em http://www.columbia.edu/~dj114/SS_Central_America.pdf . Acesso em 22/09/2009.

KOURDI, Jeremy. Tradução de Thereza Ferreira Fonseca. **Os 100 maiores discursos da história: insights e lições de líderes que mudaram o mundo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional – Teoria e política**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. Os negócios no Rio de Janeiro: crédito, endividamento e acumulação (1844-1857). *In*: V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu. **Resumo dos trabalhos**. Caxambu: [s.n], 2003.

_____. A intermediação mercantil e bancária na fronteira meridional do Brasil. **História e Economia**, São Paulo, v.1, n.1, pp. 67-86, jul/dez. 2005

LAINS, Pedro. **História da Caixa Geral de Depósitos 1876-1910: Política e Finanças no Liberalismo Português**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira (orgs.) **História Económica de Portugal, 1700-2000, V.2 (O Século XIX)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da Independência a Lula**: dois séculos de política brasileira. São Paulo: Augurium, 2005.

LEFF, Nathaniel N. Economic Development in Brazil, 1822-1913. In HABER, Stephen (Org.). **How Latin America Fell Behind:** Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914. Stanford: Stanford University Press, 1997.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e Libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas esboços de história empresarial.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LIMA, Fernando Carlos de Cerqueira. **Bimetalismo, ouro, prata e Gresham: uma contribuição para o estudo da circulação de moeda-metálica no Brasil no século XVIII**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Disponível em www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/feb_bimetalismo_gresham.docx. Acesso em 14/01/2013.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. **História do Pensamento Econômico no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

LIMA, Oliveira. **O Império Brazileiro, 1822-1889**. São Paulo: Comp. Melhoramentos, [1927?]

LISSA, Violo Idolo. **Catálogo do papel-moeda do Brasil, 1771 - 1986, emissões oficiais, bancárias e regionais.** 3ª edição. Brasília: Editora Gráfica Brasiliana, 1987.

LOBO, Eulália M. Lahmeyer et.al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.25, n.4, pp.235-265, out/dez.1971.

_____. Economia do Rio de Janeiro nos Séculos XVIII e XIX. *In* NEUHAUS, Paulo (org.). **Economia Brasileira: Uma visão histórica.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. **Imigração portuguesa no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2001.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Pascoal. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 2002.

LORENZO-FERNÁNDEZ, Oscar Soto. **A evolução da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II, 1825 – 1891 por Heitor Lyra.** Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

MACAULAY, Neill. **Dom Pedro I: A luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MAGALHÃES JR, R. **Três panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

_____. **Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARCONDES, Renato Leite. Padrão-Ouro e Estabilidade. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.28, n.3, pp. 533-559, jul/set. 1998.

MARQUES, João Pedro. Resistência ou adesão à «causa da humanidade»? Os setembristas e a supressão do tráfico de escravos (1836-1842). **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v.30, n. 131-132, p. 375-402, 1995.

MARTINS, Ana Luiza. **Império do café: a grande lavoura no Brasil, 1850 a 1890.** São Paulo: Atual, 1990.

MARTINS, A.J. Oliveira. **Estudos de Economia e Finanças**. Lisboa: Guimarães e Cª Editores, 1953.

MARTINS, Conceição Andrade. Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos. **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v.27, n. 116-117, p. 367-404, 1992.

_____. Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v.32, n. 142, p. 483-535, 1997.

MATA, Maria Eugénia. As crises financeiras no Portugal contemporâneo: uma perspectiva de conjunto. In MATOS, Sérgio Campos; et al. **Crises em Portugal nos séculos XIX-XX : actas do seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa.** Lisboa: Centro de História da Universidade, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATOS, Sérgio Campos; et al. **Crises em Portugal nos séculos XIX-XX : actas do seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa.** Lisboa: Centro de História da Universidade, 2002.

MAURO, Fréderic. **História Econômica Mundial 1790-1970**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. *In* FIORI, José Luís (org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELLO, Janaina Cardoso. Um Robin Hood português. A guerrilha miguelista no Algarve (1833 e 1837). **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, n. 8, p. 183-203, out., 2013.

MELLO, J.M.Cardoso. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Pedro C. de. **Crises financeiras: quebras, medos e especulações do mercado.** 3ª ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2010.

MENDES, J. M. Amado, Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX. **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 16, n. 61-62, p. 31-52, 1980.

MENDES JUNIOR, Antonio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História: Texto e Consulta**, v.2. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MILWARD, Alan. The origins of the Gold Standard. *In* MACEDO Jorge Braga; EICHENGREEN, Barry; REIS, Jaime (Orgs). **Currency convertibility: The Gold Standard and Beyond**. Londres: Routdledge, 1996.

MILWARD, Alan; SAUL, S.B. **The Economic Development of Continental Europe: 1780-1870**. Londres: George Allen & Unwin, 1979.

MÓNICA, Maria Filomena. As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910. **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 31, n.139, p. 1039-1084, 1996.

MÓNICA, Maria Filomena. Um Político, Fontes Pereira de Melo. **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 32, n.143, p. 731-745, 1997.

MÓNICA, Maria Filomena. **Fontes Pereira de Melo.** 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1999.

MONT'ALEGRE, Omer. **Capital & Capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos/Martins Fontes, 1975.

MAGER, Nathan. **The Kondratieff waves**. New York: Praeger, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MELLO, Pedro Carvalho; SPOLADOR, Humberto. **Crises Financeiras: Uma história de quebras, pânicos e especulações do mercado**. São Paulo: Saint Paul Institute of Finance, 2007.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Ouro**. Disponível em http://www.pormin.gov.br/informacoes/arquivo/ouro_propriedades_aplicabilidade_ocorrencias.pdf. Acesso em 14/01/2013.

MONT'ALEGRE, Omer. **Capital & Capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

NABUCO, Joaquim **Um estadista do Império**: Nabuco de Araujo. 2v. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo.** Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order**: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

NOVAIS, Fernando. ***Portugal e Brasil*** na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, João Gualberto de. **Caixas Econômicas: economia e história.** 2ª ed. São Paulo: s. ed., 1954.

OLIVEIRA, Dennison. **História do Brasil – Política e Economia**. Curitiba: Ibpex, 2009.

ÓNODY, Oliver. **A inflação brasileira (1820-1958)**. Rio de Janeiro: [s.n], 1960.

ORESME, Nicole. **Pequeno tratado da primeira invenção das moedas (1355)**. Tradução de Marzia Terenzi Vicentini. Curitiba: Segesta, 2004.

PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil.** Brasília: Banco do Brasil, 1973.

PALACIOS, Guillermo (coord**.). La nación y su história, Independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX.** México D.F.: El colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009.

PARADA, Mauricio (org.). **Os historiadores: clássicos da história, vol. 1: de Heródoto a Humboldt.** Rio de Janeiro: Vozes: PUC-Rio, 2012.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. Comportamento e Instituições Monetárias no Brasil, 1852-1972. *In* NEUHAUS, Paulo (org.). **Economia Brasileira: Uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil**: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PEREIRA, João Basílio. CURADO, Marcelo. **Sistema Monetário Internacional, Cooperação e Competição: Um ensaio sobre Guerra Cambial**. BNDES Working Paper no.38. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/PDE2011_PereimaCurado.pdf. Acesso em 15/01/2013.

PEREIRA, Miriam Halpern. Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX. **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, s.d. p. 85-117.

_____. **Livre-câmbio e desenvolvimento económico:** Portugal na segunda metade do século XIX. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

_____. Diversidade e crescimento industrial. *In* TENGARRINHA, José (org). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo: EDUSC/UNESP, Portugal: Instituto Camões, 2001.

PERES, Damião. **História do Banco de Portugal 1821 - 1846.** Lisboa: Neogravura, 1971.

PETTIS, Michael. **The volatility machine: emerging economies and the threat of financial colapse**. Oxford University press, 2001.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Política e crédito agrícola no Brasil no século XIX. **América Latina em la Historia Economica**, n.6, jun/dez.1996.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Estado e Mercado Financeiro: O Banco do Brasil no Segundo Reinado. In: II Congresso Brasileiro de História Econômica e III Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, UFF. **Resumo dos trabalhos**. Niterói: [s.n], 1997.

PINHEIRO, Magda. A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90). **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v.24, n. 101-102, p.745-767, 1988.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. *In* MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PÔRTO JUNIOR, Gilson (org.). **História do Tempo Presente.** Bauru - SP: Edusc, 2007.

PIRES DO RIO, João. **A moeda brasileira e seu perene caráter fiduciário**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947.

POR UM PORTUGUEZ: **Noticia Biographica de Sua Magestade Fidelissima o Sr. D. Pedro V, Rei de Portugal**. Bahia: Camillo de Lellis Masson, 1862.

PRADO, Luiz Carlos Thadeu Delorme. **Comercial capital, domestic market and manufacturing in imperial Brazil**: The failure of brazilian economic development in the XIXth Century. Tese – (Doutorado em Economia) – University of London, Londres, 1991.

PRADO, Luiz Carlos Thadeu Delorme. A Economia Política das Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana. **Análise Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS**, Porto Alegre, n.39, mar/2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

RAVARA, António Pinto. Os partidos políticos liberais na «primeira fase do rotativismo parlamentar» (1851-1865). *In* **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 12, n. 46, p. 363-367, 1976.

REIS, Jaime. A Caixa Geral de Depósitos como instrumento de política económica: o período entre as duas guerras. **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v.32, n. 141, p. 255-277, 1997.

_____. Causas históricas do atraso econômico português. *In* TENGARRINHA, José (org). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo: EDUSC/UNESP, Portugal: Instituto Camões, 2001.

RIBEIRO, Maria Manuela de Bastos Tavares. Crise revolucionária e ordem pública (1846-1851). **Revista de História da Universidade do Porto**, Porto, v. 8, p. 301-312, 1988.

RICARDO, David. **Príncípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODRIGUES, José Honório; RODRIGUES, Leda Boechat. **O Parlamento e a evolução nacional: 1826-1840**. 5v. Brasília, DF: Ed. Senado Federal, 1972.

RODRIGUES, José Honório. **O Conselho de Estado. O Quinto Poder?** Brasília, DF: Ed. Senado Federal, 1978.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do desenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

SAES, Flavio Azevedo Marques de. **A grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira 1850 - 1930.** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Fontes para a história dos bancos no Brasil: o caso de São Paulo (1850-1930). **America Latina en la Historia Economica**, n.3, jan/mar.1995.

SANDRONI, Paulo. **O que é recessão.** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memórias para servir à história do reino do Brasil.** Rio: Editora Zelio Valverde, 1943.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima. Sobre os Intelectuais Portugueses no Século XIX (do Vintismo à Regeneração). **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 15, n. 57, p. 69-115, 1979.

SARAIVA, José Flávio Sombra. 500 anos de relações entre Brasil e Portugal. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, jan/jun. 2000.

SARDICA, José Miguel. A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração. **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v.32, n. 143-144, p. 747-777, 1997.

_____. Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas). **Análise Social**, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v.32, n. 142, p. 557-601, 1997.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **As barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERGIO, Antonio. **Breve Interpretação da História de Portugal.** 7ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

SERRÃO, Joaquim Verissimo. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Verbo, 1995.

SILBERT, Albert. Tradução de José Raimundo Correia de Almeida. **Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista.** Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

SETÚBAL, Paulo. **As maluquices do imperador.** São Paulo: Geração Editorial, 2008.

_____. **A Marquesa de Santos.** São Paulo: Geração Editorial, 2009.

SILVA, Alberto da Costa e (coord). **Crise colonial e independência: 1808 – 1830**, vol. 1, Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SILVA, Jair Ribeiro da. **Mauá em face da economia nacional.** São Paulo: Rumo Gráfica Ed.: Secretaria do Estado da Cultura, 1983.

SILVA, Roberto Pereira. **O jovem Celso Furtado: História, política e economia (1941-1948).** Dissertação (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2010.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Esboço; ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

SOLOMOU, Solomos**. Phases of economic growth, 1850-1973: Kondratieff waves and Kuznets swings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SOUSA, J.A. Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. In

SOUZA, Carlos Inglez de. **A anarchia monetaria e suas consequencias**. São Paulo: Companhia Graphico – Editora Monteiro Lobato, 1924.

SPENCER, William Homer. **Economic History of the United States**. Nova York: McGraw-Hill, 1949.

STRATEN-PONTHOZ, Comte Auguste von der. **Le budget du Brésil ou recherches sur les ressources de cet Empire dans leurs rapports avec les interêts européens du commerce et de l'emigratión**. Bruxelas: Muquardt, 1854.

TAKEYA, Denise Monteiro. O capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: a atuação da Casa Boris Frères no Ceará. *In* SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

TAMMONE, Natalia. **Estados Unidos, Portugal e Brasil em uma época de transição: continuidade e inovação** (1783-1824). 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TASSO, Luís Otávio Pagano. **Considerações políticas e econômicas sobre Portugal 1808-1812**. Dissertação – (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TENGARRINHA, José. Contestação rural e revolução liberal em Portugal. In TENGARRINHA, José (org). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo: EDUSC/UNESP, Portugal: Instituto Camões, 2001.

_____. A Crise do final do Antigo Regime. In MATOS, Sérgio Campos; et al (org.). **Crises em Portugal nos séculos XIX-XX : actas do seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa.** Lisboa: Centro de História da Universidade, 2002.

TORGAL. Luís Reis. A contra-revolução no Portugal Vintista (1820-1823). Notas sobre a sua imprensa. *In* **Estudos contemporâneos**, Porto, V.1, 1980.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada:** Teoria política do Império do Brasil. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1964.

_____. **Os construtores do Império : idéias e lutas do Partido Conservador Brasileiro.** São Paulo: Nacional, 1968.

TRIFFIN, Robert. **O sistema monetário internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1972.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. **Dinheiro no Brasil**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1987.

TROVÃO, Cassiano J.B. Marques; ALMEIDA, José Tadeu de. Dilemas da ruptura: notas sobre etnias e transição no mercado de trabalho da região de Campinas ao final do século

XIX. *In:* Encontro de Estudos Populacionais, XVI, 2008, Caxambu. **Resumo dos trabalhos**. Caxambu: [s.n], 2008.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VARGUES, Isabel Nobre: "**Tesoura, rolha e lápis: Os tempos da censura e do combate pelas liberdades de expressão e de imprensa em Portugal**. n ln: Estudos do Século XX, n.O 7 (2007), p. 39-59.

VERSIGNASSI, Alexandre. **Crash: uma breve história da economia: da Grécia Antiga ao século XXI.** São Paulo: Leya, 2011.

VIADEL. Antonio Colomer (org). **Las cortes de Cádiz, la Constituición de 1812 y las independências nacionales em América**. Valencia: Ugarit Communicación Gráfica, 2011.

VIANA, Victor. **O Banco do Brasil: Sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional**. Rio de Janeiro: Typhographia do Jornal do Commercio, 1926.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil. Vol. II Monarquia e República.** 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

VILLELA, André A. **The political economy of money and banking in Imperial Brasil: 1850-1870.** Tese – (Doutorado em Economia) – London School of Economics and Political Science, Londres, 1999a.

_____. TEMPOS DIFÍCEIS: Reações às crises de 1857 e 1864 no Brasil. In III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, Curitiba. **Resumo dos trabalhos**. Curitiba: [s.n], 1999b.

VIEIRA, Dorival Teixeira. **Evolução do sistema monetário brasileiro**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

VILAR, Pierre. **Ouro e moeda na História (1450-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ZILIOTTO, Guilherme Antonio. Dívida pública externa no Império do Brasil. In X Encontro Nacional de Economia Política, 2005, IE/UNICAMP. **Resumo dos trabalhos**. Campinas: [s.n.], 2005.